IAN COELHO DE SOUZA ALMEIDA

DISSEMINAÇÃO DO PENSAMENTO MARXISTA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR: UMA ABORDAGEM DE HISTÓRIA ORAL

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Econômico no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Ribas Cavalieri

CURITIBA

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

Ian Coelho de Souza Almeida

"DISSEMINAÇÃO DO PENSAMENTO MARXISTA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR: UMA ABORDAGEM DE HISTÓRIA ORAL "

DISSERTAÇÃO APROVADA COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, PELA SEGUINTE BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marco Antônio Cavalieri
(Orientador/UFPR)

Prof. Dr. Marcelo Luiz Curado
(Examinador/UFPR)

Prof. Dr. João Antonio de Paula
(Examinador/CEDEPLAR/UFMG)

26 de março de 2015

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação a meus pais, aos quais eu amo muito, e que acreditaram em mim e me apoiaram muito, inclusive mais do que o merecido.

AGRADECIMENTOS

Obviamente eu tenho que agradecer de início a meus pais, que, além do que já foi dito na dedicatória, ainda financiaram todo meu estudo até aqui, sempre nas melhores escolas, e o continuaram fazendo quando eu entrei no mestrado sem bolsa. Eles sempre trabalharam muito para que eu pudesse ter uma vida mais tranquila, somente preocupado com meus estudos, e espero estar fazendo jus à seus esforços.

Ainda dentro da minha família tenho também muito a agradecer a meu irmão, Raoni Coelho, pelo apoio, por ter me auxiliado no tratamento das imagens em anexo, e novamente a ele e seu noivo, Renato, pela moradia sempre disponível em Belo Horizonte quando precisei. Meu padrinho, Sérgio Lírio, também foi figura muito determinante para a conclusão desse trabalho, não só pelos contatos que me conseguiu para poder entrevistar os professores Belluzzo e Delfim Netto, mas também por sempre me receber bem em São Paulo junto com sua esposa, Giovana (que aliás me indicou alguns excelentes textos que basearam essa dissertação).

Meu orientador, além de me sugerir esse tema com o qual eu adorei trabalhar, me apoiou muito, se dispôs a viajar comigo para fazer as entrevistas e ainda auxiliar com outros assuntos burocráticos da dissertação. Com certeza fez muito mais do que eu esperaria de uma orientação.

É importante agradecer também a gentileza e disponibilidade dos professores que concordaram em participar de nossa pesquisa nos concedendo entrevista: Antônio Delfim Netto, Antônio Plínio Pires de Moura, Claus Magno Germer, João Antônio de Paula, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Luiz Gonzaga Belluzzo, Paul Israel Singer e Theotônio dos Santos.

Gostaria ainda de agradecer ao corpo técnico, assistentes e secretárias(os), que nos ajudaram nesse processo, tanto para o levantamento dos currículos, quanto para o agendamento das entrevistas. Foram vários e-mails trocados e muita paciência por parte de pessoas como: Beti Kogan, secretária do professor Delfim Netto; Roseli C. Occhipinti e Rosana Petroski, secretárias da graduação em economia da UFPR; Maria Divina da Costa e Rosângela Fernandes, da Seção de Ensino da FACE/UFMG; Priscila S. Jacobsen, do Departamento de Serviços aos Usuários da Biblioteca Central da UFRGS; Wagner Santos, da Seção de Alunos da FEA/USP; Anna Lúcia Braga Salles, Chefe da Secretaria Acadêmica de Graduação dos Cursos de Ciências

Econômicas e Relações Internacionais da UFRJ; e Marcelo Soares, do Departamento de Economia da UFBA.

De forma geral o período que compreendeu a construção dessa dissertação foi muito produtivo e profícuo. Por esse motivo gostaria de agradecer imensamente a todo o corpo docente e técnico a oportunidade de me juntar ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do paraná, e em especial a meu orientador, aos professores Claus Magno Germer (que mesmo já aposentado, sempre esteve aberto a opinar e ajudar na formulação dos mais diversos trabalhos com os quais ele possuía afinidades) e Francisco Cipolla (com certeza uma fonte inspiradora de determinação e seriedade no trabalho acadêmico) além do coordenador à época que fui selecionado, professor Fernando Motta (que foi sempre muito receptivo e muito se esforçou para me auxiliar no período em que eu não possuía bolsa de estudos). Não poderia deixar passar em branco o trabalho essencial das secretárias da pós, Ivone Pólo, Aurea Koch e Andréa Gomes, sempre prestativas e cordiais ao responder nossas dúvidas mais banais, principalmente em relação à confusa burocracia que envolve o mundo acadêmico.

Tão importante quanto os demais nesse processo foram os amigos que fiz durante minha estadia em Curitiba. Conheci pessoas incríveis dentro e fora do PPGDE, mas dentre elas é importante citar alguns, como: Raissa Bragança e Lúcia Centurião; de lá também devo agradecer ao Centro de Estudos Leonardo Chaves Borges Cardoso (CELe); a meus amigos de moradia, Ariel Crezo Ferreira e Júlio Godofredo; meus companheiros do PSOL; a Vivian Kucek, principalmente por me acolher em minha chegada a Curitiba; além das cearenses mais lindas do Brasil, Amália Beatriz, Virgínia Pitta e Larissa Siqueira (e seus respectivos).

Aos amigos de outras datas também gostaria de agradecer o carinho e as sugestões: seja de Valadares, como Vinicius Reis Freitas; ou da época de terceiro ano, como Lucas Carvalho; da faculdade, como Nayana, Stefânia, Ronaldo, Barbara, Ana Tereza, Larissa e diversos outros; ou ainda do PET (do qual nunca fiz parte, mas onde sempre fui muito bem acolhido), como Ana Paula e Tomás. No entanto, um agradecimento especial tem de ser destinado a minha amiga Marina Moraes Lemos, que fez de tudo um pouco: deu sugestões, me deu moradia em São Paulo para que eu pudesse fazer entrevistas, ouviu minha reclamações sem fundamento sobre a vida e muitas outras coisas.

E por fim agradeço muito também à Mari, que no fim foi minha grande impulsionadora, mesmo que ela não saiba, para continuar estudando após o término da graduação.

Conviver com pessoas assim sempre faz bem à alma.

Num deserto de almas também desertas, uma alma
especial reconhece de imediato a outra.

Caio F. de Abreu, “Aqueles dois”

RESUMO

O estudo aqui apresentado visa compreender as possíveis formas como a ideologia anticomunista do golpe civil-militar brasileiro de 1964 pode ou não ter afetado o ensino de economia no país. Dado que a Doutrina de Segurança Nacional, que guiava as ações dos militares, intencionava abertamente o combate às ideias socialistas, nosso foco recai sobre a teoria marxista dentro das ciências econômicas. Para cumprir esse objetivo utilizamos a metodologia da História Oral e também uma análise dos currículos dos cursos de economia de algumas das principais instituições de ensino do país.

Em um primeiro momento é feito um levantamento bibliográfico com relação ao comportamento do regime civil-militar frente à comunidade acadêmica, especialmente em algumas das universidades que analisamos mais profundamente *a posteiori*.

Durante a análise das grades curriculares dos cursos de economia que vigoraram no período militar, não pudemos encontrar indícios de que o governo intervinha em suas estruturas, ou impunha qualquer constrangimento ao ensino de qualquer teoria econômica.

Partindo para o método da história oral, entrevistamos oito relevantes professores de economia e/ou, mais especificamente, economia marxista, a saber: Antônio Delfim Netto, Antônio Plínio Pires de Moura, Claus Magno Germer, João Antônio de Paula, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Paul Israel Singer e Theotônio do Santos. Como resultado reiteramos a ausência de qualquer constrangimento direto ao ensino de economia marxista, ou mesmo outro tipo de interferência na estruturação dos cursos. No entanto, um importante ponto a ser ressaltado é a maneira como alguns economistas poderiam se sentir acuados frente ao ambiente violento que se construía àqueles considerados subversivos, no qual os marxistas claramente se encaixavam.

Palavras-Chave: História do Pensamento Econômico; História Oral; Economia Marxista; Ditadura Civil-Militar

ABSTRACT

The study presented here intent to comprehend the possible manners how the anticommunist ideology of the Brazilian military (1964-1985) government may or may not have affected the economics teaching in Brazil. Due the National Security Doctrine, which was the military action basis, open intention to fight socialists ideas our work focuses on Marxist theory. In order to reach this objective we use Oral History methodology and analyze the curriculums of economic courses from some of the main teaching institutions in the country.

In a first moment, we use secondary bibliography related to government's behavior towards academic community in the studied interim, focusing specially in the case of universities that would be latter more deeply discussed.

During the analyses of the economic courses curriculums of the period here dealt we were not able to find indications that Brazilian government interfered directly in its structure or imposed any constraints to any economic theory teaching.

Utilizing the oral history method, we interviewed eight professors relevant to the economics field, and/or, more specifically, to Marxist economics field, namely: Antônio Delfim Netto, Antônio Plínio Pires de Moura, Claus Magno Germer, João Antônio e Paula, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Paul Israel Singer and Theotônio do Santos. As a result, we reiterate the lack of a direct constraint to Marxist economics teaching or other interference on the courses structure. However, an important point raised is that some economists could feel hindered in approach some topics due the environment of violence that was been built for those considered subversives, a concept that Marxists would clearly fit.

Key Words: History of Economic Thought; Oral History; Marxist Economics; Military Dictatorship

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ÓRGÃOS E INSTITUTOS LIGADOS À INTELIGÊNCIA DO GOVERNO MLITAR E SEUS PERÍODOS DE EXISTÊNCIA.....26
QUADRO 2 – CICLOS POLÍTICOS DO REGIME DITATORIAL MILITAR.....28
QUADRO 3 – PRIMEIRO CURRÍCULO MÍNIMO DE ECONOMIA – 1945.....54
QUADRO 4 – CURRÍCULO MÍNINO ELABORADO PELO CFE – 1963.....56
QUADRO 5 – GRADE CURRICULAR USP – 1964.....57
QUADRO 6 – DISCIPLINAS OFERTADAS UFMG – 1966.....58
QUADRO 7 – GRADE CURRICILAR UFMG – 1970.....65
QUADRO 8 – DISCIPLINAS OFERTADAS USP (PARTE I) – 1976-80.....66
QUADRO 9 – DISCIPLINAS OFERTADAS USP (PARTE II) – 1981-84.....67
QUADRO 10 – GRADE CURRICULAR UFPR – 1969.....68
QUADRO 11 – GRADE CURRICULAR UFRGS – 1973.....68
QUADRO 12 – GRADE CURRICILAR UFMG –1975.....70
QUADRO 13 – GRADE CURRICULAR UFPR – 1979.....71
QUADRO 14 – GRADE CURRICULAR UFRGS – 1979.....72
QUADRO 15 – GRADE CURRICULAR UFRJ – 1967.....73
QUADRO 16 – GRADE CURRICULAR UFRJ – 1972.....74
QUADRO 17 – GRADE CURRICULAR UFRJ – 1979.....75
QUADRO 18 – DISCIPLINAS OFERTADAS UFBA – 1963-1984.....76

LISTA DE SIGLAS

AESI - Assessorias Especiais de Segurança e Informação

ALN - Ação Libertadora Nacional

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia

APUBH - Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros

ASI - Assessorias Segurança e Informação

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCC - Comando de Caça aos Comunistas

CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEE - Comissão Estadual de Ensino

CEIS - Comissão Especial de Investigação Sumária

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

CGI - Comissão Geral de Inquérito

CIA - Central Intelligence Agency

CISMEC - Comissão Especial de Investigação Sumária do Ministério da Educação

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONSUNI - Conselho Universitário

CSN - Conselho de Segurança Nacional

DA - Diretório Acadêmico

DEPE - Departamento de Economia e Planejamento Econômico

DOI/CODI - Destacamento de Operações de Informação dos Centros de Operações de Defesa Interna

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

DSI - Divisões de Segurança e Informação

ESG - Escola Superior de Guerra

FACAMP - Faculdades de Campinas

FACE - Faculdade de Ciências Econômicas

FEA/USP - Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FMI	- Fundo Monetário Internacional
IBAD	- Instituto Brasileiro de Ações Democráticas
IFICH	- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPES	- Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM	- Inquérito Policial Militar
ISEB	- Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JEC	- Juventude Estudantil Católica
JUC	- Juventude Universitária Católica
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
ME	- Movimento Estudantil
MEC	- Ministério da Educação e da Cultura
MIR	- Movimento da Esquerda Revolucionária
OBAN	- Operação Bandeirantes
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
POLOP	- Política Operária
SEP	- Sociedade Brasileira de Economia Política

SISNI	- Sistema Nacional de Informações
SNI	- Serviço Nacional de Informação
UDN	- União Democrática Nacional
UFBA	- Universidade Federal da Bahia
UFMG	- Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRRJ	- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UnB	- Universidade de Brasília
UNE	- União Nacional dos Estudantes
Unicamp	- Universidade Estadual de Campinas
UP	- Unidade Popular
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	- Universidade de São Paulo
USAID	- United States Agency for International Development
VPL	- Vanguarda Popular Revolucionário

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 16
2 O NOVO REGIME E AS UNIVERSIDADES 18
2.1 A BUROCRACIA DA REPRESSÃO 20
2.2 OS CICLOS DE REPRESSÃO: EXEMPLOS DA POLÍTICA DO MEDO EM ALGUMAS UNIVERSIDADES 26
2.2.2 Reforma Administrativa, AI-5 e a escalada da repressão 41
2.2.3 A Segunda onda de violências 44
3 O CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E O ESTUDO DE ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA 50
3.1 DA TÉCNICA COMERCIAL AO CURRÍCULO MÍNIMO 51
3.2 O PENSAMENTO MARXISTA ENTRE OS INTELECTUAIS E NA ACADEMIA BRASILEIRA 58
3.3 A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968 E AS MODIFICAÇÕES NO ENSINO ... 62
4 NOVAS FONTES DE INFORMAÇÃO PARA A HISTÓRIA DO ENSINO DE ECONOMIA MARXISTA NO BRASIL 79
4.1 A HISTÓRIA ORAL COMO MÉTODO HISTORIOGRÁFICO 79
4.1.1 Os Métodos da História Oral e as Nossas Entrevistas. 83
4.1.2 A Utilização da História Oral e a História Oral na Historiografia do Pensamento Econômico 85
4.2 O ENSNO DE ECONOMIA MARXISTA DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA: UMA ABORDAGEM DE HISTÓRIA ORAL 86
4.2.1 Acesso ao estudo marxista 90
4.2.2 Os diferentes centros e a perseguição acadêmica 93
4.2.3 O Governo militar e as possíveis interferências no ensino de economia 97
5 CONCLUSÃO 103
REFERÊNCIAS 107
APÊNDICES 117
ANEXOS 190

1 INTRODUÇÃO

O estudo aqui apresentado visa compreender as formas pelas quais o golpe civil-militar brasileiro de 1964 afetou, ou não, o ensino de economia no país. A partir disso, uma vez que a Doutrina de Segurança Nacional tinha forte caráter anticomunista, nosso foco recai sobre a teoria econômica marxista. Para cumprir esse objetivo utilizamos duas metodologias. Primeiro, buscamos reconstruir a história dos cursos de Ciências Econômicas e, dentro disso, analisar grades curriculares a que tivemos acesso à procura conteúdos de disciplinas e disciplinas que abordassem a economia política de Marx. Posteriormente, recorremos ao método da história oral, muito em função da escassez das fontes documentais encontradas e, em paralelo, a relevância da experiência dos envolvidos em um período de perseguição política, que sempre levanta aspectos psicológicos importantes dos acontecidos.

A dissertação está organizada da seguinte maneira. Primeiramente, realizamos um resgate sobre a repressão dentro do ambiente universitário, contra a comunidade acadêmica em geral. Utilizamos nesse ponto bibliografias secundárias que cobriram os ocorridos na Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade de Campinas (Unicamp). O intuito, ao escolher essas instituições de ensino, foi construir o cenário do maior número de instituições que posteriormente seriam abordados em nosso trabalho, seja através do estudo das grades curriculares ou da história oral. Essa revisão bibliográfica é o objeto do capítulo dois.

O terceiro capítulo traz uma análise das grades curriculares das faculdades de economia do país durante o regime militar. Para a busca das grades, entramos em contato com diversas universidades no país e obtivemos acesso a alguns currículos. No entanto, muitas dessas instituições já não possuíam arquivos dos períodos requeridos, enquanto outras puderam disponibilizar apenas uma seleção pequena de disciplinas ofertadas, como no caso da USP. Ademais, houve a necessidade de se pesquisar *in loco*, em cadernos de classe do ínterim aqui abordado, o que inviabilizou a construção das grades curriculares completas, restando apenas a possibilidade de exposição das matérias lecionadas isoladamente. Esse último foi o caso da UFBA. A UFMG e a UFPR foram aquelas que puderam nos fornecer o material mais amplo,

inclusive com o programa das disciplinas. A UFRGS e a UFRJ nos disponibilizaram suas grades curriculares e ementas via e-mail.

Adicionalmente, para contextualizar a análise dessas grandes, ainda no terceiro capítulo, traçamos a história da formação do curso de Ciências Econômicas no Brasil, e também analisamos brevemente a intensidade e a disseminação da discussão da teoria marxista no país. Esse último esforço foi realizado no sentido de se evitar imputar ao governo militar uma relação com a falta de espaço de discussão do marxismo maior que o devido.

A partir daí podemos apresentar o esforço principal dessa dissertação, a metodologia da história oral. Como poderá ser visto em mais detalhes no quarto capítulo, a história oral é muito utilizada como uma fonte alternativa e complementar de informação. Uma vez verificada a relativa escassez de material em relação ao tema aqui abordado, decidimos recorrer à memória daqueles que tiveram papel relevante dentro da comunidade de economistas do período, principalmente aqueles que se dedicaram ao estudo do marxismo.

Gentilmente concordaram em nos conceder entrevistas os professores: Antônio Delfim Netto, Antônio Plínio Pires de Moura, Claus Magno Germer, João Antônio de Paula, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Luiz Gonzaga Belluzzo, Paul Israel Singer e Theotônio dos Santos. Todos os depoimentos foram colhidos nas respectivas cidades de residência, com exceção de João Antônio de Paula, entrevistado durante XVI Seminário de Economia Mineira, em Diamantina/MG.

Além das entrevistas, o capítulo quatro ainda conta com a apresentação da metodologia de história oral e, a partir disso, comentários sobre os porquês de sua utilização em nossa pesquisa. A transcrição da maior parte de todas das entrevistas se encontram nos apêndices 1 a 8, com nossas perguntas destacadas em negrito – as entrevistas não foram degravadas em sua integralidade porque nelas não foram tratados somente temas relacionados à dissertação.

Com o descrito até aqui, em adiantamento dos resultados, acreditamos que fomos capazes de averiguar inexistência de forte interferência do regime militar sobre do ensino de economia no país. Mais precisamente, não houve um constrangimento direto no estudo da economia marxista na academia brasileira durante o período da ditadura civil-militar.

2 O NOVO REGIME E AS UNIVERSIDADES

No que diz respeito à universidade, pode-se afirmar que a grande disputa entre os setores apoiadores do golpe civil-militar e a esquerda foi o debate da reforma universitária, algo que vinha sendo objeto de disputa desde 1960.

Para compreender melhor os termos dessa dissertação, vale definir o que será entendido como "esquerda". A esquerda do modo como é vista hoje, pós-queda do muro de Berlim, não necessariamente coincide conceitualmente com o que se compreendia pelo conceito no período de expansão do ideal socialista revolucionário, que cada vez mais, de acordo com algumas visões, se aproximava do Brasil, graças à Revolução Cubana:

> No século 21, após tantos reveses na história da esquerda, não é mais possível pensá-la nos marcos do passado, da desapropriação da propriedade privada e da ditadura do proletariado. Por sua vez, a esquerda de 1968 que, com sua utopia, transformou a visão tradicional do mundo, se nutriu muito desse modelo. (COELHO, 2009, p. 524)

A polarização, então, no corte temporal estudado aqui, estaria muito ligada à questão capitalismo *versus* socialismo, de acordo com Coelho (2009). Esse bipolarismo, como nos mostra Wasserman (2006), foi de suma importância para a implantação da Doutrina da Segurança Nacional (DSN)[1] e os sucessivos golpes militares na América Latina. No entanto, apesar da configuração dessa díade, Bobbio (1995) aponta para a existência de diversas esquerdas, incluso dentre aqueles que apoiam o capitalismo, e uma série de interpretações sobre o termo[2], e mesmo da contestação da validade dele nos dias de hoje.

Como poderá ser constatado mais à frente, a subversão, termo utilizado para acusar os inimigos do regime, não estava exclusivamente ligada à questão socialista, ou seja, na prática, não era apenas a esquerda da díade que estava abarcada por esta definição. Não somente aqueles que queriam um país socialista eram realmente acusados de serem subversivos. Dito isso, o termo "esquerda" será utilizado, neste

[1] As DSN iniciam com uma teoria de guerra e se constituem de um "abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais" (Alves, 1985, p. 35).

[2] Para uma discussão sobre as mudanças na distinção entre a esquerda e a direita ver Laponce (1981).

trabalho, em um dos sentidos possíveis apresentados por Norberto Bobbio: “para dar uma representação sintética de duas partes do conflito” (BOBBIO, 1995, p. 31), denominado sentido “descritivo”. Sendo assim, aqui a direita seria entendida como conservadores no poder e seus aliados, enquanto a esquerda representaria os que lutam contrariamente, podendo ser ou não ligados a ideais socialistas, da mesma maneira como eram os atingidos pela repressão militar.

Aqueles que consideraríamos dentro da esquerda, a partir do conceito sugerido acima, acusados de subversão pelo governo militar, crescem em número gradativamente até seu ápice com a edição do Ato Institucional número 5 (AI-5), de 13 de Dezembro de 1968. Isso acontece devido à maior abrangência dada pelo governo militar ao que considera subversivo e quais atividades políticas estariam sujeitas às penas da lei, o que atingiu diversos setores da sociedade, incluindo o universitário (como visto em Salmeron (1999), Holzmann et al. (2008) e outros trabalhos que serão explorados mais à frente).

A atividade do ensino superior, foco deste estudo, é sensivelmente afetada também por passar por um período de profunda reformulação [cenário analisado por Cunha (1988)], estando no centro das preocupações do governo militar, que se alimentou amplamente dos acúmulos realizados anteriormente ao golpe, mesmo aqueles que eram levados por aqueles que posteriormente viriam a ser inimigos do regime.

> Esse foi o grande paradoxo do regime militar: intervir nas universidades para afastar os professores e estudantes “subversivos” e depois impor o seu próprio projeto, que se alimentou, parcialmente, de propostas que vinham da luta universitária e das experiências do período anterior ao Golpe de 1964. (TRINDADE, 2005, p.19)

Segundo Nicolato (1986), a partir do fim da Segunda Guerra Mundial a educação passa a ser fortemente ligada à questão de desenvolvimento nacional, muito graças aos esforços de reconstrução do pós-guerra, que eram intimamente ligados ao progresso técnico e científico. Esse cenário aumentava significativamente a atenção dada ao debate em torno do ensino. Muito por isso, esse foi um dos principais temas em disputa à época do golpe militar.

A reforma educacional realizada pelo governo em 1968 buscava a modernização do ensino superior através da substituição do sistema de cátedras pelo de departamentos, o fomento à pesquisa e à pós-graduação e organização da carreira

docente (FÁVERO, 2006). Como dito anteriormente, esse debate precede a tomada de poder pelos militares, e por isso muitas dessas demandas já existiam na discussão anterior ao golpe. As modificações citadas se encaixam, já fazendo parte de reivindicações anteriores, no entanto outras tantas não foram contempladas, como o reclame por uma universidade mais voltada aos interesses populares e o aumento da representação estudantil nas instâncias administrativas (*Idem*). Cunha (2007) destaca o forte caráter tecnicista da reforma implementada, excessivamente voltada para o mercado de trabalho e para questões econômicas. Vale ressaltar um ponto polêmico apontada por Cunha: a tentativa de findar a gratuidade do ensino superior público.

Assim, a intenção de modernização do ensino veio ungida de um forte conservadorismo, além de marcada pela perseguição àqueles que não se encaixavam na ideologia do grupo que governava o país. A comunidade universitária era notoriamente vigiada, corriqueiramente censurada, além de submetida à propaganda do governo militar, com intuito de espalhar esses valores conservadores (MOTTA, 2008). Atitudes diretas foram tomadas, como a criação das Assessorias Especiais de Segurança e Informação, as AESI.[3] Eram elas agências de informação voltadas para o controle da comunidade universitária (nesse caso, já que estavam presentes em diversas autarquias governamentais), agindo através de ações típicas de inteligência, bem como da criação de disciplinas que ensinavam “moral e o civismo”, denominadas “Educação Moral e Cívica” e “Estudo de Problemas Brasileiros”[4] (*Idem*). Vamos analisar um pouco mais detidamente esses mecanismos de repressão criados dentro da administração pública.

2.1 A BUROCRACIA DA REPRESSÃO

Os militares viam em sua atuação através dos órgãos de inteligência uma luta contra a “guerra revolucionária”, travada pelos organismos comunistas internacionais. Assim descreve o General Lyra Tavares, o *modus operandi* do inimigo a ser combatido, e como fazê-lo:

[3] Seu funcionamento iniciou em 1971.

[4] Essa última, para o ensino superior, poderá ser verificada nas grades curriculares da década de 1970 apresentadas posteriormente.

> Sua arma principal é a palavra, como instrumento tècnicamente utilizado, com os artifícios, sob as formas e pelos meios mais adequados à conquista do espírito do homem cìvicamente despreparado ou desprevenido, ao abrigo das próprias liberdades e liberalidades das democracias que ela tem por fim destruir.
> O armamento mais poderoso e mais delicado, que cumpre preparar e mobilizar, como fundamento da segurança nacional, para face a tal ameaça é, sem dúvida, o próprio espírito do cidadão. (TAVARES, 1964, p. 5).

Ao se estudar essa comunidade de informações, erguida pelo governo militar, percebe-se que o temor e o escárnio se misturavam, como descrito em Fico (2001).

> Muitos episódios poderiam servir como exemplo desse grotesco [o exagero no tratamento à ameaça comunista internacional]. Em 1973, palavras de ordem da esquerda foram carimbadas nas células de 1 e 10 cruzeiros: para a comunidade de informações, tratava-se de "modificação sofisticada da propaganda adversa". [...] A logomarca da 29ª Reunião da SBPC realçou as letras "PC"[5]. Por isso, foi alvo de *percuciente* estudo por parte dos agentes de informações do Ministério da Justiça (FICO, 2001, p.73).[6]

Esses são alguns exemplos vindos de relatórios vazados que acabaram publicados em jornais da época. Em relação ao medo, Carlos Fico traz uma das correspondências encontradas nos arquivos da Divisão de Segurança e Informação (DSI), presentes no Arquivo Nacional[7], onde o chefe do DSI/MJ[8] afirma, ao Serviço Nacional de Informações (SNI), que "todo criminoso, segundo afirmam os doutos, teme a morte violenta e a prisão sem possibilidade de recuperar a liberdade por evasão" (FICO, 2001, p.74). Logo após isso é sugerido organizações penais-agrícolas em ilhas, para onde presos perigosos deveriam ser enviados para esperar o julgamento de Conselhos da Justiça Militar.

Fico (1997) discute mais profundamente a maneira como se utilizava o escárnio para atenuar o medo contra o autoritarismo. Para o autor esse comportamento pode ser observado ao longo da história brasileira face a aparição da autoridade. Apesar disso, o grosso do trabalho das comunidades de informação eram fontes fidedignas aos comandantes do regime, sendo os erros grotescos filtrados (FICO, 2001).

---

[5] Hipotética alusão às iniciais de Partido Comunista.
[6] Para os militares a sigla "PC" estaria fazendo referência a Partido Comunista.
[7] *Informação* C. nº 60877/72, 27 set. 1972. MC/P. Cx. 591-05131.
[8] Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça.

O golpe, segundo Alves (1985), envolveu setores das burguesias brasileira e internacional, o governo dos Estados Unidos, através da *Central Intelligence Agency* (CIA), e os militares, especialmente aqueles ligados à Escola Superior de Guerra (ESG). A ESG, treinada desde sua criação por consultores franceses e norte-americanos, teve papel central na conspiração. A escola utilizou de instituições civis de fachada com o intuito de coordena o golpe, mais especificamente o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) (ALVES, 1985).

Esses órgãos/institutos, foram de extrema importância para a auxiliar a tomada de poder pelos militares, tendo levantado cerca de 400.000 detalhados dossiês a respeito de cidadãos brasileiros, ainda de acordo com Alves (1985). O próprio general Golbery do Couto e Silva[9], um dos comandantes do IPES, admitiu que o instituto serviu como fonte de desestabilização do governo de João Goulart (WASSERMAN, 2006).

Talvez como consequência da maneira como ocorreu o golpe, com movimentações conspiratórias sendo articuladas tão próximas ao então presidente, o Brasil sustentou o maior aparato de inteligência governamental dentre todos os regimes autoritários da América Latina, principalmente quando levamos em consideração aqueles de base estatutária (ou seja, que se tornaram instituições legalmente constituídas) (STEPAN, 1988). Aparato burocrático que começou a ser consolidado poucos meses após o golpe, com a criação do SNI (BRASIL, Lei 4341, de 13 de Junho de 1964), órgão ligado à Presidência da República. Apenas com o surgimento do último o aparato da inteligência se espalha por todo Brasil.

O SNI, então, é criado em junho de 1964, sendo subordinado diretamente à Presidência da República, com seu Chefe possuía *status* de Ministro de Estado. O órgão ainda possuía isenção de qualquer necessidade de transparência em relação às suas ações (OLIVEIRA, 2010).

O SNI posteriormente foi a base para o que os militares viriam a chamar de Sistema Nacional de Informações (SISNI)[10], um complexo conjunto de órgãos criado

[9] Golbery, geopolítico, foi uma dos mais importantes teóricos da ditadura, tendo responsável pela Doutrina da Segurança Nacional absorvida pela ESG, além de ter dirigido o IPES durante o governo de João Goulart, segundo Alves (1985).

[10] Além do SNI, faziam parte do SISNI ainda, segundo Lagôa (1983): os serviços secretos do Exército (E2), da Marinha (M2) e da Aeronáutica (A2); as segundas seções dos três ministérios militares (S2); o Centro de Informações do Exército (CIE); o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA); o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR); os Serviços Secretos da Polícia Federal; os Departamentos de Ordem

em 1970, que unidos tinham o objetivo de produzir informações para a política de segurança do país (FICO, 2001). O SISNI foi constituído com o intuito de "assegurar o perfeito funcionamento do sistema, determinando a execução das atividades de informações, normatizando, supervisionando, e fiscalizando todos os órgãos participantes" (FICO, 2001, p.80). A FIGURA 1, presente ANEXO 1, traz um organograma do SISNI.

Ao longo do regime militar, as ações dos órgãos de segurança foram sendo modificadas, às vezes mais discreta e às vezes mais aparente e capilarizada. Para classificar e organizar essas diferenças utilizamos Mansan (2013), que classifica o modo de operação dos órgãos de inteligência do Governo brasileiro como: *colaborativo* no período 1964-1967; *internalizado* entre 1967-1979; e *dissimulado* de 1979 até a abertura política.

Durante o período *colaborativo*, as informações levantadas pelos órgãos de segurança eram coletadas através da colaboração membros da sociedade civil. No âmbito universitário, caso que estamos analisando, isso se dava principalmente por meio dos professores e técnicos, no que toca as colaborações formais[11]. Segundo Mansan (2010), essas investigações eram levadas a cabo pelas Comissões Especiais de Investigação Sumária (CEIS), que foram implantadas pelo MEC, mas eram coordenadas pela Comissão Geral de Investigação (CGI), e executadas pelas próprias reitorias.

Já entre 1967 e 1979, vigorou o modo *internalizado* de atuação dos órgãos de inteligência. O início desse período coincide com as crescentes demonstrações de insatisfação contra o governo, inclusive com o surgimento da luta armada, que culmina na subida da "linha dura" do Exército ao poder.

Nesse ínterim ocorre uma reestruturação da burocracia de inteligência no país, marcada, principalmente, pela criação das Divisões de Segurança e Informação

Política e Social (DEOPS); os Serviços Secretos das Polícias Militares (P2); o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI); as Divisões de Segurança e Informação (DSI's) e as Assessorias de Segurança e Informação (ASI's). Em relação aos órgãos de informação dentro de órgãos militares. Fico (2001) também elenca os respectivos escritórios dos adidos [ADIDAL (Marinha), ADIEx (Exército) e ADIAer (Aeronáutica)] e o Subsistema de Informações Estratégicas Militares (SUSIEM), que era composto pelas segundas seções do Estado Maior das Forças Armadas [o M-20 (da Marinha), a 2ª/EME (do Exército), e a 2ª EMAer (da Aeronáutica)] e pelo Centro de Informações do Exterior do Ministério das Relações Exteriores (CIEx/EME).

[11] Não estamos aqui tratando de denúncias pontuais, que podem ter sido feitas por outros seguimentos da comunidade universitária. A burocracia a serviço da política de segurança estava muito mais intimamente ligada aos professores e técnicos administrativos, como acontecia no caso da UFRGS, segundo HOLZMANN ET AL. (2008).

(DSI) (MANSAN, 2010). As referidas DSI's foram órgãos que se instalavam dentro dos Ministérios, com o papel de assessorar os ministros em questões de segurança e produzir informação para o SNI. No entanto, de acordo com Motta (2008), como as DSI eram chefiadas por coronéis do Exército, elas acabavam por exercer maior poder dentro dos respectivos Ministérios que os próprios ministros. Seguindo essa linha de presença física dos órgãos de segurança/inteligência nos locais de interesse, foram criadas as Assessorias de Segurança e Informação (ASI)[12], órgãos que deveriam se instalar em diversas autarquias governamentais no intuito de auxiliar na atuação das DSI, segundo Fagundes (2013)[13].

Dentro do Ministério da Educação (MEC) as principais funções dessa assessoria (ASI/MEC) eram: criar uma espécie de filtro ideológico, de modo a impedir o ingresso de elementos subversivos nas universidades; controlar manifestações estudantis em geral, desde passeatas até meras solenidades; controlar as atividades dos docentes, principalmente no que diz respeito a viagens internacionais; e garantir a disseminação da propaganda do governo[14] (Motta, 2008).

Em relação às viagens internacionais, o intercâmbio de professores brasileiros com universidades da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) era uma grande preocupação do governo, como pode ser visto nesse conteúdo de uma circular contendo um comunicado da DSI/MEC, datado de 1973:

> a) O Ministério da Educação e Cultura recomendou, aos órgãos da Administração Direta e Indireta deste Ministério, que deverão ser adotadas as medidas julgadas convenientes, no sentido de que seja evitado o estreitamento de relações culturais do Brasil com países de governos comunistas, em face da possibilidade de os mesmos utilizarem acordos e manifestações culturais como instrumento de exportação e penetração ideológica.
> b) Devem ser negadas facilidades ou apoio governamental aos brasileiros que desejarem seguir para cursos no exterior, contrariando a recomendação constante da letra "a".
> c) Acha-se proibida, por determinação do Senhor Presidente da República, a realização de acordos entre universidades e estabelecimentos isolados do ensino brasileiros, com similares no exterior, sem previa autorização do MEC e do Ministério das Relações Exteriores. (Ofício n. 042/73/SI, de 26 de junho de 1973. AESI/UFBA, p. 1 *apud* CLEMENTE,2006).

[12] Que também eram chamadas de Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI).

[13] Também em 1971 o governo militar criou a Escola Nacional de Informações (EsNI), um órgão do SNI responsável por treinar os membros da chamada "Comunidade de Informações", que correspondia ao todo o arcabouço institucional voltado para coleta de informações utilizada pela inteligência do Governo (MOTTA, 2008).

[14] Uma das operações, inclusive, incluiu a implantação de uma escuta no DCE-UnB, fato que ganhou a imprensa nacional em 1978, mas não resultou em nenhum tipo de punição, segundo Salmeron (1999).

A questão do anticomunismo criou um cenário peculiar: Os países Soviéticos representavam parcela não desprezível das exportações brasileiras, o que levou o Ministro de Castelo Branco, Roberto Campos, a ser enviado a Moscou em 1965, (Motta, 2012). Essa relação diplomática deixava o governo em situação desconfortável, principalmente frente à "linha dura" do Exército. Uma dos desdobramentos dessa circunstância era a impossibilidade de proibir, inteiramente, atividades culturais e intercâmbios de ensino com a URSS[15] (*Idem*). A partir da segunda onda de repressões, a tolerância à influência Comunista internacional na comunidade universitária começa a ser combatida[16] mais abertamente, através da DSI-MEC, ficando a cargo das ASI, após a sua criação (*Idem*).

Além dos citados até o momento, outro órgão que atuava de forma a auxiliar a DSI/MEC era a Comissão Especial de Investigação Sumária do Ministério da Educação (CISMEC), criada Portaria Ministerial de 10 de janeiro de 1969[17], e que substituiu a CEIS. Ao contrário das ASI, a CISMEC atuava dentro do MEC, e não nas instituições civis, e era responsável por, além de levantar dados e informações, sugerir, dentro das fichas levantadas, aqueles que deveriam ser levados à atenção do ministro da educação (CUNHA, 2009).

Dada a quantidade de órgãos que aqui representamos por siglas, além da dinâmica de suas durações, expomos abaixo o QUADRO 1, que os compila (juntamente com a vigência de cada um) de modo a tornar mais simples o entendimento do assunto aqui tratado.

O terceiro período é iniciado com a dissolução das AESI/MEC (e DSI), em 1979. A partir daí a vigilância era mais acanhada, e menos formal. Apesar de, aos poucos, as Assessorias de Segurança e Informação irem sendo fechadas, era comum que os militares que as chefiavam continuassem dentro dos Ministérios no exercício de suas funções de vigilância, segundo Mansan (2013).

Sendo assim, pudemos aqui observar que o governo militar atuou de maneiras diferentes ao longo do tempo, no que diz respeito ao modo como se fazia inteirar sobre as atividades que poderia ou não considerar censuráveis dentro do ambiente

[15] Segundo Motta (2012), em 1966 haviam 200 brasileiros estudando na União Soviética.
[16] A partir de 1975, ficou inclusive proibida a revalidação de diplomas pelas próprias universidades (MOTTA, 2012).
[17] BRASIL. **Diário Oficial da União**. 10/05/1971. p. 10.

universitário (e da sociedade como um todo). O restante deste capítulo se dedica a fornecer alguns exemplos do modo como agiu a inteligência brasileira dentro de algumas universidades, com o intuito de montar o quadro mais geral possível a partir da bibliografia existente.

Órgão	**Sigla**	**Período de Vigência**
Assessoria de Segurança e Informação*	ASI/AESI	1969 – 1979
Comissão Especial de Investigação Sumária	CEIS	1964 – 1969
Comissão de Investigação Sumária do MEC	CISMEC	1969 – NC
Comissão Geral de Investigações**	CGI	1964 – 1964 e 1968 – 1979
Conselho de Segurança Nacional	CSN	1934 – 1988
Divisão de Segurança e Informação do MEC	DSI/MEC	1967 – 1990
Escola Superior de Guerra	ESG	1949 – hoje
Instituto Brasileiro de Ações Democráticas	IBAD	1959 – 1963
Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais	IPES	1961 – 1972
Serviço Nacional de Informações	SNI	1964 – 1990
Sistema Nacional de Informações	SISNI	1970 – 1985

QUADRO 1 – ÓRGÃOS E INSTITUTOS LIGADOS À INTELIGÊNCIA DO GOVERNO MILITAR E SEUS PERÍODOS DE EXISTÊNCIA
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA
NC – Não Consta
*O Ministro da Educação, em 1979, solicitou que as ASI e AESI ligadas às instituições de ensino superior fossem desativadas, segundo Mansan (2013).
** Segundo o Sistema de Informações do Arquivo (SIAN), a CGI funcionou em duas oportunidades. A primeira em 1964, com duração de apenas seis meses, e com finalidade de regulamentar as investigações realizadas por força do Ato Institucional número 1 (AI-1). A comissão foi reestabelecida no período 1968-1979, com o intuito de investigar aqueles que por ventura teriam adquirido, no exercício de cargo público, bens de forma ilícita.

.

2.2 OS CICLOS DE REPRESSÃO: EXEMPLOS DA POLÍTICA DO MEDO EM ALGUMAS UNIVERSIDADES

Como apontado anteriormente, a disputa política dentro da Universidade brasileira se dava em torno da questão da reforma universitária. De um lado estavam os apoiadores do governo e dos acordos entre o MEC e a United States Agency for International Development (USAID), chamados “acordos MEC-USAID”, e do outro

aqueles de defendiam uma reforma mais ampla, que incluiria tópicos como a paridade nos votos entre os corpos docente, discente e técnico-administrativo, como pode ser visto em ADUSP (2004).

A USAID ganhou maior notoriedade em sua atuação junto à ao Ministério da Educação e da Cultura, no entanto outras áreas estratégicas receberam grande intervenção da agência, como a Polícia brasileira (MOTTA, 2010). Segundo Motta, a ela foi um órgão criado com o intuito de auxiliar na modernização dos países subdesenvolvidos (que tinham boa relação diplomática com os Estados Unidos), principalmente após a Revolução Cubana. Pode-se dizer que a USAID era a bengala modernizante do governo militar.

Essa agência norte-americana tinha um grande poder de barganha frente aos países latino-americanos, já que a partir de 1964 ela passa a controlar a atuação de diversos órgãos de fomento na região: o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Eximbank, programas de auxílio do governo americano e ajuda de nações europeias, além de ter certa influência sobre o FMI no que diz respeito à América-Latina (RIBEIRO, 2006).

Um programa de reformulação do ensino, desde o básico até o superior, foi concebido através da relação entre o governo brasileiro e a USAID. O acordo MEC-USAID, foi alvo de diversas críticas, e base para grande parte dos protestos movidos durante a ditadura, principalmente aqueles encabeçados pelo Movimento Estudantil (ME), como nos mostra Mansan (2009). Acreditava-se que essa era uma reforma limitada e conservadora, e a disputa por essa pauta teve uma diversidade de desdobramentos dentro da comunidade universitária brasileira (*Idem*).

Todas essas modificações no aparato de segurança brasileiro, e os acordos do governo em prol da reforma universitária, formam o pano de fundo para os conflitos decorrentes do golpe militar dentro do âmbito universitário.

As universidades foram atingidas de maneiras diferentes, e com intensidades diferentes, tanto de modo geral, como comparando cada uma das “ondas” de violência. A intenção dessa seção é, então, reunir relatos dos ocorridos dentro do ambiente universitários e do modo de ação da ditadura em relação ao mesmo, dividindo a última em dois períodos (ondas) onde se concentram as ocorrências de expurgos e outras violências. Para tanto, reunimos aqui informações baseadas nas exíguas fontes secundárias, o que torna o esforço concentrado em algumas poucas universidades.

A divisão dos acontecimentos em duas grandes ondas de violência é retirada de Holzmann et al. (2008), e pode ser melhor entendida se comparada com a divisão dos ciclos de repressão resumidas em Codato (2004). Codato apresenta quatro grandes etapas da perseguição, que estão representadas no QUADRO 2. A primeira onda corresponde aos pontos 1 e 2, e a segunda onda ao ponto 3, ou seja, têm ligação direto com os Ato Institucional número 2 (AI-2) e Ato Institucional número 5, respectivamente.

Ciclos de "repressão"	**Ciclos de "liberalização"**
1) 1964-1965: eliminação dos atores políticos ligados ao populismo (líderes partidários, sindicais) e a posições de "esquerda" em geral (AI-2)	1) 1965: adoção de uma "política de retorno à normalidade" pelo governo Castello Branco, a fim de "constitucionalizar" o regime (AI-4)
2) 1966-1967: consumação dos expurgos políticos após a edição do Ato Institucional n. 2 em outubro de 1965	2) 1967-1968: adoção da "política de alívio" pelo governo de Costa e Silva, que envolvia tentativas de negociação com a oposição;
3) 1969-1973: enfrentamentos com a luta armada e constituição de um aparelho repressivo-militar	3) 1974-1976: "política de distensão", adotada no início do governo Geisel;
4) 1975-1976: concentração da repressão em São Paulo a fim de enfrentar a emergência de uma grande frente de oposição	4) 1977-1979: retomada da "distensão" pelo governo Geisel após o "pacote de abril" de 1977, tendo como objetivo final a revogação do Ato Institucional n. 5
5) 1979-1984: repressão aos movimentos sociais de trabalhadores rurais e urbanos, principalmente o novo movimento sindical	5) 1979-1984: continuidade da "política de distensão" na "política de Abertura" do governo Figueiredo

QUADRO 2 – CICLOS POLÍTICOS DO REGIME DITATORIAL MILITAR
FONTE: Codato (2004)

Apesar de as perseguições dentro das universidades, muitas vezes, tomarem caráter quase personalista (muito por serem conduzidas por membros civis da comunidade universitária) – principalmente na primeira onda, como nos mostra Holzmann et al. (2008) – pode-se dizer que pensamento dos militares girava em torno de algo como um "anticomunismo":

> O anticomunismo forneceu aos agentes de repressão uma razão de ser e um sentido de missão, ao apontar o alvo principal que deveriam mirar. Assim, eles atuaram na tentativa de impedir a contratação de professores marxistas,

> bloquear a circulação de textos e ideias socialistas e também evitar os contatos culturais com países do bloco soviético. (Motta, 2012, p. 134).

Essa ideologia, que serviu como grande bandeira do golpe de 1964, de combater o "perigo vermelho", também balizou as medidas tomadas pelo governo em sua intervenção no ensino superior. Embora dentre as punições feitas aos docentes não se possa encontrar uma consistente eliminação de tal "ameaça", outras medidas, como a criação da Educação Moral e Cívica[18] e o Projeto Rondon, expõe essa segunda característica de disputa ideológica.

A partir do colocado até aqui, o que exporemos a seguir é a maneira como se deu a repressão dentro do âmbito universitário: onde o governo mirava nos comunistas, e atingia a qualquer um que não estivesse de acordo com os conservadores que detinham o poder nas universidades. O primeiro choque veio logo após o golpe civil-militar, a chamada "primeira onda" de violência, que foi seguida por certo período de calmaria, para retornar em uma "segunda onda" que surge, assim como outros em setores da sociedade brasileira, como resposta às diversas manifestações de desagrado contra o regime.

2.2.1 A Primeira Onda de Violências

A Universidade de Brasília foi a primeira a sentir as consequências do golpe militar. Segundo Salmeron (1999), a intervenção se deu de várias formas, incluindo invasões do exército em mais de uma ocasião, o que fez da UnB a instituição de ensino mais severamente atingida nessa primeira onda de violências do Estado. O autor atenta para o modo como se deu o processo de criação da recém-fundada (Abril de 1962) universidade da capital brasileira, e os principais nomes envolvidos nesse processo, como uma das causas de tamanha atenção dada por parte do governo militar: ela foi idealizada por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira[19], projetada por Oscar Niemayer e autorizada por João Goulart (em 1961).

---

[18] Esse era um conjunto de disciplinas, que abrangiam todos os níveis de ensino, que buscava disseminar valores caros aos golpistas.

[19] Anísio Teixeira também foi um dos principais responsáveis pela criação da Universidade do Distrito Federal, em 1930, segundo Trindade (2005).

Darcy Ribeiro, então chefe do Gabinete Civil da Presidência da República à época do golpe, além ter sido o primeiro reitor da Universidade de Brasília, perde seus direitos políticos já no Ato Institucional número um (AI-1), de 9 de Abril de 1964, logo após a tomada de poder pelos militares; Anísio Teixeira[20] foi afastado de seu cargo de reitor da UnB e também teve seus direitos políticos cassados; Oscar Niemeyer, conhecido por sua ideologia declaradamente comunista, deixou o país logo após o golpe; João Goulart, o presidente deposto, também se exila a partir de abril de 1964 (SALMERON, 1999). Ou seja, os responsáveis pela criação da universidade viriam a ser grandes inimigos do novo regime. Isso deixa claro o "berço subversivo" sobre o qual repousava a Universidade de Brasília na visão dos militares.

Ainda em 9 de abril de 1964 a universidade já se depara com uma brutalidade que viria a se tornar corriqueira: foi invadida por tropas do Exército e da Polícia Militar de Minas Gerais. Segundo Salmeron (1999), doze professores eram procurados, sendo que alguns se encontravam em suas casas e se apresentaram a pedido do Vice-Reitor Almir de Castro. Este foi demitido juntamente com o Reitor Anísio Teixeira, que, além disso, foi destituído o Conselho da Fundação da Universidade de Brasília. A instituição criada para ser modelo de uma nova guinada no ensino superior brasileiro, dois anos após sua fundação, já sofria profundos reveses em seu projeto. A intervenção direta por parte do governo militar continuou, e poucos dias após a invasão, o presidente Castelo Branco nomeou como novo Reitor da Universidade de Brasília, o professor Zeferino Vaz[21], além de um novo Conselho Diretor da Fundação. Para Trindade (2005), apenas os violentos episódios ocorridos na Universidade Autônoma do México (UNAM)[22], em 1968, são comparáveis com a sequelas deixadas pelas seguidas intervenções dentro da UnB.

Segundo Gomes (2007), o novo reitor conseguiu atrair muitos investimentos estatais para sanear as contas da universidade, além de cuidar pessoalmente da libertação de professores e estudantes presos durante a invasão. Apesar disso, agiu diversas vezes como interventor e contra a comunidade acadêmica nesse período, como mostra Salmeron (1999).

---

[20] Anísio Teixeira desaparecera em 1971, e foi encontrado morto em um foço de elevador. A perícia afirmara, à época, que a causa foi acidental, mas a família o coloca como vítima da repressão.

[21] Zeferino Vaz teve longa carreira na liderança de instituições de ensino. Foi diretor da Faculdade de Medicina Veterinária da USP e da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, além de reitor da Universidade de Brasília e da Universidade Estadual de Campinas, segundo Gomes (2007).

[22] Para mais informações acerca dos ocorridos na UNAM ver Cazés (1993) e Poniatowska (1992).

O clima de tensão na Universidade foi momentaneamente dissipado com esse pedido de libertação de professores e alunos presos feito pelo reitor. No entanto foi rapidamente reconstruído com a dispensa de nove docentes, por ordem do mesmo, no dia 9 de maio de 1964, alegando “conveniência da administração” (SALMERON, 1999). Seis dos demitidos pertenciam ao Instituto Geral de Ciências Humanas, onde os setores de Sociologia e Economia foram esvaziados por conta dos pedidos de desligamento feitos em massa, em solidariedade aos colegas atingidos (*Idem*).

Um ano e meio após esse episódio pressões, externas obrigaram o reitor a demitir um professor de filosofia recém contratado. Até esse episódio a UnB vivenciou meses de trégua, “Zeferino Vaz teve uma feliz evolução: passou da posição inicial de interventor, como ele mesmo se definiu, para de adepto das ideias da Universidade de Brasília em toda a sua extensão.” (Salmeron, 1999, p.177). Porém o caráter intervencionista do Estado brasileiro não tardou a se tornar claro novamente, e Zeferino compreendeu o limite da autonomia universitária: “sua liberdade de agir como um universitário normal tinha limites traçados por elementos externos. Quando estes julgavam necessário, ele tinha de seguir suas normas e comportar-se como interventor.” (*Idem*).

O Filosofo em questão era Ernani Maria Fiori, contratado, em Março de 1965, para organizar o departamento de Filosofia, e que chegava permeado de expectativas por parte do Instituto de Ciências Humanas. No entanto, Zeferino Vaz subestimou um fator importante em relação ao professor contratado: ele era expurgo ideológico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, um dos atingidos pelo primeiro Ato Institucional (SALMERON, 1999*)*.

Outros dois casos são apontados em Salmeron (1999) para ilustrar a falta de autonomia na Universidade. O requerimento do regresso de dois professores cedidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC): a antropóloga Edna Soter de Oliveira e o sociólogo Roberto Décio Las Casas, sendo o último solicitado pelo próprio Reitor. Esses pedidos foram recebidos com imensa surpresa, e aumentaram o clima de insegurança dentro da instituição. Dentro de dois meses a UnB havia sofrido três golpes diretos, que se somavam à má vontade na liberação de verbas por parte do MEC (*Idem*).

Ainda em 1965, a UnB volta a ser invadida. Para entender esse episódio, os seguintes acontecimentos exteriores foram muito influentes: o mês de outubro, em que ocorreu a invasão da universidade pelas forças armadas, foi marcado pela derrota

do Governo nas eleições dos estados da Guanabara e de Minas Gerais, e na esteira desses acontecimentos o presidente decreta o AI-2, segundo Ridenti (2014), que superava, e muito[23], o AI-1 na questão da restrição das liberdades. Sendo assim, somando o descontentamento com a figura inovadora que a Universidade representava ao aumento de poder da linha dura do exército, por conta de reveses na política nacional, tem-se como resultado os difíceis anos vividos dentro daquela instituição.

A partir daí uma série de acontecimentos, entre expurgos e protestos, acabaram por levar um significativo número de docentes da Universidade de Brasília a pedirem demissão.

Em protesto contra o endurecimento do regime, os alunos iniciaram uma greve que durou três dias, o que causou apreensão ao corpo docente, e motivou a convocação de uma Assembleia. Nesse momento Zeferino Vaz já havia comunicado seu afastamento do cargo de Reitor, e compareceu à Assembleia, acompanhado de seu designado sucessor, Laerte Ramos de Carvalho (SALMERON, 1999).

A Assembleia foi um desastre. O futuro Reitor fez declarações como partidário da "linha dura" do regime, enquanto Zeferino voltou a falar sobre as demissões de 1964, alegando "mediocridade" dos demitidos como justificativa, e afirmar que ainda existiam medíocres a terem seus currículos revisados (*Idem*).

Diante disso, da decisão do já Reitor Laerte de Carvalho em demitir o professor Las Casas, e da subsequente insegurança gerada, foi convocada uma assembleia de professores, onde ficou decidida uma greve de 24 horas em protesto pelas atitudes arbitrarias da reitoria. Como era sexta-feira, o resultado da greve foi a paralisação das aulas da manhã do dia 9 de outubro, um sábado (*Idem*). Os alunos também entraram em greve em apoio aos professores.

A reação do Reitor à atitude dos professores foi mais do que surpreendente: ele próprio convocou o exército, em carta direcionada ao General Riograndino Kruel, do Departamento Federal de Segurança Pública, para que ocupasse a Universidade (*Idem*). Esse fato ocorreu cinco semanas e meia após a posse de Laerte de Carvalho. Na segunda-feira, 11 de outubro, o campus estava ocupado, e todos eram impedidos de entrar. Roberto Salmeron, coordenador dos Institutos Centrais de Ciências e

[23] "Ele [AI-2] dava ao presidente liberdade para governar por decreto, fechar o Congresso, suspender direitos políticos e cassar mandatos. Determinava ainda eleições indiretas para a presidência da República" (RIDENTI, 2014, p.34-5)

Tecnologia da Universidade à época, narra que só conseguiu adentrar o *campus* com uma carta de autorização do Gabinete da Reitoria.

Laerte de Carvalho decidiu demitir 15 professores após esse episódio, sendo que a informação só chegou aos mesmos, e aos professores coordenadores, por meio dos jornalistas, já que o Reitor enviara o informe de sua decisão diretamente aos jornais, ao invés de comunicar os demitidos (*Idem*).

O troco veio na mesma moeda, e na edição do Correio Brasiliense e da Folha de São Paulo de 19 de outubro de 1965, foram publicadas tanto o informativo de demissão dos 15 docentes, como a notícia do pedido de demissão de quase duzentos professores da Universidade de Brasília (*Idem*). Número que chegou a duzentos e vinte e três, por ganhar amplo apoio após as notícias se espalharem. "[...] faria história na Universidade de Brasília, o Professor Laerte Ramos de Carvalho – graças não só à quantidade de uísque que consumia mas também por rapidamente ter conduzido a instituição ao abismo" (Gomes, 2007, p.40).

No total, A Universidade de Brasília ficou sem 79% de seus docentes, sendo 16 expulsos e 223 demissionários, de um total de 305. "Não conhecemos outro exemplo, no Brasil nem no exterior, de tanta harmonia de pontos de vista e união da maioria dos professores e dos estudantes em defesa da autonomia de uma universidade." (Salmeron, 1999, p.237).

Esse panorama encontrado na Universidade de Brasília, e descrito até aqui com base em Salmeron (1999), se repetiu em graus diferentes em diversas instituições de ensino ao redor do país. Continuaremos a demonstração da opressão exercida pelo Estado, durante o primeiro ciclo de violências, com o ocorrido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Nessa instituição a repressão também não tardou a aparecer, segundo Mansan (2009). Logo após o golpe, o reitor, Elyseu Paglioli, foi destituído[24] de seu cargo. Após esse episódio o vice-reitor, Pery Pinto Diniz da Silva, pediu demissão. José Carlos Fonseca Milano foi o escolhido da lista tríplice enviada ao presidente Castelo Branco (MANSAN, 2009).

Concomitantemente medidas foram tomadas para operacionalizar o que Mansan (2009) chama de "Operação Limpeza". A faculdade de Arquitetura[25] foi a

[24] Segundo o autor há uma controvérsia com relação a se o reitor foi afastado ou pediu exoneração.

[25] "Cabe observar também que a congregação da Faculdade de Arquitetura negou-se a indicar um representante para a CEIS/UFRGS" (MANSAN, 2009, p. 89).

mais atingida, seguida pelas Faculdades de Economia e Direito (HOLZMANN ET AL., 2008).

Essa limpeza ideológica, segundo Holzmann et al. (2008), foi guiada por um mecanismo implantado pelo então Ministro da Justiça, e professor da Universidade Federal do Paraná, Flávio Suplicy de Lacerda: as CEIS.

Quando a CEIS da Universidade Federal do Rio Grande do Sul começou seus trabalhos, em maio de 1964, estava dividida em quatro subcomissões compostas da seguinte maneira: Na subcomissão "A" estavam presentes os professores Cícero Menezes de Morais (relator), Saviniano Marques de Castro, Othon Sá Gatanho e Amadeu F. R. Freitas[26]; na subcomissão "B" não se encontravam professores, mas membros do setor administrativo, sendo o secretário do curso de História Natural, Virgílio Chessa Moura (relator), o único conhecido; à subcomissão "C" pertenciam os professores Jacy Monteiro (relator), Paulo Moreira, Luiz Carlos Guimarães e Néia Machado; e na "D" estavam presentes, inicialmente, os professores Ney Messias, Lourenço Mário Prunes, Nagipe Buaes (relator) e Zacharias Valliati. O professor Prunes foi o primeiro presidente da CEIS, mas não assumiu o cargo por conta da Magistratura, segundo Mansan (2009). O substituiu como presidente o professor da Faculdade de Economia, Nagipe Buaes, e como membro da subcomissão "D" o professor Laudelino Medeiros[27] (HOLZMANN ET AI, 2009).

Com relação aos trabalhos, a subcomissão "A" foi a que protagonizou o caso mais conturbado. Em sua formação inicial ela contava com o professor Moisés Westphalen, que era relator, no entanto o professor, ao se reportar à CEIS, deu parecer favorável aos acusados, o que causou grande constrangimento dentro do Órgão (HOLZMANN ET AL, 2008). Como consequência o professor se tornou réu, ao ser comunicado pelo presidente (Nagipe Buaes) que o III Exército[28] o havia considerado sujeito inidôneo, baseado nas seguintes acusações:

> 1ª) em certa ocasião, teria "falado mal" do III Exército; 2ª) seria "amigo de comunistas"; 3ª) teria sido eleito, para a CEIS, 'quatro comunistas' da Faculdade de Agronomia e Veterinária; e 4ª) seria 'protetor' do professor Luiz

[26] Vale ressaltar que, segundo Mansan (2009), Amadeu Fagundes Rocha Freitas se disponibilizou para integrar a CEIS no lugar de um dos membros da Escola de Arquitetura, que não indicou nenhum docente, e era um dos líderes do IPES no Rio Grande do Sul.

[27] O professor Medeiros também pediu afastamento.

[28] Essa nomenclatura é referente às divisões dos comandos militares brasileiros. O I Exército corresponde à jurisdição do Planalto, o II Exército à jurisdição do Sudeste, o III Exército à jurisdição do Sul e assim por diante, em um total de oito comandos.

> Carlos Pinheiro Machado, também dessa faculdade. (HOLZMANN ET AL. et al., 2008, p.37).

Ambos foram expurgados, tanto o “protetor” como o “protegido”.

Esse processo inquisitório tentava a todo o momento se travestir como algo dentro da legalidade, algo formal, de valor constitucional, coerente com a imagem democrática que o golpe civil-militar tentava passar à população e ao exterior, a de uma renovação modernizante.

> A preocupação com a legitimidade de suas ações fez com que os membros da CEIS/UFRGS elaborassem um conjunto de formalidades e rituais burocráticos, o que era condizente com o modo de reprimir típico daquela conjuntura imediatamente posterior ao Golpe (MANSAN, 2009, p.88).

No entanto, é necessário pouco esforço para encontrar gritantes contradições dentro dos processos que os tornavam ilegítimos. Além de acusações esdruxulas, como as feitas contra o professor Westphalen, haviam ofícios de intimação apócrifos, o julgamento de funcionários públicos por outros funcionários de hierarquia inferior (o que era ilegal), e o conhecimento da sentença, pelos acusados, através da mídia. Esses acontecimentos mostram que os julgamentos eram meros teatros[29], onde o desfecho era previamente conhecido. (HOLZMANN et al., 2008)

No fim todo esse procedimento, a CEIS não conseguiu incriminar nenhum dos inquiridos. No entanto, foram enviados os dossiês de cada um dos profissionais ao MEC. Não obstante do já descrito até o momento, o Ministério da Educação, segundo Holzmann et al. (2008), ordenou que os professores que compunham a comissão julgassem os casos, e apontassem os professores que deveriam ser desligados. Houve hesitação geral por parte dos membros da CEIS, dado que as conclusões dos relatórios apontavam todos como inocentes. Mas não houve alternativa, a pressão foi muito grande, e dezessete professores foram excluídos dos quadros da Universidade, dos quais cinco perderam os direitos políticos[30] (*Idem*).

Um dos professores dispensados foi o já citado Ernani Maria Fiori, que, apesar de não ter seus direitos políticos cassados, foi impedido de ingressar no corpo docente

[29] A mais absurda, das acusações, descrita em HOLZMANN ET AL. (2008), foi feita contra o professor Carlos Maximiliano Fayet, processado pois, visto de cima, o Auditório Araújo Viana (do qual foi desenhista arquitetônico) se assemelhava às formas de uma foice e de um martelo.

[30] Com isso esses cinco professores ficaram vedados, por dez anos, do exercício de qualquer atividade no funcionalismo público, de acordo com HOLZMANN ET AL. (2008).

da recém-criada Universidade de Brasília, para a qual foi convidado pelo reitor Zeferino Vaz a pedido do departamento de Filosofia, como descrito anteriormente.

Para além de todo esse aparato burocrático, a violência contra os docentes não foi restrita aos inquéritos da CEIS, como foi o caso de Temperani Pereira, cujo depoimento escrito reproduzimos:

> Preso duas vezes pelo DOPS de Porto Alegre, em detenções rápidas com fins desmoralizadores, fui finalmente preso pelo III Exército, transportado em avião especial, durante cinco horas com metralhadora encostada ao corpo e, finalmente, entregue ao DOPS do Rio de Janeiro. Passei 72 horas na "cela surda" do presídio da Relação, nu, sem comida ou bebida, no escuro, no meio sórdido de uma cela de mais ou menos um metro quadrado. Em seguida, em condições físicas precárias, fui ouvido numa sala do Ministério da Educação, por diversos militares, sob a presidência do Cel. Gerson Ibiapina que, ao fim de meu interrogatório de quatro horas, pedindo desculpas, soltou o prisioneiro no aeroporto Santos Dumont. (HOLZMANN et al., 2008, p. 66-67).

As ações repressivas dentro da UFRGS durante a primeira onda de violências, de acordo com o relato encontrado em Hozlmann (2008), mostra como o corpo administrativo dessa universidade tinha papel relevante sobre a limpeza ideológica promovida pelo governo militar durante a primeira onda de violências, o que não é inteiramente verdade em relação ao ocorrido na UnB. Na última houveram diversos ataques à autonomia universitária, enquanto em outros momentos o grupo conservador conseguia manipular a perseguição que estava em andamento. Essa diferença na maneira como as universidades eram afetadas continuará a aparecer enquanto apresentamos, a seguir, os ocorridos na Universidade de São Paulo.

O caso da USP é bem dispare daquela observado na UnB. A primeira sustenta um certo conservadorismo, anterior ao golpe civil-militar de 1964. Uma amostra disso é o Serviço Secreto do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) ter sido requisitado a atuar em episódios como, por exemplo, a greve da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, desencadeada pela recusa da contratação do professor Oscar Niemayer em 1951, com intenção de apurar a atuação política de docentes e discentes da Universidade (ADUSP, 2004). Ou seja, os dirigentes da instituição já lançavam mão de medidas repressivas externas para sustentar sua posição.

Após a concretização do Golpe, a universidade, além de ser atingida pelas esperadas intervenções externas, advindas da perseguição do Governo a entes subversivos, também sofreu com o apoio dado ao novo governo por membros da direção, principalmente por parte do então Reitor Edir Pimenta Gama e Silva.

> [...] a congregação da Faculdade de Medicina da USP reuniu-se em sessão extraordinária para formalizar seu voto de confiança ao Exército. [...] A Faculdade de Filosofia foi invadida por tropas de choque e portas foram abertas a pontapés. O reitor cruzou os braços. O governo agradeceu cumulando Gama e Silva de poderes – dando-lhe o Ministério da Educação e logo depois o da justiça – que ele usou para instalar, em julho, uma comissão especial "para investigar atividades subversivas na USP" (GOMES, 2007, p. 39).

Gama e Silva fora, como nos mostra ADUSP (2004), eleito em 1963, mesmo sendo conservador em relações às perspectivas da reformulação do ensino, contou com apoio da ala mais progressista, dando surgimento a um grupo moderado no controle da universidade (principalmente por ter um Conselho Universitário majoritariamente composto por esses mesmos progressistas que cederam em apoiá-lo). No entanto, ainda segundo a autora, o Reitor era extremamente próximo ao novo Regime, e logo alcançou carreira a nível federal, sendo, provisoriamente, Ministro da Justiça e da Educação nos primeiros anos do governo militar. Com isso, conseguiu rapidamente se ver livre das amarras que sua coligação impunha, e atuar como uma espécie de porta-voz da "revolução", contribuindo diretamente para as violências ocorridas dentro da Universidade de São Paulo (ADUSP, 2004).

Ainda no primeiro ano da ditadura, o Reitor implantou uma (sigilosa) comissão para investigar atividades subversivas, que prezariam por sua própria visão de pureza "revolucionária". Essa era composta por docentes ligados às unidades mais conservadores da universidade: Moacyr Amaral dos Santo (Faculdade de Direito), Jerônimo Geraldo Campos Freire (Faculdade de Medicina) e Theodureto de Arruda Souto (Escola Politécnica)[31] (ADUSP, 2004). A prova final da existência dessa comissão, que sempre fora negada, no entanto, só veio com a publicação de um relatório que sugeria a suspensão de direitos políticos de 44 professores, dentre eles alguns famosos, como Fernando Henrique Cardoso, Florestán Fernandes e Caio Pardo Júnior, e os professores da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, Lenina Pomeranz, Paul Singer e Mario Wagner Vieira da Cunha. (ADUSP, 2004, p. 18)

Essa comissão, segundo Mansan (2009), era uma CEIS, e funcionava baseada na mesma legislação daquela que teve funcionamento dentro da UFRGS, no

[31] A existência dessa comissão foi denunciada pela Folha de São Paulo de 26 de Julho de 1964

entanto a configuração era particular, com menos membros, e sem a pantomina judicial descrita acima.

Os ataques promovidos por essa comissão, no fim das contas, atinge muito menos os docentes que poderiam ser considerados subversivos ou de esquerda do que aqueles que representavam algum tipo de ruptura com o ensino conservador: grandes intelectuais inovadores, que estavam em consonância com o pensamento do ex-Reitor Ulhôa Cintra (ADUSP, 2004).

Nessa primeira onda aqueles investigados pela CEIS eram posteriormente ouvidos por Inquéritos Policiais Militares (IPM's), no entanto, antes dessa oportunidade alguns professores já haviam sido demitidos com base nos trabalhos da comissão Dentre os realmente demitidos estavam, majoritariamente, professores da Faculdade de Medicina. Curiosamente nenhum dos investigados foi indiciado pelos IPM's, mas apenas um desses últimos foi readmitido.

A verdadeira razão das acusações pode ser resumida à fala do representante do Ministério Público ao julgamento:

> ... dois grupos se digladiavam na Faculdade de Medicina da USP. Em posições antagônicas, tanto no setor científico como político. Um, eminentemente conservador, via, nos outros, atividades subversivas. E por quê? Porque estes outros não se conformavam com a estagnação da vida universitária num regime considerado retrógrado. (ADUSP, 2004, p.33).

Esse trecho citado deixa bem claro como as disputas internas, principalmente relacionadas à reforma do ensino, ditavam o andar das investigações da referida comissão.

Ainda dentro do estado de São Paulo, a Universidade Estadual de Campinas tem um cenário bem oposto ao encontrado na USP, muito graças ao seu reitor, Zeferino Vaz, que assume postura diferente à citada dentro da UnB, como bem descreve Gomes (2007), e nos confirma Luiz Gonzaga Belluzzo em entrevista a nós concedida.

Segundo Gomes (2007), a Unicamp já nasce em meio a uma intensa disputa política. Ela foi criada por decreto[32] em 1962, no fim do mandato do então governador de São Paulo, Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, constituída apenas da Faculdade de Medicina, o que gerava fortes pressões da Comissão Estadual de

[32] Lei nº 7655/1962.

Ensino (CEE) de São Paulo. Além disso, não contava com nenhuma simpatia do sucessor no governo do estado, Adhemar Pereira de Barros. No entanto, a pressão vinda da cidade de Campinas e o receio de que um possível retrocesso na criação da nova universidade pudesse causar problemas junto ao recém-implantado governo militar, fizeram com que Adhemar de Barros, em setembro de 1965, cria-se uma comissão organizadora para a nova instituição de ensino, com Zeferino Vaz como seu presidente. Nesse momento o cargo de reitor, então ocupado por Mário Degni, é abolido, e a função passa a ser exercida por Zeferino.

A imagem de Zeferino dentro da Universidade de Campinas se diferenciava em muito daquela deixada na UnB. Quando do golpe militar Zeferino era um apoiador, tanto que chegou à UnB se considerando um interventor, como exposto anteriormente. As razões para isso, de acordo com Gomes (2007), era sua avaliação em relação ao governo de João Goulart, que, segundo ele, queria "implantar o caos e a desordem social através da degradação da economia brasileira, mesmo às custas de crianças e de pobres trabalhadores doentes, para justificar o golpe de Estado que preparava" (GOMES, 2007, p.38).

Zeferino levou a Unicamp a um patamar de modernidade ainda inexistente dentre as universidades brasileiras. Ele concebe a universidade baseada no sistema departamental, e não em cátedras, como era comum à época, antecipando o que viria a ser instituído pela reforma universitária de 1968 (GOMES, 2007). Além disso, rompe com a ênfase na formação de profissionais liberais (como era comumente feito nos cursos de Medicina, Direito e Engenharia), vinculando o ensino às necessidades do avanço da industrialização, às pesquisas em tecnologia (*Idem*).

Na constituição dos quadros de docentes da nova universidade, Zeferino foi de certa ousadia, dado o período em que vivia. Algumas das principais surpresas, apresentadas em Gomes (2007), se deram em relação aos convites feitos para a área de humanidades e artes: o filósofo Fausto Castilho, que havia sido expurgado da Faculdade de Filosofia de Araraquara, e os indicados por ele: Roberto Gamboa, Wilson Cano, Ferdinando de Oliveira Figueiredo, Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manuel Cardoso de Melo, dentre outros. Todos ligados à Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). Não havia intenção de, digamos, unir um grupo de esquerda, tanto que as engenharias, ainda segundo Gomes (2007), ficaram sob comando do Físico, e general da reserva, José Fonseca Valverde. O requisito era a excelência.

Nesse primeiro período a Unicamp, diferentemente de outras instituições de ensino, não sofreu grandes ingerências por parte do governo militar. “Enquanto na USP grassava a perseguição política, em Campinas reinava o céu de brigadeiro” (GOMES, 2007, p.62).

Outra situação que também diferiu muito do pouco conturbado ambiente vivenciado na Unicamp durante o período militar foi o da Universidade Federal da Bahia. Logo após o golpe, o Conselho Universitário (CONSUNI)[33] da instituição redigiu uma carta parabenizando os militares por estarem assegurando a liberdade e defendendo as instituições políticas (BRITO, 2014). Carta que foi amplamente divulgada na imprensa soteropolitana. Ainda de acordo com o autor, o mesmo caminho foi tomado por algumas congregações de institutos dentro da universidade, incluindo a Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas (*Idem*).

De acordo com Brito (2014), essa reação após o golpe deve ser vista com cautela, evitando-se a generalização de afirmar que havia um apoio amplo por parte do corpo docente. Segundo o autor, Albérico Fraga, o reitor, tinha sim uma ideologia condizente com a daqueles que tomaram o poder no Brasil, tendo ele inclusive sido presidente da União Democrática Nacional (UDN). No entanto, Brito aponta para a possibilidade de essa reação amigável ao golpe, por parte de alguns membros do corpo docente, ser uma tentativa de evitar que a UFBA fosse colocada como uma instituição inimiga, ou que necessitasse de intervenção. Vale ressaltar que a citada reunião do CONSUNI ocorreu no mesmo dia da invasão da UnB. Além de a residência estudantil da própria UFBA ter sido invadida dois dias após o golpe, onde foram presos quarenta e cinco estudantes e dois funcionários (*Idem*).

O reitor, alinhado com o pensamento do novo regime, auxiliava como podia a tentativa de limpeza ideológica dentro da universidade. “O que é necessário é que as Faculdades apresentem os nomes daqueles que nos deram dor de cabeça. Devemos, pois, tomar uma iniciativa enérgica para que isto não se venha a repetir” (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964, *apud* Brito, 2014). Algumas ações da diretoria da universidade foram: o fechamento da UFBA durante alguns dias após o golpe, para tentar assim evitar algum tipo de organização coletiva; a vigilância às formaturas, principalmente em relação à escolha do paraninfo; a substituição das lideranças dos Diretórios Acadêmicos (DA’s); além de algumas investigações internas (BRITO,

[33] De acordo Brito (2014), nessa reunião do CONSUNI não estavam presentes as representações discentes, que estavam muito arredias.

2014). A contratação de novos docentes também era pautada pela atuação políticas dos pleiteantes. Um desses casos, apresentado em Clemente (2006), é o da contratação do Físico Roberto Argollo, que era filiado ao PCB e havia sido preso no início da ditadura. O professor só foi contratado ao fim do mandato do reitor Albérico Fraga.

As ações repressivas tomadas pelo próprio CONSUNI não foram muito profundas, tendo apenas levado à demissão de um funcionário (BRITO, 2014). No entanto, os militares aturam em alguns momentos dentro da UFBA, principalmente em relação aos Diretórios Acadêmicos. Um dos episódios mais lamentáveis foi a queima de diversos livros da biblioteca de uma das Faculdades (*Idem*).

Com essa exposição inicial, o que pudemos verificar foi como a interferência do governo militar nas universidades nesta primeira onda de violências é diferente caso a caso, dependendo de como aqueles que estão no controle dessas instituições são capazes, e tem a intenção, de defender seu bom andamento. Ao analisarmos a segunda onda, poderemos verificar como a reestruturação do aparato de inteligência governamental modifica a atuação do governo frente às universidades.

2.2.2 Reforma Administrativa, AI-5 e a escalada da repressão

O ínterim que contempla a denominada “segunda onda de violências” inicia-se no *período internalizado* das operações de inteligência do governo brasileiro, quando se dá a criação das DSI e das AESI. Em relação à esfera da política do país, é quando assume o controle do Ministério da Educação, Paulo de Tarso de Morais Dutra, pouco depois da implementação da “Reforma Administrativa”. É nessa época que o MEC começa a coordenar a vigilância e as medidas punitivas de forma direta dentro da universidade (MANSAN, 2010).

A Reforma Administrativa[34], contida no decreto-lei n^{0}200, de fevereiro de 1967, foi uma tentativa de o governo militar desburocratizar e descentralizar a administração pública, transferindo algumas funções da administração estatal direta

[34] Foram treinados 27.528 agentes da reforma administrativa, em 22 estados, e realizados congressos que, unidos, tiveram a participação de 5233 congressistas. [Warhlich (1974)].

para a indireta, através de fundações, autarquias, empresas estatais e etc. (BRESSER-PEREIRA, 1996). No entanto, segundo o autor, ela não foi bem sucedida, e novas tentativas foram feitas ao longo da história. É nesse contexto que o serviço de inteligência brasileiro começa a operar fisicamente dentro do Ministério da Educação e Cultura, e até dentro das universidades, segmentando sua atuação.

Concomitantemente, ocorria o fortalecimento do grupo conservador Militar dentro do Governo, o que culminou na aprovação do AI-5, e marcou temporalmente a retomada de uma forte perseguição ideológica dentro das universidades. Essa guinada a um autoritarismo mais ferrenho se deu em reposta ao crescimento das ações da oposição após o primeiro período repressivo – isso em todos os setores, não só no universitário – como já discutido.

O AI-5 [redigido pelo Ministro da Justiça, e reitor cedido da USP, Gama e Silva, segundo Abreu et al. (2009)], decretado em 13 de dezembro de 1968, foi o mais violento dos atos institucionais, o qual suspendia o direito ao *habeas corpus* em casos de acusações de crimes políticos; extinguia o foro privilegiado; criminalizava qualquer manifestação de cunho político; dava poderes ao Presidente da República de colocar em recesso por tempo indeterminado a todas as instâncias do poder legislativo, e de suspender direitos políticos de qualquer cidadão por até dez anos; dentre outros medidas (ABREU ET AL., 2009). A partir desse ponto o medo se espalha com maior força pela sociedade brasileira, pois não há qualquer mínima garantia constitucional de defesa. Agora a liberdade de imprensa já não existe, os professores são constantemente ameaçados de novos expurgos, e assim muitos se silenciam frente às arbitrariedades, prisões e torturas a que foram submetidos diversos cidadãos, dentre eles professores e alunos, como poderá ser visto ao longo dessa seção.

Outras medidas que fortaleceram a perseguição dentro das universidades foram:

1. O Ato Complementar 39 (AC-39), encarregando os ministros civis e militares de apresentarem, ao Presidente, aqueles servidores públicos que deveriam sofrer: suspensão dos direitos políticos, demissão, aposentadoria, disponibilidade, e etc.;
2. O Decreto-Lei 477 (DL-477), que amplia o conceito de “ser subversivo”, incluindo até participação em passeatas e elaboração de panfletos, e/ou sua distribuição, em geral;

3. O Ato Complementar 75 (AC-75), que impedia qualquer pessoa penalizada com base em Ato Institucional de exercer qualquer função na esfera pública, ou em Fundações criadas ou subvencionadas pelo Poder Público, ou que seja considerada de interesse para a segurança nacional.

O endurecimento do regime aconteceu de diversas formas. Por exemplo, segundo Weichert (2008), é em 1970 que a repressão do governo militar passa a ser coordenada mais diretamente pelas Forças Armadas, principalmente através da criação dos Destacamentos de Operações de Informação dos Centros de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI). O DOI/CODI foi inspirado na Operação Bandeirantes (OBAN), criada em São Paulo ainda em 1968, unindo membros da Polícias Federal, Militar e Civil, além de integrantes das Forças Armadas (WEICHERT, 2008). A OBAN, diferentemente dos DOI/CODI (que também a sucedeu em São Paulo), não detinha orçamento próprio, mas contava com financiamento (ou algum tipo de auxílio material) de empresas privadas, multinacionais ou nacionais, e até mesmo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)[35] (*Idem*).

Esse endurecimento do governo vinha na esteira de uma série de acontecimentos que deixou clara, ou criou, uma insatisfação de boa parte da população em relação ao regime. O ano de 1968 foi emblemático. As manifestações estudantis ganhavam cada vez maior força, principalmente após o famoso Maio de 68 na França, assim como as greves operárias (ANTUNES E RIDENTI, 2007). Na UFRGS, por exemplo, acontecia a tomada do prédio de Filosofia pelos alunos, que queriam maior participação nas decisões universitárias, (HOLZMANN ET AL., 2008). No entanto, ainda segundo Holzmann et al., esse movimento acabou pacificamente, graças à intervenção dos professores Angelo Ricci, Victor de Brito Velho e Leônidas Xausas. Já no estado de São Paulo, no final do ano de 1967, o reitor da Unicamp teve de contornar uma greve estudantil que teve duração de quarenta dias, e fora deflagrada como protesto contra a implantação de um vestibular unificado (GOMES, 2007). Além disso o movimento estudantil já começava a engrossar as fileiras da luta armada (ANTUNES E RIDENTI, 2007).

[35] Um caso notório que teve relação com a OBAN foi o assassinato do presidente da Ultragás, Henning Albert Boielsen. O empresário, além de ser financiador da Operação Bandeirantes, tinha por hábito assistir às sessões de tortura, e foi esse o principal motivo de ter sido assassinado, supostamente, por membros da Ação Libertadora Nacional. Essa história é contada no documentário "Cidadão Boielesen", dirigido por Chaim Litewski.

Antes mesmo do AI-5, algumas medidas já eram tomadas em relação às universidades. Ainda em dezembro de 1967, como aponta Mansan (2009), o governo institui uma comissão dentro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que tinha a finalidade de reestruturar o ensino universitário e diminuir os protestos do Movimento Estudantil. O resultado dessa comissão ficou conhecido como “Relatório Meira Mattos”, nome do general que a presidiu. Esse era o pano de fundo da escalada repressiva que se deu no Brasil após 1968.

2.2.3 A Segunda onda de violências

Nessa nova fase de repressões as universidades brasileiras voltaram a sofrer sérias violências. Em outubro de 1968, por exemplo, ocorre a prisão de todos os presentes em um dos Congressos da União Nacional dos Estudantes (UNE), e é criada uma exigência de atestado de bons antecedentes, que deveria ser emitido pelo Departamento Federal de Segurança Pública, para ingresso no magistério, como ocorrido na UFRGS (HOLZMANN ET AL., 2008). A partir dessa instituição começaremos o relato do ocorrido dentro das universidades durante a segunda onda de violências.

Ao longo do ano de 1969 professores eram chamados a responder a denúncias vagas, feitas por fontes anônimas de dentro da Universidade. Não havia mais a necessidade de instalação de inquérito para que uma acusação fosse apresentada à justiça, como acontecia no primeiro ciclo, bastava um “disse que me disse” entre as pessoas certas para que o docente que causava algum tipo de insatisfação tivesse de comparecer a juízo (*Idem*). Ao contrário das antigas CEIS, a CISMEC não inquiria os professores, ou dava “direito à defesa”, ela apenas repassava nomes daqueles que considerava passíveis de punição.

> Através do Ofício nº 15/69, o presidente da CISMEC encaminhou a Tarso Dutra as primeiras relações de nomes que, ‘no entender da Comissão’, deveriam ‘ser objeto de medidas visando, em alguns casos, diretamente o interesse da Segurança Nacional e, em outros, o resguardo do erário e dos hábitos de compostura e austeridade administrativas’. Na lista, estavam nomes do porte de Florestan Fernandes, Jaime Tiomno, Hélio Pelegrino, José Leite Lopes, Maria Yedda Leite Linhares, Bolivar Lamounier, dentre outros tantos. Apresentava sucintamente, como “motivos” para a aplicação do

> afastamento sumário, 'comunismo, esquerdismo, atividades subversivas ou contrárias à Revolução'. Obviamente, tratava-se de expurgar das universidades e instituições sob o controle do MEC, arbitrária e sumariamente, todos aqueles que estivessem alinhados com a oposição ao regime. (MANSAN, 2009, p. 186).

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul seria então atingida diretamente, e duramente, em 1º de setembro de 1969, com a publicação de dois decretos no Diário Oficial da União que aposentavam quatorze professores (HOLZMANN ET AL., 2008).

Grande polêmica envolve esse decreto, que era assinado pelo então Presidente, o enfermo Costa e Silva, e pelo Ministro da Educação Tarso Dutra. Dutra declarou, dez anos depois, que nunca havia assinado tal documento, e acreditava que tampouco o fizera o Presidente (*Idem*). As suspeitas ficam mais fortes ao se tomar conhecimento da seguinte passagem, do livro "Impedimento e morte de um presidente – 113 dias":

> Na sexta-feira, dia 29 de agosto, com sintomas de trombose, o presidente viajou para o Rio de Janeiro sem conseguir articular senão alguns sons, com a face direita contraída e distendida, a um só tempo, e a mobilidade do braço direito prejudicada porque de quando em quando começava a falhar! Depois do almoço, segundo o jornalista, tentar assina o nome. Não consegue. (JORNAL DO BRASIL, 1979 apud HOLZMANN ET AL., 2008, p.79).

Os expurgos causaram grande insatisfação dentro da Universidade, e dessa vez não só os estudantes se levantaram em protesto. Um grupo de professores endereçou uma carta ao reitor Eduardo Zácaro Fraco, exigindo que ele readmitisse os docentes aposentados, ou renunciasse (*Idem*). Todos os signatários foram convocados ao Ministério da Educação e da Cultura e questionados se estariam dispostos a retirar seu apoio à carta. Os que não o fizeram foram aposentados ou demitidos, através de um decreto de 10 de outubro de 1969. Mais seis professores foram desligados da Universidade, outros cinco pediram demissão em solidariedade, e uma greve geral, que durou um mês, foi iniciada na Faculdade de Filosofia pelos alunos (*Idem*).

Nenhum desses atos necessitou de qualquer julgamento, os professores foram desligados da Universidade sem a chance de se defender, graças ao AI-5. A situação dos professores expurgados se tornava ainda mais precária com a promulgação do supracitado AC-75, que claramente impedia que os docentes voltassem a trabalhar dentro do país (HOLZMANN, 2008). Holzmann ainda ressalta

que os docentes ficaram sabendo de suas demissões através de pronunciamentos na Hora do Brasil.

A exemplo do que acontecera nos anos anteriores, várias outras instituições também foram afetadas pelas medidas autoritárias dos militares, como é o caso da Universidade de São Paulo. O foco do descontentamento dentro da USP, assim como em diversas instituições de ensino, era o fracasso na condução de uma ampla reforma por parte do governo militar, e também os acordos MEC-USAID (grande alvo das manifestações do Movimento Estudantil) (ADUSP, 2004). Uma das questões mais problemáticas, ainda segundo ADUSP, era o grande número de alunos que eram bem sucedidos nas provas de seleção das universidades, mas não ingressavam por falta de vagas (os chamados excedentes).

Os efeitos dessas questões puderam se fazer sentir para a ala conservadora da universidade, comandada pelo então reitor Gama e Silva. O Conselho Universitário começava a barrar a influência do Reitor, que estava cedido ao Ministério da Justiça nesse período, ao não apontar candidatos de sua confiança para ocupar o cargo de vice-reitor, que comandaria interinamente, na lista tríplice a ser entregue ao Governador. Assim, Mário Guimarães Ferri, da Faculdade de Filosofia, assume o cargo em 1967 (ADUSP, 2004).

As disputas continuam, e em 1968, os alunos da Faculdade de Filosofia, como parte dos protestos pela exigência da paridade dos votos na Universidade, ocupam a mesma e lá iniciam um processo de ideal comunitário (*Idem*). Esse episódio acabou em uma violenta repressão por grupos paramilitares (protegidos por Policiais Militares), compostos por alunos da Universidade Mackenzie (sediada muito próxima ao campus da Faculdade de Filosofia da USP) que integravam o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Esse episódio culminou na morte de um estudante e a completa depredação do campus (ADUSP, 2004).

Com base no AI-5, uma série de arbitrariedades se sucedem, e ficam claras nos processos de expurgo, como nas aposentadorias forçadas de três professores da universidade: Florestan Fernandes, Jayme Tiomno e João Batista Villanova Artigas (ADUSP, 2004). Segundo a obra citada, esses profissionais, funcionários do Governo do Estado de São Paulo, foram atingidos em um decreto que tinha a finalidade de aposentar apenas funcionários da Administração Pública Federal, como explicita o próprio documento, assinado por Costa e Silva em 28 de abril de 1969.

As aposentadorias, ainda mais nessas condições, deixaram a universidade em grande animosidade, levando o reitor em exercício[36], Hélio Lourenço de Oliveira, a fazer veemente protesto contra as medidas governamentais. O protesto foi acompanhado de novo decreto, assinado pelo ministro Gama e Silva e direcionado exclusivamente à universidade de São Paulo, que demitia o Reitor e outros 23 professores, dentre eles: Caio Prado Júnior, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Paul Israel Singer (*Idem*). Vale ressaltar que Caio Prado tinha apenas título de livre-docência concedido pela Universidade, não possuindo cargo na mesma[37]. Após esse episódio, assume o lugar de vice-reitor da Universidade o professor Alfredo Buzaid, figura extremamente próxima ao Ministro Gama e Silva. Com isso, calam-se as vozes divergentes dentro da administração da USP (*Idem*).

Vinte e quatro pessoas ligadas à USP, entre professores e alunos, foram consideradas desaparecidas ou comprovadamente mortas (ADUSP, 2004).

Já na Unicamp, onde a situação era mais branda, a radicalização do Movimento Estudantil começa a arrefecer o ímpeto de Zeferino Vaz na defesa dos membros do corpo discente. Segundo Gomes (2007), anteriormente, o reitor chegara a visitar os alunos presos durante o 30º Congresso da UNE (inclusive levando cobertores, chocolates e cigarros), em outubro de 1968, e utilizar sua recém-adquirida proximidade com o então governador de São Paulo, Abreu Sodré, para tentar retirá-los do cárcere.

No entanto, com o endurecimento do regime e a radicalização do ME, o reitor, temendo ser considerado leniente com os últimos, se coloca abertamente contra as agremiações estudantis, acusando-os de arrecadar fundos para a luta armada e de condicionar os novos alunos para a militância através dos trotes, além de também apontar os professores de filosofia como responsáveis por angariar os discentes mais agressivos para o marxismo (GOMES, 2007*)*.

A partir 1969, Zeferino começa a ter sua imagem cada vez mais atrelada à esquerda, principalmente graças às acusações feitas pelo professor, e diretor da

[36] Vale ressaltar que Gama e Silva ainda era Reitor, mas ocupava o cargo de Ministro da Justiça.

[37] A citação a seguir demonstra outras situações de demissões irregulares feitas por esse decreto, pelos atingidos já estarem fora do ambiente universitário, ou não fazerem parte da USP: "Júlio Puddles fora demitido em 1964, durante o IPM da Faculdade de Medicina [...] Em situação semelhante estavam Luiz Rey e Reynaldo Chiaverini [...] Sebastião Baeta Henriques, e sua mulher, Olga Baeta Henrique, eram pesquisadores do Instituto Butantã, não tinham nenhum vínculo com a USP. Finalmente, Pedro Calil Padis era professor de Economia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara – não era, nem nunca tinha sido docente da USP." (ADUSP, 2004, p. 49).

Faculdade de Engenharia, general Valverde. O general via a universidade como um antro de comunistas, e responsabilizava o reitor por isso (*Idem*). Valverde, após a escalada da linha dura do Exército ao poder, ainda segundo o autor, chega a se oferecer para ocupar o cargo (inexistente) de vice-reitor, e tenta se colocar como o grande representante do Maio de 1964 dentro da universidade. Após as negativas de Zeferino, começa então a fazer campanha aberta de difamação contra o mesmo.

Já na UFBA, a vigilância funcionava de maneira bem articulada, a partir da AESI instalada da reitoria, principalmente no início da década de 1970 (CLEMENTE, 2006). A determinação de maior controle sobre o ME, ainda de acordo com o autor, gerou, por exemplo, o fechamento do jornal do DA de Física e a prisão de alguns estudantes.

A vigilância também aumenta em relação aos docentes, e diversos têm sua vida vasculhada pela AESI, sendo que a principal referência eram questionários sobre atuação política enviados aos diretores dos institutos, o que nos mostra novamente a importância do corpo diretor nas consequências aos membros das universidades (CLEMENTE, 2006).

O que marca então esse segundo período é a maneira como, muito graças às prerrogativas do AI-5 e outros decretos, a perseguição dentro na universidade se intensifica, e a direção das universidades é de suma importância para garantir a autonomia universitária. O fim da tentativa de aparência legal nos processos de expurgos é algo notável, e a interferência direta por parte do governo só conseguiria ser evitada, quando possível, por meio de um grupo organizado, que soubesse contornar as imposições dos militares sem que esses intendessem isso como um ato de subversão, assim como foi feito por Zeferino Vaz em diversos momentos.

Com o exposto até aqui, pudemos observar como foi a evolução do aparelho repressivo, do *modus operandi*, assim como a repressão em si, ao longo do período militar, focando nos dois principais intervalos temporais no que diz respeito à violência dentro das universidades.

Em um primeiro momento havia uma preocupação com o a imagem democrática e legal do novo regime, o que fica claro com o modo como atuava as CEIS, e seu teatro legalista. No entanto, alguns “inimigos da revolução” foram abertamente combatidos, como é o caso da UnB, que enfrentou precocemente uma série de ingerências e violências por parte do novo governo. A posição do corpo diretor das universidades frente os militares foi algo indispensável para garantir o bom

funcionamento dentro das mesmas, tanto no período pós-golpe, quanto no pós-AI-5. Os ocorridos na USP e na Unicamp podem ser colocados claramente como antíteses da existência da ligação reitoria/militares. No caso da primeira, o reitor era claramente adepto ao golpe, e acabou sendo elevado ao posto de ministro pelos generais. Contudo esse grande prestígio foi utilizado para aumentar a perseguição aos docentes da instituição, o que acabou por levar ao expurgo de dezenas de profissionais.

No caso da Unicamp, o reitor, Zeferino Vaz, foi um entusiasta inicial do golpe, mas rapidamente voltou-se à defesa da autonomia universitária, o que garantiu à sua instituições um ambiente muito mais ameno do que o encontrado alhures. A Zeferino é atribuída uma frase muito emblemática, dita (provavelmente) durante a citada visita aos alunos presos no Carandiru em decorrência do 30º Congresso da UNE, segundo Gomes (2007), e que muito repercutiu dentro dos círculos militares: “Dos meus comunistas cuido eu”.

3 O CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E O ESTUDO DE ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA

Após compreender como foram afetadas as universidades em razão da mudança de regime, pretendemos tratar o ocorrido no âmbito do curso de Ciências Econômicas, mais especificamente sobre o ensino de economia marxista.

A intenção, portanto, é tentar averiguar a ocorrência de interferências mais pontuais, dentro da estrutura do curso, para que possamos aferir se o já citado caráter anticomunista do regime militar atingia o trabalho dos docentes que se dedicavam ao estudo da teoria econômica marxista. Para tanto, decidimos antes apresentar como se construiu ao longo do tempo a estrutura dos cursos de economia no Brasil, cotejando esse processo com as reformas universitárias ocorridas no período. No entanto, devemos primeiramente realizar uma breve introdução sobre o início, e os desafios, do ensino universitário no país, algo iniciado em relativo atraso a alguns países Latino Americanos.

As universidades no Brasil foram criadas tardiamente, mesmo em comparação a outros países da América Latina. De acordo com Gomes (2007), a primeira universidade fora da Europa foi criada na República Dominicana, a Universidade de São Domingo, em 1538. Seguiram à sua criação instituições no Peru, no ano de 1551; no México, em 1553; na Colômbia, em 1662; outra no Peru, na cidade de Cuzco, em 1692; em Cuba, em 1728; e no Chile, em 1738 (GOMES, 2007).

Segundo Gomes, no Brasil, haviam intenções e oportunidades para a criação de universidades ainda no período colonial:

> [...] alguns dos primeiros jesuítas que aqui aportaram aqui no século 16 eram bacharéis da Universidade de Coimbra. Um deles, Marçal Beliarte, chegou a propor ao rei de Portugal a criação de uma escola de ensino superior ultramarina [...] A ideia foi considerada absurda (Gomes, 2007, p.53).

No entanto, o início do ensino de nível superior no Brasil só surgiu definitivamente com a chegada da corte portuguesa ao país. O modelo foi baseado no mesmo utilizado por Napoleão no final do século XVIII, descentralizado em unidades específicas para cada área, a exemplo das escolas de medicina criadas no Rio de Janeiro e na Bahia, em 1808 (CUNHA, 1988). Esse sistema foi alvo de críticas mesmo durante o império. A mais recorrente delas, e que perdurou até o século XX,

se dava em relação à mera formação profissionalizante dessas instituições, algo começou a ser superado com a criação de universidades como a Universidade do Brasil (1936)[38], criada por Getúlio Vargas para ser o grande modelo do novo ensino brasileiro (*Idem*).

Desde o Império os modelos de educação superior adotados no Brasil foram objetos de intenso debate. Em geral, as ideias concentravam-se sobre qual modelo estrangeiro transplantar. Uma crítica que sempre se apresentava era do pouco conhecimento prático presente nos currículos de ensino. Por exemplo, como nota Aragão (1960, p. 119), mesmo em cursos de medicina não se estudava doenças típicas da subnutrição e da pobreza, problemas comuns do país.

Já no século XX, reformas iniciadas nos anos 1920, aprofundadas na década de 1940 e traduzidas na reforma de 1968 pelos governantes militares. Estes implantaram, ainda que não integralmente, ideias do modelo norte-americano de universidade, o qual, na realidade, fora uma adaptação bem sucedida da união do ensino e da pesquisa preconizada pelos alemães no século XIX (CUNHA, 1988).

É nesse cenário de reforma que a correção de "certos 'desvios' esquerdistas, ou melhor, [...] o expurgo dos esquerdistas que estariam infiltrados nas instituições de ensino superior", vai ocorrer durante a ditadura civil-militar. (CUNHA, 1988, p.21).

O curso de Ciências Econômicas tem relação com a trajetória descrita acima principalmente se notarmos que, partindo de uma formação bastante básica e exclusivamente técnica em seus primórdios, ele vai ter grande impulso com a criação dos cursos de pós-graduação na década de 1970. Essa última se encaixa exatamente na valorização da pesquisa, tão cara ao modelo norte-americano adaptado a partir da reinvenção da universidade feita na Alemanha do século XIX.

3.1 DA TÉCNICA COMERCIAL AO CURRÍCULO MÍNIMO

Podemos separar a gênese do ensino de Economia no Brasil em duas bases distintas. A primeira diz respeito a sua constituição como disciplina científica, enquanto

[38] Antes dessas, outras universidades foram criadas, como a Universidade de Manaus (1909), a Universidade de São Paulo (1911) e a Universidade do Paraná (1912), segundo com Fávero (2006). No entanto estas eram iniciativas dos governos do estado e não demoraram a serem dissolvidas. Ainda segundo a autora, a primeira universidade criada legalmente pelo governo foi a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920.

a segunda tem relação com a profissão de economista como carreira baseada em curso de ensino superior.

No primeiro caso, muito se deve a José da Silva Lisboa – o Visconde de Cairu, primeiro intelectual público a publicar um livro texto sobre o assunto, seus "Princípios de Economia Política". O Visconde foi também apontado parar ministrar as chamadas *Aulas Públicas de Economia Política*[39] (SAES ET AL., 2014). Essa última foi uma cátedra criada por Dom João VI no intuito de fornecer treinamento em Ciência Econômica (CASTRO 2011, p.17). No entanto, Castro (2001, p.17) alega que o referido decreto nunca saiu do papel, já que o potencial catedrático, Cairu, fora promovido a deputado do Superior Tribunal da Junta de Comércio logo em seguida, deixando sua carreira acadêmica em segundo plano. Para esse autor a gênese do ensino superior em economia estaria ligada às *Aulas de Comércio*, iniciadas em 1809.

De qualquer forma, o Visconde de Cairu foi de grande importância para o pensamento econômico da época, pois como afirma Octavio Bulhões: "[Caiuru foi] o fundador do ensino de Economia no Brasil ... uma vez que foi ele quem trouxe, logo na primeira década do século XIX, ao conhecimento dos brasileiros, as bases da Economia que Adam Smith lançara na Inglaterra, poucos anos antes". (Bulhões, 1958, p.4 *apud* Castro, 2001, p. 17).

Ainda antes da criação do curso de economia propriamente dito, as aulas de economia política lecionadas em cursos de Direito e Engenharia foram importantíssimas para a formação do que viria a ser a profissão no Brasil. Segundo Saes *et al.* (2014), esse ensino de economia política foi efetivado dentro das Faculdades de Direito, sendo as pioneiras as Faculdades de Direito do Largo São Francisco e de Olinda, em 1827, e, posteriormente, em Engenharia, em 1864, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Sua importância reside também expor pela primeira vez o pensamento econômico aos pioneiros economistas da primeira metade do século XX, como Gudin, Bulhões e Simonsen.

Se tomarmos a trajetória do curso de Ciências Econômicas como iniciando com as Aulas de Comércio do início do século XIX, ele terá uma longo caminho que passa, por exemplo, pelo curso de Técnicas Comerciais, regulamentado como pertencente ao ensino superior em 1905 – ainda que não fosse um bacharelado

[39] Essas aulas teriam ligação com a chegada da Corte Portuguesa ao país e a abertura dos portos às nações amigas, e viriam a ser a base para as futuras escolas de comércio, que por sua vez tinham um ensino misto de economia, contabilidade e ciências atuariais

(Castro, 2001, p.22). Esses cursos relacionados ao comércio, isto é, que formavam técnicos para atuar nesse ramo, mesmo que com forte inclinação para o comércio exterior e a contabilidade, continham disciplinas de economia política. Por exemplo, a grade do curso de Comércio, criada em 1909, que daria surgimento à Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, bem como o Decreto 17.329, de 1926, que criava o diploma de graduado em Ciências Econômicas e Comerciais, previam a disciplina como parte do currículo. A partir de 1934, os diplomas do que ainda viria a ser algo próximo do curso de economia ganham o mesmo status do bacharelado (SAES et al., 2014).

Então, a partir de 1930 os conhecimentos do que seria a profissão de economista começaram a ganhar maior visibilidade, resultado advindo da expansão das funções do governo e, dentro disso, do crescimento da regulação e do planejamento econômico. Algumas agências governamentais foram importantes na transmissão do conhecimento econômico, como o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que controlava todo o orçamento durante o Estado Novo, a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) (LOUREIRO, 1992).

A discussão sobre a criação de um curso universitário próprio para a formação de economistas já acontecia dentro do governo de maneira bem organizada desde o começo dos anos 1930 (inclusive com um projeto de faculdade elaborado), no entanto foi de caráter privado a primeira escola de ensino superior de economia: a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, da qual Gudin era catedrático da cadeira de Moeda e Crédito (LOUREIRO, 1992). Ele também já fazia parte da Sociedade Brasileira de Economia Política em 1937, além de ser parte do alto escalão do governo Vargas. Essas posições de destaque o ajudaram a influenciar o viés do projeto governamental de criação da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, que se daria em 1945 na Universidade do Brasil[40], no sentido de formar quadros dirigentes para modernizar o Estado brasileiro. (*Idem*).

O primeiro curso universitário de economia, que fornecia título de bacharelado exclusivamente em Ciências Econômicas, só foi, então, oficialmente criado em 1945, na Universidade do Brasil – seguido pelo da Universidade de São Paulo, em 1946, apesar de já existirem faculdades particulares com ensino nessa área (mas esses

[40] Futura Universidade Federal do Rio de Janeiro.

tinham um misto de Direito, Contabilidade, Administração e Economia) (CASTRO, 2001).

Normativamente, a implantação do curso universitário em Ciências Econômicas veio com o Decreto-Lei n^{0} 7.988, de 22 de setembro de 1945. Nesse regramento estavam presentes o currículo mínimo a ser obedecido; a ordem de criação da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil; e outras disposições específicas. Assim como outros cursos desta universidade, esse deveria servir de modelo para os demais a serem criados no país. Vale ressaltar que nessa época não existia lei que delimitasse a carga-horária e outros fatores importantes, que só viriam a ser definidos na década de 1960, além de não especificar ementas para as disciplinas propostas, segundo Nogueira, Nunes e Barroso (2005).

O primeiro currículo do curso de Ciências Econômicas[41] (QUADRO 3) era dividido em quatro anos, apenas com matérias anuais.

Primeira Série	**Segunda Série**
Complementos de matemática	Estruturas das organizações econômicas
Economia política	Valor e formação de preços (II)
Valor e formação de preços (I)	Moeda e crédito
Contabilidade geral	Geografia econômica
Instituições do direito público	Estrutura e análise de balanços
	Instituições de direito privado
Terceira Série	**Quarta Série**
Repartição da renda social	Evolução da conjuntura econômica
Comércio internacional e câmbios	Política financeira
Estatística metodológica	História das doutrinas econômicas
História econômica	Estudo comparado dos sistemas econômicos
Ciência das finanças	Estatística econômica
Ciência da administração	Princípios da sociologia aplicados à economia

QUADRO 3 – PRIMEIRO CURRÍCULO MÍNIMO DE ECONOMIA - 1945
FONTE: DECRETO-LEI Nº7.988, DE 22 DE SETEMBRO DE 1945.

Se havia qualquer ensino no sentido de colocar o aluno em contato com as teorias de Marx nesse primeiro currículo, isso acontecia, possivelmente, na cadeira

[41] Aos concluintes estaria reservado o título de bacharel em ciências econômicas, sendo que, "O título de Doutor será conferido ao candidato que, dois anos depois de graduado, defender tese original de excepcional valor" (Decreto-Lei nº7.988, Artigo 5º, parágrafo único). O capítulo V do Decreto-Lei cria a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, e garante a seu regimento liberdade para a organização administrativa e didática.

de História das Doutrinas Econômicas. Entretanto, não podemos afirmar isso sem acesso aos programas ou outras fontes, tais como anotações de alunos, avaliações, notas dos professores que possam corroborar nossa tese.

O novo curso enfrentou diversos problemas. Um exemplo é o do criado na USP, que tinha uma baixa qualidade nos recrutados e altos índices de abandono, sendo uma das razões a falta de tradição do ensino de economia (CANABRAVA, 1984).

A evolução do ensino universitário caminhava a passos lentos, quando a Lei n^0 4.024, de 20 de Dezembro de 1961, é criada para tentar resolver uma série de problemas que circundavam a educação de nível superior. Nos anos 1960 ocorre um esforço no sentido de padronizar e permitir uma comparação entre as diversas graduações superiores existentes no país, principalmente através da criação do conceito de "carga horária" e "hora-aula", além do estabelecimento da necessidade de um novo currículo mínimo e da duração mínima de cada curso.[42] Essas regras deveriam ser estabelecidas pelo Conselho Federal de Educação (CFE)[43] (NOGUEIRA, NUNES E BARROSO, 2005).

Dentro desse novo marco regulatório, o currículo mínimo para o curso de Ciências Econômicas (QUADRO 4), formulado pelo CFE em fevereiro de 1963, foi dividido em um ciclo básico, que era o mesmo para os cursos de Administração e Contábeis, e outro ciclo de formação profissional.

Novamente está presente a disciplina de "História do Pensamento Econômico".

Nesse contexto, cabe comentar que, enquanto essa discussão burocrática se desenvolve, fatos relevantes surgem com poder de modificar o estudo da ciência econômica. Nas palavras de João Antônio de Paula (2006, p. 333):

> (a) vertiginosa hegemonia do pensamento keynesiano; (b) a consolidação da 'síntese neoclássica' plasmada, em termos de ensino de graduação em Economia, com o livro de Paul Samuelson, que teve sua primeira versão em português no ano de 1952; (c) a descoberta do subdesenvolvimento e a emergência de tentativas de captar o específico do subdesenvolvimento e a busca de sua superação seja a partir da Cepal, seja a partir das teses de Hirshmann, Lewis e Myrdal, entre outros.

[42] É curioso apontar que apenas na década de 1970 que é estabelecido qual a carga horária que cada aula deveria conter.

[43] Anteriormente a esse decreto, era chamado Conselho Nacional de Educação (CNE), mesmo nome que recebeu em sua nova reformulação em 1994.

Ciclo Básico	Ciclo de Formação Profissional
Introdução à Economia	Análise Macroeconômica
Matemática	Contabilidade Nacional
Contabilidade	Economia Internacional
Estatística	Moedas e Bancos
História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil	História do Pensamento Econômico
Geografia Econômica	Análise Microeconômica
Instituições de Direito	Finanças Públicas
Introdução à Administração	Política e Programação Econômica
Sociologia	

QUADRO 4 – CURRÍCULO MÍNINO ELABORADO PELO CFE – 1963.
FONTE: PARECER CSE/CNE Nº 95/2007

Um aspecto interessante são as especializações das instituições. A oferta de disciplinas pós-reformulação de 1963, com o estabelecimento de um novo currículo mínimo, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), seguia muito de perto o colocado pelo CFE, mas com a adição da disciplina de Economia Regional, que viria ser a grande especialidade da instituição. Já a grade curricular da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, encontrada em Canabrava (1984), apresenta o estudo de economia agrícola, dentro de "Análise Macroeconômica", como algo fora do padrão da Lei n^0 4024.

Ao analisarmos a grade curricular da USP de 1964 (QUADRO 5), adequada ao novo currículo mínimo estabelecido pelo CFE em 1963, podemos perceber como a universidade tentava adequar as exigências ao seu entendimento de formação educacional e/ou limitação de profissionais. Observamos isso na ausência da matéria de "História do Pensamento Econômico", obrigatória no currículo mínimo de 1963, e em uma carga maior de disciplinas de métodos numéricos: "Econometria", "Estatística Econômica"[44] e "Matemática Aplicada à Economia".

As especificidades do curso oferecido pela UFMG (QUADRO 6) eram outras, nela aparecia, além de todas as matérias exigidas no currículo (inclusive HPE, não presente na USP), a disciplina de Economia regional. Vale ressaltar que nos programas das disciplinas "História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil" (HEGFEB) e "História do Pensamento Econômico", estavam presentes tópicos

[44] Além de Estatística Geral, que era exigido para o ciclo básico do currículo mínimo.

de estudo destinados à teoria marxista e à questão socialista, como será mostrado mais adiante. Em seção posterior retomaremos o estudo dos currículos de universidade para analisarmos seus conteúdos, com vistas a particularmente observarmos conteúdos relacionados à teoria em foco nessa dissertação.

Ciclo Básico	**Ciclo De Formação Profissional**
Introdução à Economia	Matemática Aplicada à Economia
Matemática I – Complementos da Matemática	Análise Micro. I: Formação de Preços
Sociologia Geral e Aplicada	Análise Micro. II: Econ. das Emp. Ind. e Agrícolas
Geografia Econômica Geral e do Brasil	Análise Macro. I: Contabilidade nacional
Contabilidade Geral	Análise Macro. II: Teoria da Repartição da Renda
Instituições do Direito	Análise Macroeconômica III: Moedas e Bancos
Estatística Geral	Estatística Econômica
Introdução à Administração	Teoria do Desenvolvimento Econômico
	Econometria
	Economia Internacional
	Fianças Públicas
	Programação Econômica
	Política Econômica
	História Econômica Geral e Formação do Brasil

QUADRO 5 – GRADE CURRICULAR USP (1964)
FONTE: PINHO (1984).

Porém, antes de seguirmos adiante na análise das grades dos cursos de economia, que tentará contemplar o período pós reforma universitária – à procura de verificar a existência de disciplinas de cunho marxista, e/ou grandes mudanças que possam ter ocorrido no teor dessas grades à época do golpe civil-militar – é importante tratar de como evolui o pensamento marxista dentro do país, e em que estágio de desenvolvimento o mesmo se encontrava. Fazemos isso para não correr o risco de atribuir mudanças no ensino da Economia Política de Marx erroneamente ao regime, sendo que pode estar ligado ao trabalho dos próprios marxistas. Esse será o tópico da seção que se segue.

Disciplinas
01 – Contabilidade Geral
02 – Instituição de Direito Público
03 – Introdução à Administração
04 – Introdução à Economia (Economia I)
05 – Geografia Econômica
06 – Matemática I
07 – Análise Microeconômica I (Interpretação de Balanços)
08 – Estatística I
09 – História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil
10 – História do Pensamento Econômico
11 – Matemática II
12 – Sociologia
13 – Teoria Econômica
14 – Contabilidade Nacional
15 – Estatística II
16 – Finanças Públicas
17 – Moedas e Bancos
18 – Projetos I
19 – Microeconomia III
20 – Análise Macroeconômica I (Conjuntura Econômica)
21 – Análise Macroeconômica (Estatística)
22 – Análise Microeconômica IV
23 – Economia Internacional
24 – Economia Regional
25 – Programação Econômica
26 – Projetos II

QUADRO 6 – DISCIPLINAS OFERTADAS UFMG – 1966
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA [PROGRAMA DO CURSO DE ECONOMIA (1966) – SEÇÃO DE ENSINO FACE/UFMG]

3.2 O PENSAMENTO MARXISTA ENTRE OS INTELECTUAIS E NA ACADEMIA BRASILEIRA

Explicar a ausência de discussão de teoria marxista no ensino da economia antes da formalização do primeiro curso de Ciências Econômicas no país, em 1945, é, de fato, simples. As escolas de comércio eram voltadas muito mais para o estudo de contabilidade e, talvez, também, para o comércio exterior, do que para a teoria econômica. Assim, cabe a pergunta: quando teoria econômica passa a ter um espaço

maior, como como o pensamento de Marx surge para os economistas (e para os intelectuais)?

Obtivemos acesso ao programa das disciplinas ofertadas pelo curso de economia da UFMG para o ano de 1958 (presentes no ANEXO 2). Nele constatamos que não há nenhuma ligação entre o proposto e teoria econômica marxista na disciplina “Economia Política”, onde o espaço era ocupado pelo estudo de autores como Say e Pareto. Os tópicos que poderiam ter alguma ligação com o marxismo se restringem à questão da União Soviética, em “Estudos Comparados dos Sistemas Econômicos” e no tópico “As Doutrinas Econômicas”, dentro desse mesmo currículo.

Mas não só no estudo econômico se dedicava pouco espaço à Marx, esse era um cenário generalizado para diversas as áreas de conhecimento. Causa disso é o tardio início da difusão organizada do marxismo, o que acontece no Brasil com alguma força comente em 1922, data da criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Força política mal aparelhada e com formação teórica sofrível (KONDER, 1984). A esmagadora maioria das obras do gênero era encontrada apenas em francês, sendo que a primeira tradução integral d’*O Manifesto Comunista* só será publicada em 1924 (*Idem*). Uma passagem longa, mas útil, nos dá um panorama acertado do ambiente de estudos das obras do alemão:

> [Em um inquérito realizado pela Revista Acadêmica, em 1935], Murilo Miranda, diretor da publicação, perguntava quais eram os livros necessários à formação de uma cultura socialista. As respostas foram extremamente diversificadas. Carlos Lacerda indicou 37 livros, entre os quais dois de Stálin, um de Bela Kun e outro de Manuilski (autores de escassa ou nenhuma importância teórica). Leônidas de Rezende recomendou vários volumes de Marx, porém insistiu na conveniência de combiná-lo com o positivismo de Augusto Comte. E Caio Prado Júnior – historiador brilhante, que inaugurou uma nova etapa na história do marxismo brasileiro, em 1933, com seu estudo Evolução Política do Brasil – limitou-se a indicar seis livros (nenhuma de Marx!). (KONDER, 1984, p. 34).

Tudo isso, nos mostra Leandro Konder (1984), é sintoma da maneira como as ideias de Marx são postas nos estudos brasileiros: apenas um pano de fundo para o debate em relação à progressão do estado soviético, guardando pouco, ou quase nenhum, espaço para avanços teóricos. Fato que apenas começa a mudar com a

queda de importância do PCB – o que acontece em 1956, muito em razão do relatório de Khrushchov[45].

Um marco importante no avanço do estudo da obra de Marx é a criação de grupos de estudos, como aquele que atingiu certa fama e reuniu intelectuais famosos a partir de 1958, em São Paulo. No grupo estavam presentes nomes como Paul Singer, Ruth Cardoso e seu esposo, Fernando Novais, Octavio Ianni, dentre outros.

Mesmo assim, segundo Coutinho (2001), poucas foram as obras relevantes de economistas que utilizavam a metodologia da economia política de Marx publicadas entre as décadas de 40 e 70. Como razão para isso, o autor aponta o relativo isolamento desse ramo teórico em âmbito internacional, além de uma notável falta de conhecimento dessa teoria no Brasil até a década de 1960. As exceções, de acordo com o mesmo Coutinho (2001), a esse quadro geral de subprodução do marxismo teórico estão em Guimarães (1963), Marini (1968, 1969), Mello (1982)[46], Oliveira (1972), Prado Jr. (1966), Rangel (2000)[47], Santos (1970), Silva (1976)[48] e Singer (1965; 1977). No entanto, o autor afirma que essas obras não foram suficientes para influenciar o pensamento e a política econômica da época.

No aspecto teórico, segundo Bielschowsky (1997), o pensamento econômico dos socialistas brasileiros é colocado próximo ao dos desenvolvimentistas, que defendiam a importância de uma industrialização guiada por forte intervenção estatal e controle do capital estrangeiro. No entanto, para a corrente socialista, essa seria uma etapa para a transição ao socialismo – especialmente na visão do Partido Comunista até os anos 1960.

O uso da teoria marxista sempre teve um caráter transdisciplinar. Os trabalhos da área de história de Werneck Sodré e Caio Padro Júnior são exemplos famosos dessa característica (COUTINHO, 2001, BIELSCHOWSKY, 1997). Isso pode ser claramente observado no próprio grupo de estudos de importantes intelectuais paulistas que citamos acima, o *Seminário em Marx,* que reunia indivíduos de formações diferentes. Em depoimento registrado em Mantega e Rego (1999), Paul Singer fala como o grupo, idealizado pelo filósofo José Arthur Giannotti, foi concebido

[45] O relatório de Khrushchov, lido durante o XX Congresso do PC da URSS, acusava Stálin de crimes políticos, e acaba com a imagem idealizada que existia sobre o ditador Russo. Esse acontecimento gerou um grande baque dentro do PCB.

[46] Livro que surge de tese defendida em 1972.

[47] O livro é uma coletânea de textos de Inácio Rangel, editado em 2000.

[48] A partir de Tese defendida em 1973.

para que houvesse um estudo interdisciplinar da obra *O Capital*, além de trabalhos de Hilferding, Rosa Luxemburg, Keynes e Weber. O grupo polemizava muito com outros intelectuais, principalmente os desenvolvimentistas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que tinha Roberto Campos como uma das principais figuras (SINGER, 1999).

O ISEB, formalmente fundado no governo de Café Filho, em 1955, contava com diversos intelectuais e foi o principal incentivador do pensamento desenvolvimentista à época. A partir de 1959, o Instituto passa a oferecer um número cada vez mais significativo de cursos para o público em geral, dentre eles muitos sindicatos. Concomitantemente, o Instituto começa a se engajar politicamente e se posicionar à esquerda. A partir disso, estabelece sua relação com a revista Civilização Brasileira e a UNE (PEREIRA, 2005). Com o golpe militar, o ISEB seria fechado, destruído fisicamente, e seus membros seriam acusados de participar "da 'guerra revolucionária' [e de serem] artífices da instabilidade política e social do Brasil nos anos 60" (Pereira, 2005, P.253).

Também o grupo *Seminários em Marx* teve seu fim com a chegada do período militar. Em 1964 foi emitido um mandato de prisão para Fernando Henrique Cardoso, e, então, ele e sua esposa Ruth se exilaram no Chile (SINGER, 1999). Após esse ocorrido o grupo durou apenas mais dois anos.

Com o endurecimento do regime a partir de 1968, diversos professores foram expurgados na Universidade de São Paulo, entre eles Singer e Gianniotti, e, por iniciativa dos que outrora compunham o referido grupo de estudos paulista, funda-se o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), uma alternativa para a continuação do exercício da profissão de pesquisador por parte desses intelectuais[49] (SINGER, 1999). Além de Paul Singer, apenas mais um economista integrava a CEBRAP, Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira.[50] O centro costumava se manter longe das discussões políticas, no entanto, todos seus membros foram convocados a depor após o episódio da prisão de Singer, em 1974, por conta de um material clandestino enviado à Inglaterra[51] (*Idem*).

[49] Vale lembrar, como discutido no capítulo anterior, que aqueles aposentados pelo AI-5 não poderiam fazer parte de instituição pública, ou que fosse fomentada por incentivo do governo (praticamente todas as instituições de ensino ou pesquisa).

[50] Graduado em Ciências Sociais, seus estudos a nível de mestrado foram realizados na área de Desenvolvimento Econômico, ele também foi professor do curso de Pós-Graduação da PUC-SP.

[51] Paul Singer e Vinícius Caldeira Brant foram presos. Ver Mantega e Rego (1999).

Essa interrupção na discussão do ensino de economia foi necessária para demonstrar como era, no geral, pequeno a discussão baseada na teoria de Marx, durante muito tempo relegada às sombras das discussões do Partido Comunista da URSS, mas que ganha força ao longo do tempo, principalmente após a década de 1950. Alguns acontecimentos, como o citado relatório de Khrushchov e os grupos de estudos que vão surgindo, são de grande importância para ampliar o espaço do marxismo dentro da economia, permitindo-o se colocar dentro do ambiente acadêmico de maneira mais sólida. Voltemos agora à discussão mais focada no ensino da economia, considerando especificamente o caso do conteúdo de corte marxista

3.3 A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968 E AS MODIFICAÇÕES NO ENSINO

> Desde logo, não é ocioso lembrar que as mudanças curriculares, as transformações das referências, temáticas, objetivos e conteúdos efetivos do ensino e da pesquisa em Economia, como de resto de qualquer disciplina, no campo das Ciências Sociais, não são puramente marcadas por determinações científicas e neutras, sendo, sempre, o resultado de complexas interações entre teoria e interesses historicamente constituídos. Assim, há que se reconhecer a dinâmica da evolução curricular do ensino de Economia, como processo, a um só tempo, teórico, político e ideológico. (PAULA, 2006, p. 337)

O ensino de economia no país oscilava de instituição para instituição, sempre dependendo da inclinação teórica e ideológica dos professores da instituição. Até os anos 1960, o estudo do marxismo não se dava de maneira enfática dentro dos cursos, com disciplinas exclusivas ou grande espaço dentro de outras, como pudemos observar até o momento. Isso dificulta um pouco nossa intenção de delimitar se, e em quais aspectos, o novo regime ditatorial, e anticomunista, interferiu no ensino acadêmico.

Ao longo do amadurecimento do estudo de economia no país as abordagens teóricas vão se diversificando, as faculdades e institutos de pesquisa vão crescendo, novas revistas acadêmicas sendo criadas e, assim, nossa possibilidade de análise vai se expandindo. Durante e após a época mais dura do período militar, iniciado por volta de 1968, podemos analisar mais claramente se existiu uma perseguição ao ensino de teorias entendidas pelo regime como subversivas dentro da economia, principalmente

graças ao escancaramento da face autoritária que, até os episódios daquele ano, era mais ou menos velada, e à reforma universitária, que flexibilizou os currículos.

Com relação a esse avanço do ensino, Rego (1997) aponta que o primeiro curso de pós-graduação do país foi implantado pouco antes o marco do endurecimento do governo militar, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1966, o qual viria a ser a Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE), liderada por Mário Henrique Simonsen. Outro programa que surgiu no mesmo ano foi inaugurado pela USP, com uma turma de 17 alunos (REGO, 1997).[52]

Essa nova etapa do ensino de economia no Brasil está intimamente ligada à metodologia norte-americana, o que leva à crescente matematização dos cursos. Isso fica explícito no fato de que tanto a EPGE quanto o IPE foram financiados por um convênio do qual participava a Agência Internacional de Desenvolvimento (USAID), demonstrando a ligação entre o modelo de educação a ser posto para o país e a influência direta do que era estudado Estados Unidos, como parte da política de renovação do ensino superior propiciada pelos militares (*Idem*).

Esse impulso à pós-graduação em economia ocorre concomitante ao acirramento da oposição ao regime e o endurecimento do mesmo, o que culmina no Ato Institucional número 5, de fins de 1968. Um dos opositores mais relevantes ao regime era o movimento estudantil, que tinha como principal bandeira a reforma universitária, pauta que contava com um maciço apoio dos professores. Segundo Fernandes (1970), foram as pressões desses dois setores que resultaram em um Grupo de Trabalho criado pelo Decreto n^0 62.937 de 2 de Julho de 1968, que tinha a intenção de discutir um novo modelo universitário, mais moderno, flexível, eficiente e que fornecesse os recursos humanos que o país necessitava.

O relatório resultante deste Grupo de Trabalho foi, na opinião de Florestan Fernandes, o mais bem sucedido esforço feito pelo governo para diagnosticar os problemas que o ensino superior enfrentava. Mas, aparentemente, ao avançar soluções, o documento não seria tão suficiente, pois apesar de representar um

> [...] avanço 'abstrato' e 'teórico' esgota-se como mero expediente literário, como se êle fosse uma verbalização de circuito fechado. Ao se passar do diagnóstico da situação para o plano da formulação das normas e princípios que regerão o ensino superior, o encanto se desvanece. Aí surge a natureza

[52] Cursos de pós-graduação eram ministrados no IPE/USP desde a década de 1960, no entanto o programa de Mestrado só surge em 1970, segundo Saes et al. (2014), e o doutorado em 1974, segundo Rego (1997).

> da vontade política a que estava submetido o GT e todo seu labor intelectual. (FERNANDES, 1970, p. 970).

Pouco antes do início do referido GT, através da Indicação n^{0}8 de 4 de Junho de 1968, do CFE, já era apontada a necessidade de um reexame dos currículos mínimos dos cursos superiores, que deveria ser acompanhada pela substituição das *cadeiras*, por *matérias.* A nova grade, a ser colocada pelo conselho, também deveria ser dividida em parte fixa, compondo as matérias obrigatórias e as preferenciais, dessas últimas as instituições de ensino poderiam elencar as que melhor as servissem. Essas disposições são efetivadas pelo Parecer n^{0}85, de 2 de fevereiro de 1970, do mesmo órgão, sempre com a preocupação de diminuir a rigidez da formação.

A organização das instituições de ensino em sistemas departamentais, a seleção de candidatos através do vestibular unificado (que se revelaria um problema posteriormente), a implantação do ciclo básico comum a diversas áreas, a criação do sistema de créditos e a substituição das *cadeiras* pelas *disciplinas*, foram as principais mudanças contidas na proposta de Lei enviada ao Congresso, segundo Rothen (2008).

Além de estarem baseadas nas propostas insuficientes do GT, como colocou Florestan Fernandes, Rothen (2008) ainda aponta que das emendas contidas no projeto, mais da metade foram rejeitadas pelo Relator, e na votação apenas dezesseis foram aceitas integralmente, sendo que ainda houve vetos presidenciais na resultante Lei n^0 5.540, de 28 de novembro de 1968.

A homologação dessa lei não implicou em grandes mudanças na estrutura curricular dos cursos aqui tratados, já que não veio acompanhada da formulação de um novo currículo mínimo por parte do CFE. Esse fato pode ser constatado comparando-se o QUADRO 6 e o QUADRO 7 onde podemos verificar pouca diferença das matérias ofertadas em 1970 para as de 1966 na UFMG. O destaque fica para o retorno da disciplina “Sistemas Econômicos Comparados”, que estava presente na grade de 1957[53]. Ademais, pós 1970, a abordagens da teoria marxista, ou tópicos correlatos, aparecia nas matérias “História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil” e “História do Pensamento Econômico”.

[53] Ver Paula (2006).

1ª Período	**2ª Período**
Matemática I	Matemática II
Administração (Introdução à Administração – Teoria Geral da Administração)	Instituições de Direito Privado II (Direito Comercial)
Instituições de Direito Público	Economia II (Teoria Econômica II)
Instituições de Direito Privado (Direito Civil)	Estatística I (Introdução à Estatística)
Economia I (Introdução à Economia – Teoria Econômica I)	Contabilidade Geral
Psicologia	
3ª Período	**4ª Período**
Matemática Comercial e Financeira	Hist. Ecn. Geral e Form. Ecn. do Brasil I
Estatística II	Estatística Aplicada à Economia
Análise Microeconômica I (Análise de Balanços)	Análise Microeconômica II (Teoria do Consumidor e da Produção)
Sociologia	Moeda e Bancos I
Geografia Econômica	Análise Microeconômica III (Custos)
5ª Período	**6ª Período**
Hist. Ecn. Geral e Form. Ecn. do Brasil II	Economia Internacional I
Análise Microeconômica IV (Teoria dos Preços)	Conjuntura Econômica (Teoria do Desenvolvimento)
Moeda e Bancos II	História do Pensamento Econômico I
Teoria e Repartição da Renda e Cont. Nac.	Finanças Públicas
Projetos	Introdução à Econometria
	Economia Regional*
7ª Período	**8ª Período**
Economia Internacional II	Economia Brasileira
Programação Econômica	Economia Matemática
História do Pensamento Econômico II	Sistemas Econômicos Comparados
Sociologia Aplicada à Economia	Pesquisa Operacional em Economia
Política Econômica	
Análise Microeconômica V (Finanças das Empresas)*	

QUADRO 7 – GRADE CURRICILAR UFMG – 1970
FONTE: Paula (2006)
*Disciplinas optativas

Na USP não obtivemos acesso à grade completa, no entanto a Seção do Aluno da Faculdade de Economia e Administração nos forneceu uma lista de disciplinas ofertadas, que dividimos em dois quadros. O QUADRO 8 corresponde aos anos entre 1976 e 1980 e QUADRO 9 vai do ano 1981 ao 1984. Dentre as disciplinas ofertadas em 1976 já notamos a presença de Estudos de Problemas Brasileiros e um significativo número de matérias quantitativas (como já ocorria no currículo analisado anteriormente). A possibilidade de abordagem a temas relativos a Marx ou o Socialismo fica, possivelmente, por conta de Sistemas Econômicos Comparados,

ofertada a partir de 1980. Já no QUADRO 9 podemos notar a oferta das disciplinas *Teoria do Valor I* e *II* a partir de 1981 e 1982, que provavelmente deveriam abordar a teoria marxista do valor.

Infelizmente não obtivemos acesso às ementas e aos programas da USP para uma análise mais detalhada.

Disciplina	**Ano de Início**	**Disciplina**	**Ano de Início**
Complementos de Matemática para Economia I	1976	Microeconomia I	1976
Complementos de Matemática para Economia II	1976	Microeconomia II	1976
Desenvolvimento Econômico	1976	Moeda e Bancos	1976
Econometria*	1976	Política e Programação Econômica	1976
Economia Brasileira I	1976	Sociologia Aplicada a Economia: Tópicos Especiais*	1976
Econ. dos Recursos Humanos*	1976	Hist. Ecn Geral: Tópicos Especiais*	1977
Economia Regional e Urbana*	1976	História Econômica Geral	1977
Estatística Econômica I	1976	Educação Física	1977
Estatística Econômica II	1976	Moeda e Bancos	1977
Formação Econômica do Brasil I	1976	Estatística Econômica I	1977
Formação Econômica do Brasil II	1976	Economia do Trabalho*	1980
História do Pensamento Econômico	1976	Estudo de Problemas Brasileiros I	1980
Instituições de Direito I	1976	Estudo de Problemas Brasileiros II	1980
Macroeconomia I (contabilidade Nacional)	1976	Organização Industrial*	1980
Macroeconomia II	1976	Sistemas Ecn Comparados*	1980
Matemática Aplicada a Economia: Tópicos Especiais*	1976	Tecnologia e Desenvolvimento*	1980

QUADRO 8 – DISCIPLINAS OFERTADAS USP (PARTE I) – 1976-80
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (SEÇÃO DO ALUNO DA FEA/USP)
*Disciplinas Optativas

Apesar de não possibilitar essa comparação histórica mais detalhada, dada a falta de dados, na grade curricular da Universidade Federal do Paraná (UFPR) para ciências econômicas em 1969 (QUADRO 10), pode-se verificar a obediência quase que estrita ao currículo mínimo de 1963, sendo adicionada apenas a matéria Psicologia no primeiro ano. Aqui a discussão de temas relacionados à Marx também acontecem apenas em “História Econômica do Brasil” e “História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil”, sendo que na última ele é tópico de cerca de 6% do

programa, inclusive sendo citado como bibliografia do curso, como pode-se ver no programa do curso, presente no ANEXO 3.

Disciplina	Ano de Início	Disciplina	Ano de Início
Análise e Elaboração de Projetos	1981	Organização Industrial*	1981
Crescimento e Ciclos*	1981	Sistemas Ecn Comparados*	1981
Econometria*	1981	Sociologia Aplicada a Economia*	1981
Economia Agrícola*	1981	Sociologia Aplicada a Economia: Tópicos Especiais*	1981
Economia do Trabalho*	1981	Tecnologia e Desenvolvimento*	1981
Economia dos Recursos Humanos*	1981	Teoria do Valor I*	1981
Economia Regional e Urbana*	1981	Teoria do Valor II*	1981
Formação Econômica e Social do Brasil I	1981	Economia da América Latina*	1982
Formação Econômica e Social do Brasil II	1981	Estatística Econômica III*	1982
História Econômica Geral: Tópicos Especiais*	1981	Formação Econômica Social e do Brasil II	1982
Introdução a Contabilidade Para Economia	1981	Instituições de Direito I	1982
Macroeconomia II	1981	Metodologia da Economia*	1982
Matemática Aplicada a Economia*	1981	Análise Microeconômica - Microeconomia I	1984
Matemática Aplicada a Economia: Tópicos Especiais*	1981	Análise Microeconômica - Microeconomia II	1984
Microeconomia I	1981	Complementos de Matemática para Economia I	1984
Microeconomia II	1981	Complementos de Matemática para Economia II	1984

QUADRO 9 – DISCIPLINAS OFERTADAS USP (PARTE II) – 1981-84
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (SEÇÃO DO ALUNO DA FEA/USP)
*Disciplinas Optativas

Observando a grade curricular da UFRGS de 1973 (QUADRO 11), e a ementa das disciplinas (ANEXO 4), as matérias onde possivelmente se teria contato com o pensamento marxista também são HEGFEB e HPE. Na primeira isso fica mais fácil de se notar, já que a ementa de HEGFEB propõe o estudo das “correntes de pensamento dos séculos XVI a XX”. Nota-se também a inclusão de “Estudos de Problemas Brasileiros” (EPB), determinada pelo decreto-lei n^0 869 de 12 de Setembro 1969, com objetivo de espalhar a doutrina ideológica do regime e formar indivíduos que pudessem ser capazes de participar da “democracia”, afastando o “perigo

vermelho", segundo Mancebo (2011). O QUADRO 12 mostra a presença de EPB na UFMG em 1975.

1º Ano	**2º Ano**
Introdução à Economia	Estatística
Matemática I	Hist. Ecn. Geral e Formação Ecn. do Brasil
Contabilidade	Instituições de Direito Público
Geografia Econômica	Introdução à Administração
Psicologia	Sociologia
	Instituições de Direito Privado
3º Ano	**4º Ano**
Análise Microeconômica	História do Pensamento Econômico
Contabilidade Nacional	Análise Macroeconômica
Economia Internacional	Finanças Públicas
Moeda e Bancos	Política e Programação Econômica

QUADRO 10 – GRADE CURRICULAR UFPR – 1969
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (DEPARTAMENTO DE ECONOMIA UFPR)

1º Semestre	**2º Semestre**
Introdução ao Estudo do Homem	Instituições de Direito
Estudo de Problemas Brasileiros I	Teoria Econômica
Introdução à Metodologia Científica	Contabilidade Geral
Língua Portuguesa	Sociologia Geral
Introdução ao Pensamento Matemático	Álgebra Linear e Geometria Analítica I
3º Semestre	**4º Semestre**
Sociologia Econômica Aplicada	Introdução à Administração
Cálculo I-B	Análise Microeconômica I
Álgebra Linear e Geometria Analítica II	Análise de Balanços
Matemática Financeira I	Economia e Política Agrárias
5º Semestre	**6º Semestre**
Direito Aplicado à economia	História do Pensamento Econômico
Análise Microeconômica II	Moeda e Bancos
Análise de Balanços II	Contabilidade Nacional e Renda Nacional
Introdução à Ciência Política	Geografia Econômica
Estudos de Problemas Brasileiros I-A	Estudo de Problemas Brasileiros II
Estatística Geral	Estatística Econômica
7º Semestre	**8º Semestre**
Finanças Públicas	Análise Microeconômica
Projeto e Prática Profissional I	Política Financeira
Economia Internacional	Projetos e Prática Profissional II
Sociologia do Desenvolvimento	Economia Contemporânea
Introdução à Econometria	Política e Programação Econômica

QUADRO 11 – GRADE CURRICULAR UFRGS – 1973
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA [CATÁLOGO DE CURSOS UFRGS (1973)]

A reforma universitária trouxe um relativo aumento da flexibilidade, fazendo com que a formulação do ensino dependesse em maior parte dos interesses de cada instituição. Com o passar dos anos pode-se perceber uma diminuição da convergência entre as grades, sendo que algumas aumentavam seu conteúdo explicitamente marxista, enquanto outras diminuíam Isso implica que, se fosse da vontade dos centros, a teoria de Marx seria estudada, pois a autonomia universitária ganhava cada vez mais força.

Podemos observar isso comparando as grades da UFPR em 1979 (QUADRO 13), da UFRGS em 1979 (QUADRO 14) e o da UFMG no QUADRO 12.

A presença de conteúdo marxista é muito diversa entre os programas observados. Na UFPR, em 1979, o tópico que abarcava a questão do bloco socialista não está mais presente na disciplina de “História Econômica Geral” (ministrada pelo mesmo professor de “História Econômica e Formação Econômica do Brasil”, de 1969).

A disciplina de “História do Pensamento Econômico”, que antes era anual e dividida em seis unidades, fora desmembrada em duas matérias semestrais. Em HPE I estudava-se as cinco primeiras unidades da antiga HPE, que abarcava o breve espaço relegado ao pensamento marxista. Enquanto que em HPE II amplia-se a sexta unidade do antigo programa, que lidava com a discussão de autores individualmente, não somente com as escolas de pensamento em geral. Nessa segunda parte, mais de 30 autores são citados no programa, desde Jevons, passando por Menger, até Friedman, mas não se encontram autores marxistas, muito menos o próprio Marx. Essas modificações podem ser conferidas no ANEXO 3.

Na UFRGS não existe alteração nas matérias que poderiam abordar o ensino da teoria marxista. A maior mudança na grade é relacionada à inclusão de disciplinas de *Prática Desportiva*.

A UFMG é, dos casos estudados, a instituição que mais dá espaço em seu curso à teoria marxista. O espaço dedicado era tão significativo era tão significativo, que inclusive a disciplina “Análise Macroeconômica II” era baseada na teoria da mais-valia de Marx.

Disciplinas Obrigatórias	
1º Semestre	**2º Semestre**
Economia A-I	Administração (TGA)
Matemática I	Economia A-II
Política I	Contabilidade I
Lógica I	Estatística B-I
Lógica do Pensamento Científico	
3º Semestre	**4º Semestre**
Análise Microeconômica I	Análise Microeconômica II
Geografia Econômica	História Geral e Formação Econômica do Brasil
Estatística B-II	Estatística B-III
Matemática II	Moedas e Bancos
5º Semestre	**6º Semestre**
Análise Macroeconômica	Economia Internacional I
História Geral e Formação Econômica do Brasil II	Hist. do Pens. Econômico I
Contabilidade Nacional	Finanças Públicas
7º Semestre	**8º Semestre**
Desenvolvimento Econômico	Estudo de Problemas Brasileiros B
Estudo de Problemas Brasileiros A	Política e Programação Econômica
Economia Internacional II	
História do Pensamento Econômico II	
Disciplinas Optativas	
Elaboração e Análise de Projeto Econômico	Matemática Comercial e Financeira
Sociologia Aplicada à Economia	Análise de Balanços B
Análise de Custos I	Demografia Econômica
Economia Agrícola	Economia de Empresas
Economia Regional	Economia Urbana
Economia Matemática	Pesquisa Operacional e Economia
Introdução à Econometria	Economia Brasileira A
Economia do Setor Público	Pesquisa Econômica
Sistemas Econômicos Comparados	

QUADRO 12 - GRADE CURRICILAR UFMG – 1975
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (SEÇÃO DE ENSINO FACE/UFMG)

Além do mais, o programa da disciplina “História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil”[54], para o ano de 1979, não só estudava Marx, exigindo-o como bibliografia básica, como também o movimento operário e a 1ª e 2ª

[54] Ministrada pelo professor João Antônio de Paula.

Internacionais, e abarcava textos de autores como, Rosa Luxemburgo, Lênin, Leandro Konder, Maurice Dobb, Mandel, dentre outros. “Metodologia e Técnicas de Pesquisa” também estava repleta de pensadores da esquerda socialista, como Lukács, Engels, Henri Lefebvre e Michel Lowy. Já “Sistemas Econômicos Comparados” havia se tornado um estudo específico do socialismo e de crítica ao capitalismo, a planificação econômica era o assunto central, e incluía a leitura de planejadores soviéticos, como Preobrajenski, e outros revolucionários, como Trotsky, Nikolai Bukharin e Che Guevara.

1º Período	**2º Período**
Introdução à Economia I	Introdução à Economia II
Contabilidade Geral I	Contabilidade Geral II
Instituições de Direito Público	Introdução à Psicologia
Sociologia Geral I	Sociologia Geral II
Cálculo com Geometria Analítica I	Cálculo com Geometria Analítica II
Introdução à Computação Eletrônica	Processamento de dados
3º Período	**4º Período**
Análise Microeconômica I	Análise Microeconômica II
Direito Privado I	Direito Privado II
Contabilidade Nacional I	Contabilidade Nacional II
Estatística II	Geografia Econômica
Introdução à administração I	Introdução à administração II
	Estatística Econômica
5º Período	**6º Período**
Economia Regional I	Economia Regional II
Economia Internacional I	Formação Econômica do Brasil
Moedas e Bancos I	Moedas e Bancos II
Análise Macroeconômica I	Economia Internacional II
História Econômica Geral	Análise Macroeconômica II
7º Período	**8º Período**
Finanças Públicas I	Finanças Públicas II
Política e Programação Econômica I	Política e Programação Econômica II
Econometria I	Econometria II
História do Pens. Econ. I	História do Pens. Econ. II
Elaboração e Avaliação de Projetos I	Elaboração e Avaliação de Projetos II
Desenvolvimento Econômico I	Economia da América Latina

QUADRO 13 – GRADE CURRICULAR UFPR – 1979
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (DEPARTAMENTO DE ECONOMIA UFPR)

1^0 Período	**2^0 Período**
Intr. à Administração	Teoria Econômica
Contabilidade Geral	Prática Desportiva I
Estudos de Problemas Brasileiros I	Estrutura e Interpretação de Balanços
Metodologia Científica	Matemática Financeira
Língua Portuguesa	Cálculo I-B
Geometria Analítica	Álgebra Linear
3^0 Período	**4^0 Período**
Instituições de Direito	Análise Macro I
Prática Desportiva II	Sociologia
Análise Microeconômica I	Análise Microeconômica II
História Ecn. Geral e Formação Ecn. do Brasil	Cont. Nacional e Renda Social
Sociologia Geral	Intr. Ciência Política*
Estatística Geral I	Econômica Aplicada*
5^0 Período	**6^0 Período**
Computação Básica – FORTRAN*	Estudos de Problemas Brasileiros II
Computação Básica – ARGOL*	Hist. do Pensamento Econômico I
Moedas e Bancos I	Economia Internacional
Economia e Política Agrárias	Economia Regional*
Direito Aplicado à Economia*	Moedas e Bancos II*
Análise Macro II	Finanças Públicas I
Geografia Econômica	Econometria
Estatística Econômica	
7^0 Período	**8^0 Período**
Adm. Financeira e Orçamentária*	Teoria do Planejamento*
Projeto e Prática Profissional I	Projeto e Prática Profissional II
Economia Brasileira	Economia Contemporânea
Hist. do Pensamento Econômico II*	Política e Programação Econômica
Teoria do Desenvolvimento. Econômico*	Trabalho de Diplomação
Política Financeira I	Economia Urbana*
Sociologia do Desenvolvimento	

QUADRO 14 – GRADE CURRICULAR UFRGS – 1979
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA [CATÁLOGO DE CURSO UFRGS (1979)]
*Disciplinas Optativas

Outro currículo ao qual obtivemos acesso é o da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nessa instituição as disciplinas ofertadas seguem de perto o currículo mínimo antes da reforma universitária de 1968, como se pode observar no QUADRO 15, que apresenta a grade curricular de 1967. No entanto já se apresentava

certa flexibilidade com a oferta de algumas disciplinas optativas, como Econometria e Economia Agrária.

1º Ano	**2º Ano**
Contabilidade I Introdução A Economia Geografia Econômica Instituições De Direito Privado Matemática (I) - Complementos Sociologia	Análise Microeconômica (I) Estatística Metodológica Finanças Públicas Hist. Ecn Geral e Form. Ecn do Brasil Introdução À Administração Instituições De Direito Público Matemática (II)
3º Ano	**4º Ano**
Análise Microeconômica (II) – Empresa Moedas e Bancos Estatística Econômica Contabilidade Nacional - Teoria Da Distribuição Análise Macroeconômica (I)	Economia Internacional História do Pensamento Econômico Estudo Comparado dos Sistemas Econ. Conjuntura Econômica Política e Programação Econômica Psicologia Social e Econômica
Optativas	
Economia Agrária Econometria Pesquisa Operacional	Instituições de Direito Social Economia dos Serviços Públicos

QUADRO 15 – GRADE CURRICULAR UFRJ – 1967
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (SECRETARIA DE GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA/UFRJ)

Após a reforma, mais mudanças aparecem na grade curricular da UFRJ. No currículo de 1972 (QUADRO 16) não há mais disciplinas optativas, sendo que algumas das que estavam presentes no de 1967 passaram a ser ofertadas como obrigatórias. Além disso pode-se perceber a presença de “Problemas Brasileiros I”. Obtivemos também acesso às ementas das disciplinas do ano de 1973 (disponível no ANEXO 5), e nelas podemos observar a discussão em torno da questão socialista na disciplina “História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil”, e da abordagem do pensamento de Marx em “Sociologia”.

Já em 1979 a UFRJ volta a ter uma série de disciplinas não-obrigatórias ofertadas, e uma diminuição no número de disciplinas obrigatórias, como se pode ver na QUADRO 17.

1^0 Período	**5^0 Período**
Geografia Econômica	Análise Microeconômica II
Sociologia	Análise Macroeconômica II
Introdução à Economia I	Moeda e Bancos I
Instituições de Direito I	Finanças Públicas
Matemática I (FEA)	Contab. Nacional (Teoria da Distrib.)
2^0 Período	**6^0 Período**
Instituições de Direito II	Desenvolvimento Econômico I
Matemática II	Economia Internacional I
Introdução à Ecn II (Teoria Econ.)	Moedas e Bancos II
Introdução à Administração	Política e Progr. Econômica I
Introdução à Contabilidade	Pesquisa Operacional
3^0 Período	**7^0 Período**
Estatística I	Desenvolvimento Econômico II
Legislação do Trabalho	Economia Brasileira I
Método e Técnica de Pesquisa	Elaboração e Análise de Proj. I
H.E.G. e F.E.B.	Economia Internacional II
Problemas Brasileiros I	Política e Progr. Econômica II
	Análise de Balanços
4^0 Período	**8^0 Período**
Análise Microeconômica I	Análise de Mercado
Análise Macroeconômica I	Economia Brasileira II
Estatística II	Elaboração e Análise de Proj. II
Matemática Financeira I	Econometria
História do Pensamento Econômico	Problemas Brasileiros II
Processamento de Dados	

QUADRO 16 – GRADE CURRICULAR UFRJ – 1972
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (SECRETARIA DE GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA/UFRJ)

1^0 Período	**5^0 Período**
Introdução à Economia I	Análise Macroeconômica II
História Econômica Geral I	Finanças Públicas
Matemática I	Econometria
Introdução à Administração	Formação Econômica do Brasil
Sociologia	Direito I
Educação Física Desportiva I	Moedas e Bancos I
2^0 PERÍODO	6^0 PERÍODO
Introdução à Economia II	Economia Brasileira I
História Econômica Geral II	Economia Internacional I
Matemática II	Desenvolvimento Econômico I
Contabilidade I	Moedas e Bancos II
Est. de Problemas Brasileiros I	
Ciências Políticas	
Educação Física Desportiva II	
3^0 PERÍODO	7^0 PERÍODO
Introdução à Economia III	Política e Prog. Econômica
Estatística I-B	Economia Brasileira II
Álgebra Linear	Economia Internacional II (EC)
História Econômica Geral III	Desenvolvimento Econômico II
Geografia Econômica	
Análise Microeconômica I	
4^0 PERÍODO	8^0 PERÍODO
Análise Macroeconômica I	História do Pens. Econômico
Antropologia Econômica	Elaboração e Anal. de Projetos
Estatística II-B	Técnica de Pesquisa
Contabilidade Nacional	Estudo de Problemas Brasileiros II
Análise Microeconômica II	
ELETIVAS	
Economia da Empresas	Análise Microeconômica III
Análise de Investimentos	Economia e Gestão Empresarial
Economia Regional e Urbana	História Econômica
Economia do Setor Público	Economia Brasileira III
Economia da Tecnologia	Economia Int. e Sist. Econômicos
Economia do Trabalho	Teoria e Economia
Análise de Balanços	Economia Industrial e Tecnologia
Economia Agrícola	Economia Aplicada A
Econometria II	Economia Aplicada B
Pol. Indústria e Tecnologia	Conjuntura Econômica Brasileira
Pesquisa Operacional	Teoria Econômica Recente

QUADRO 17 – GRADE CURRICULAR UFRJ – 1979

Continua

Conclusão

ELETIVAS	
Legislação do Trabalho	Tópicos Especiais I
Direito Tributário I	Tópicos Especiais II
Análise Macroeconômica III	

QUADRO 17 – GRADE CURRICULAR UFRJ – 1979
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (SECRETARIA DE GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA/UFRJ)

Em relação à Universidade Federal da Bahia (UFBA) temos uma menor clareza a partir das fontes encontradas. Não há uma organização, muito menos digitalização, das grades curriculares das décadas passadas. Portanto, a QUADRO 10 foi construída através da enumeração dos cadernos de classe encontrados no arquivo física da Faculdade de Ciências Econômicas, em Salvador.

. Na Grade Curricular do curso de Ciências Econômicas da UFBA, as disciplinas que no quadro constam como iniciadas sua oferta em 1969 são basicamente as que compõe o currículo mínimo de 1963, por esse motivo acreditamos que mesmo que não tenhamos encontrado os cadernos de classe de algumas dessas disciplinas para o ano de 1963, elas já eram ofertadas. No entanto, nos anos de 1973 e 1979, aparentemente, existe um aumento da oferta de disciplinas, o que sugere que a UFBA fez uso da flexibilização do currículo mínimo que vinha sendo possível a partir de 1968.

Disciplinas	**Série**	**Oferta iniciada em**
Matemática	1	1963
Valor e Formação de Preços	1	1963
Introdução à Economia	1	1963
Estatística	1	1963
Estatística Econômica	2	1963
Instituições de Direito	2	1963
Sociologia	2	1963
Introdução à Administração	2	1963
Contabilidade Nacional	2	1963
Análise Microeconômica	3	1963

QUADRO 10 – DISCIPLINAS OFERTADAS UFBA – 1963-1984

Continua

Conclusão

Disciplinas	Série	Oferta iniciada em
Análise Macroeconômica	3	1963
Direito Privado	3	1963
Economia Internacional	4	1963
Análise Econômico Financeira da Empresa		1963
Geografia Econômica ˣ	2	1969
História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil ˣ	2	1969
Economia Agrária	2	1969
Finanças Públicas ˣ	3	1969
Moeda e Bancos ˣ	3	1969
Política e Programação Econômica ˣ	4	1969
História do Pensamento Econômico ˣ	4	1969
Economia Brasileira	4	1969
Economia Regional	4	1969
Economia dos Transportes		1973
Projetos I		1973
Projetos II		1973
Análise da Economia Brasileira		1973
Elaboração e Análise de Projetos		1973
Fundamentos da Economia		1973
Desenvolvimento Econômico		1973
Análise Microeconômica I		1973
Análise Microeconômica II		1973
Economia Industrial		1979
Economia do Trabalho		1979
Demografia Econômica		1979
Política Financeira		1979
Seminário sobre a Evolução Recente da Economia Baiana		1984
Economia e Finanças		1984
Introdução à Economia*		
Introdução à Filosofia*		

QUADRO 10 – DISCIPLINAS OFERTADAS UFBA – 1963-1984
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (ARQUIVO FÍSICO DA FCE/UFBA).
*Disciplinas oferecidas fora do Departamento de Economia, de acordo com entrevista realizada com professor Plínio Moura. (Segundo o professor elas foram ofertadas por ordem mudança realizada por Jarbas Passarinho, que esteve no MEC entre 1969-1974).
ˣDisciplinas que deveriam contar no currículo de 1963, de acordo com o Currículo Mínimo, mas não foram encontradas no arquivo físico da época.

Com a aproximação do fim da ditadura civil-militar, podemos perceber, dada a flexibilização paulatina das grades, que as escolas de economia conseguem, se assim for de sua vontade, incluir sem restrições o estudo da teoria marxista em seus programas. Isso se deve muito à reforma curricular de 1968. Assim sendo, apesar do endurecimento do regime, o marco normativo de 1968 para o ensino superior vai possibilitar, um pouoc adiante, a adoção de um pluralismo maior de ideias dentro dos cursos de economia. Todavia, é claro que isso também dependeu do ambiente menos inseguro, principalmente a partir da anistia em 1979.

Anteriormente, a presença desse tipo de disciplinas e dos conteúdos de cunho marxista era bem inferior. No entanto, não se pode afirmar que a causa única ou mesmo a mais forte era a de perseguição do governo militar, pois verificamos a existência de livros de Marx na bibliografia de algumas disciplinas, mesmo em instituições sabidamente cerceadas pelo anticomunismo, como era o caso da UFPR do ministro Suplicy. Ou seja, se havia perseguição, ela não era de todo efetiva. A próxima grande mudança curricular viria apenas com em 1984, ano do fim da ditadura, com a criação de um novo currículo mínimo, que pela primeira vez exigirá a obrigatoriedade da monografia como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel (NOGUEIRA, NUNES e BARROSO, 2005).

Como as fontes são escassas e bastantes espalhadas, como pudemos verificar, optamos por recorrer ao método de história oral, pretendendo sanar a citada dúvida em relação à existência e efetividade da perseguição aos marxistas dentro do ensino de economia. Entrevistamos profissionais que estiveram em contato direto com a questão, obtendo acesso às suas histórias de vida profissional como professores, pesquisadores e alunos, assim formando uma nova fonte de informação sobre o período que será apresentada no próximo capítulo. As conclusões apontam na mesma direção que as alinhavadas nesse capítulo, ou seja, reforçam nossas impressões.

4 NOVAS FONTES DE INFORMAÇÃO PARA A HISTÓRIA DO ENSINO DE ECONOMIA MARXISTA NO BRASIL

Em diversas situações, documentos oficiais, como as que utilizamos no capítulo anterior, quando disponíveis, não são capazes de traduzir com completude suficiente os ocorridos de certos períodos históricos, principalmente quando estamos tratando de grupos políticos ou de movimentos sociais, artísticos ou culturais que foram reprimidos ou que constituem minorias. Para transpor essa entre outras dificuldades, uma fonte alternativa de informação ainda pouco utilizada entre os historiadores econômicos e do pensamento econômico, mas que já está consolidada em outras áreas da história é a chamada **história oral**.

Sendo o nosso caso exatamente o de um estudo sobre um grupo em conflito com o poder, em um período com falta de informação, decidimos que a história oral poderia fornecer o material necessário para “fechar algumas lacunas” no historiar do ensino e da pesquisa em economia marxista durante o a ditadura civil-militar.

Na próxima seção, no intuito de apresentar uma breve discussão sobre o método que nos propusemos empregar, traçamos um panorama da utilização do método da história oral e das dificuldades enfrentadas por aqueles que optam por o fazer. Na seção posterior, arrolamos uma série de vantagens do mesmo método em vista das questões que nos dispomos a discutir. Logo em seguida, apresentamos os resultados das entrevistas que conduzimos. As transcrições das entrevistas podem ser encontradas ao final desta dissertação, nos apêndices.

4.1 A HISTÓRIA ORAL COMO MÉTODO HISTORIOGRÁFICO

Os historiadores orais comumente apontam o modo como esse método já foi o único disponível no processo de conservação da memória da sociedade, o que implicaria que todo o conhecimento acerca de épocas anteriores à existência da escrita é responsabilidade dele (SHARPLESS, 2008). A autora cita a larga utilização dessa abordagem desde centenas de anos Antes de Cristo, na Grécia e na China, por exemplo, e do uso de entrevistas durante Guerra do Peloponeso, há mais de 400 anos

A.C. No entanto, durante o século XIX, a utilização deste método caiu em desuso e descrédito, se tornando algo muito marginal entre os historiadores (*Idem*).

Apesar de vista com muita desconfiança pela grande massa de historiadores, um importante projeto, com mais de 10 mil entrevistas realizadas pela *University of North Carolina* se baseou na história oral com intuito de expandir o "*Federal Writers' Project*"[55], ainda na primeira metade do século passado. Os responsáveis alegavam que esse trabalho traria um retrato mais preciso da estrutura da sociedade americana. (SHARPLESS, 2008).

A autora estadunidense cita outros avanços na utilização do método em meados do século XX. É o caso do "*The Oral History Project*", da Universidade de Columbia, iniciado em 1948, com um orçamento bastante robusto. Progressos ainda maiores viriam durante a década de 1960, com a criação dos gravadores portáteis. Em 1965, oitenta e nove projetos de história oral estavam em desenvolvimento. (*Idem*)

Apesar desse avanço, Halbmayr (2009) afirma que até a década de 1980 entrevistas coletadas por historiadores orais não eram consideradas como uma fonte válida de informação pela historiografia *mainstream*, sendo relegadas ao ramo biográfico, algo considerado fora do escopo de historiadores profissionais. No entanto, o autor fala de uma perspectiva europeia, o que talvez justifique essa discordância com relação à expansão da aceitação da história oral em comparação ao trabalho da americana Sharpless (2008). Mas, para os europeus, a história do holocausto chama a possibilidade de adicionar novos fatos, sensações, impressões ou sentimentos daqueles que viveram os ocorridos e, a partir daí, coloca o ramo da história oral em voga (ASSMAN, 2006 *apud* HALBMAYR, 2009). As divergências dessa área de estudo nas duas regiões já é iniciada ao se tomar conta das diferentes raízes sobre a qual se ergueram, advindo do estudo de historiadores sociais no continente europeu, e dos arquivistas nos Estados unidos, segundo Grele (2008).

O fato é que tanto na Europa quanto nos Estados Unidos a segunda metade do século XX assiste a um movimento de ascensão da história oral. A primeira revista acadêmica sobre o assunto foi lançada em 1973, nos Estados Unidos, a *Oral History Review*, seis anos após a criação da *Oral History Association*, em 1967, época em que se consolidou a disseminação dos padrões comuns aos historiadores orais (SHARPLESS, 2008). Na Europa esse movimento também não demorou muito a

[55] Projeto que fez parte do *New Deal* e tinha o intuito de empregar, dentre outros, escritores desempregados. (PENKOWER, 1977)

aparecer, e no início dos anos 1970 é fundada a *British Oral History Society*, onde o historiador Paul Thompson teve papel singular, o que impulsionou a formação de um movimento internacional de historiadores orais no final daquela década. (THOMSON, 2006).

Para Thomson (2006), podemos dividir a historiografia da história oral em quatro grandes momentos. O primeiro foi o pós Segunda Guerra Mundial, onde a utilização dessa ferramenta renasce, com o aumento gradual de sua aceitação, e com a popularização de gravadores exercendo papel fundamental. O segundo momento foi marcado pelo impulso dado à pesquisa teórica sobre história oral, muito em função das críticas que Thomson chama de "Abordagens Pós-Positivistas". Na década de 1980 surge a terceira grande mudança: a consciência da importância da interação entre entrevistador e entrevistado para o resultado do projeto. Atualmente vivenciamos o quarto momento, onde o avanço tecnológico, principalmente através da internet, possibilita que métodos de interpretação e gravação estejam em constante desenvolvimento.

A história oral muitas vezes aparece como uma alternativa à história das elites, a história feita pelos vencedores, da classe dominante. Ela dá a oportunidade a vozes que seriam completamente ignoradas em fontes oficiais. Concede espaço às visões de mundo dos oprimidos, que passam a não mais ser ignorados na construção da memória da sociedade da qual fazem parte (PONIATOWSKA, 1988). Sharpless (2008) nos dá exemplos de trabalhos sobre os Afro-americanos, como entrevistas com Malcom X e o *Civil Rights Documentation Project* da Universidade de Harvard, e sobre mulheres, como o *Feminist Oral History* da Universidade da Califórnia, em Berkeley. Esses e outros casos nos mostram como o crescimento da história oral foi importante para adicionar novas perspectivas sobre a história humana. Segundo Poniatowska (1988, p. 15):

> In the strictest sense, oral history is almost always related to the vanquished, the defeated, the earth's forsaken ones, that is, the people. Oral history walks side by side with the defeat, note victory. Victory is the space of biography. The winner dictates his life or writes it himself: autobiography. Furthermore, oral history not only shares the fate of the vanquished, but is also born at the moment of disaster and of collective social forgetfulness, (It is easy in Latin American countries to erase the poor, to make the visible invisible), it corresponds to the desire to oppose the injustice which is committed to forgetting.

Em outras palavras, a história oral tem um papel crucial em revelar perspectivas antes ignoradas ou desconhecidas.

Outro exemplo disso é o trabalho que se tem realizado em relação ao lugar das mulheres na história. O que se tem observado é a maneira como a visão delas como mulheres é geralmente silenciada pela predominância da voz masculina na construção da história, segundo Anderson e Jack (2006). O problema principal quando se pretende fazer história oral com esse grupo é a combinação de "duas perspectivas diferentes e conflitantes: uma que reflete a posição de dominação do homem na cultura, e outra condizente com as realidades imediatas de suas experiências pessoais"[56] (ANDERSON; JACK, 2006, p. 129). Portanto, o que acontece, segundo as autoras, é as mulheres deixarem de lado sua visão e utilizarem as convenções sociais prevalecentes para descrever e interpretar os acontecimentos vividos por elas mesmas.

Apesar da ampliação em sua utilização, como citados até aqui, a história oral continuou a ser duramente contestada por um grande número de profissionais que se baseavam em alguns acontecimentos, segundo Halbmayr (2003), como: as seguidas descobertas de biografias parcialmente forjadas, e posteriormente por uma série de estudos que indicavam a sobreposição de novas memórias sobre antigas, que podem ser involuntariamente reconfiguradas, tornando autobiografias "mais intimamente ligadas à situação social real e imediata da entrevista do que relacionadas com fatos históricos de vidas vividas"[57] (WELZER 2003, p. 186 *apud* HALBMAYR, 2003).

Sendo assim, muitas das críticas à história oral como método vão se concentrar na questão da subjetividade. Por exemplo, Stögner (2009) discute como o contexto da entrevista pode ter influência no que é lembrado pelo entrevistado. Uma questão importante seria: como são apresentados os fatos ao entrevistado? É claro que a narrativa não pode ser entendida apenas pelos seus fatores subjetivos, o que implica que deve existir uma espécie de equilíbrio entre o passado e o impacto do momento (da entrevista ou do contexto histórica em que ela ocorre). O papel do historiador, portanto, deve ser o de um mediador neste conflito (STÖGNER, 2009).

---

[56] "combine two separate, often conflicting, perspectives: one framed in concepts and values that reflect men's dominant position in the culture, and one informed by the more immediate realities of a woman' personal experience".

[57] "[…] much more closely linked to the real and immediate social situation of the interview than to things one would correlate with historic facts of lives lived".

Essas considerações críticas em relação à utilização da história oral foram incorporadas pelos seus defensores, se tornando alvo de discussões e aperfeiçoamento, principalmente no que diz respeito às técnicas de entrevistas, como o discutido por Thomson (2006).

Em resumo, cada tema de entrevista e cada entrevistado deve gerar preocupações diferentes em relação à veracidade e a completude da informação levantada. No caso de nosso estudo, apesar da necessária cautela e técnica para a coleta de entrevistas, não há tanto espaço para que se forjem histórias, já que boa parte dos ocorridos durante o golpe militar já foi amplamente analisado. Além disso, não estarmos lidando com vítimas de grandes traumas – como no caso estudado por Stögner (2009), o holocausto.

4.1.1 Os Métodos da História Oral e as Nossas Entrevistas.

As questões que influenciarão na escolha do modo como a história oral será aplicada podem depender, como será relevante para nosso estudo, de o que o entrevistado representa, quem ele é, o que poderá modificar as técnicas e gêneros de entrevistas que nos auxiliam a planejar uma abordagem mais efetiva, tornando a entrevista mais robusta.

Existem diferentes técnicas associadas a entrevistas, que variam dependendo do objetivo do estudo. Strandén (2009), por exemplo, traz a perspectiva da *folkloristic interview*, onde o foco não é voltado para fatos, datas e nomes, o entrevistado fala com grande liberdade e as perguntas são utilizadas apenas para auxiliá-lo no processo. Nesse caso a narrativa é o mais importante.

A história oral em si é diferente do método citado acima, pois está mais ligada a fatos, e seu papel é encontrar novas fontes de dados a partir de entrevistas de onde poderão se extrair evidências históricas (RITCHIE, 2003).

Para nosso objetivo lançamos mão de uma configuração de entrevista semelhante à encontrada em McGrath (2009). O estudo do autor teve a intenção de apresentar a discussão e o método de lobistas americanos a partir de suas próprias palavras, e para isso utilizou uma abordagem teórica denominada "*elite interview".* A principal característica dessa técnica é que os entrevistados são escolhidos pelo que

fizeram, ou pelo que são, no caso dele lobistas, no nosso, acadêmicos. Três tipos desses acadêmicos estão presentes no nosso estudo. Primeiro, aqueles que já eram professores respeitados no momento dos acontecimentos, sendo até mesmo altos burocratas como é o caso de Delfim Netto. Em segundo, professores em início de carreira, mas com interesse pela economia marxista, tal como o professor Belluzzo. Por último, os que foram estudantes e, depois, tornaram-se economistas e pesquisadores importantes no cenário nacional da economia política marxista, como João Antônio de Paula e Claus Germer.

Nesse tipo de entrevista, onde os entrevistados são escolhidos por suas características de “elite”, deve-se, então, permitir que eles tenham um maior controle, podendo apontar quais fatos são mais importantes ou não, evitando um cronograma de perguntas e respostas fixas, no estilo questionário (MCGRATH, 2009). A diferença para o que realizamos foi que utilizamos uma estrutura um pouco mais rígida do que a proposta por McGrath. Isso ocorreu por estarmos interessados em alguns acontecimentos específicos, então preparamos algumas perguntas, para induzir que os entrevistados nos falassem a respeito de algumas evidências sobre os ocorridos durante o período militar. Isso nos obrigou a guiar a entrevistas para certas circunstâncias históricas.

Além da abordagem teórica, um estudo que envolva história oral também deve se encaixar em um gênero. Para classificar nosso estudo, utilizamos a categorização feita por Larson (2008). Assim, nosso gênero seria o das *Subject-Oriented Oral Histories*. De acordo com a autora, tal gênero é um dos mais comuns, sendo utilizado por pesquisadores que já tem uma pergunta definida, sem a intenção de investigar assuntos demasiadamente amplos, o que torna necessário que se delimite a entrevista no intuito de colher as informações requeridas.

Também poderíamos dizer que nosso trabalho se encaixa nas chamadas entrevistas “semiestruturadas”, como apresentado por Davies (2001). As “não-estruturadas” seriam aquelas onde o entrevistador apenas se preocupa em que sejam cobertos tópicos amplos, enquanto na “semiestruturada” existem os momentos de condução, visando que tópicos mais específicos sejam tratados (DAVIES, 2001). Uma das razões para não se utilizar abordagens por demais rígidas é que elas tendem a confirmar a opinião do historiador, dado que podem esconder elementos relevantes que estão fora de seu conhecimento prévio e poderiam ser reveladas pelo entrevistado (PORTELLI, 2006).

4.1.2 A Utilização da História Oral e a História Oral na Historiografia do Pensamento Econômico

> Historical work using oral sources is unfinished because of the nature of the sources; historical work excluding oral sources (where available) is incomplete by definition (PORTELLI, 2006, p. 40)

Mas, de certo modo, a existência de uma História do Pensamento Econômico Heterodoxo está longe de ser um consenso. Segundo Lee (2009), aqueles ligados à chamada *continuity-pluralism thesis* acreditam que não há uma história do pensamento da economia heterodoxa para se levar em consideração. Na verdade, para se ter uma história da economia heterodoxa, deve-se, antes, aceitar que exista a ciência econômica heterodoxa como campo alternativo ao *mainstream*, o que não é o caso daqueles ligado à referida linha de pensamento. Nós, assim como Fred Lee, rejeitamos essa visão da não existência da heterodoxia como tal e, assim, concebemos esse trabalho de identificar as especificidades do ensino de economia Marxista durante a ditadura militar como parte da História Econômica do Pensamento Econômico Heterodoxo Brasileiro.

A exemplo de Mata e Lee (2007), nós não trataremos aqui da história das ideias, mas da história de uma comunidade, a dos economistas Marxistas, composta por aqueles acadêmicos que se dedicaram ao ensino e pesquisa do tema durante um período marcado por uma ideologia anticomunista, portanto antimarxista. Para tanto, nós não devemos nos restringir somente à bibliografia produzida em relação ao período tratado, aos documentos oficiais acessíveis, ou a outras fontes escritas às quais tenhamos acesso. Isso porque eles nãos nos darão a possibilidade de aferir as especificidades dessa comunidade, tampouco revelará certos obstáculos que não vieram a público. Portanto, lançaremos mão da história oral como fonte alternativa de informação.

A escolha da história oral é um valioso auxílio ao se estudar História do Pensamento Econômico, pois

> […] social relationships are not easily discerned from the professional writings of scholars. Instead, we suggest that the sites for this evidence are a variety

> of dispersed personal media, locked away in private correspondence or in the unspoken memories of the participants. (MATA; LEE, 2007, p.155)

Aliás, o trabalho de Mata e Lee (2007), que utiliza a história oral para desvelar acontecimentos que cercaram a criação e a emergência do movimento da "*radical economics*" nos Estados Unidos, é um dos poucos exemplos de história produzida nessas linhas e publicada em periódicos de renome na área de hsitória do pensamento econômico. Os famosos livros que conduziram conversas com economistas, tanto os volumes norte-americanos como os brasileiros, já citados aqui, são valiosos como instrumentos e registros históricos. Contudo, não foram concebidos como estudos de história oral propriamente ditos – o que foi o caso do artigo de Mata e Lee (2007).

Colocadas essas questões, passemos às conclusões que retiramos das entrevistas conduzidas.

.

.

4.2 O ENSNO DE ECONOMIA MARXISTA DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA: UMA ABORDAGEM DE HISTÓRIA ORAL

Utilizando a metodologia descrita até aqui, entrevistamos oito economistas que, de acordo com a metodologia descrita acima, se encaixam nas características que procuramos. As entrevistas foram gravadas e transcritas, estando presentes nos oito apêndices desse trabalho. Vale ressaltar, novamente, como feito na introdução, que elas não foram reproduzidas por completo, pois certos trechos que não dizem respeito diretamente a esse estudo estão contidos nas gravações. As gravações se encontram em poder do autor da dissertação e de seu orientador.

Aqueles professores que gentilmente atenderam nossa solicitação, e colaboraram para esse estudo são:

- **Antônio Delfim Netto**: graduado junto à terceira turma de economia da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, em 1951. Iniciou sua carreira como professor assistente já em 1952, na mesma instituição, defendendo sua tese de livre-docência em 1962 e se tornando catedrático de Teoria do Desenvolvimento Econômico em

1963. Dentre os cargos governamentais que assumiu constam o de Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, em 1966; o de ministro da Fazenda, entre 1967 e 1974; o de Embaixador do Brasil na França, entre 1975 e 1978; o de Ministro da Agricultura, em 1979; o de Ministro do Planejamento, entre 1979 e 1985; e o de Deputado Federal, entre 1987 e 2007. É Professor Emérito da Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA/USP) desde 1987 (USP, 2015).

- **Antônio Plínio Pires de Moura**: possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia, completado em 1961, e mestrado pelo Institut International de Recherche et Formation en Vue du Développement, obtido em 1968. Completou curso de especialização em Desenvolvimento Econômico pela CEPAL e pela Harvard University. Em 1975, ocupou os cargos de Subsecretário de Planejamento e Orçamento e de Subsecretário de Ciência e tecnologia do governo da Bahia. Em 1977, se tornou Secretário de Planejamento, Ciência e Tecnologia do mesmo estado. Atualmente é professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA[58].
- **Claus Magno Germer**: professor aposentado do departamento de Ciências Econômicas da UFPR, onde foi professor entre 1979 e 2014. Graduou-se em agronomia pela UFRRJ, em 1966, tendo obtido seu título de mestre em Economia Agrária pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP em 1975. Completou seu doutorado em Ciências Econômicas pela UNICAMP em 1995. Entre 1976 e 1990, foi também pesquisador do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), além de Secretário de Estado da Agricultura do governo do Paraná entre 1983 e 1985[59].
- **Luiz Carlos Bresser-Pereira**: gradado em Direito pela Faculdade de Direito da USP, em 1957, tendo cursado o mestrado em *Business Administration* pela Michigan State University, entre 1960 e 1961. Obteve seu doutorado em Economia pela FEA/USP em 1972. Em

[58] Informação retirada de seu Currículo Lattes. Disponível em: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual /visualizacv.do?id=K4708675P0. Acessado em: 14/02/2015.

[59] Informação retirada de seu Currículo Lattes. Disponível em: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual /visualizacv .do? id=K4780306U7. Acessado em: 14/02/2015.

1984, no mesmo departamento obteve a livre-docência também em Economia.. Atualmente é professor titular da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, onde é professor, desde 1959, além de editor da Revista de Economia Política, desde 1981. Foi Ministro da Fazendo durante o ano de 1987 e Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado entre 1994 e 1998. Em 1999, ocupou o cargo de Ministro da Ciência e Tecnologia e de presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).[60]

- **Luiz Gonzaga Belluzzo**: formado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), em 1965, ingressou no curso de pós-graduação em Desenvolvimento Econômico da CEPAL/ILPES, concluindo-o em 1969. Foi professor colaborador da Universidade Estadual de Campinas, onde doutorou-se em 1975 e tornou-se professor-titular em 1986. Foi assessor econômico e secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda entre 1985-1987. De 1988 a 1990, foi secretário de Ciência e Tecnologia do estado de São Paulo. Em 2000, fundou as Faculdades de Campinas (FACAMP), junto com outros professores, onde leciona até os dias de hoje.[61]
- **João Antônio de Paula**: graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1973, obteve o título de mestre em economia pela Unicamp em 1977. Em 1988, doutorou-se em história econômica pela USP. Atualmente é professor titular do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG. Foi Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento entre 2011 e 2014 e Pró-Reitor de Extensão de 2010 a 2011 na UFMG
- **Paul Israel Singer**: austríaco que emigrou para o Brasil em 1940, concluiu o curso técnico secundário em Eletrotécnica em 1951, na Escola Técnica Getúlio Vargas. Foi filiado e militante do Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo durante o período em que exerceu sua profissão de eletrotécnico, entre 1952 e 1956, depois, filiando-se ao

[60] Informação retirada de seu Currículo Lattes. Disponível em: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual /visualizacv .do?id=K4794422H1. Acessado em: 14/02/2015.

[61] Informação retirada de seu Currículo Lattes. Disponível em: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual /visualizacv .do?id=K4780407U9. Acessado em: 14/02/2015.

PCB, em 1954. Cursou Ciências Econômicas na FEA/USP, entre 1956 e 1959, se tornando, logo depois de formado, professor assistente. Obteve o doutorado em sociologia, na USP, em 1964. Tornou-se livre docente da Faculdade de Higiene e Saúde Pública em 1967, defendendo tese na área de demografia (MANTEGA E REGO, 1999).

- **Theotônio dos Santos**: graduado em Sociologia e Política e em Administração Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais, ambos títulos obtidos em 1961, Theotônio concluiu seu mestrado em Ciência Política pela Universidade de Brasília em 1964. O professor possui também dois doutorados em economia por Notório Saber: um conferido pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1985, e outro conferido pela Universidade Federal Fluminense, em 1995. Atualmente é Presidente da cátedra UNESCO/UNU sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável (REGGEN), professor visitante da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professor emérito da Universidade Federal Fluminense.[62]

Com as entrevistas colhidas durante a realização deste estudo, pudemos ter um panorama mais específico de como se deu a evolução do ensino de economia no país – mais especificamente o de economia marxista – e sua relação com o novo regime instalado em primeiro de abril de 1964. Elas também nos permitiram observar pontos de vistas distintos sobre o tópico: (1) o de marxistas ligados mais intimamente com a academia em diferentes regiões do país; (2) o de marxistas mais ativos politicamente, que inclusive sofreram processo de exílio; (3) o de não-marxistas, que no entanto se dedicaram em algum momento ao estudo dessa teoria ou do socialismo e tiveram papel relevante para o estudo de economia. Nesse último caso, o relato ganha relevância porque serve como um contraponto às narrativas dos pesquisadores, professores e estudantes que estavam mais envolvidos com a esquerda política, ou mesmo que tinham inclinação para essa ideologia. Poderíamos, com alguma concessão à liberdade que está presente no método da história oral que, nesses casos, procuramos “ouvir o outro lado”. Todos os entrevistados estavam

[62] Informação retirada de seu Currículo Lattes. Disponível em: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual /visualizacv .do?metodo=apresentar&id=K4783149H1. Acessado em: 11/02/2015.

atuantes como professores ou estudaram durante o regime militar em importantes centros de ensino no Brasil ou no exterior.

4.2.1 Acesso ao estudo marxista

Como explicitado no capítulo anterior deste trabalho, o acesso ao material de estudo marxista não era algo tão simples, principalmente durante boa parte da primeira metade do século XX. Ao longo do tempo, esse acesso melhora e se torna cada vez mais fácil se dedicar ao estudo da questão. Mesmo assim, o contato de nossos entrevistados com essa teoria se deu de diferentes formas, mas muitas vezes de maneiras ligadas à militância política.

Um modo interessante de acesso ao estudo do marxismo se deu com o professor Luiz Gonzaga Belluzzo. Em razão de seus estudos de graduação em Ciências Sociais, na USP, ele teve acesso a certos trabalhos de Marx, que faziam parte dos programas dos cursos de sociologia. Mas, em adição a isso, Belluzzo foi aluno de José Arthur Giannotti e Fernando Henrique Cardoso, entre outros, que estavam se dedicado à leitura d'O Capital no já referido grupo de estudos Seminários de Marx. Em decorrência disso, ele teve acesso à uma discussão de alta qualidade, e interdisciplinar, sobre o tema. Ademais, havia também um contato muito direto com o ISEB, que era um instituto desenvolvimentista, mas que tinha em seu corpo de pesquisadores alguns técnicos e intelectuais que se dedicavam a uma análise que abordava pontos derivados da teoria marxista

Esses polos de estudo da obra marxista, a partir do início da década de 1960, se tornam mais comuns a partir da década de 1960. O próprio professor Theotônio dos Santos participou de um interessante grupo que também envolveu Rui Mauro Marini e Vânia Bambirra, além da eventual participação de André Gunder Frank. Após a saída para o exílio, Theotônio nos relata a existência de alguns desses também no Chile, com estudiosos ligados a Louis Althusser e Che Guevara.

Mais forte dentro das escolas de economia na década de 1950, a influência francesa foi algo muito presente na formação de alguns entrevistados. Nota-se, principalmente no discurso dos dois professores que obtiveram o título de economista durante esse período – Antônio Delfim Netto e Theotônio dos Santos – que o

pensamento francês era realmente muito importante. Esse foi caminho pelo qual Theotônio chegou aos estudos de Marx. O curso de Sociologia Política e Administração Pública da UFMG, onde esse professor se graduou, tinha uma forte ligação com grupos católicos muito influenciados pela teoria de Jean-Yves Calvez e sua reestruturação do marxismo através da visão cristã.

Já Delfim Netto, segundo sua narrativa, conheceu o socialismo em sua vertente fabiana, mas afirma não ter se identificado com a discussão. Em suas palavras: “Marx era um homem muito difícil, mas eu me convenci de que aquilo era uma visão do mundo muito diferente da nossa, ou seja, que aquele mundo que você pensava, construído com um certo equilíbrio cooperativo interno, não existia.”[63] Delfim aponta sempre para a pluralidade existente dentro do ensino de economia da USP desde os primórdios. Mas, apesar da possibilidade do estudo do marxismo não ser vetado, a teoria era muito pouco debatida dento do curso, e com uma qualidade questionável. Ele destaca a falta de formação específica dos professores: “Eram todos autodidatas. Eram raros os que não eram autodidatas.”[64] Nesse sentido, Paul Singer, que foi aluno do mesmo curso alguns anos depois, relata: “[...]o curso que eu fiz, Marx, praticamente, era muito pouco mencionado, e pior ainda, os professores não o conheciam e faziam erro, bobagem. Não era proposital, é que eles tinham um conhecimento pequeno e antipático”[65].

Notoriamente, um grande espaço para se discutir a questão marxista eram os Movimentos Sociais e o Partido Comunista Brasileiro. Claus Germer, por exemplo, teve seu primeiro contato já quando estudava Agronomia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mas fora das salas de aula, dentro dos espaços de militância da UNE. Já no caso de Theotônio dos Santos, a militância se iniciou posteriormente ao estudo mais teórico. Contudo, o que vale destacar é como tanto no caso dos contato que se inicia antes da militância, como no caso do contato que se inicia com a militância, o espaço de discussão é dentro da atividade política, não da academia. Theotônio narra a convergência de grupos em torno da “política mais imediata”:

> Em torno desse grupo nosso na Faculdade de Economia, se ciou um grupo que se voltou para uma política mais imediata. Formamos uma juventude

[63] Entrevista Delfim Netto. Apêndice 1, página 137.
[64] Entrevista Delfim Netto. Apêndice 1, página 135.
[65] Entrevista Paul Israel Singer. Apêndice 7, página 185.

> trabalhista em Minas. Ai tinha gente católica, de esquerda, da JEC [Juventude Estudantil Católica] e depois da JUC [Juventude Universitária Católica], tinha gente marxista, independente (como nós), tinha também comunistas partidários que também participavam[66]

Posteriormente, esse grupo do professor Theotônio faz alianças nacionais e acaba se transformando na conhecida organização *Política Operária* (POLOP).

Esses grupos católicos da década de 1950, não foram compostos apenas por aqueles simpáticos às ideias marxistas, como pode ser percebido pelo depoimento do professor Luiz Carlos Bresser-Pereira. Bresser-Pereira conta que foi dentro da JUC que ele teve certo contato com o marxismo, através dos estudos do ISEB. Entretanto, apesar do interesse, não estudou a fundo tal teoria, a princípio, muito menos se tornou um militante revolucionário.

> [...]eu tive a influência do ISEB, que não era estritamente marxista, mas lá Ignácio Rangel era marxista e era o economista mais importante de lá... o Guerreiro Ramos tinha influência, enfim, eu continuei muito interessado no marxismo. Mas eu realmente só fui estudar seriamente marxismo nos anos 1970, com o Nakano, que tinha sido meu aluno.[67]

A citada retomada aos estudos marxistas durante a década de 1970, juntamente com Yokiashi Nakano, se deu no intuito de tecer um estudo crítico à tendência decrescente da taxa de lucro no longo prazo.

Alguns anos mais jovens que os demais entrevistados, o professor João Antônio de Paula inicia seu contato com a teoria marxista já após o golpe, em 1966, quando tinha quinze anos de idade e trabalhava na Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Seu interesse iniciou-se pelo acesso a textos do jornalista Otto Maria Carpeaux, impulsionado por estudos nas bibliotecas públicas, que logo depois teve de ser substituída pelo acervo de livros do PCB, já que, segundo ele, esse tipo de livro não se encontravam em bibliotecas comuns. Em sua narrativa, "[...] eu fiquei conhecendo sindicalistas da empresa que eram ligados ao partido comunista. Então eles tinham toda aquela literatura, aqueles livros do Editorial Vitória, que era a editora do Partido Comunista, e eu lia isso"[68].

No entanto, as publicações eram de natureza diversa. "O Partido Comunista, que teve várias editoras, publicava aqueles manuais da União Soviética, aqueles

[66] Entrevista Theotônio dos Santos. Apêndice 8, página 197.
[67] Entrevista Luiz Carlos Bresser-Pereira. Apêndice 5, página 165.
[68] Entrevista João Antônio de Paula. Apêndice 4, página 154.

materiais bem de propaganda assim, mas também editava Marx, editava Engels, enfim"[69]. Isso se dava porque o PCB era diretamente ligado ao Partido Comunista da União Soviética, então boa parte do material produzido por suas editoras eram panfletários, relativos à propaganda revolucionária da URSS.

Como pode-se observar, as formas de contato com a literatura marxista eram bem diversas, no entanto, os movimentos sociais tiveram grande relevância, se não na formação teórica diretamente, em iniciar e interessar pessoas que posteriormente viriam a ser grandes nomes dentro da economia brasileira. O espaço de debate não era essencialmente o acadêmico. Para alguém como os alunos de economia que se formaram nas décadas de 1990, 2000 e 2010 olhar para os anos 1950, 1960 e 1970 e tentar encontrar um cenário parecido com o atual, no que tange à economia marxista, é um anacronismo. Ao que tudo indica, nem mesmo o estudo e ensino desse tipo de teoria eram organizados, a pesquisa dentro dos departamentos, então, era inexistente, muito também ligado à incipiência de pesquisa dentro das universidades até o início da década de 1970.

Apenas no caso do professor Belluzzo identificamos um acesso dentro da universidade, que talvez fosse no sentido de um debate mais rico e sofisticado em torno do tema, mas, como relatado, fora das ciências econômicas.

4.2.2 Os diferentes centros e a perseguição acadêmica

O modo como a golpe civil-militar de 1964 influenciou o ambiente universitário, como dito nos capítulos anteriores, foi bem diverso. A primeira universidade a sofrer diretamente, e mais violentamente, foi a UnB. Theotônio dos Santos tinha acabado de finalizar seu mestrado nessa instituição, onde lecionava no Departamento de Ciência Política.

> Em 1964, quatro dias depois do golpe, eu fui demitido da Universidade de Brasília pelo reitor, que depois se converteu em uma grande figura, o Zeferino Vaz. Fui um dos quatro que saíram primeiro, depois vieram outros. Foi muito rápido, parece que já tinha algo antes preparado.
> Eu fui informado vagamente, mas já tinha um processo, com uma pequena condenação de quatro anos, que envolveu exatamente a mim, ao Rui Mauro

[69] Entrevista João Antônio de Paula. Apêndice 4, página 155.

> Marini e a Vânia, em torno das atividades da POLOP depois do golpe, uns 3 ou 4 meses depois. Isso eu não conhecia bem. O [processo] que existia mais forte era em Minas, e que terminou no final de 1965 com uma condenação de 15 anos de prisão. Aí ficou difícil a vida clandestina.[70]

Theotônio foi um dos primeiros expurgados da UnB, de acordo com seu relato, e colocado na clandestinidade. Por esse motivo passa o resto do regime ditatorial quase inteiramente fora do país, retornando apenas após a anistia, em 1979. É interessante notar aqui que essa face autoritária do reitor – Zeferino Vaz – que demitiu diversos professores da Universidade de Brasília, vai estar em contraste direto com aquela do personagem que se tornou o pilar de uma universidade plural e defensora de sua autonomia, a Unicamp.

Zeferino, então, viria a ser pilar muito importante na manutenção da liberdade dentro da Unicamp. Por mais que, como averiguado na análise das grades dos cursos no capítulo anterior, não tenha ocorrido uma intromissão direta do governo dentro da estrutura curricular dos cursos no país – a não ser pela adição da disciplina *Estudos de Problemas Brasileiros*, e da tratativa de realizar a tão discutida reforma universitária. O que ocorre é que diversas universidades sofreram com violências, prisões e expulsões, episódios dos quais a Unicamp parece ter permanecido relativamente isolada.

Outra razão para esse tratamento diferenciado, que colocava a Unicamp em uma situação muito mais amena que as demais universidades, “uma espécie de Oasis”[71], era também o caráter embrionário da instituição. Segundo Belluzzo, os militares realmente só começam a se atentar verdadeiramente apara o que acontecia dentro da Unicamp a partir de meados de 1970, quando o processo de abertura já havia se iniciado.

Apesar do que se poderia imaginar, de que uma universidade criada durante o período militar estaria muito mais suscetível à ideologia desse governo, esse não foi o ocorrido. Isso, é claro, não diminui o papel fundamental de Zeferino Vaz na garantia da autonomia universitária em Campinas. Dando ênfase a isso, Belluzzo relata um ocorrido, demonstrando a ousadia e o firme propósito de Zeferino de defender a independência acadêmica frente ao regime:

---

[70] Entrevista Theotônio dos Santos. Apêndice 8, página 199.
[71] Entrevista Luiz Gonzaga Belluzzo. Apêndice 6, página 178.

> Para você ter uma ideia, em 1975 houve uma comemoração – nós tivemos vários episódios que comprovam a firmeza dele nesse aspecto – do aniversário da revolução. Ele levou a mim e ao João Manoel no quartel. Ele fez o discurso, foi convidado para fazer o discurso, sendo que era uma cerimônia seguido de um coquetel. E o então comandante do quartel chegou para ele, eu e o João Manoel assistindo a isso, e disse assim: "A sua universidade está cheia de comunistas". E ele [Zeferino], "Coronel, o senhor entende de força armada e eu entendo de universidade. Na minha universidade os professores têm liberdade total de dizer o que eles pensam[72].

Dentro desse processo de perseguições e violências um importante marco foi a criação as AESI. O professor Theotônio dos Santos já se encontrava no exílio antes que fossem instaladas as AESI, em 1967, mas outros puderam relatar o período. Belluzzo, por exemplo, presenciou a existência do aparato de inteligência do governo em Campinas. No entanto, foi apenas anos depois, que ele tomou conhecimento de que fazia parte de uma lista de marcados para morrer do DOI/CODI, juntamente com César Lattes (físico), Hilda Hilst (poeta) e Sérgio Arouca (médico).

Ainda em relação à AESI, na UFBA ela funcionava no prédio do Hospital das Clínicas, e catalogava todos os alunos através do requerimento de uma foto extra, em tamanho grande, durante a confecção da carteirinha de estudante, que era enviada ao SNI. Todos eram fichados, como narra o professor Plínio Moura.

Nem em todos os lugares essas assessorias existiram, ou ao menos eram claramente notadas pelos professores. No caso da USP, nem Delfim Netto, nem Paul Singer confirmaram a existência da mesma. Delfim, inclusive, nega a existência desse órgão dentro do Ministério da Fazenda, onde ocupava o cargo de ministro na data da criação das AESI – em norma, como discutido anteriormente, as DSI deveriam se fazer presentes em todos os ministérios. Tampouco na UFMG se teve conhecimento da atuação dos órgãos de segurança dentro da Faculdade de Ciências Econômicas. No entanto, o secretário da faculdade era um coronel, Coronel Werneck, que de certa forma censurava algumas ações do Diretório Acadêmico, como relatado por João Antônio de Paula.

Repressões aconteceram de vários modos, e em vários momentos do regime. Na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), demitiram-se diversos professores do departamento de economia já em meados de 1970. No entanto, como relatado por Claus Germer, que era aluno de mestrado e havia sido convidado para tentar uma vaga de professor na instituição, os professores demitidos "não [eram]

[72] Entrevista Luiz Gonzaga Belluzzo. Apêndice 6, página 176.

necessariamente marxistas, porque não era esse o ponto, não era especificamente esse o ponto"[73]. O caráter das perseguições era muito mais amplo, e obviamente não só marxistas ou comunistas se opunham ao regime, ou podiam ser taxados como subversivos. Percebe-se, então, que a oposição ao governo é o ponto central e não o fato de que determinado acadêmico estaria ligado a algum tipo de teoria econômica ou social.

Porém, focada ou não em professores marxistas, a perseguição gerava certo esvaziamento dos quadros de algumas instituições, e, além disso, provocava certo medo no ambiente acadêmico. No depoimento de João Antônio de Paula:

> Quando eu entro para a faculdade [como aluno], a faculdade está sofrendo esse efeito, esse esvaziamento decorrente do golpe, mas mais do que isso, o medo. O medo de falar, o medo de discutir.[74]

Quando analisamos os ocorridos na UFBA, também vem à tona a figura de um reitor ou dirigentes influentes, responsáveis pela diminuição dos impactos da mudança de regime dentro da universidade. Essa é a imagem que o professor Antônio Plínio Pires de Moura tem do reitor Miguel Calmon, que estava no cargo em 1964.

> Quando ocorre o golpe militar nós tivemos a sorte de ter como reitor na época o Miguel Calmon, [que] foi ministro da fazenda de vários governos, presidente de banco, da alta aristocracia baiana. Era o último Marques de Abrantes. Quando fizeram uma caça às bruxas na Universidade de Brasília, o povo todo de Brasília veio para cá.[75]

Apesar disso, dentro da Faculdade de Ciências Econômicas, sentiu-se o golpe em algum grau. Segundo Plínio de Moura, o Diretório Acadêmico foi dissolvido, assim como a gráfica que ele possuía. Para o professor, a universidade ficou extremamente vigiada, e cheia de agitadores da SNI. "Dentro da sala eram os mais esquerdistas, e você já sabia que era agente provocador. Então todo mundo pisando em ovos durante esse período, e foi assim que a gente conseguiu atravessar, bem ou mal, durante essa primeira fase"[76].

O que podemos concluir até esse ponto em relação às entrevistas coletadas é que não há como apresentar um padrão homogêneo para a maneira como se deu,

[73] Entrevista Claus Magno Germer. Apêndice 3, página 151.
[74] Entrevista João Antônio de Paula. Apêndice 4, página 158.
[75] Entrevista Antônio Plínio Pires de Moura. Apêndice 2, página 144.
[76] Entrevista Antônio Plínio Pires de Moura. Apêndice 2, página 144.

ou se sentiu, a intervenção da ditadura civil-militar dentro das universidades brasileiras. Existem diversos fatores que eram determinantes para isso. Alguns, na verdade, nem chegaram presenciar fatos contra a autonomia universitária, mesmo estando dentro de universidades, como é o caso de Bresser-Pereira. O que, é claro, reforça-se pelo fato de que ele era professor de uma instituição particular e patrocinada pelo empresariado paulista. Todavia, passemos agora à análise do nosso objeto mais importante, a interferência no estudo, no currículo e na, se for o caso, pesquisa das faculdades de economia.

4.2.3 O Governo militar e as possíveis interferências no ensino de economia

Repisemos, então, nosso objetivo: o principal intuito deste trabalho é o de saber até onde o regime militar imprimiu, ou tentou imprimir, sua ideologia ou contra-ideologia dentro do ensino das universidades, em especial nos cursos e departamentos de economia, sempre com foco na economia marxista, ensinada ou pesquisada.

Durante a análise das grades dos cursos de economia no capítulo anterior pudemos perceber o surgimento da disciplina *Estudo de Problemas Brasileiros*, algo que era equivalente à matéria *Moral e Cívica* incorporada no ensino médio, como uma modificação direta realizada pelo governo militar. No entanto, não podemos afirmar que houve uma restrição ao ensino de economia marxista a partir da análise desses currículos. Pelo contrário, onde houveram mudanças, pelas poucas informações que recolhemos, elas partiram de decisões do próprio do corpo docente.

Durante as entrevistas realizadas, perguntamos aos professores, principalmente àqueles que lecionavam durante o governo militar, se em algum momento eles ou algum professor de sua faculdade foram impedidos, censurados ou desencorajados, principalmente por superiores hierárquicos, de ensinar disciplinas ou conteúdos ligados ao marxismo. Também foi importante descobrir se, principalmente durante a reforma universitária de 1968, houveram tentativas de interferência na montagem das grades curriculares dos cursos. Para além disso, quisemos nos informar sobre possíveis censuras ao material contido nas bibliotecas das universidades.

O quadro que se forma ao se levar em conta a experiência desses professores em relação a esse tema é o de uma **negação da possível interferência direta do regime militar na atividade docente**. Na USP, por mais que a qualidade das aulas sobre o tema marxista fosse baixa, e os professores tivessem certa relutância com o assunto, como afirma Paul Singer, não há uma real proibição de seu estudo após a mudança de regime. Delfim Netto é bem enfático ao apontar para a pluralidade dentro da Faculdade de Economia e Administração da USP – ainda que devamos levar em conta o fato de que ele fazia parte do governo militar. Muitas mudanças ocorreram, e boa parte delas se deram em função do fato de que cerca de dez professores saíram da faculdade para trabalhar para o governo, como lembra o professor.

Ao longo da ditadura, nas diversas instituições, essa situação não se modifica. As mudanças no curso ficam muito ligadas mesmo à reforma universitária, como as citadas pelo professor Plínio Moura, quando perguntado sobre possíveis interferências no curso por parte dos militares.

> Não. Isso não. Veio haver [interferência] só quando [Jarbas] Passarinho tentou, na reforma de 1969, [com] a MEC-USAID, resolver o problema de excedentes externos. O que acontecia? O vestibular era "habilitatório" não era classificatório, então às vezes habilitava mais gente que o número de vagas, aí toda vez isso dava problemas. [77]

Já na Unicamp, que mostramos como um local ímpar de conservação da autonomia universitária e liberdade acadêmica, claramente não houveram tentativas de interferências, como descrito por Belluzzo. No entanto, apesar de nenhum dos entrevistados terem relatado casos de intromissões, não era em todos os lugares em que havia um debate amplo sobre a obra marxista como na Unicamp – inclusive com aulas de Economia Política sendo ministradas pelo próprio professor Belluzzo.[78]

Caso semelhante, de intensa discussão de tópicos marxistas, se deu na UFMG, como relado nas análises de currículos do capítulo anterior. Um dos professores dessas disciplinas, em meados de 1970, foi João Antônio de Paula. O professor João Antônio não via nenhum tipo de censura a seu ensino. "Seja o que acontecia por debaixo dos panos, diretamente nunca houve censura, veto, pressão. Eu dei o curso que eu quis dar, utilizei a bibliografia que eu quis"[79]. Apesar disso, ele

[77] Entrevista Antônio Plínio Pires de Moura. Apêndice 2, página 146.
[78] Informação ainda mais relevante por não termos tido acesso ao currículo do curso de economia da Unicamp durante o período.
[79] Entrevista João Antônio de Paula. Apêndice 4, página 162.

mesmo afirma ter tido problemas para conseguir ingressar como professor, muito por conta de sua atividade política, e só ter conseguido graças à insistência do reitor. Novamente, verificamos como os altos dirigentes das instituições procuravam zelar pela independência acadêmica das mesmas.

Existiam outros centros com essas mesmas características, assim como relatado por João Antônio, mas que não conseguimos acesso a professores do período para entrevistas.

> Mas tinham mais. Brasília [UnB] tem naquele momento um movimento interessante. Mas você tem estilos diferentes, Brasília vai ser muito influenciada pelo [Edmar] Bacha. O Bacha é o cara que vai levar uma Macroeconomia estruturalista, um certo tipo de ênfase. A UFRJ com a Conceição, o [Carlos] Lessa, o próprio [Antônio Barros de] Castro, que fazia um pouco Campinas e UFRJ.[80]

No entanto, esse período, onde os centros oferecem disciplinas marxistas e existe um debate mais plural, se dá já em meados dos anos 1970. Diferentemente da década de 1960, nos anos 1970 já temos uma maior profissionalização do ensino, com o aumento dos professores de dedicação exclusiva e a criação dos cursos de pós-graduação. A Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) também já havia sido criada no início dessa década.

> Mas o que eu queria destacar é o seguinte, essa leitura que vai ao original, isso não tinha [quando era aluno]. Os cursos eram muito baseados em manuais, manual disso, manual daquilo, e nesse momento há uma inovação metodológica, na maneira de ensinar economia, de pensar economia, e também, obviamente, o marxismo[81]

Outro ponto importante é o arrefecimento do caráter repressor do regime a partir de meados da década de 1970, que culminará na anistia em 1979. Nesse sentido, devemos levar em conta o ambiente que existia ao longo do regime, e sua possível relevância para o trabalho dos professores. Esse aspecto foi levantado pelo professor Claus Germer, durante a primeira entrevista que conduzimos. Para ele, havia uma espécie de autocensura. Ele relata como, para evitar maiores problemas, trocava conceitos marxianos por werberianos.

[80] Entrevista João Antônio de Paula. Apêndice 4, página 158.
[81] Entrevista João Antônio de Paula. Apêndice 4, página 158.

> O Weber tem um conceito. Por exemplo, um dos que eu me lembro é o *proletário*. E ele tinha uma definição bem parecida com a do Marx. Então usei o Weber. Então tinha esse tipo de coisa. O clima era muito pesado mesmo.[82]
>
> Aconteceu lá o que acontece nas universidades até hoje, os marxistas fazem uma autocensura, não só os marxistas, o pessoal de esquerda em geral. Porque não estava escrito é proibido citar Marx, mas o fato é de que era considerado subversivo quem se dedicasse a esse tipo de coisa, e o Ipardes também sofreu.[83]

Essa autocensura, tentativa de preservação, evitando o perigo de uma cassação ou prisão, mesmo que ela possivelmente não viesse a acontecer, é algo também comentado pelo professor João Antônio. O professor indica que havia a possibilidade de se mudar os temas dos assuntos a serem abordados por causa de problemas que eles, por ventura, poderiam gerar.

A autocensura também acontecia de outra maneira, em publicações de revistas. Essas, assim como qualquer publicação da imprensa brasileira, deveriam passar pela censura do governo militar. Com isso, por já saber que certos assuntos seriam não seriam aprovados pelos censores, evitava-se abordá-los, como nos narra Paul Singer. A pesquisa acadêmica em si, um tese de doutorado por exemplo, não tinha esse mesmo problema, não passava por censores, e o que evitava que as pessoas tratassem de algum assunto, ou autor, era o medo da repressão. Um exemplo dessa maior liberdade com trabalhos acadêmicos não publicados é a tese de doutoramento do professor Luiz Gonzaga Belluzzo, que foi feita entre 1972 e 1975 e tratou diretamente da teoria do valor marxista. No entanto, Belluzzo estava em um ambiente aparentemente mais aberto, a Unicamp, do que o professor Claus Germer, que fez sua dissertação na ESALQ.

Um outro aspecto importante em algumas universidades, que interfere no trabalho acadêmico e na autonomia das universidades, é a censura das bibliotecas. Isso tampouco ocorreu de maneira homogênea, alguns centros mantiveram seu material intacto, no entanto outros não tiveram tal sorte. A USP, por exemplo, foi uma das instituições que manteve seu excelente acervo a salvo durante o período militar.

Dentre as universidades pesquisadas, sofreram com a censura do acervo de suas bibliotecas a UFMG e a UFBA, segundo relatos dos professores João Antônio e Plínio Moura, respectivamente. Na primeira a censura realmente foi bem sucedida.

---

[82] Entrevista Claus Magno Germer. Apêndice 3, página 151.
[83] Entrevista Claus Magno Germer. Apêndice 3, página 152.

> A nossa biblioteca, da Faculdade de Ciências Econômicas [UFMG], era uma ótima biblioteca. E Existia um mito em relação a ela. O mito de uma determinada sala, trancada. Em 1964 se recolheu todo o acervo subversivo, era muita coisa, milhares de livros foram retirados das prateleiras, acho que parte disso acabou voltando para o acervo depois, mas em um primeiro momento foram retirados da estante, e se guardou, se fechou.[84]

Todavia, há de se considerar que o entrevistado usa a palavra “mito”, para falar da tal sala trancada, o que joga certa dúvida sobre sobe a existência da mesma, mas não em relação ao recolhimento de livros subversivos após o golpe. Ao menos ao se analisar exclusivamente essa narrativa.

No entanto, na UFBA, os membros da universidade conseguiram evitar a censura.

> Olha, aqui o que nós fizemos foi esconder, certo? Nós tiramos dos fichários as fichas de todos os livros.
> Não estavam catalogados, então eles não achavam. Eles procuraram, mas não acharam. Lá você tinha Marx, você tinha Lênin, você tinha Rosa Luxemburgo. Estavam lá na biblioteca. E eles [militares] reviraram a biblioteca de cabeça para baixo, mas como eles [os livros] estavam fora do catálogo e sem capa, não podiam achar nada.[85]

Essa é mais uma demonstração do modo diferente que se dá a atuação do governo militar frente às universidades. Isso nos leva a verificar que não pode-se dizer que havia uma real tentativa de evitar que ideias ligadas ao marxismo fosse estudadas dentro da universidade, não havia um plano homogêneo de atuação, diferentemente da repressão que ocorria frente aos movimentos sociais.

As perseguições sofridas por professores marxistas dentro da economia estão intimamente ligadas à sua atuação política, como no caso de Theotônio do Santos, que ocupava cargo de direção na POLOP. No entanto, o ensino de economia marxista era pouco desenvolvido não por isso, mas pela pouca permeabilidade que se encontra na academia brasileira e pela crise que atravessa o marxismo a nível mundial, pincipalmente até o já discutido relatório Khrushchov, e o início de uma separação maior entre o marxismo e o PCB. A evolução do ensino superior, muito ligado à reforma universitária de 1968, é um salto importante para todas as áreas de pesquisa, e a partir desse ponto pudemos constar um estudo mais profissional das diversas linhas de conhecimento, incluindo a que foi interesse desse trabalho.

---

[84] Entrevista João Antônio de Paula. Apêndice 4, página 158.
[85] Entrevista Antônio Plínio Pires de Moura. Apêndice 2, página 145.

No caso da determinação do conteúdo dos currículos, podemos concluir, com o material à nossa disposição e a partir dos relatos, que não houve uma interferência homogênea, organizada, destinada a sistematicamente retirar de programas conteúdos e de grades curriculares disciplinas que fosse simpáticas às teorias marxistas ou ao socialismo. No entanto, vale enfatizar a importância do clima de medo, e de outras formas de perseguição que influenciavam a vida dos docentes, como a política e a cultural (caso de publicações em jornais e revistas não acadêmicas).

5 CONCLUSÃO

O trabalho apresentado aqui teve o objetivo de analisar possíveis interferências e constrangimentos que o regime militar teria infligido ao ensino de economia marxista no Brasil. Como resultado nós não podemos apontar que isso tenha ocorrido, ao menos não diretamente e/ou sistematicamente.

Ao fazer um levantamento da bibliografia secundária sobre a violência do regime militar junto às universidades, pudemos traçar que essas faziam parte de um plano maior de repressão e vigilância constantes, levado a cabo pelos órgãos de segurança com a intenção de mitigar a ameaça das influências políticas daqueles que deveriam ser considerados subversivos. O aparato relativo a essa ação foi sendo paulatinamente aumentado após o golpe, e até o início da década de 1970.

Isso é resultado do modo como se deu a tomada de poder pelos militares: sem nenhuma resistência por parte do governo, principalmente quando levamos em conta o aparato de segurança e contrainformação (ALVES, 1985). Então, a inexistência de ação desse setor foi um dos motivos apontados para que houvesse tamanho esforço de desenvolvê-lo no período posterior

Essas oscilações acarretaram também diversas variações no *modus operandi* da burocracia de segurança, como pudemos aqui observar na discussão em torno dos períodos colaborativo, internalizado e dissimulado.

A partir dessas considerações, pudemos verificar como se deu a interferência do governo militar nas universidades nesta primeira onda de violências. Nisso, cada caso guarda determinadas particularidades, dependendo de como aqueles que estão no controle dessas instituições foram capazes, e tiveram a intenção, de defender sua autonomia e pluralidade. A Universidade de Brasília sofreu imensamente poucos dias após o golpe, enquanto a Universidade de São Paulo, por exemplo, enfrentou maiores problemas na denominada “segunda onda de violências”.

Essa segunda onda foi fortemente marcada pelo AI-5, no entanto, antes do mesmo, algumas medidas já eram tomadas com relação às universidades. Um dos grandes exemplos é o Relatório Meira Matos, resultado de uma comissão dentro da CAPES, com a finalidade de reestruturar o ensino universitário e diminuir os protestos do Movimento Estudantil. Pouco tempo depois o governo tomaria uma medida há

muito requerida, e que modificou profundamente o ensino superior brasileiro, a Reforma Universitária de 1968.

Um ponto importante da nossa pesquisa é que a posição do corpo diretor das universidades frente os militares foi algo indispensável para garantir, como dito anteriormente, sua autonomia e pluralidade, tanto no período pós-golpe, quanto no pós-AI-5. Os ocorridos na USP e na Unicamp podem ser colocados claramente como antíteses da existência da ligação reitoria/militares. No caso da primeira, o reitor era claramente adepto ao golpe, e acabou sendo elevado ao posto de ministro pelos generais. Contudo esse grande prestígio foi utilizado para aumentar a perseguição aos docentes da instituição, o que acabou por levar ao expurgo de dezenas de profissionais. Já no caso da Unicamp, o reitor, Zeferino Vaz, foi um entusiasta inicial do golpe, mas rapidamente voltou-se à defesa da autonomia universitária, o que garantiu à sua instituições um ambiente muito mais ameno do que o encontrado alhures

Nossa conclusão, portanto, vai no sentido de que o ambiente universitário foi realmente afetado pela mudança de regime. No entanto, até aqui, o que observamos foram perseguições mais ligadas às questões propriamente políticas, enquanto nosso objetivo maior é medir o constrangimento causado ao marxismo em território teórico, de ensino, principalmente, e da pesquisa, quando for o caso.

Com esse intuito, voltamos nossa análise para o curso de Ciências Econômicas. Observamos que esse possuía uma formação exclusivamente técnica em seus primórdios, com tentativa de tratamento mais científico ainda na primeira metade do século XX, recebendo grande impulso com a criação dos cursos de pós-graduação na década de 1970.

Analisamos, então, o estágio de desenvolvimento do pensamento marxista dentro do país para que não corrêssemos o risco de atribuir mudanças no ensino da Economia Política de Marx erroneamente ao regime, sendo que este pode estar ligado ao trabalho dos próprios marxistas. Assim pudemos demonstrar como era, no geral, pequena a discussão baseada na teoria de Marx, durante muito tempo relegada às sombras das discussões do Partido Comunista da URSS, mas que ganha força ao longo do tempo, principalmente após a década de 1950. Alguns acontecimentos, como o citado relatório de Khrushchov e os grupos de estudos de *O* Capital que vão surgindo, são de grande importância para ampliar o espaço do marxismo dentro da economia, mas ainda colocando-o dentro do ambiente acadêmico de maneira tímida.

Partimos então para a interpretação das grades curriculares coletadas de algumas faculdades de economia no país. Analisando o período de interesse, em um primeiro momento, logo após o golpe, a presença desse tipo de disciplina era bem rara. No entanto, não se pode afirmar se isso era causa de perseguição do governo militar ou do reflexo da formação dos economistas da época. Se levarmos em consideração nossa análise do estágio da discussão marxista no Brasil, muito provavelmente a segunda causa é a mais forte. Mas, verificamos a utilização de bibliografia marxista dentro de algumas disciplinas, mesmo em instituições comandadas por pessoas claramente anticomunistas, como era o caso da UFPR do professor Flávio Suplicy de Lacerda.

Grandes mudanças ocorrem nos currículos dos cursos de economia do Brasil ao longo do período analisado, principalmente por conta da Reforma Universitária de 1968. O que fica claro é como essa última permite uma maior diferenciação de abordagens teóricas entre os centros, desde grades mais matemáticas, como na USP, como a ampliação do espaço para o debate marxista, a exemplo da UFMG, ou ainda com a diminuição do último, caso no caso da UFPR. Ou seja, novamente não se pode afirmar que houve algum constrangimento direto ao estudo da teoria do socialista. Se havia perseguição, ela não era de todo efetiva.

Pretendendo sanar a citada dúvida em relação à existência e efetividade da perseguição aos marxistas dentro do ensino de economia, nos propusemos a entrevistar profissionais que estiveram em contato direto com a questão, obtendo acesso às suas histórias profissionais.

Analisando as entrevistas mencionadas obtivemos algumas informações importantes, e a confirmação de outras. A diversidade do modo como os professores tiveram o primeiro contato com o estudo da teoria marxista nos mostra como a sua formação acadêmica não possuía um debate significativo da questão, com exceção de Luiz Gonzaga Belluzzo, que cursou a graduação em Sociologia na USP. A importância dos movimentos sociais para o interesse pelo marxismo também é algo relevante. Isso confirma nossa impressão sobre o fato de que a inexistência de uma discussão de temas marxistas nas grades curriculares no início dos anos 1960 possivelmente não era reflexo de atuação do governo no sentido de repressão.

Outra discussão importante levantada foi a presença ou não dos órgãos de segurança e informação dentro das faculdades de economia. Mais um vez não se pode ter um padrão homogêneo do comportamento do regime militar em relação à

academia. Enquanto em alguns lugares, como na USP, os professores não tiveram notícia da atuação desses órgãos, na UFBA, segundo Plínio Moura, havia eles estavam presentes fisicamente, e se faziam notar a todo momento na tentativa de controla o ambiente universitário. Esse controle se dava principalmente através da infiltração de agitadores e do cadastramento de todos os alunos no SNI.

O principal, no entanto, é a discussão em relação ao constrangimento do estudo e ensino de economia marxista dentro da universidades, o objetivo desse trabalho. **Aqui há uma unanimidade geral, ao se afirmar que não houve, em nenhum momento, tentativa do governo militar em modificar a estrutura dos cursos de economia nesse sentido, ou de evitar que o tema fosse abordado em salas de aula. Os professores se sentiam livres para ministrar suas disciplinas**.

Um fato que vai de encontro ao apontado acima é uma interferência indireta do regime na pesquisa de econômica marxista, como primeiramente apontado por Claus Germer. Segundo o professor, existia um ambiente tenso, de medo, onde evitava-se abordar o tema pelo receio de ser apontado como subversivo. Esse foi o caso de sua dissertação de mestrado na ESALQ. João Antônio também aponta essa possibilidade.

Um outro modo de autocensura é indicado também por Paul Singer, mas em relação à publicação em revistas. Como se sabe grande censura foi imposta à mídia durante o regime militar, e aqueles, incluindo os professores que colaboravam com esses veículos, acabavam por modificar o tópico abordado por saber previamente que esse não seria aceito pelos censores. Essa censura midiática, portanto, transbordava para as publicações acadêmicas, no caso do CEBRAP.

Desse modo, com o apresentado durante essa dissertação, a conclusão mais geral em relação à pergunta por nós proposta é que não se pode afirmar que realmente houve uma tentativa ou planejamento por parte do governo militar de evitar que se disseminasse o pensamento marxista dentro do ambiente universitário das faculdades de economia no Brasil.

.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. A. et. al. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

AMORIM, S. G. Aperfeiçoamento institucional e organizacional das atividades de inteligência e consolidação de um estado democrático no Brasil. In: VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2012, São Paulo. **VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa:** Pensamento Brasileiro em Defesa**,** Porto Alegre, v.1, n.1, 2012.

ANDERSON, K.; JACK D. C. Learning to Listen: Interview techniques and analyses. In: **The Oral History Reader,** Perks, R.; Thomson, A. (Orgs.), Nova York: Routledge, p.129-143, 2006.

ADUSP (ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO). **O controle Ideológico na USP:** 1964-1978. São Paulo-SP: Adusp, 2004.

ALVES, M. H. B. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1985.

ANTUNES, P. C. B. **SNI e ABIN**: Uma leitura da atuação dos serviços secretos no Brasil ao longo do século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ANTUNES, R.; RIDENTI, M. Operários e estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações**, Londrina, v.12, n.2, p. 78-89, 2007.

ARAGÃO, J. M. Uma economia política para o ensino superior. **Econômica Brasileira**. Rio de Janeiro: Clube de Economistas, v.7, n.4, 1960.

ASSMANN, A. **Der lange Schatten der Vergangenheit**. Erinnerungskultur und Geschichtspolitik. München: C.H. Beck, 2006.

BIELSCHOWSKY, R. Ideologia e Desenvolvimentismo: Brasil, 1930-1964. In: LOUREIRO, M. R. **50 anos de Ciência Econômica no Brasil**: Pensamento, Instituições, Depoimentos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1977.

BOBBIO, N. **Direita e Esquerda**: Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BULHÕES, O. G. **O ensino de Economia no Brasil**. Porto Alegre: Centro de Estudos Econômicos e Financeiros. PUC/RGS, 1958.

BRASIL. Arquivo Nacional. Sistema de Informações do Arquivo Nacional. **Comissão Geral de Informações**. Em: <http://www.an.gov.br/sian/Multinivel/Exibe_Pesquisa.asp?v_CodReferencia_ID=1009363>. Acesso em: 08/10/2014.

BRASIL DE FATO, **Eduardo Giannetti e a intolerância de um liberal**. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/eduardo-giannetti-e-a-intolerancia-de-um-liberal/>. Acessado em: 02/02/2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Da Administração Pública Burocrática à Gerencial. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v.47, n.1, 1996.

BRITO, M. O golpe de 1964 e a Universidade Federal da Bahia. **OPSIS**, Catalão-GO, v. 14, n.1, p. 301-318, 2014.

CANABRAVA, A. P. (Coord.); **História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo**: 1946-1981. São Paulo: FEA/USP, 1984.

CASTRO, N. J. **O Economista**: A história da profissão no Brasil. Rio de Janeiro: COFECON; CORECON-RJ; CORECON-SP, 2001.

CAZÉS, D. l. **Crónica 1968**. México: Plaza y Valdés, 1993.

CLEMENTE, J. E. F. Perseguições, espionagem e resistência: o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar (1964 a 1979). **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p. 129-145, 2006.

COELHO, M. F. P. A Esquerda Ontem e Hoje: o dilema entre igualdade e liberdade. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n.2, p. 509-527, 2009.

COUTINHO, M. C. Incursões Marxistas. São Paulo: **Estudos Avançados**, v. 15, n. 41, p. 35-48, 2001.

CUNHA, J. D. A política educacional da ditadura militar e a UFRGS (1964-1970). In: V Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2007, Porto Alegre. **V Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Produzindo história a partir de fontes primárias**. Porto Alegre: CORAG, v. 1, p. 327-338, 2007.

_____. **A Reforma Universitária de 1968 e o Processo de Reestruturação da UFRGS:** uma análise da política educacional para o ensino superior durante a ditadura civil militar. São Leopoldo/RS, 213 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

CUNHA, L. A. **A Universidade Reformanda**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DAVIES, P. H. J. Spies as Informants: Triangulation and the Interpretation of Elite Interview Data in the Study of the Intelligence and Security Services. **Politics**, v.21, n.1, 2001.

DREIFUSS, R. A. **1964:** A Conquista do Estado, Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Rio de Janeiro-RJ: Vozes, 1981.

FAGUNDES, P. E. Universidade e Repressão Política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.5, n.10, p.295-316, 2013.

FAVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à reforma universitária em 1968. **Educar**, Curitiba, n.28, p.17-36, 2006.

FERNANDES, F. Os dilemas da reforma universitária consentida. **Revista Mexicana de Sociologia**, v. 32, n.4, p. 967-1004, 1970.

FICO, C. **Reinventando o Otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

_____. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

FONSECA, P. D. C.; CARRION, O. B. K. O ensino de economia na UFRGS. Porto Alegre: **Análise**, v.17, n.2, p.284-296, 2006.

GOMES, E. **O Mandarim:** História da Infância da Unicamp. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

GRELE, R. J. Oral History as Evidence. In: **Handbook of oral history**, Charlton (Org.), T. L.; Myers, L. E.; Sharpless, R. Oxford: AltaMira Press, 2008, p. 43-101.

HALBMAYR, B. The ethics of oral history: Expectations, responsibilities, and dissociations. In: **Oral History**: The challenges of dialogue, Kurkowska-Budzan, M. (Org.); Zamorski, K. Amsterdan: John Benjamins Publishing Company, p. 195-203, 2009.

HOLZMANN et al. **Universidade e Repressão:** Os expurgos na UFRGS. Porto Alegre-RS: L&PM, 2008.

JAGUARIBE, H. O ISEB e o desenvolvimento nacional. In: TOLEDO, N. C. (Org.). **Intelectuais e política no Brasil**. a experiência no ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 31-42.

KAFKA, A. Dr. Gudin e o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. In: CARNEIRO, P. E. B. et al. **Eugênio Gudin visto por seus contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1979. p. 41-49.

KONDER, L. **O marxismo na batalha das ideias**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.

LAGÔA, A. **SNI**: Como nasceu, como funciona. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

LAPONCE, C. J. A. **Left and Right.** The topography of political perceptions. Toronto: University of Toronto Press, 1981.

LARSON, M. A. Research Design and Strategies. In: **Handbook of oral history**, Charlton, T. L. (Org.); Myers, L. E.; Sharpless, R.. Oxford: AltaMira Press, p. 105-134, 2008.

LEE, F. **A History of Heterodox Economics**: Challenging the mainstream in the twentieth century. New York: Routledge, 2009.

LEFF, N. H. **Política Econômica e Desenvolvimento no Brasil** – 1947-1964. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

LOUREIRO, M. R. Economistas e Elites Dirigentes no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano VII, n^0 20, pp. 47-69, 1992.

MACGRATH, C. Oral history and political elites: Interviewing (and transcribing) lobbyists. In: **Oral History**: The challenges of dialogue, Kurkowska-Budzan, M. (Org.); Zamorski, K. Amsterdan: John Benjamins Publishing Company, p.48-60, 2009.

MANCEBO, S. L. T. O mestrado em estudo de problemas brasileiros na UERJ: reflexões sobre uma experiência de sociabilização política, em nível de mestrado, no Brasil. Rio de Janeiro: **Intratextos**, número especial 2, p. 121-135, 2011.

MANSAN, J. V. **Os Expurgos na UFRGS**: Afastamentos sumários de Professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 E 1969). Porto Alegre 319 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

_____. O Ministério da Educação e Cultura e o controle do campo do ensino superior durante o governo Costa e Silva (1967-1969). **Militares e Política**, Rio de Janeiro, n.7, jul.-dez, p.76-99, 2010.

_____. Coerção e Controle: a educação superior no Brasil durante a ditadura civil-militar (1964-1988). **CLIO – Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n.30, v.2, 2013.

MATA, T.; LEE, F. The Role of Oral History in the Historiography of Heterodox Economics. **History of Political Economy**, New York, n. 39, 2007.

MANTEGA, G.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros II**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARINI, R. M. Contradições e conflitos do Brasil contemporâneo. São Paulo: **Teoria e Prática**, n.3, 1968.

MARINI, R. M. **Subdesarollo e revolucion**. México: Siglo Veintiuno, 1969

MOTTA, R. P. S. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, n.16, 2008.

_____, Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira. **Revista Brasileira de História** (Impresso), v. 30, p. 237-266, 2010.

_____. O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. **Contemporanea – História y problemas del siglo XX**, Montevideo, ano 3, v. 3, p. 133-148, 2012.

NICOLATO, M. A. **A Caminho da Lei 5.540/68: A participação de diferentes atores na definição da reforma universitária**. Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1986.

NOGUEIRA, A. M.; NUNES, E.; BARROSO, H. M.. **Mensuração dos Conteúdos Acadêmicos da Educação Superior**. Rio de Janeiro: Observatório universitário. Documento de Trabalho, n^{0}42, 2005.

OLIVEIRA, F. A economia brasileira**:** crítica à razão dualista. São Paulo: **Estudos Cebrap**, n.2, 1972.

OLIVEIRA, M. C. **A Democratização Tardia da Inteligência na Argentina e no Brasil**. Brasília, 174 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2010.

PAULA, J. A. O Ensino e a Pesquisa em Economia na Universidade Federal de Minas Gerais. Porto Alegre: **Análise**, v.17, n.2, p. 329-344, 2006.

PENKOWER, M. N. **The Federal Writers' Project**: A Study in Government Patronage of the Arts. Urbana: University of Illinois Press, 1977.

PEREIRA, A. E. Organização, Estrutura e Trajetória do ISEB. In: TOLEDO, N. C. (Org.). **Intelectuais e política no Brasil**. a experiência no ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 253-260.

PINHO, D. B. O Departamento de Ciências Econômicas. In: CANABRAVA, A. P. (Coord.); **História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo**: 1946-1981. São Paulo: FEA/USP, 1984, p. 37-49.

PONIATOWSKA, E. The Earthquake: to Carlos Monsivais. **The Oral History Review**, V.16, n.1, p. 7-20, 1988.

_____. **Massacre in Mexico**. Columbia: University of Missouri, 1992.

PORTELLI, A. What makes Oral History different. In: **The Oral History Reader,** Perks, R.; Thomson, A. (Orgs.), Nova York: Routledge, p. 32-43, 2006.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1942.

RANGEL, I. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

REGO, J. M. **Autonomia dos Centros de Pós-Graduação em Economia**: uma Abordagem Institucional e de História Oral. São Paulo: FGV, 1997.

RIBEIRO, R. A. **A Aliança para o Progresso e as Relações Brasil-Estados Unidos**. Campinas-SP, 2006. Tese de Doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

RICHARDS, D. Elite Interviewing: Approaches and Pitfalls. **Politics**, v.16, n.3, p.199-204, 1996.

RIDENTI, M. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (org.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

RITCHIE, D. A. **Doing Oral History**: A Pratical Guide. Nova York: Oxford university Press, 2003.

ROTHEN, J. C. Os bastidores da Reforma Universitária de 1968. Campinas: **Educação & Sociedade**, v.29, n.103, p.453-475, 2008.

SAES, A. M. *et al*. **Fipe 40 anos**: pesquisa, ensino e debate sobre a economia brasileira. São Paulo: Narrativa Um, 2014.

SALMERON, R. A. **A universidade interrompida:** Brasília 1964-1965. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

SANSON, J. R.. De guarda-livros a economistas. Florianópolis: **Atualidade Econômica**, ano 16, n.47, p. 1-5, 2004.

SANSON, J. R.; NICOLAU, J. A.. Do ensino de técnicas comerciais ao ensino de economia em Santa Catarina. Porto Alegre: **Análise**, v.17, n.2, p. 297-312, 2006.

SANTOS, T. **Dependência y cambio social**. Santiago: CESO, 1970.

SHARPLESS, R. The history of oral history, In **Handbook of oral history**, Charlton, T. L. (Org.); Myers, L. E.; Sharpless, R.. Oxford: AltaMira Press, p. 19-42, 2008.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SINGER, P. Ciclos econômicos em economias subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: **Revista Civilização Brasileira**, n.2, 1965.

SINGER, P. **Economia política do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1977.

SINGER, P. Entrevista. In: **Conversas com economistas brasileiros II**, Mantega, G.; Rego, J. M. São Paulo: Editora 34, 1999.

STEPAN, A. **Os militares na política**. Rio de Janeiro-RJ: Editora Artenova, 1975

_____. **Rethinking Military Politics**: Brazil and the Southern Cone. Princeton-NJ: Princeton University Press, 1988.

STÖGNER, K. Life story interviews and the “Truth of Memory”: Some aspects of oral history from a historico-philosophical perspective. In: **Oral History**: The challenges of dialogue, Kurkowska-Budzan, M (Org.).; Zamorski, K.. Amsterdan: John Benjamins Publishing Company, p. 205-215, 2009.

STRANDÉN, S. Trust in the empathic interview, In: **Oral History**: The challenges of dialogue, Kurkowska-Budzan, M. (Org.); Zamorski, K. Amsterdan: John Benjamins Publishing Company, p. 3-13, 2009.

TAVARES, A. L. **Segurança Nacional**: problemas atuais. José Alvaro Editor S.A., 1964.

THOMSON, A. Four Paradigm Transformations in Oral History. **The Oral History Review**, v.34, n.1, p. 49–70, 2006.

TRINDADE, H. Anísio Teixeira e os desafios atuais da educação superior. In: UFRJ (Org.) Teixeira, A. **Ensino Superior no Brasil** – análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, v.10, 2005. Em: < http://www. ilea.ufrgs.br/ unipampa/ANISIO_TEIXEIRA.pdf>. Acessado em 10/10/2014.

USP, Departamento de Economia. **Antônio Delfim Netto**: Biografia. Disponível em: <http://www.fea.usp.br/feaecon/perfil_ex.php?i=&u=22&e=6>. Acessado em: 05/02/2015.

WARHLICH, B. M. S. Reforma administrativa federal brasileira: passado e presente. **Revista da Administração Pública**, v.8, n.2, p.27-75, 1974.

WASSERMAN, C. O golpe de 1964: Tudo o que se perdeu... In: PADRÓS, E. S. (Org.) **As Ditaduras de Segurança Nacional:** Brasil e Cone Sul. Porto Alegre: Comissão do Acervo Contra a Ditadura, 2006.

WEICHERT, M. A. O financiamento de atos de violação de Direitos Humanos por empresas durante a ditadura brasileira: Responsabilidade e verdade. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 181-190, 2008.

WELZER, H. **Was ist autobiographische Wahrheit**? Anmerkungen aus Sicht der Erinnerungsforschung. In: Die Biographische Wahrheit ist nicht zu haben, K.-J. Bruder (ed.). Gießen: Psychosozialverlag, p.183-202, 2003.

LEIS

BRASIL. **Ato Complementar nº 39, de 20 de Dezembro de 1968.** Dispõe sobre a cassação de mandatos, suspensão de direitos políticos e demissão, remoção, disponibilidade, aposentadoria, transferência para a reserva ou reforma de servidores civis e militares da União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-39-68.htm>. Acessado em 17/09/2014.

_____. **Ato Complementar nº 75, de 20 de Outubro de 1969**. Dispõe sobre a proibição de lecionar em estabelecimentos de ensino do governo ou subvencionados pelo governo todos aqueles que, como professor, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público incorreram ou venham a incorrer em faltas que resultaram ou venham a resultar em sanções com fundamento em Atos Institucionais a qualquer título, cargo, função, emprego ou atividades tanto da união como dos estados distrito federal territórios e municípios, bem como em instituições de ensino pesquisa e organizações de interesse da segurança nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-75-69.htm>. Acessado em 17/09/2014.

_____. **Ato institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.** Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acessado em 16/10/2014.

_____. **Ato Institucional nº 5, de 13 de Dezembro de 1968.** São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Acessado em: <http://www.planalto.gov.br/c civil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acessado em 16/10/2014.

_____. **Decreto nº 1.339, de 9 de janeiro de 1905.** Declara instituições de utilidade pública a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ela conferidos, como de caráter oficial; e dá outras providencias. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/214141.pdf>. Acessado em 05/10/2014.

_____. **Decreto nº 17.329, de 28 de Maio de 1926**. Aprova o regulamento para os estabelecimentos de ensino técnico comercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17329-28-maio-1926-514068-republicacao-88142-pe.html>. Acessado em 05/10/2014.

_____. **Decreto nº 20.158, de 30 de Junho de 1931**. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Disponível em: <http: //www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536 778-republicacao-81246-pe.html>. Acessado em 05/10/2014.

_____. **Decreto-Lei n^{0}200, de fevereiro de 1967.** Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>. Acessado em 02/09/2014.

_____. **Decreto-Lei Nº 477, de 26 de Fevereiro de 1969**. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0477 .html>. Acessado em 17/09/2014.

_____. **Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de Setembro de 1945**. Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7988-22-setembro -1945-417334-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 06/10/2014.

_____. **Decreto nº 62.937, de 2 de Julho de 1968**. Dispõe sobre a instituição de grupo de trabalho para promover a reforma universitária e dá outras providências.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-6293 7-2-julho-1968-404810-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 06/10/2014.

_____. **Decreto-Lei nº 869, de 12 de Setembro de 1969**. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-86 9-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.htm>. Acessado em 05/10/2014.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acessado em 05/10/2014.

_____. **Lei 4.341, de 13 de Junho de 1964**. Cria o Serviço Nacional de Informações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htm>. Acessado em 17/10/2014.

_____. **Lei nº 5.540, de 28 de Novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm>. Acessado em 06/10/2014.

SÃO PAULO. **Lei n° 7.655, de 28 de Dezembro de 1962**. Cria a Universidade de Campinas. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=43148>. Acessado em: 01/11/2014**.**

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – ENTREVISTA ANTÔNIO DELFIM NETTO 118
APÊNDICE 2 – ENTREVISTA ANTÔNIO PLÍNIO PIRES DE MOURA 126
APÊNDICE 3 – ENTREVISTA CLAUS MAGNO GERMER 131
APÊNDICE 4 – ENTREVISTA JOÃO ANTÔNIO DE PAULA 136
APÊNDICE 5 – ENTREVISTA LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA 144
APÊNDICE 6 – ENTREVISTA LUIZ GONZAGA BELLUZZO 153
APÊNDICE 7 – ENTREVISTA PAUL ISRAEL SINGER 165
APÊNDICE 8 – ENTREVISTA THEOTÔNIO DOS SANTOS 175

APÊNDICE 1 – ENTREVISTA ANTÔNIO DELFIM NETTO

Gostaria de iniciar abordando um período um pouco anterior à sua entrada na USP. O senhor foi aluno na Escola Superior de Guerra?

Não. Não. Eu fiz muitas palestras na Escola Superior de Guerra, mas como aluno não.

O senhor entra na USP como aluno, se forma, e, rapidamente, se torna professor na década de 1950. A Alice Canabrava lançou um livro sobre a história da FEA/USP, no qual ela faz referência a uma grande crise institucional em 1957/58. Como o senhor participou e vê esse período?

Havia, no fundo, um desejo de mudar a natureza do ensino de economia. Era um ensino muito institucional, muito ligado às escolas de direito, tinham alguns problemas legais com alguns professores. Mas isso não teve nenhuma importância sobre o problema do ensino, não era sobre o ensino em si. A escola não tinha bons cursos. A escola tinha se instalado e estava demorando muito a se consolidar, então era isso. Não houve nada com relação ao ensino.

A escola tinha uma vantagem, a escola era muito eclética. Era muito aberta, nunca houve nenhuma restrição ideológica. Eram todos autodidatas. Eram raros os que não eram autodidatas. E o professor de Economia Política, como se chamava naquele tempo, era o Paulo Hugon, um francês, bom professor, economista institucionalista. Ele deixou uma boa escola no Brasil, deixou um livro sobre história do pensamento econômico. Era um bom professor. Você tinha o Stevens, que era um inglês professor de estatística, que, digamos, eram realmente profissionais [Hugon e Stevens]. Os outros todos eram autodidatas, e estavam começando sua vida.

Se criou a escola, houve uma seleção – eu nunca soube direito como é que foi – e se contratou esses professores. A maioria deles se esforçou muito, e realmente conseguiu qualificação para continuar professor. Em 1957, houve uma reação contra alguns que não tinham conseguido realmente superar a suas condições de autodidatas, mas isso não teve nenhuma importância, digamos. A escola sempre nasceu de uma, como eu disse, uma visão muito ampla. Um dos responsáveis por essa visão foi um professor de Sociologia, o Heraldo Barbuy, que tinha uma visão

muito ampla, muito interessante, porque ele relativizava o ensino inclusive da economia política. Enquanto que o Hugon dizia que a moeda era qualquer coisa que podia servir de meio de troca, de reserva de valor, pode ser uma roda de ferro, ou de pedra, ou uma medalha de ouro e etc., o Barbuy dizia, “não, a moeda na verdade é uma instituição social que muda o comportamento do homem. A moeda é que determina se ele vai ser mais egoísta ou menos egoísta. A moeda é uma outra coisa”. E nesse curso, enquanto outros professores imaginavam o capitalismo como uma obra eterna, que havia uma certa harmonia cooperativa entre os homens, e que aquela era uma ciência em que um dia iam se descobrir as leis que a comandavam, o Barbuy estava em seus seminários estudando Polanyi, a grande revolução, mostrando o seguinte: “Não. Isso é um instante na história do homem. Pelo contrário, o mercado possui alguns defeitos”. Quer dizer, a escola sempre foi muito aberta, de forma que haviam várias correntes. Nunca se rejeitou nenhuma das correntes, nem aquele marxismo de pé-quebrado que continua no Brasil até hoje, certo?

Foi-se encaminhando para um conhecimento, tentando-se construir um conhecimento um pouco melhor através da estatística, através do Luiz de Freitas Bueno, através da matemática, com o [Domingos] Pisanelli, através de seminários paralelos ao curso que aconteciam diariamente.

O Senhor foi assistente do Luiz de Freitas Bueno. E os seminários já aconteciam quando o senhor era assistente, ou só quando se tornou catedrático?

Já quando eu era assistente, a gente já fazia. Depois, quando eu cheguei à cátedra, a coisa cresceu ainda mais.

Esse seminário era um seminário completamente aberto.

Tem um artigo do Raúl Ekerman que fala sobre isso....

É isso mesmo. Aquele artigo do Raul representa tudo. Se você quiser uma informação bem precisa de como esse processo aconteceu tem uma Revista Brasileira de Economia, acho que é de 1966, que tem um artigo meu, do Mario Simonsen, da Maria da Conceição Tavares [na realidade M. C. Tavares não participou dessa edição da Revista]. Foi quando na verdade nós decidimos fazer os cursos de pós-graduação, com ajuda inclusive da Fundação Ford, quando trouxemos algumas pessoas muito importantes para o Brasil. Lá [nesse artigo] você tem uma ideia clara de como nasceu esse processo.

Dentro desse artigo do Raul Ekerman ele diz que vocês estudavam inclusive Paul Sweezy, e outros textos marxista em algumas ocasiões...

Na verdade, deixa eu lhe dizer. Eu tive muita sorte na minha vida, a profissão me escolheu. Eu queria ser engenheiro, mas como eu não tinha recursos eu não podia fazer um curso em tempo integral, então eu ia fazer um curso de economia. Eu estava me preparando para fazer vestibular de engenharia, aí foi fundada a escola de economia, 1945 ou 1946, e que admita o seguinte, quem tivesse o curso de contador podia se inscrever. Como eu tinha o curso de contador e podia fazer, eu podia usar a pouca matemática que sabia para entrar no curso de economia.

O senhor fez o curso de contador em uma Escola de Comércio?

Sim. Fiz o curso de contador na Escola de Comércio, e entrei na escola. Mas, quando eu tinha quatorze anos, eu fui trabalhar na Companhia Gessy Industrial, que era uma companhia de alta qualidade, com empresários empreendedores realmente, a família Milani, eram gente de qualidade. Lá eu encontrei um cidadão, Aírton Alves Aguiar, um médico que não estava exercendo a profissão, e que era um semi-socialista. Mas o nosso socialismo era um socialismo muito urbano, no fundo a grande literatura eram os livros do espírito moderno, publicados pela Civilização Brasileira, que eram do H. G. Wells. Então era *[Uma Breve] História do Mundo*, e não sei mais o que. Então era isso, que era uma manifestação do Socialismo Fabiano.

Foi por aí que eu entrei. E eu cheguei ao Marx por um caminho muito torturado, que era o caminho do Wicksteed, que era um livro de economia, isso já muito posterior, e do George Bernard Shaw, que tem uma coletânea maravilhosa sobre marxismo. Isso nos anos 1930. Naquele momento, eu adquiri uma espécie de prevenção contra o marxismo. Marx era um homem muito difícil, mas eu me convenci de que aquilo era uma visão do mundo muito diferente da nossa, ou seja, que aquele mundo que você pensava, construído com um certo equilíbrio cooperativo interno, não existia.

Por isso a escola foi sempre aberta. E, no caso dos brasileiros, você ia desde Ignácio Rangel. Nunca alguns que se perdiam em uma mistificação ideológica, que é a pior coisa. O marxista que se refugia nesse tipo de metafísica não vai a lugar nenhum. A escola foi sempre muito aberta, mas lentamente caminhando para uma concepção um pouco mais “científica”, entre parênteses– nunca será uma ciência –

mas entre parênteses [aspas, na realidade]. E, nesse curso, eu descobri um livro italiano do Constatino, em dois volumes, que era anti-keynesiano. E estava chegando no Brasil o nosso Samuelson, que era a primeira apresentação de um Keynesianismo hidráulico, que depois foi sendo entendido. De forma que a escola sempre teve essa, na minha opinião, tolerância com várias visões do mundo, mas sempre caminhando de que você tem que produzir proposições testáveis, que elas têm que ser analisadas e tem que ter uma correspondência na realidade, até você conseguir chegar em uma proposição. Eu diria que aí é que você vai amadurecendo.

O entendimento do Keynes foi muito difícil. E depois para você se livrar daquele Keynesianismo hidráulico, mecânico, que estava no Samuelson, para você começar a entender de verdade a importância do setor financeiro... O que era fundamental para o desenvolvimento econômico, mas também que é fundamental para destruir o sistema econômico. Então foi-se desenvolvendo paralelamente a isso a econometria, porque se precisava medir, tudo isso era preciso medir. E durante muito tempo houve uma crença enorme no método econométrico. Hoje eu sou muito cético, realmente eu acho que o futuro não está contido no passado, a economia não é ergódica, de forma que nunca vai ser uma ciência. Isso foi um desvio produzido pelo Samuelson. E, hoje, eu estou muito cético quanto à possibilidade de medir, de você confiar, na verdade, nessa ideia de que eu posso testar uma teoria. Eu posso negar uma teoria seguramente, mas o que mais me preocupa é que, mesmo com as técnicas mais sofisticadas da econometria, você sempre tem um artigo que diz que a hipótese é aceitável, logo depois vem um artigo com a mesma sofisticação que diz que não é aceitável, e logo chega outro artigo, ainda mais sofisticado, que diz que nenhuma das duas proposições é aceitável. Então, você parte do conhecimento absoluto para a ignorância absoluta, e ganhou algum conhecimento nesse processo.

A escola mudou muito. A escola hoje tem gente muito preparada, que se formou lá fora, nas melhores escolas. Mas ela continua ainda como uma igreja generosa. Ainda abriga marxistas, institucionalistas, “cientifistas”.

Mudando um pouco do foco do ensino para a política departamental. O senhor foi chefe de departamento durante a mudança de regime. Houve mudança de relação dentro do departamento, ou com a própria reitoria? Já que o reitor saiu para ocupar cargo de ministro, sendo muito próximo ao governo militar e tudo mais. Houve alguma interferência no trabalho de vocês?

De jeito nenhum. Nunca houve nenhuma mudança, de nenhuma natureza. Pelo contrário, nós saímos da escola, dez ou doze professores que foram para o governo. Nunca houve nenhuma interferência de nenhuma natureza na escola, muito menos no ensino. Pelo contrário, a escola, como os outros, ia se organizando para se opor ao governo.

Na escola havia um militante, hoje muito conhecido, o Paul Singer, que era do PCB...

Sim, claro! O Paul Singer foi muito bem recebido. Ele e também a Lenina [Pomeranz]. E são gente de valor. Não tinha nenhuma restrição de nenhuma natureza. Pelo contrário, eu acho um Paulo um sujeito de muito valor. Inclusive eu até tenho uma certa simpatia por esse tipo de cooperativismo um pouco mais profundo, esse tipo de sociedade solidária a que ele se dedica, eu acho que tem muita coisa importante e que pode ser um complemento na organização de uma sociedade civilizada.

O senhor citou essa cooperação com a Ford Foundation na criação do IPE, principalmente. O senhor estava à frente desse projeto? Como foi?

Eu estava à frente desse projeto antes de ir embora. Depois ficou o Miguel Colasuonno.

Bom, nós trouxemos, na verdade, professores de toda natureza. Nós trouxemos o Kalecki, trouxemos o Kaldor. Tinha as várias correntes. Nós trouxemos o Leontief, uma porção de outras pessoas. Porque a escola era aberta, e na minha opinião essa talvez tenha sido a coisa mais importante.

Além disso, a história era levada extremamente a sério. Nós tivemos dois bons cursos. A história, que era dada pela Alice Canabrava, uma coisa realmente preciosa, e geografia, uma geografia muito mais ajustada à realidade brasileira, com o [Paul] Huntington. Eram bons cursos, e sempre foram fortes. Hoje os economistas têm um pouco de vergonha de estudar história e geografia.

Na verdade, nesses cursos aos quais me referi, os tais seminários, você tinha uma ênfase na história, na geografia e na antropologia. Para saber o que era o homem.

E como o senhor vê a criação da ANPEC? A importância da criação da ANPEC para o desenvolvimento dessa segunda etapa, de pós-graduação.

Ela é uma solução natural. Hoje você tem uma economia de alta qualidade. Eu até acho que, de vez em quando, com uma pretensão científica exagerada. Mas, seguramente, o nível é muito melhor do que foi. Só faltava não ser, seria um absurdo. O Brasil dispõe hoje de alguns economistas de muito boa qualidade.

Quando o senhor sai do Ministério da Fazenda, e antes de ser embaixador, o senhor volta pra USP durante um tempo. Nesse período o senhor vê alguma mudança muito grande...?

Sim. Eu, inclusive, fui para o departamento, e fiquei até feliz. As coisas continuavam na mesma linha.

Não houve uma quebra?

Não. Não houve uma quebra. Pelo contrário, eu acho que vocês podem notar um progresso continuo. Você pode, talvez, dizer que um pouco daquela tendência eclética, daquela igreja generosa, foi reduzida. Diminui-se aquela linha diferente do *main stream*, todas elas. Mas hoje, todas as linhas, estão todas elas absorvidas dentro da escola por gente de alta competência. Então, eu acho que houve um progresso muito importante. O que, de vez em quando, me incomoda é a crença que nós somos portadores de uma ciência. Nós não fomos e nunca seremos. Por causa disso. O futuro é opaco, e ele não está contido no passado, a não ser como possibilidade.

Hoje os estudos contra factuais mostram que a história é um acidente, e essa organização, agora visível em uma rede de complexibilidade, mostra que um bom modelo tem que introjetar o seu próprio suicídio. Porque você sai de um ponto em que você aparentemente está em equilíbrio. Foi o grande desenvolvimento, digamos, que antecedeu a crise de 2008. Dava a impressão que nós tínhamos dominado o mundo. O Robert Lucas dizia que nós tínhamos dominado, e que o ciclo econômico tinha acabado. Para você ter uma ideia, umas semanas antes da crise do *Lheman Brothers,* o Banco da Inglaterra fez uma conferência para comemorar o domínio do ciclo econômico. Na semana seguinte quebrou o mundo.

[...]

Mas em comparação com esse ambiente tranquilo da USP, como o senhor via o ambiente de outros centros? A UnB, que passou por problemas em 1964...

A UnB se desenvolveu muito bem. Você tem grandes departamentos, não são os mais visíveis. Você tem uma escola em recife de alta qualidade, tem no Rio Grande, no Paraná, em todos os outros lugres existem centros econômicos de alta qualidade. Em alguns com uma visão um pouco mais estreita, que pretendem se chamar de ortodoxos. Essa divisão Heterodoxo/Ortodoxo é só uma divisão produzida pela miopia. A economia tem que ser uma igreja generosa, tem que incorporar todas essas visões de mundo. Você não pode dizer que alguma [teoria] está errada, sem se comprometer e ter que se desmentir depois. Você tem que ver as coisas como elas são. E eu diria que em todo o lugar você tem departamentos muito importantes, em São Paulo, Campinas, Ribeirão, São Carlos. Hoje você tem nas escolas de agronomia, como a Luiz de Queiroz [ESALQ], você tem economista de alta qualidade. Quer dizer, realmente o Brasil hoje dispõe de bons economistas, e que eu acho que prestam um bom serviço.

Nós não citamos, mas Minas Gerais tinha tem uma escola de economia excelente. Muitos economistas importantes passaram por lá. Inclusive trabalhando com teoria da localização. Era uma grande escola, e acho que ainda é. [**trecho adicionado a pedido do entrevistado**]

Para finalizar. A biblioteca possuía um acervo assim eclético, como o senhor diz sobre o ensino? E ela sofreu alguma censura durante o período militar?

De jeito nenhum. A biblioteca sempre foi assim desse jeito. A escola sempre teve uma excelente biblioteca. Eu acabei de doar a minha pra ela.

E em relação aos órgãos de repressão? As DSi's e ASI's que foram criadas. O senhor chegou a ter contato? Ela chegou a tentar a interferência no departamento ou em no órgão do governo onde o senhor se encontrava na época?

Eu estava longe da escola. No ministério de jeito nenhum. Bastaria o seguinte, nunca houve nenhuma restrição, quando o sujeito imaginava que era marxista eu dava pra ele fazer um curso lá fora, até aprender.

Aí esquecia o marxismo lá...

Não. Eu acho o seguinte, Marx não pode ser esquecido. Marx é parte da cultura. Marx você tem que entender, e compreender. A contribuição dele é muito importante. Só que é a mesma coisa que o Kant, a mesma coisa que os grandes pensadores. Ele faz parte. O que sobrou dele é aquilo que é válido, o resto tudo é um pouco de chantilly, que lustra algumas pessoas que se consideram grandes dialetas, mas não fazem mal nenhum.

Eu entrei em Marx pelos italianos, de forma que que conheço alguma coisa, e o que eu conheço é bom. A minha tese em doutoramento é, na verdade, um modelo do segundo volume do Marx.

APÊNDICE 2 – ENTREVISTA ANTÔNIO PLÍNIO PIRES DE MOURA

A escola aqui ficou com fama de ser uma escola esquerdista.

Isso antes do golpe militar?

Isso. Então, era esse mais ou menos o clima. Uma escola nacional desenvolvimentista. O currículo, no começo de 1964, é modificado. O currículo que até então... a minha formação, por exemplo, ainda foi a formação clássica. O meu currículo chegava até os neoclássicos, nem Keynes eu peguei. O keynesianismo vai entrar na escola na década de 1960, e nós vamos colocar isso aí no novo currículo, que é o currículo de 1964. Nós colocamos aí disciplinas que são nitidamente cepalinas, que são: política e planejamento econômico, contabilidade social, desenvolvimento econômico, contabilidade nacional, elaboração de projetos [e] análise de projetos. Uma série de disciplinas dos cursos cepalinos que nesse momento estavam sendo dados no Rio de Janeiro.

Eu mesmo fiz o curso da Cepal em 1962, ele ainda era dado em espanhol. Fui aluno de Celso Furtado. Maria da Conceição Tavares ainda era estagiária, Carlos Lessa ainda era ajudante de Aníbal Pinto Santa Cruz. [Tinha] o Norbert Gonzales [e] o Regino Boti, ministro da economia de Cuba. Era esse pessoal. Nós tivemos uma boa formação nessa base. Então nossa escola é uma escola de tradição esquerdista, mas na verdade era nacional desenvolvimentista.

Mas marxista aqui...

Nada. Basicamente nacional desenvolvimentista.

É uma característica daqui, e das escolas do nordeste em geral, que as escolas de administração sejam separadas das escolas de economia, porque as escolas de administração foram montadas com o financiamento da Fundação Rockfeller, no início dos anos 1960. A Fundação Rockfeller disse que não queria criar o curso de administração na escola de economia, que era para não contaminar. Então exigiu que fosse criada uma escola separada, uma faculdade separada. E em quase todo nordeste você vai encontrar as escolas de economia separadas da de administração por causa disso.

Quando ocorre o golpe militar, nós tivemos a sorte de ter como reitor na época o Miguel Calmon[86], [que] foi ministro da fazenda de vários governos, presidente de banco, da alta aristocracia baiana. Era o último Marques de Abrantes. Quando fizeram uma caça às bruxas na Universidade de Brasília, o povo todo de Brasília veio para cá.

Você diz os professores.

É. Jairo Simões, Carlos Costa Pinto, Machado Neto, veio esse povo todo. Aí, quando veio a lista daqui, ele [reitor] pegou a lista, levou a Castelo Branco e disse: "Tá aqui a lista. Agora, o primeiro nome da lista que você vai ter que cassar sou eu". Ai Castelo disse: "Bom, você fica responsável por esse povo". Então foi assim que a gente escapou de uma degola geral, mas ficamos estritamente vigiados.

O Diretório Acadêmico foi praticamente dissolvido. [Ele] era extremamente atuante, tinha inclusive uma gráfica que publicou vários livros e obras. A gráfica foi "pastelada", levaram as máquinas, levaram tudo, e o diretório ficou acéfalo. Então ficamos aqui, um "trem" estritamente vigiado e cheio de agentes provocadores. Chegando transferência de aluno de tudo quanto é canto, e você já sabia que aquilo era gente do SNI. Dentro da sala eram os mais esquerdistas, e você já sabia que era agente provocador. Então todo mundo pisando em ovos durante esse período, e foi assim que a gente conseguiu atravessar, bem ou mal, durante essa primeira fase.

E a segunda fase, com o AI-5?

Na segunda fase, após o AI-5, quando os movimentos estudantis se radicalizam, e grande parte da liderança parte pra guerrilha, o confronto é mais ou menos geral. Mas do ponto de vista aqui da escola, do ponto de vista da perseguição ao corpo de professores, não. De cassação de professores não houve nenhuma. Apenas com um professor houve uma tentativa, mas ele se defendeu. Era um professor que havia vindo de Brasília, o professor Jairo Simões.

Tínhamos agentes para tudo quanto é lado. Então era um clima muito pesado, porque você não podia confiar em ninguém.

Depois de 1967 o governo começa a instalar as ASI...

[86] Foi também professor e fundador da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA. Exerceu o cargo no período 1964-1967, segundo o site institucional da universidade. Disponível em: <www.ufba.br/reitor es>. Acessado em: 30/11/2014.

Aqui você tinha a Assessoria, a AESI. Tinha uma Assessoria Especial de Segurança e Informação que funcionava em uma dependência do Hospital das Clínicas, eu acho. Ela tinha agentes espalhados por tudo quanto é canto. E como a universidade é que fornecia a carteira de estudante, ela tinha os retratos de todo mundo, porque ao tirar a carteira de estudante, tinha que tirar dois retratos. Um retrato que era o que saía na carteira, mas ia para o SNI uma foto desse tamanho assim[87]. Então eles tinham lá o fichário deles e faziam o rastreamento dos estudantes através da assessoria.

Em algumas universidades, nesse período, aconteceu o esvaziamento de bibliotecas. Isso ocorreu aqui?

Olha, aqui o que nós fizemos foi esconder, certo? Nós tiramos dos fichários as fichas de todos os livros.

Ah! Eles estavam na biblioteca mas não estavam mais catalogados?!

É. Não estavam catalogados, então eles não achavam. Eles procuraram, mas não acharam. Lá você tinha Marx, você tinha Lênin, você tinha Rosa Luxemburgo. Estavam lá na biblioteca. E eles [militares] reviraram a biblioteca de cabeça para baixo, mas como eles [os livros] estavam fora do catálogo e sem capa, não podiam achar nada. E do diretório eles não puderam pegar ninguém porque logo no dia 1º de Abril, quando eu vi aqui a praça toda cercada de tanques, e o sindicato dos petroleiros sendo invadido, eu tive aquele estalo na cabeça e disse: “os militares chegaram dessa vez para ficar”. Porque tinha golpe todo dia, né? Depõe presidente, bota gente, impeachment, coisa e tal. Mas aí eu tive essa sensação. E a primeira coisa que eu fiz foi entrar no diretório e pegar todos os livros de ata e tudo, trazer para a biblioteca e meter no arquivo geral. Tanto que eles não acharam nada, chegaram e não sabiam quem era presidente, não acharam papel nenhum, certo? Então ficaram desnorteados. Então por isso nós escapamos.

Houve apenas uma tentativa de aplicar o famoso decreto 477 (o de expulsão da universidade por subversão) contra um aluno da escola, que é ex-presidente da Petrobrás, o Sergio Gabrielli. A gente conseguiu contornar porque o coordenador do colegiado de curso era um homem de esquerda, além de jurista, eu era o vice

[87] O tamanho gesticulado era algo em torno de 20 cm de altura por 10 cm de largura.

coordenador, e nós “apuntanhamos” o máximo possível a coisa, burocratizamos o negócio com o maior bizantinismo, com depoimento de testemunha, mandamos a parte acusante aparecer e dizer qual era a acusação (que era o exército, e não ia aparecer mesmo). Então fomos cozinhando esse negócio, e pedindo papel, e pondo testemunha para depor, e marcando sessão, até que deu tempo do cara formar e nós encerrarmos o inquérito por ter caducado.

E aqui na UFBA havia pesquisa? E, se houve, havia alguma tentativa de restringi-la?

Não. Aqui a parte de e pesquisa estava muito restrita. A fase de pesquisa foi anterior. Havia aqui um instituto, ligado à universidade, o Instituto de Economia e Finanças da Bahia. Lá trabalharam uma série de professores não só da escola, como o Rómulo Almeida, o Steven Roback (que depois foi para o Banco do Nordeste), o Milton Santos; então tinha um grupo muito bom de pesquisadores, mas isso era em uma fase da década de 1950. No início da década de 1960 esse instituto já estava muito decadente por causa dos problemas trabalhistas, de questões trabalhistas com funcionários e etc., então ele já estava muito enrolado financeiramente, de forma que não havia pesquisa nessa época.

O senhor tem alguma notícia de interferência nas grades? Na oferta de disciplinas?

Não. Isso não. Veio haver [interferência] só quando [Jarbas] Passarinho tentou, na reforma de 1969, [com] a MEC-USAID, resolver o problema de excedentes externos. O que acontecia? O vestibular era “habilitatório”, não era classificatório, então às vezes habilitava mais gente que o número de vagas, aí toda vez isso dava problemas. Aqui nunca houve esse problema, mas em algumas escolas, do sul principalmente, houve esse problema. Na época de Juscelino Kubitschek, ele resolveu esse problema mandando esse pessoal estudar lá em Portugal, dando bolsa pra ir fazer lá nas universidades que tinham vaga, de Portugal. Mas ele [Passarinho] tentou resolver esse problema com o tal do vestibular classificatório, onde entravam alunos até o número de vagas, que é o vestibular atual.

Antes dessa mudança, por exemplo, na minha turma de 1958 da economia da UFBA, haviam cinquenta vagas e concorreram oitenta candidatos, mas só passaram seis, e entramos só seis. Se tentou corrigir isso aqui dentro da universidade fazendo

uma segunda época para quem perdeu algumas disciplinas (você prestava diversas provas e necessitava de média global sete, mas cinco na disciplina individualmente), uma ou duas, para tentar ampliar o número de ingressos. Então a questão do vestibular classificatório corrigiu esse tipo de problema.

Mas aí Passarinho resolveu fazer uma cópia mal feita do sistema Francês, onde você tem o primeiro ciclo de estudos, recebe seu diploma de primeiro ciclo, se quiser pode continuar e receber um diploma de segundo ciclo, que equivale ao bacharelado, e depois há o terceiro ciclo, que equivale ao mestrado. Então, aí ele criou a figura do primeiro ciclo, onde tinham uma série de disciplinas nucleares, comuns. Ou seja, o indivíduo entrava para o ciclo, que é hoje o bacharelado interdisciplinar (B.I.), ao invés de entrar para o curso. Hoje na Universidade Federal da Bahia nós temos uma boa experiência, de quase doze anos, em que você entra para um tipo de B.I., ou em humanidades ou em artes ou ciência e tecnologia ou área de saúde. Mas o Jarbas Passarinho tentou essa história, e até era uma boa intenção, mas o clima não era bom, e o sistema fracassou. A última mudança que nós tivemos foi essa, introduziu-se no currículo mais três disciplinas: fundamentos de economia, introdução à filosofia e introdução à sociologia, que eram uma espécie de *pout pourri* geral dado para toda área de ciências humanas.

A mudança que teve [de currículo] foi só essa aí. Depois, a outra mudança que vai ter é só em 1985.

Então, durante todo esse tempo a grade ficou a mesma?

Sim. Ficou igual. Só mudou em 1987, para se adaptar à mudança nacional, e agora para se adaptar ao novo currículo de economia.

APÊNDICE 3 – ENTREVISTA CLAUS MAGNO GERMER

Houve o golpe enquanto você era estudante de agronomia. E você Já se interessava pela literatura Marxista?

Já. Não tinha como não se interessar.

Eu fui para a universidade lá no Rio de Janeiro em 1962. Bem, no Rio de Janeiro... um dos centros, junto com São Paulo. Político, né? E a universidade rural [UFRRJ] ficava retirada da cidade.

Seropédica, não é?

Sim... E lá tinha uma atividade política muito intensa. O grupo do PCB era forte. Um outro grupo que crescia era a AP, Ação Popular, e a UNE. Pelo fato de ser um lugar grande, espaçoso – tinha alojamentos e tal – a UNE fazia encontros lá.

E eu cheguei lá um "jeca tatu" do interior. Eu ia nas reuniões da UNE, e era uma discussão política interessante "pra chuchu". Eu não me lembro de ter ouvido falar de Marx e Engels antes, provavelmente ouvi falar em comunismo, mas não tenho a menor lembrança. E isso me levou a me interessar por Marx e Engels, e comecei a ler sobre o assunto. Logo me alinhei com a esquerda na época e fui me tornando Marxista.

E aí quando você chegou no mestrado, você já trabalho com o tema de economia agrária...

Já na agronomia eu comecei a me interessar por economia, uma área de economia agrícola. Aí fui fazer o curso lá de economia agrícola [mestrado na ESALQ], que era um curso de economia, que só tinha umas 2 ou 3 disciplinas específicas da agricultura.

E esse trabalho da dissertação, ele já foi utilizando a economia política Marxista? Seu orientador foi o Rodolfo Hoffman, que também era alinhado com a esquerda...

Diziam que ele era marxista, eu sempre ouvi falar, mas era um professor de econometria, não tinha nada de marxismo. Era meio... o ambiente era muito hostil, completamente hostil para ser franco, né?! Ninguém falava em Marxismo, mas como

eu já me interessava o que eu fazia – eu tinha comprado logo que me formei uma edição em espanhol d'O Capital da Fundo de Cultura Econômica, bonita pra burro, são três volumes, sem subdivisão, porque eles faziam em papel bíblia – então durante meu curso, à tarde, eu ia pra biblioteca, e ia estudando O Capital ao mesmo tempo, era bem interessante.

Mas essas obras então, nessa época, elas não eram proibidas, né? Você tinha acesso a elas na biblioteca ou não?

Não. Eu tinha o livro na minha posse. Na biblioteca não me lembro se lá tinha obras do Marx e tal. Quando houve o golpe lá na agronomia, onde eu estudava, houve intervenção lá. Um quartel próximo do exército se instalou lá com barracas e ficou lá, prendeu uma estudante, foi uma algazarra, e fez uma limpa na biblioteca, então o que tinha, não me lembro exatamente o que tinha – também não tinha muito de Marx – o que tinha foi levado. Mas na biblioteca da ESALQ eu não me lembro exatamente o que tinha lá, mas como eu tinha O Capital, e, enfim, era o que eu na época queria estudar.

Mas em lembro que tínhamos um grupinho de esquerda lá [na ESALQ], e a gente formou um grupo de estudos para estudar especificamente obras marxistas no mestrado. Na graduação tinha um monte de grupo que estudavam, eu participava de um também. Mas na ESALQ foi bem mais tarde. Eu me formei em 66 [graduação], vou fazer 50 anos de formado, e na ESALQ foi em 74.

E aí já é depois do AI-5...

Sim. Aí a barra já é muito mais pesada.

Eu vou citar pra vocês um episódio, que houve na ESALQ: Havia lá o Hauffman e um outro professor na Sociologia Rural. Tinha a Economia Rural e a Sociologia Rural, na verdade o curso era mestrado em Ciências Sociais rurais, daí tinha a área de Economia Rural e a área de Sociologia, completamente separados. Mas os dois tinha a mesma posição, e durante o curso havia vagas para professor, e o pessoal me perguntou se eu estava interessado em ficar lá, e eu estava. Mas a disputa entre o pessoal da esquerda e da direita lá esquentou e alguém fez uma denúncia ao DOPS, e o DOPS interveio no departamento. Daí foi-se por água abaixo a expectativa de ficar lá, de ocupar uma vaga. Pouco depois de eu sair, em 76, por aí, nessa ocasião não houve nenhuma demissão, mas pouco depois demitiram diversos

professores que eram mais de esquerda. Não [eram] necessariamente marxistas, porque não era esse o ponto, não era especificamente esse o ponto.

Então o clima era muito pesado na época, em todas as áreas. Na minha dissertação eu usei o marxismo como base, o Capital como base.

Sobre a questão Fundiária, não é?

É. A questão fundiária foi pelo seguinte, na esquerda nos anos 60 – especialmente marxista né?! – Havia uma seguinte visão, de que o Brasil estava em desenvolvimento capitalista, mas havia bloqueios, e as reformas estruturais chamadas serviam para desbloquear esses bloqueios, e um deles era a estrutura agrária, que aliás era a principal, com alguns argumentos inclusive furados. Mas havia uma convicção ingênua na esquerda de que se o governo militar não fizesse a reforma agrária, enfim, se o Brasil não fizesse um reforma agrária o desenvolvimento do capitalismo estaria bloqueado e isso levaria a uma crise inevitável em algum momento. Então, quando houve o golpe e os militares assumiram, a interpretação era a seguinte: se eles não fizerem a reforma agrária eles vão entrar pelo cano porque vai haver crise e tal. E o fato é que a partir de 67 começou o tal do milagre brasileiro, então essa interpretação foi completamente por água abaixo, e a minha dissertação foi pra tratar sobre esse assunto, em que medida a tal da estrutura fundiária teria a ver com o desenvolvimento do capitalismo, e obviamente eu constatei que não tinha nada a ver mesmo, mas foi um estudo muito interessante. Mas eu ia lhe dizer aquele negócio do Marx. Para utilizar os conceitos do Marx, mais delicados, eu usei o Weber.

No texto da dissertação você tinha que fazer isso...

No texto da dissertação. O Weber tem um conceito. Por exemplo, um dos que eu me lembro é o proletário. E ele tinha uma definição bem parecida com a do Marx. Então usei o Weber. Então tinha esse tipo de coisa. O clima era muito pesado mesmo.

E você trabalhou no Ipardes também, não é? Antes de vir para a UFPR.

Isso. Eu só vim para a universidade mais tarde um pouco.

E lá existia algum tipo de limitação de pesquisa, limitação de abordagem teórica?

Não, veja. Aconteceu lá o que acontece nas universidades até hoje, os marxistas fazem uma autocensura, não só os marxistas, o pessoal de esquerda em geral. Porque não estava escrito é proibido citar Marx, mas o fato é de que era considerado subversivo quem se dedicasse a esse tipo de coisa, e o Ipardes também sofreu. Eu vim para a universidade devido a demissões que aconteceram por motivo político no Ipardes. Não sei se você ouviu falar, no tempo do governo Geisel, no início da guerra, um tal de Frota que acusou o governo Geisel de estar virando comunista e fez um puta (sic) lista de comunista que estaria nos governos Federal, Estaduais e municipais, e descobriu alguns no Ipardes. Então esse pessoal foi demitido. Pouco tempo depois baixou uma nova lista de demissões onde eu estava no meio, e eu comecei a procurar outras alternativas, porque na época eu não queria sair de Curitiba, e acabou aparecendo a universidade.

Em 1980 eu fiz o concurso, logo após a primeira grande greve.

E o departamento tinha professores que ensinavam economia política marxista naquela época?

Aqui? Não. Até 1990 eu fui 20 horas, e continuei no Ipardes. O clima aqui, pra de dar uma noção de como era... tinha o DSI, departamento de segurança interna (na verdade ele se refere à ASI, que fazia parte do DSI, departamento de segurança e informação). Acho que em todos os órgão públicos, né?

Eu fui escolhido para paraninfo, acho que duas vezes na época, porque eu peguei uma disciplina de último ano, e então a minha disciplina tinha uma conotação crítica. A conotação crítica naquela época estava em alta, e os estudantes gostavam disso então me escolheram paraninfo. Agora, o discurso de paraninfo tinha que ir primeiro para a Reitoria, passar por essa porra (sic) desse DSI. Eu dava aula de desenvolvimento econômico.

Não existia economia política, né?

Não, isso foi criado em 85, 86 ou 87. Eu também saí, é?! Eu fui secretário da agricultura de 83 a 85, e quando eu voltei eu dei uma disciplina de economia agrícola

E nessa época o pessoal já fazia pesquisa, voltou a fazer pesquisa em economia política marxista?

Aqui não tinha pesquisa, não tinha nada praticamente, a maior parte, eu acho, eu francamente não tenho estatísticas, era de 20 horas, e os que era de tempo integral, eles não tinham a vida que temos hoje, cada um com uma sala e tal. Só pra você ter uma ideia, quando eu vim para a universidade em tempo integral, que foi, se não me engano em 90, não tinha nem sal de professor... Tinha uma sala grande... tinham duas salas grandes e tinham 4 meses lá dentro, eu fui dividir mesa com o Lafaiete. Não tinha armário, a pouca coisa que a gente guardava a gente punha na gaveta... cada um com a chavezinha da sua gaveta. Não tinha ambiente de pesquisa... tinha uma máquina de escrever mal e mal. Isso [da pesquisa] começou de fato quando começou o mestrado, que começou em 89, 90. Primeiro fizemos um curso de especialização, né?! Já com a perspectiva de transforma em mestrado, e foi o que aconteceu. Daí eu sai logo em 92 para o doutorado, quando eu voltei já estava ai o mestrado já embalado.

Uma coisa que nos interessa é essa volta de liberdade de você fazer pesquisa em economia política, né?! Você acompanhou ou notou esse processo, da volta do pessoal começar a publicar? A Sociedade de Economia Política (SEP) foi criada nessa época...

Da SEP eu fui fundador, do grupo fundador. Foi em 1996... Eu não sei exatamente dizer. Exatamente como foi o processo, inclusive em outras universidade. Nunca me dediquei a analisar isso.

O próprio [nome] Economia Política, é um sinal das restrições, não é? Deveriam chamar de fato de Economia Marxista. Em algumas universidades chamara de economia marxista, em outras de teoria do valor, a disciplina. Aqui era economia política. E a Economia Política, no início, tinha uma ementa que pensava Economia Política para dar os clássicos, mas aí clássicos entraria inclusive os clássicos da teoria neoclássica, nesse sentido.

APÊNDICE 4 – ENTREVISTA JOÃO ANTÔNIO DE PAULA

Gostaríamos de começar entendo como surge seu interesse pela economia e como dentro da economia isso é levado para o estudo do Marxismo.

Eu acho que tudo na vida da gente tem um lado que é inteiramente inexplicável, uma acaso, não é?! No meu caso, o acaso decorreu de eu ir trabalhar na CEMIG, de energia elétrica, a maior empresa que tinha aqui [Minas Gerais], uma empresa muito organizada. Eu fui trabalhar como *office boy*, com 15 anos, e tinha acesso a muita documentação, livros, lá tinha um bom centro de documentação, além de jornais. Eu mexia com isso, distribuía, e me caiu às mãos o "Correio da Manhã", o maior jornal que o Brasil tinha na época.

Um dos autores, jornalistas, que foi muito importante na minha formação, foi o Otto Maria Carpeaux. Eu sempre digo que para quem tinha 15 anos de idade, que era o meu caso, e descobre o Otto Maria Carpeaux, você se transfigura. Você tem acesso a um mundo da cultura tão concentrado, tão forte, que é como se fosse um curso intenso de pós-graduação, que ele fazia com cada artigo dele, cada coluna. Então, a partir desse experiência com o Carpeaux, com a leitura desses jornais, eu fui sendo tomado por uma inquietação intelectual.

Eu tinha saído do ginásio, estava entrando no científico, trabalhava de dia, estudava a noite. Mas uma coisa que eu já tinha, eu já trazia isso: eu sempre li muito. E como eu não tinha dinheiro para comprar livro', eu lia livro de biblioteca pública. Então eu já tinha um contato com literatura, em um sentido amplo, muito grande, mas aquela coisa do contato do jovem, que está tateando, e o Carpeaux organizou a minha cabeça em um sentido que eu passei a avaliar as coisas nesses critérios universais. Quais são as grandes questões? Quais são os grandes autores? Então eu ouvi falar pela primeira vez em autores como Hegel, como Marx, Maquiavel.

E por acaso também, essa empresa tinha um movimento sindical forte, e eu fiquei conhecendo sindicalistas da empresa que eram ligados ao partido comunista. Então eles tinham toda aquela literatura, aqueles livros do Editorial Vitória, que era a editora do Partido Comunista, e eu lia isso.

Isso já era após o golpe, não é?

1966. Eu tinha 15 anos.

E isso existia na biblioteca?

Não. Aí eram livros meio clandestinos. Os sindicalistas não podiam dizer que eram ligados ao Partido Comunista.

Por que era efetivamente proibido ler essas coisas sobre Marx...

É. O Partido Comunista, que teve várias editoras, publicava aqueles manuais da União Soviética, aqueles materiais bem de propaganda assim, mas também editava Marx, editava Engels, enfim. Então eu fui aos poucos tomando conhecimento de literatura Marxista através do movimento sindical, e me interessando pelo assunto.

Isso antes do ingresso no curso de economia.

Muito antes. Quando eu fui fazer a escolha para o vestibular, eu já tinha [isso] muito claro. Eu já tinha lido, por exemplo, o livro do Heilbroner, que na época se chamava “Dez Grandes Economistas”, que depois foi publicado com outro nome. E você sabe que o autor que mais me impressionou naquele livro foi o Veblen? Eu fiquei fascinado quando li aquele negócio.

Então eu fui fazendo uma coisa que era assim. Eu fui selecionando a o que eu iria me dedicar. Eu li aquilo que eu achava que era interessante: Marx e tal; o manifesto comunista eu li nessa época; li também uma edição resumida do capital; e comecei a tentar escrever coisas. Eu estava no científico ainda, e fazia uns ensaios, de pensar o que seria uma espécie de utopia econômica, bem na linha de Fourier, uma sociedade alternativa, a partir dessas leituras.

Então, diferente dos meus colegas que eu vou encontrar na faculdade, quando eu cheguei na universidade, eu já tinha isso, trazia uma experiência, evidentemente muito dispersa, fragmentada, muito precária, de Economia Política e de marxismo. Por isso mesmo, a minha reação ao curso de economia foi terrível, fiquei decepcionadíssimo. A minha visão de economia era economia política, achava que eu ia encontrar, ia discutir, ia aprender, economia política. Você chega lá e tem introdução à economia, aqueles “trem chato pra burro”. Eu gostava de direito, fui um ótimo aluno de direito.

E no curso de economia efetivamente não tinha, nessa época. Até porque essa época é após o AI-5, não tinha nada de Economia Política Marxista.

Se falava em marxismo no curso de HPE, e eu sempre usei uma imagem que eu acho boa para falar como é que os marxistas da época era visto e ensinado: É como uma curiosidade. É igual você ter um baú em que você guarda coisa velha, aí o cara puxa algo de dentro dele e diz: - Tem um negócio chamado Marx. Mas era como uma coisa, como uma curiosidade no meio de outras coisas. Porque a época era dura, a época do Médici, a pior época.

Era proibido o movimento estudantil nessa época também?

Movimento Estudantil no nosso caso foi muito importante pelo seguinte: Eu vim de uma faculdade, a Faculdade de Ciências Econômicas [da UFMG], que teve um papel muito importante no movimento estudantil brasileiro durante o início dos anos 1960. Várias lideranças, como o presidente da UNE, Vinícius Caldeira Brant, eram alunos da Faculdade de Ciências Econômicas, alunos de Sociologia Política lá. Então, a faculdade tinha uma forte tradição de esquerda. E tinha de direita também, tinha gente de direita lá. Mas a Ação Popular, o Betinho [Herbert José de Souza], seu fundador, foi aluno de lá. [Tinha] a POLOP, que era Política Operária, a organização revolucionária Marxista, [da qual participaram ativamente] Teotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Simon Schwartzman. Todos esses eram alunos da faculdade. Depois o pessoal do Partidão [PCB], e do PC do B.

Então, a faculdade era um lugar extremamente dinâmico do ponto de vista político, e muito boa do ponto de vista do ensino, para os padrões da época. O golpe vem interromper isso, o golpe cassou muita gente, foi muita gente presa, então deu uma esvaziada. Quando eu entro para a faculdade, [ela] está sofrendo esse efeito, esse esvaziamento decorrente do golpe. Mas mais do que isso, o medo. O medo de falar, o medo de discutir. Então, se eu tinha esse contato com o marxismo anterior à faculdade, quando eu entro para a universidade e começo a fazer movimento estudantil, somos nós [alunos] que reintroduzimos isso no currículo. Nós tínhamos um centro de estudos, então nós publicávamos, nós traduzíamos. Por exemplo, um texto clássico da [Maria da] Conceição [Tavares] e do [José] Serra, o “Além da estagnação”, nós traduzimos aquilo, divulgamos aquele texto.

Porque tinha taxa de exploração lá, aquilo não poderia ser ensinado...

Pois é. O curso nesse sentido, ele foi bloqueado pela conjuntura política, pelas circunstâncias. Então tem um movimento que é o do autodidatismo, você começa a

estudar Marx porque você fazia grupos de estudo, você montava o grupo e tal. E isso se manteve depois que eu saí.

Eu fui fazer mestrado em Campinas, já em 1974, onde o clima era outro, já era o Geisel, mas a ditadura era ditadura, a repressão continuava. Colegas meus foram presos na época, mas o curso era aberto, um curso heterodoxo, e mesmo nós continuamos tendo um grupo de estudos marxista durante todo o tempo. Durante todo o tempo, digamos que você tinha uma linha que era aquilo que a universidade era capaz de oferecer, e uma outra linha que era aquilo que estudávamos para tentar suprir as informações que a gente não tinha.

Mas então mesmo em 1974 o professor não podia entrar em sala de aula e...

Não. Tinha um professor. Eu fiz um curso de Marx com o Cássio, leitura d'O Capital.

Na época que o senhor vai para a Unicamp, na UFMG começa a surgir Marx na grade curricular...

Na medida em que a ditadura vai se afrouxando, um monte de gente vai retornando, [aqueles] que havia[m] ido fazer curso em Campinas, em Brasília. Então esse pessoal volta, e a gente reforma o currículo, muda a forma de currículo. A gente reintroduz esses temas, de maneira ainda tateante, mas com o tempo essa coisa se consolida, ou seja, o curso que eu tive e o curso que eu dei são coisas muito diferentes. Até porque, você tem também uma coisa, os professores antigos, os que ficaram depois desse período complicado, eram muito mal formados. Eles liam tudo meio de segunda mão, manuais.

Até porque acho que nem eram de dedicação exclusiva a maioria deles...

É, tem esse aspecto. Mas o que eu queria destacar é o seguinte, essa leitura que vai ao original, isso não tinha. Os cursos eram muito baseados em manuais, manual disso, manual daquilo. E nesse momento há uma inovação metodológica, na maneira de ensinar economia, de pensar economia, e também, obviamente, o marxismo.

Ela passa de ser menos técnica para ser mais científica...

É. Mais criteriosa, eu diria. Científica eu teria minha dúvidas, se economia é ciência mesmo.

Dentre as universidades, a UFMG e a Unicamp se destacam muito, estruturalmente, com relação aos cursos...

Mas tinham mais. Brasília [UnB] tem naquele momento um movimento interessante. Mas você tem estilos diferentes. Brasília vai ser muito influenciada pelo [Edmar] Bacha. O Bacha é o cara que vai levar uma Macroeconomia estruturalista, um certo tipo de ênfase. A UFRJ com a Conceição, o [Carlos] Lessa [e] o próprio [Antônio Barros de] Castro, que fazia um pouco Campinas e UFRJ. E nós lá em Minas, a nossa coisa acho que era um pouco mais assim: Nós tínhamos uma tradição interdisciplinar muito forte. Essa relação de economia com sociologia, com política, com direito, sempre foi muito natural para mim. Para mim não era novidade essas coisas.

Com relação às universidades por onde o senhor passou, a Unicamp e a UFMG, nessa década de 1970, em um período de repressão maior, existia algum tipo de intervenção dentro das bibliotecas? As AESI funcionavam efetivamente?

Sim. A nossa biblioteca, da Faculdade de Ciências Econômicas [UFMG], era uma ótima biblioteca. E Existia um mito em relação a ela. O mito de uma determinada sala, trancada. Em 1964 se recolheu todo o acervo subversivo, era muita coisa. Milhares de livro foram retirados das prateleiras. Acho que parte disso acabou voltando para o acervo depois, mas em um primeiro momento foram retirados da estante, e se guardou, se fechou.

E aí, provavelmente, um órgão desses deve ter tido participação na escolha dos livros...

Evidente. É o escrutínio na estória do Dom Quixote, não é? O cura e o barbeiro vão lá, Dom Quixote está voltando daquela primeira viagem, e está todo moído, tomou pancada, e enquanto ele está lá tentando descansar eles entram na biblioteca e queimam os livros que enlouqueceram o Dom Quixote. Era o auto-de-fé, põe fogo e tal, e se salvam poucos livros. Esse negócio aconteceu no Brasil, de fato, os livros foram retirados, pelo menos na minha faculdade, foram retirados da estante e trancados, e a gente não tinha acesso. Depois eu acho que uma parte disso voltou,

mas como professor eu não dirigia, não participava dos órgãos de direção, eu não sei ao certo como foi a volta desse acervo, mas isso aconteceu.

Vocês como aluno tinham algum contato com os órgãos de segurança? Essa burocracia chagava até vocês?

Contato direto não. Na faculdade tinha um diretor, que era um homem de direita muito conservador, e tinha o secretário da faculdade, que era um Coronel, lá na FACE, que também era professor, mas antes de tudo era Coronel. Coronel Werneck era o nome dele. E ele era um cara linha dura, o embate era com ele.

Uma vez, não sei se em 1972, eu era do D.A. e tinha a experiência do [Juan Velasco] Alvarado no Peru. A experiência de um nacionalismo reformista militar. Um golpe militar para renovar, modernizar o Peru, e saía notícias. Já tinha censura nessa época, e um dia – nós tínhamos um mural no D.A. – a gente recortou uma notícia sobre a situação no Peru, e colocamos lá. O Coronel mandou tirar, aí eu fui lá falar, "Ô Coronel, isso aí já passou pela censura", e aí ele falou "Não. Não vai ficar".

Ou seja, ele fez a censura da censura, não é? Era desse jeito. Agora, o ponto central que eu estava querendo falar do Movimento Estudantil é o seguinte: os estudantes da geração anterior à minha, que era a Dilma por exemplo – eu não cheguei a estudar com ela porque ela é um pouco mais velha do que eu, uns dois ou três anos. Ela entrou na universidade em 1968, eu entrei no início de 1970. Mas ela era aluna, fazia Movimento Estudantil – Teve um momento em que eles ocuparam um restaurante universitário, liberaram a entrada, comida de graça, e aí todos os estudantes que participaram disso tomaram 477 [expulsão por subversão] – a Dilma não tomou porque ela já havia ido embora, ela saiu da universidade antes disso – e o D.A. foi fechado. Só foi reaberto quando eu já estava lá, em metade de 1970. Foi um momento importante, de reconstrução do Movimento Estudantil em Belo Horizonte. Começando com o D.A. depois nós fomos pro DCE, e por aí vai.

Com relação à pesquisa envolvendo teoria marxista, ou algum outro pensador que foi censurado, nós entrevistamos o professor Claus, da UFPR, e ele disse que utilizava categorias Weberianas para referir a Marx na dissertação de mestrado dele na ESALQ. Esse tipo de autocensura acontecia?

Não. Falando da minha experiência pessoal, não. Se bem que a minha dissertação de mestrado era sobre Schumpeter, não tinha perigo assim, mas se eu

me lembro bem eu acho que talvez você possa ter razão no seguinte sentido. Exatamente por isso as pessoas mudavam de assunto. Você faz um desvio, porque era realmente problemático, perigoso.

Mesmo que o período mais duro tenha passado, o perigo de voltar a endurecer era real.

Você estava fichado. Eu mesmo, quando eu entrei para a universidade [como professor], eu entrei porque o reitor bancou. Eles não queriam me deixar contratar, porque eles tinham uma ficha lá. Em 1976. O reitor teve que bancar com veto a minha contratação. E olha que eu não era da linha de frente, eu era um militante comum, mas eu tinha uma ocupação, e isso já era suficiente para você entrar na lista e ser acompanhado.

Uma outra coisa que a gente tem notado: a pesquisa. Não era comum se fazer pesquisa, não é?

Mas isso era outra coisa que eu queria falar. Eu acho que pesquisa propriamente dita é dessa época para frente. Na Faculdade de Ciências Econômicas [UFMG], como exceção, tem uma tradição de anos, desde os anos 1950. Eu estou terminando uma história da Faculdade de Ciências Econômicas em que eu conto, do meu ponto de vista obviamente, como ela foi criada. Tento não colocar muito meu ponto de vista, é uma coisa institucional, mas eu penso que lá essa tradição de pesquisa é mais antiga, mais sólida. Mas a prática da pesquisa como coisa generalizada é depois dos anos 1970.

O Cedeplar é de 1967, a ANPEC de 1972. À partir da pós-graduação que a coisa começa de fato a ocorrer como algo corriqueiro. Ninguém publicava, não havia isso de publicação, um ou outro cara publicava porque gostava, não havia uma pressão para se publicar, professor podia passar a vida dele toda sem publicar nada, dando aula, era o que se exigia do professor. Essa preocupação de profissionalização, de tempo integral, de cobrança e tal, era coisa do final dos anos 1970.

Quando o senhor já era professor, no fim da década de 1970, como via o papel do professor, do departamento, no sentido de proteger a autonomia universitária?

Isso aí eu acho que sempre houve. A partir desse momento existia uma preocupação muito grande com a defesa. Eu fui fundador da associação de professores, que chama APUBH [Sindicato dos Professores de Universidades Federais] de Belo Horizonte e Montes Claros, que não foi criado para fazer luta sindical, foi para fazer luta política, defesa da liberdade, defesa da autonomia dos professores da universidade.

Antes das questões salariais...

Não era esse o ponto, não foi para isso que foi criado. Eu fui da primeira diretoria, que foi em 1977. E aí você tem um movimento, que era nacional, que vai criar o ANDES [Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior] anos depois, que é a coordenação, o sindicato nacional. Mas aí é 1980. A primeira grande greve é em 1980.

Mas a nossa associação foi criada em 1977 em cima de um assunto político, um professor havia sido preso. Essa foi a motivação. Nós entendemos que [ele] foi [preso] por razões políticas e resolvemos agir.

Quando vocês começam a colocar Lenin, Marx e Dobb, dentro da bibliografia das disciplinas, aquilo não passava por algum órgão do governo?

Não, aí não. Quando eu me tornei professor, a partir de 1976, eu só dei cursos do jeito que eu quis dar, com a bibliografia que eu quis dar. Aí acabou, não tinha mais. Eu não sei se isso era filtrado. Provavelmente era. Provavelmente tinha alguém que olhava aquilo. Mas nunca vinham falar: “- Olha, você não pode fazer isso”. Seja o que acontecia por debaixo dos panos, diretamente nunca houve censura, veto, pressão. Eu dei o curso que eu quis dar, utilizei a bibliografia que eu quis. E isso é a única coisa boa que tem na universidade, dinheiro não tem. Você quer ganhar dinheiro você vai para outro lugar.

APÊNDICE 5 – ENTREVISTA LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

O senhor se formou em direito na década de 1950, quando o curso de economia ainda era muito novo. O que o levou a mudar do direito, para administração pública e finalmente para a economia?

Eu estava na faculdade de direito, era católico, pertencia à Ação Católica – que na época era muito progressista, moderna, baseada em Ana França e Alceu Amoroso Lima aqui no Brasil, mas era uma coisa algo alienada, ao mesmo tempo, dentro da realidade brasileira. E aí em Janeiro de 1955, quando eu estava começar o terceiro ano da faculdade, em uma colônia de Férias da Juventude Universitária Católica (JUC), estava em cima da mesa, alguém deixou, creio que foi o Jorge de Cunha Lima que era também da JUC, o número 4 do Cadernos do Nosso Tempo – uma revista que teve 5 números e foi publicado pelo IBESP, que depois virou ISEB, quando passou a ser do governo. E aí, lendo esse número 4, eu fiquei absolutamente fascinado com a ideia do desenvolvimento econômico, com a ideia do desenvolvimento através da industrialização, com a ideia de um pacto político, uma coalisão de classes desenvolvimentista associando empresários, trabalhadores e a burocracia pública. Isso estava nessa revista e eram as ideias do ISEB, e também baseadas no desenvolvimentismo, ou seja, no nacionalismo econômico, tendo como referência fundamental esses intelectuais do ISEB, que depois eu conheceria pessoalmente, tendo como referência política fundamental Getúlio Vargas, como o grande líder desse processo de revolução nacional e industrial, ou revolução capitalista no Brasil.

Quando eu acabei de ler a revista, virei-me para mim mesmo e disse: “Não vou ser mais Juiz de Direito”, por que meu plano era ser Juiz de Direto, o interesse público estava sempre muito forte na história, “eu vou ser sociólogo ou economista”, e foi assim, não foi economista ou sociólogo, “sociólogo ou economista do desenvolvimento”, essa foi a decisão tomada. Mas, eu não conhecia ninguém na faculdade de economia, a faculdade de economia não tinha nenhum nome inclusive, pelo menos nas minhas relações sociais, na minha família, nos meus amigos da Ação Católica e etc., e eu decidi continuar a faculdade, completar a faculdade, mas já pensando que em seguida eu ia mudar para a economia ou a sociologia do

desenvolvimento. E foi o que eu fiz. Não foi fácil essa mudança, até porque não havia naquela época cursos de pós-graduação. O que havia naquela época era um doutorado, a USP tinha esse doutorado, mas esse doutorado era uma coisa muito particular: Você tinha que obter a aprovação de um professor titular, catedrático, precisava conhecê-lo, geralmente ser amigo dele, ter a aprovação para ser admitido no programa de doutorado. O programa de doutorado, na USP pelo menos, constituía-se simplesmente de você ser aprovado em duas disciplinas, que chamavam-se disciplinas subsidiárias, e depois apresentar uma tese, para que seu orientador, e depois para que a banca aprovasse.

Isso era muito difícil. Eu não conhecia ninguém, tanto na área de sociologia quanto na área de economia, então terminei a graduação e fiquei procurando o que fazer. Em um momento apareceu a escola de sociologia e política, que disseque iria fazer um curso de pós-graduação em sociologia. Eu fui lá me inscrever, mas não fizeram. Tentei arranjar emprego na CEPAL, não tinha a menor chance. Até que um dia apareceu a possibilidade de eu fazer um concurso para administração de empresas, para professor, na EAESP (Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da FGV, que tinha sido criada em 1954). Eu não estava interessado em administração de empresas. No entanto, eles estavam contratando jovens – não tinham interesse em sociólogos ou economistas – para irem fazer um mestrado em administração de empresas na Michigan State University durante um ano, depois passar seis meses em Harvard em um programa também de pós-graduação, mais orientado para professores, e depois voltassem aqui para ensinar administração de empresas, ou seja, finanças, marketing, essas coisas. E foi o que eu fiz, mas tendo muito claro para mim que o que eu queria era sociologia ou economia do desenvolvimento. Ali fiz o mais próximo do que pude disso.

Quando voltei, primeiro tentei fazer o doutorado em sociologia, agora eu tinha alguma coisa, e fui falar com o Florestán Fernandes. Florestán Fernandes me recebeu com grande frieza – aquele rapazinho da faculdade de direito, e de uma EAESP que ninguém conhecia – e me mandou passear. Passaram-se alguns meses e apareceu uma conferência internacional na FEA/USP, que era patrocinada pela Unesco, e nessa conferência vieram: Kaldor, Kalecki e Maurice Allais. Eu felizmente soube da conferência, e fui lá. Participei ativamente, fiz perguntas. Quem coordenava isso ai era o Delfim, e no final conferência fui perguntar para o Delfim se ele me aceitava como aluno, para fazer o doutorado. Ele aceitou, e aí eu fiz o doutorado com ele.

Quando o senhor estava no curso de doutorado da USP, foi quando aconteceu o golpe civil-militar. Como isso foi recebido dentro do departamento da USP? Com o Gama-Filho sendo muito ligado ao regime e tudo mais.

Eu não sei bem. Sei o que as pessoas sabem. Porquê, veja, eu me inscrevi no doutorado da USP em 1962, e eu tinha seminários com o Delfim, com o grupo dele e tal. Aí o Delfim, quando chega em 1963, eu creio, ele vai para ser secretário do Laudo Natel, de forma que acabam os seminários. O que eu consegui nesse período foi ser aprovado nas duas subsidiárias, e ai eu tinha que apresentar a tese. Eu só iria apresentar a tese alguns anos depois, em 1972, porque eu estava ocupado com o Pão de Açúcar e outras coisas, e não dava para trabalhar nisso. Então eu fiquei bastante afastado da USP nesse período, por isso eu não sei o que aconteceu lá, só por jornais, não vivi esse problema.

E os seus primeiros contatos com a literatura marxista, as obras do Marx, como ocorreu?

Primeiro eu estudei um pouco de Marx através do Caio Prado Jr., junto com meu irmão, que depois não virou intelectual mas fez a FGV. Isso quando eu era estudante. Não havia clima na JUC, mas eu me interessei por isso. Eu sempre fui um progressista, era sempre contra os conservadores, mas nunca fui radical.

Eu tive a influência do ISEB, que não era estritamente marxista, mas lá [tinha o] Ignácio Rangel [que] era marxista, e era o economista mais importante de lá. O Guerreiro Ramos tinha influência. Enfim, eu continuei muito interessado no marxismo. Mas eu realmente só fui estudar seriamente marxismo nos anos 1970, com o Nakano, que tinha sido meu aluno.

Eu tinha feito o mestrado no exterior, voltei para a FGV e passei a ensinar administração de empresas no primeiro ano da graduação e no último ano da pós. O Nakano foi meu aluno na graduação em administração de empresas, ficamos amigos. Ele foi fazer doutorado nos EUA, e quando ele volta – foi admitido aqui por concurso, lá por volta de 1970 – nós passamos a ler sistematicamente O Capital. Eu estudo bastante o marxismo, também porque aí não só eu estava estudando marxismo por me interessar, mas porque eu estava envolvido em escrever um livro crítico à tendência da queda da taxa de lucro no longo prazo do Marx. Então para isso tinha que estudar Marx, tinha que estudar toda a literatura sobre isso. O Nakano tinha

estudado bastante Marx no seu doutorado. Lá nos Estados Unidos ele estudou Marx e Sraffa, ao invés de estudar as bobagens que queriam que ele estudasse – ele também estava em uma universidade secundária, Cornell, dava para fazer isso.

Isso aconteceu já na década de 1970, e foi por isso que eu estudei bastante Marx.

Eu me lembro de um texto seu, se não me engano de 1967, de uma revista de administração, em que o senhor fala que era necessária uma teoria econômica do subdesenvolvimento. Não me lembro se era exatamente esse termo. Mas aí seu interesse em estudar diversos autores par por aí, para construir que você propõe...

Isso. Mas aí já não sei se é tanto a influência marxista, mas era a influência estruturalista, isebiana, que é uma perspectiva histórica, seja pelo meu interesse pela sociologia [ou] seja pelo meu interesse pela economia marxista e depois keynesiana. Apesar de [que o interesse na teoria] keynesiana não estava tão claro para mim. Mas o estruturalismo latino-americano, que hoje eu chamo de desenvolvimentismo clássico e o marxismo, são duas visões históricas da economia, e essa era minha visão. Há um elemento ideológico importante, e eu escrevi um *paper* nessa época, na RAE.

Não existia nenhuma restrição a estudar o Marx? O senhor estava na escola de administração daqui da Fundação Getúlio Vargas na época, não é?

Não, não havia nenhuma restrição.

Se você quisesse dar aula de História do Pensamento Econômico, ou alguma coisa nesse sentido, e falasse de Marx, era livre isso?

É. Porque os militares, na universidade, eles não interferiram muito, que eu me lembre. A única coisa que eles fizeram foi obrigar a haver um curso de Moral e Cívica, mesmo no curso superior. Eu me lembro do professor que contratamos para isso, professor Eliberto, que era um homem muito simpático.

Mas o que aconteceu nas universidade foi que para dar esses estudos de Moral e Cívica, no começo, chamaram militares, mas depois perceberam que existia uma alternativa melhor que era chamar sociólogos de esquerda. Isso aconteceu em muita universidade, [e] aconteceu um pouco aqui também. Não muito porque tinha esse Eliberto, que dava aula mas não era nenhum bandido.

Porque a intervenção violenta dos militares foi quando eles cassaram primeiro o Celso Furtado e alguns outros, mas principalmente quando eles aposentaram em 1969 aquele grupo do pessoal da USP que vai depois formar o ISEB [na verdade eles formaram o CEBRAP].

Mas isso na USP. Na FGV...

Não, não. Na fundação não houve nada. Mas o marxismo aqui também sempre foi absolutamente marginal, apesar de permitir-se. Nunca ninguém deu curso, que eu saiba, sobre Marx apenas. Mas todos os professores de sociologia davam Marx no seus cursos. A famosa trinca: Marx, Durkein e Weber. Nós tivemos aqui o professor [Maurício] Tragtenberg. Maravilhoso professor, e era um marxista anarquista.

O que é muito importante intender é que o marxismo nos anos 1960 e 1970 é, digamos, a teoria dominante nos meios intelectuais brasileiros. Não só nos brasileiros. Já não eram comunistas, a grande maioria dos marxistas, apesar de terem ainda comunistas, como os do PCB. Mas a ideia do marxismo, seja do materialismo histórico, mas também a sua busca de justiça, era a ideia dominante.

Eu considero Marx, até hoje, o mais importante pensador da modernidade, e Aristóteles o mais importante pensador da antiguidade, mas a questão é que eu não sou marxista, como também não sou aristotélico.

Nos anos 1970 eu desenvolvi duas teorias, uma foi essa que resultou na minha tese de livre-docência, que eu passei treze anos escrevendo, comecei em 1970 e terminei em 1983. Quando eu terminei esse livro, eu pensei que era melhor apresenta-lo como tese de livro docência do que publica-lo como livro. Fui aprova, não me deram dez, me deram nove. E nesse livro eu utilizava todo o instrumental marxista para fazer uma crítica à ideia de que a tendência [da diminuição da taxa de lucro] tinha se manifestado.

E isso foi quando?

Eu defendi a livre docência em 1984, mas eu discuti isso antes. Mas eu também discuti outra ideia, que comecei a discutir quando entrei aqui na FGV, em 1959, meu primeiro *paper* é sobre isso, a tecno-burocracia. E utilizando todo o instrumental marxista – classes sociais, relações de produção, modo de produção, materialismo histórico – que eu acho brilhante, se entendida inteligentemente, para

discutir a emergência da terceira classe, a classe tecno-burocrática, ou nova classe média, ou classe média assalariada. Os marxistas naquela época ficavam alucinados com aquela história, e eu estava rigorosamente na fronteira do pensamento sobre isso. Então, o meu amigo Belluzzo, somado a outro que também era amigo meu, o Luiz Antônio de Oliveira Lima, lá por volta de1978, publicaram na revista do Partido Comunista, se não me engano chamava “Temas e Debates”, uma crítica a essa minha coisa, além de muitas outras. Eu não consegui responder na mesma revista, porque, por mais que eu insistisse, eles não publicavam ideias que eles não concordassem, então publiquei a resposta nos “Estudos Cebrap”. O artigo chamava “Lições do aprendiz de Feiticeiro”. Foi o único artigo na minha vida que, para argumentar que eu tina razão, eu argumentei com Marx, porque eles diziam que eu estava interpretando mau o Marx, e eu dizia que não estava. Mas eu acho que é um absurdo você tentar, não defender, mas você justificar e achar que é verdadeira uma teoria porque algum autor assim a defendeu, isso é ridículo.

Nesse período o senhor enxergava, dentro de onde o senhor trabalhava, o marxismo conseguia ter alguma influência sobre o pensamento econômico da época? De publicação e de o debate chegar próximo...

Eu acho que sim. Todo o estruturalismo tinha uma influência marxista. O *Development Economics*, que na América Latina ficou conhecido como estruturalismo. As grandes figuras no Brasil foram Furtado e Rangel. Quer dizer, Rangel era bem marxista, Furtado nunca foi, mas era muito influenciado por Marx. E depois, o que vai acontecer de muito importante aí é o desastre chamado Teoria da Dependência.

A Teoria da Dependência vai surgir em 1965, quando o senhor André Gunder Frank, um notável marxista alemão, escreveu um *paper* chamado “O desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Nesse *paper* ele foi criticar, fundamentalmente, a tese da revolução burguesa, ou da revolução capitalista, ou da revolução nacional. Por quê? O que era essa tese? Essa era a tese do estruturalismo, era a tese que o ISEB adotava com grande força, e que a CEPAL também adotava, quando falava do centro X periferia. Era a ideia de que as esquerdas deviam se associar à burguesia industrial, que seria uma burguesia nacional, para realizar a revolução capitalista-burguesa. Foi isso que eu aprendi e fiquei fascinado naquele dia da colônia de férias de janeiro de 1955. E o Gunder Frank vai dizer isso logo após 1964, quando a burguesia industrial

se associa à burguesia mercantil, rentista e financista, e aos americanos para dar o golpe.

Ao mesmo tempo, na USP, o Fernando Henrique e a escola de sociologia política estava interessados em derrotar os seus dois competidores maiores na sociologia, o Gilberto Freire em Pernambuco, com a questão da democracia racial, e o Guerreiro Ramo, com a ideia da burguesia nacional. Então as duas coisas se somaram, o Gunder Frank e essa ideia [da USP]. Isso se fortalece mais ainda quando ocorre na Argentina um golpe militar, mais ou menos semelhante, em 1967, e no Uruguai em 1968, e vai todo mundo pro Chile. E lá no Chile, então, sobre a inspiração inicial desse artigo do Gunder Frank, que circula pela América Latina inteira, surge a Teoria da Dependência, e surge como uma teoria marxista, e que vai dizer que não há e nunca haverá – o que é um absurdo, uma bobagem – burguesia nacional.

Eu acho que às vezes há burguesia nacional e às vezes não. No Brasil há momentos onde claramente a burguesia nacional era perfeitamente nacional, e outras horas ela estava com medo do comunismo ou coisa que o valha, e é ambígua e contraditória, e não essa bobagem [da Teoria da Dependência].

A teoria da dependência vai se dividir em dois ramos. Um ramo é o do próprio Gunder Frank, e que via ter o Rui Marini como brasileiro importante. Mas o que dizia essa escola marxista? Não tem, nem nunca vai haver burguesia nacional, logo nunca vai haver a revolução nacional burguesa, e logo a solução é nós fazermos a revolução socialista, o que era perfeitamente coerente, era inviável, mas era coerente. E tinha Cuba, porque Cuba é a origem de quase tudo isso, mas é outra história, vai animar os marxistas e vai apavorar a direita. A revolução cubana de 1959 vai ser a causa fundamental do golpe militar de 1964.

A segunda vertente é fundada pelo livro publicado em 1969 no Chile, e depois em 1970 aqui, chamado “Dependência e Desenvolvimento na América Latina”. Eu só fui entender isso depois que eu sai do governo do Fernando Henrique, uns três anos depois, porque eu não estava entendo o que estava acontecendo com o governo do Fernando Henrique, eu estava tão entusiasmado com o governo... Eu sabia que ele era contra as ideias do ISEB, isso eu sabia, mas achei que era coisa secundária, mas aí fui ver. O que era a Teoria da Dependência Associada? Nem percebia que chamava-se associada, o nome que eu dava era Teoria da Nova Dependência, isso em um *paper* meu de 1981 chamado “Seis interpretações sobre o Brasil”, que é muito interessante, mas está errado nesse ponto. Então, o que é a Teoria da Dependência

Associada? Começa com a mesma coisa, por isso é chamada de Teoria da Dependência, não há, nem pode haver, nem nunca haverá burguesia nacional na América Latina. Mas existe uma solução, vejo as multinacionais e elas estão investindo na indústria, logo parece que o imperialismo não é tão contra o desenvolvimento quanto se diz, e, portanto, nós podemos nos associar ao imperialismo e aproveitar as suas frestas. Claro que isso escrito com grande brilho, com forte dialética, metendo classes sociais, em um nível de discussão intelectual alto, que tanto Fernando quanto o Faleto tinham. Essa era uma tese de direita, e levou o Fernando Henrique...

Então esse marxismo dominante aqui no Brasil nos anos 1970 será o marxismo da teoria da dependência, porque a teoria da dependência irá dominar os intelectuais brasileiros nos anos 1970 e 1980. E é um desastre isso, no meu entender, porque isso enfraquece fortemente o nacionalismo brasileiro e nos torna muitos mais vulneráveis ao imperialismo e, à partir dos anos 1980, quando a teoria neoclássica, junto com o neoliberalismo, volta a ser dominante, isso vai destruir com o desenvolvimentismo clássico.

Mesmo com as perseguições que houve na USP, essa discussão toda, de matiz marxista, era moeda corrente aqui no Brasil, você não era impedido de discutir isso? Podia inclusive publicar?

Sim. Eu não me lembro de haver censura de livros, havia censura de jornais. De livros nunca houve.

E você não se sentia, também, constrangido em fazer essa discussão?

Não, isso não. Porque mesmo nos jornais havia censura, e o Estado formalizava censura, com páginas em branco, mas a Folha, que parecia mais acomodada, começa em 1974 com uma página três muito ativa, uma página de debates. Quem começa a escrever na página três é o Eduardo Suplicy, meu amigo, e depois eu começo a contribuir em 1975. E ali havia uma discussão bastante aberta, crítica ao regime militar. O nosso regime militar é autoritário mas nunca foi totalitário, e nem nada parecido com o totalitarismo.

Menos que em outros países da América Latina também.

Ah sim! Menos violento também. O regime militar vai ter uma hegemonia ilimitada no Brasil, com o medo do comunismo mais o ajuste e o milagre. Agora, a partir de 1974 começa um problema, quando o MDB [Movimento Democrático Brasileiro], o partido da oposição, elege um número grande de senadores, aí começa uma preocupação. Mas mesmo aí eles continuam hegemônicos, o primeiro grande arranhão é o pacote de 1977, quando há o pacote de abril e a burguesia começa a cortar seu vínculo com o governo. Inclusive teve um livro que pouca gente lê, mas que foi fundamental, chamado “Colapso de uma Aliança de Classes”. A aliança entre a burguesia e os militares estava acabando [no final dos anos 1970], e a transição democrática está começando no Brasil.

A Fundação Getúlio Vargas foi muito importante no processo de profissionalização da economia, principalmente nas questões das criações da pós-graduação e da Revista Brasileira de Economia. Até a redemocratização a revista tratou poucas vezes sobre a questão marxista/socialista. O senhor chegou a ser próximo da edição da revista?

Não, absolutamente não. Era muito separado São Paulo e Rio de Janeiro. A Fundação no Rio era dominada de Eugênio Gudin, que era um radical liberal, e vai ter como sucessor o Mario Henrique Simonsen, que não era um radical, mas era um liberal, de forma que a Revista Brasileira de Economia sempre foi uma revista rigorosamente ortodoxa. Celso Furtado sempre contava para mim que ele conseguiu publicar lá o artigo fundador do estruturalismo do Prebisch, mas foi por acaso, isso em 1950. Primeira vez que isso foi publicado no mundo não foi em espanhol, foi em português.

Agora, o que vai acontecer na profissão de importante vai acontece no final dos anos 1970. É no final dos 1970 que a USAID, o império, resolve financiar o doutoramento de economistas – nunca ninguém escreveu uma coisa bem interessante sobre isso. Então a Fundação no Rio e a USP aqui em São Paulo são encarregadas de fazer um curso preparatório para depois os alunos irem fazer seu doutorado lá, e os economistas brasileiros a partir dali vão ser formados principalmente na academia americana, e com isso a alienação vai ser crescente. Eu sempre digo que a China vai parar de desenvolver no dia que os dirigentes econômicos chineses deixarem de ser burocratas chineses para serem PhD de Harvard ou Chicago, pouco importa, liquidam com a economia chinesa.

APÊNDICE 6 – ENTREVISTA LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Eu não sei o que vocês apuraram em relação às outras universidades, mas no nosso caso, no caso da Unicamp, ela foi formada pelo embrião do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, e o Instituto de Economia foi o Departamento de Economia e Planejamento Econômico (DEPE). Porque o Zeferino [Vaz] queria criar um departamento de Economia mais ligado às questões do planejamento, da programação econômica e etc., e nós tínhamos sido alunos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Então o departamento foi formado por ex-professores da CEPAL, que era o Ferdinando Figueiredo e o Lucas Gamboa, que já infelizmente morreu, o Wilson Cano, eu e o João Manoel [Cardoso de Mello], e junto conosco veio também o Osmar Marquês, que tinha estudado também na CEPAL e iria cuidador do programa de pequena e média empresa.

Qual era a peculiaridade daquelas pessoas que estavam formando o departamento? Eu e o João Manoel tínhamos estudado Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, onde, claro, antes da revolução, e mesmo depois, você tinha um debate importante, levado acabo nas cadeiras de sociologia, onde o Fernando Henrique [Cardoso] era professor, o Octavio Ianni, o Florestán [Fernandes], o Luiz Pereira, e nós tivemos um contato intenso com o marxismo, não só nos textos, digamos, político-jurídico-filosóficos do Marx, mas também com o Capital, não é?

Nessa época, 1962-63, nossos professores, Fernando Novaes, Fernando Henrique, Roberto Schwartz, e o nosso filósofo, o Giannotti, estavam fazendo a leitura d'*O Capital*. Então, isso vazava para os alunos, e nós começamos a estudar os textos, não só *A Ideologia Alemã*, *Os Manuscritos Econômicos Filosóficos*, começamos a nos interessar também pela leitura d'O Capital. Mas antes da revolução isso era uma coisa bastante difundida no Brasil, você tinha vários centros de estudos, para não falar do ISEB, que nós também frequentamos os cursos do ISEB, e tinha lá o Álvaro Vieira Pinto, que era um Hegeliano, e outros como o próprio Celso Furtado. Então, nós recebemos essa influência de muitas fontes.

Quando nós fomos para Campinas, nós resolvemos montar um curso de economia que fosse capaz de ampliar um porco o campo de visão do economistas que fossem formados lá, até em contraposição do que se fazia na USP. Porque a USP era uma escola muito concentrada no que havia na época de mais ortodoxo, que se

formos olhar, hoje, retrospectivamente, a gente vai ver que era muito melhor e mais aberto do que é hoje. Hoje está muito mais difícil, não é? A economia foi se fechando, foi se tornando muito pouco porosa a outras influências, e isso é um movimento que se dá mais a partir da década de 1970, com o fim dos 30 anos gloriosos e o predomínio dos monetaristas e depois dos economistas das expectativas racionais: o Lucas e etc. Digamos, não é que o Samuelson não tivesse escrito os fundamentos, os *foundations,* que é uma tentativa de tornar a economia mais científica. A gente dava os *foundations*, que tinha uma desproporção entre o aparato formal e conceitual, uma coisa assustadora. Mas se você comparar com o que aconteceu depois, é uma brincadeira de criança, você excluiu da esfera do econômico, da economia, como saber – eu não vou falar ciência porque é maltratar a ciência – você excluiu completamente outras visões.

Nós dávamos [na Unicamp] os economistas, como o Walras, Jevons, e depois o Hicks, o Samuelson, assim como o Marx. E não podemos dizer que houve na Unicamp alguma tentativa de impedir que fizéssemos isso. O Zeferino era muito cioso da liberdade acadêmica, então não podemos dizer, em sã consciência, que houve tentativa de bloqueio ou de censura, ou de qualquer outra coisa na sala de aula. Tanto que nós começamos a nossa pós-graduação em 1974-75, e na pós-graduação havia um curso de Economia Política, em que nós dávamos os clássicos e o Marx. *O Capital* é um livro difícil, que exige muito trabalho, muita concentração e é uma pesquisa permanente, para você perceber como é a construção do livro, e nós dávamos livremente e nunca houve nenhuma interferência, a despeito de em 1975 ser uma espécie da repressão. Eu era o professor da disciplina, e eu tinha acabado de fazer a minha tese de doutoramento, *Valor e Capitalismo*, que era público, todo mundo sabia que eu tinha feito, inclusivo os órgãos de inteligência sabiam, e registraram isso, mas nunca houve nenhuma tentativa de se impedir esses cursos.

1975 foi o ano da morte do Herzog, era o auge da repressão, eu tive que sair do Brasil no final de 1975, mas porque eu tinha outras atividades políticas. Prenderam alguns alunos da Unicamp, por conta da distribuição de um jornal que a gente tinha lá, mas nada que tivesse alguma relação com alguma tentativa de impedir [o ensino]. Claro que nesse aspecto a ditadura brasileira foi menos intransigente, ou menos cuidados do que a argentina, por exemplo, seria impossível isso na Argentina ou no Chile, aqui, pelo menos na Unicamp, as perseguições políticas sempre tiveram

relação com os movimentos políticos, não era luta armada nem nada, era luta política mesmo.

Isso vai bem ao encontro do que o professor João Antônio de Paula nos falou. Ele disse que foi seu aluno nessa época, e que ele não sentia absolutamente nenhuma restrição.

A gente tinha liberdade total lá. Eu imagino que isso se deva ao reitor de então, o Zeferino.

Então o senhor acha que a Unicamp, realmente, era um ambiente um pouco diferente do que aconteceu em outros lugares...

Era. Até porque era uma universidade ainda embrionária, muito nascente. Eles não prestavam muita atenção na Unicamp. Eles começaram a prestar atenção em nós a partir de meados dos anos 1970, quando realmente já começou a abertura. Então, apesar dos avanços e recuos da abertura, nós já tínhamos uma militância política legal no MDB, em que nós fazíamos o debate com a política econômica da ditadura daquela época, e boa parte dos nossos textos estavam marcados pela influência do Marx e do Keynes depois, por que também a Unicamp fez uma releitura do Keynes. O Keynes era muito maltratado, o chamado keynesianismo hidráulico, que a Joan Robson chamava de keynesianismo bastardo. Havia o Minsky também, e nós demos o Minsky logo que o livro saiu. Se você falasse do Minsky em outros lugares, os caras pensavam que era um ponta-esquerda da Ucrânia.

Talvez um dos aspectos cruciais da releitura do Keynes seja em 1971, a aula que a Joan Robson dá na *American Economic Association*, então vocês estão fazendo isso logo em seguida.

Ela veio a Campinas em 1979. Eu me lembro bem desse 1979, porque ela veio fazer a visita e eu que fiz a saudação a ela, e falei sobre nossa leitura do Keynes. E ela disse o seguinte, ela pode ter sido gentil, mas ela disso o seguinte: -“ Vocês precisam produzir um número da *Cambridge Economic Review*, porque nós queremos mostrar que existem Keynesianos latino-americanos que fizeram uma leitura adequada do Keynes”, E o número ia começar com o último capítulo do meu livro, ela pediu, o *Valor e Capital*. Eu só não fiz esse número, eu fiquei encarregado de fazer o número, e essas coisas são complicadas na academia, porque começou uma briga

de egos e eu falei que não ia ter mais revista, que não iríamos fazer mais. E eu falei com o Jonh Wells, que trabalhou no Brasil, porque isso desencadeou uma guerra que era nociva ao bom andamento do departamento, e eu não queria fazer isso.

Então ela [Joan Robson] ficou aqui um tempo, e eu não pude ficar o tempo todo com ela porque eu fui para Belgrado, na reunião do Fundo Monetário [FMI] em que o [Paul] Volker subiu a taxa de juros e desencadeou as insolvências. Então, eu não fiquei, e lamentei muito, porque ela viria a morrer pouco depois, né? Mas ela era uma pessoa muito afável, muito agradável e contou história do Keynes no Kings School, as apresentações que ele fazia da Teoria Geral, as discussões e etc.

O reitor, Zeferino Vaz, que o senhor afirmou que esteve sempre preocupado em evitar intromissões nas questões acadêmicas, na UnB, de acordo o professor Salmeron, que escreveu um livro sobre a questão da ditadura na UnB, era dentro daquela universidade um interventor, que colocou, duas vezes, a PM dentro da universidade. Quando ele chegou na Unicamp essa questão não existia? Não via nele a intenção de tentar cercear?

Não. Ele fez uma coisa lá e outra aqui. Eu sei que ele saiu logo da Universidade de Brasília, não é? Porque ali foi uma coisa realmente grave. Ele saiu de Brasília em 1965 e veio para Campinas em 1966, e nos convidou em 1967 [o grupo a formar o DEPE], logo depois de ele ter saído da UnB. Provavelmente ele deve ter reforçado algumas convicções em detrimento de outras, porque ali ninguém meteu a mão. Para você ter uma ideia, em 1975 houve uma comemoração – nós tivemos vários episódios que comprovam a firmeza dele nesse aspecto – do aniversário da revolução, ele levou a mim e ao João Manoel no quartel, ele fez o discurso, foi convidado para fazer o discurso, sendo que era uma cerimônia seguido de um coquetel, e o então comandante do quartel chegou para ele, eu e o João Manoel assistindo a isso, e disse assim: “A sua universidade está cheia de comunistas”. E ele [Zeferino], “Coronel, o senhor entende de força armada e eu entendo de universidade. Na minha universidade os professores têm liberdade total de dizer o que eles pensam”.

Eu não sei o que aconteceu em Brasília, mas é o seguinte, eu vou lhe contar o episódio da intervenção do Maluf na Unicamp, essa foi a intervenção de 1979, se não estou enganado. Quando foi feita a intervenção – a pior coisa que você pode ter na universidade é uma intervenção desse tipo – o secretário de educação aqui, que já morreu e foi deputado pela Arena, colocou interventores em todos os

departamentos. O que nós fizemos? Nós tratamos, a primeira coisa, de remover os interventores rapidamente, e substituí-los por professores titulares, no nosso caso quem foi escolhido foi o Lessa. A “esquerdinha” na universidade não queria, mas se a gente não suspendesse a intenção seria um prejuízo danado para a liberdade acadêmica, porque os caras iam começar a meter o dedo onde não foram chamados. Então eu, o João Manoel e a Conceição, nós fizemos uma visita ao Dr. Ulisses, porque já estávamos no final do regime, então nós forçamos a barra, e o próprio Montoro se mobilizou, o Ulisses também, para acabar com a intervenção. No entanto o pessoal ali, o pessoal mais à esquerda, que nos chamavam de reformistas, apesar de eles nunca terem lido Marx, né? É verdade. Eles forçaram a barra [contra], e eu disse: “Meu filho, não dá, não vai dar. Porque você vai contaminar toda a universidade com esse negócio [de interventores]”. Bom, o Roberto Cerqueira Leite, que é um físico muito respeitado, ficou do nosso lado e nós eliminamos aquela “tigrada” ali do nosso lado. O Zeferino não era mais o nosso reitor, mas uma das acusações, do Maluf, era que aquilo era um ninho de esquerdistas. Maluf agora está fugindo da polícia, apesar de que naquela época era governador do estado. Mas ali as posições relativas estavam a nosso favor, porque já era Figueiredo, nós já tínhamos escrito junto com empresários, na Gazeta Mercantil, o “Documento dos oito”, que era um documento contra a ditadura, pedindo a democratização.

Eu não posso dizer que o Zeferino era o mesmo de Brasília, por que eu ia estar mentindo. Aliás, em 1975 teve o seminário que veio o Hobsbawn, e o Zeferino era o reitor.

Nós fizemos um seminário sobre o progresso técnico em 1973, organizado pelo Castro, em que veio o [Joseph] Steidel, que seria considerado um perigoso esquerdista hoje, o Vladmir Brusk, que era um polonês. No encerramento do Seminário, o Zeferino presidiu a seção de encerramento, [...] estávamos sentados na primeira fileira eu, o Ferdinando, o Wilson Cano, o João Manoel, e o Zeferino virou para o Sylos-Labini, que escreveu um livro chamado *Oligopólio e progresso técnico*, muito meu amigo, e para o Steidel, eu acho, e disse, “Está vendo aqueles meninos lá?”. Nós éramos bem meninos mesmo, em 1973 eu tinha 31 anos, éramos bem garotões mesmo, “Está vendo aqueles meninos lá? São todos comunistas, mas eles são todos competentes”.

O Labini me contou aquilo tudo a gargalhadas essa história. Esse era o ambiente da Unicamp.

É realmente fascinante, a diferença da Unicamp para as outras universidades...

Ah sim! Aquilo era uma espécie de Oasis. Por isso que foi possível fazer, senão a gente ia ser espirrado rapidamente.

E ainda continua hoje, em um cenário diferente, onde o *Main Stream* está cada vez mais...

É. Eles têm uma diferença com a gente. Você viu agora o que o Giannetti falou não é?[88] E depois o Alexandre Randes, coitado, esse levou uma "fubecada" dos próprios companheiros, né? Mas o Gianneti foi da LIBELU, não é?

Eu estava conversando hoje com dois ex-alunos da USP, que são meus amigos, e eu sabia que o Gianneti havia sido da LIBELU, como muitos deles, muitos desses economistas mais conservadores, que viraram muito à direita, todos eles eram originários da esquerda, como é o Reinaldo Azevedo, que não é economista, mas ele era Trotskista, né? Esses meus amigos citaram outros nomes, como o Otavinho Frias, o dono da Folha [de São Paulo]. Acho que eles eram mais LIBELU pelo despojamento, e pela liberdade dos costumes, mais por isso do que por outra razão, mas em fim, depois eles foram virando conservadores, né? Aliás, não há como você escapar, é difícil, conheço vários que escapam, das suas determinações de classe, não é? O Gianneti é filho de um banqueiro e o Otavinho Frias é um Frias, não é? Aí acaba prevalecendo esse superego.

Durante essa época que você fundaram a Unicamp, vocês tinham essa percepção de que era realmente diferente? Vocês tinham conhecimento de como acontecia em outras universidades?

Ah sim! Por que nós entramos na ANPEC, né? Nós entramos na ANPEC e não foi fácil, porque quando nós entramos a FGV do Rio, a EPGE, ameaçou sair.

A ANPEC é de 1972, não é?

Isso, a ANPEC é de 1972 e nós entramos em 1973. Nós entramos, e no primeiro seminário da ANPEC, que foi aqui na USP, eu fiz uma exposição sobre a crítica do Sraffa, que está no meu livro [da tese de doutorado]. E foi interessante,

[88] Referência à afirmação do economista Eduardo Giannetti durante evento acusando a Unicamp de ser "produto típico da ditadura" (BRASIL DE FATO, 2014)

porque estava o Lance Taylor, que estava na ANPEC na época, e ele fez o comentário, e estava o Pastore, e o ex-presidente do Banco Central, da época da ditadura, e também não entenderam nada do Sraffa, porque o Sraffa é difícil de entender. E o Lance Taylor fez uma boa intervenção. Então nó começamos a frequentar a ANPEC, fizemos debates lá, uma vez o Luiz Antônio de oliveira Lima, que é muito meu amigo, professor da FGV, que fez o curso da CEPAL com a gente, depois foi as Estados Unidos e fez mestrado e doutorado lá, foi apresentar um *paper*, isso é na reunião de 1982, sobre a teoria da regulação, tinha acabado de surgir na França, depois do livro do Aglietta sobre os Estado Unidos. E o Bacha chegou pra mim e disse, “Escuta. O Lima é seu amigo?”. Falei, “É. É meu amigo”. “Ele por acaso estudo na França? Porque ele tem um pensamento de francês”. [Então o Belluzzo diz] “Por que? Você é contra? Os franceses pensam. Parece que eles pensaram coisas interessantes”.

Era o tempo inteiro assim. E nessa reunião houve uma mesa redonda sobre *supply side economics*, tinha acabado de sair, né? Como um desafio. Haviam dois desafios ao Keynesianismo, o monetarismo e o *supply side*. O *supply side* logo perdendo, sem força. Mas eu participei dessa mesa redonda, e era incrível, por que você estava querendo legitimar as políticas do Reagan de liberalização, redução de impostos, etc., pros ricos, né? Tinha a Curva de Laffer, e a ideia de que era ineficaz você usar políticas fiscais mais ativas, porque no fundo você produzia *crowding out*, produzia uma redução da poupança dos ricos, né?

Então para você ver que a convivência nunca foi fácil. E mais do que isso, a convivência, como o peso do *main stream* era muito grande, nós tivemos problemas internos na Unicamp, porque como nós éramos muito fora do eixo isso começou a produzir incômodo dentro da universidade nos mais jovens, que falavam, “Ah! A gente está sendo excluído”. E eu falava “Também porque você quer ser incluído? Você quer ser incluído no que? Ou você tem clareza sobre o que a gente quer ensinar, ou você muda.”

Nó tivemos vários casos, não foi citar porque seria personalizar. Mas você pega o famoso incidente do Mário Possas, né? O Mário Possas queria fazer ciência e aí ele começou a desbaratar, e saiu da Unicamp e foi para a UFRJ.

Deixa eu voltar um pouco nessa constituição, porque é interessante como a Unicamp se constitui como uma coisa que vai acabar sendo a escola da

Unicamp. Quando formara o departamento já havia essa intencionalidade? Não? E porque escolheram esse grupo que estavam vindo da CEPAL?

Foi um acaso. Porque o acaso tem muita importância na vida da gente, e nesse caso teve a maior importância. Quer ver os acasos que se sucederam? O Zeferino teve que recrutar jovens, eu tinha 25 anos, economistas – nós nem tínhamos formado em economia, tínhamos pós-graduação na CEPAL. Por que ele recrutou? Porque não tinha ninguém. Tinha havido a primeira onda de cassações, e tinha havido a segunda, na segunda nós já estávamos na universidade, mas não tinha gente. Ele queria formar uma coisa diferente, ele foi atrás de quem estava disponível. Esse é o primeiro acaso. O segundo acaso é que nós construímos esse projeto, era uma construção. Era pouca gente, nós sempre estávamos muito juntos, até porque a gente precisava, a gente convivia o dia inteiro, jantava juntos, ia no restaurante juntos. Depois vieram a Conceição, e o grupo de Santiago, os que escaparam do golpe.

O curso que você fala é o curso que a Conceição fez, na CEPAL...

Sim. O curso de desenvolvimento econômico da CEPAL. Nós fizemos em duas vezes, o curso de desenvolvimento, e depois eu me especializei em programação industrial, que é a segunda parte do curso. Havia o curso de programação industrial que era “espírito do tempo”. Você tinha a coisa dos Hindus, e mesmo a experiência de planejamento francesa. Então a gente tinha um curso bem dado de programação industrial, mas a Conceição veio em 1973, né? Ou 1972. Eu sei que ela veio e se juntou à gente, e era uma coisa muito cooperativa, né? Ela por exemplo discutiu a tese de todos, a minha, do João Manoel, do Wilson Cano, e nós também discutimos as teses de livre docência dela, então era uma situação de muita cooperação e muito intercâmbio entre nós, de crítica e tal, saía briga, mas nada grave. Até por conta da situação política, né? Isso impedia que tivéssemos “roupantes” individualistas, a gente se controlava um pouco para evitar que o conjunto fosse prejudicado, isso era uma coisa natural’, não é que a gente tivesse discutido isso. É que cada um sentia isso no convívio, na relação, até porque a gente não tinha boa vida na universidade, as pessoas nos olhavam mio de esguelha. Tinha lá o Sérgio Porto, que era um físico, que dizia,” Zeferino, você precisa se livrar desses comunistas”. Foi assim.

Isso já era o Instituto de Economia?

Não. Era o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFICH). O Instituto de Economia eu lamentei que que tivesse acontecido, porque era boa a convivência com os filósofos e sociólogos, mas houve um problema ali, que é complicado mas é uma coisa que acontece muito no mundo acadêmico. A convivência era de *cross fertilization*, boa, e nós tínhamos formação sociológica também, o André Villa Lobos era nosso colega de classe, e era o chefe do departamento de Sociologia. Então eu senti muito isso, e nós tivemos que mudar também estávamos crescendo demais, e ia ficar "imanejável". Lamentei muito, ainda que tivéssemos mantido, no curso de economia da Unicamp, muitas cadeiras de Sociologia, de Política, de Filosofia, na verdade transportando pra lá [para o IE], o que dava uma diferença para os outros cursos de economia.

Pouco tempo depois que se funda a Unicamp, a burocracia de inteligência do governo passa por uma mudança mais abrupta, em que começa uma descentralização e uma tentativa de instalar bases de inteligência dentro de alguns órgãos. Isso chegou a acontecer na Unicamp? As AESI entraram na Unicamp?

Entraram. Tem uma seção do DOI/CODI em Campinas, que eu fiquei sabendo disso anos depois, em que eles tinham escolhido algumas figuras de Campinas, não só da Unicamp. Era o momento em que a linha dura fez aquela tentativa de bloquear a abertura, e foram em cima do Geisel, a história do Silvio Frota. Na verdade eles marcaram algumas pessoas. Era o César Lattes, um físico, que nunca foi de esquerda nem comunista, era um cientista – que às vezes ia nas minha aulas de Economia Política com seu cachorro, o Arthur – era a Hilda Hilst, que era uma poetisa, eu e o Sérgio Arouca, que era da medicina, que foram marcados para morrer.

Na década de 1990 se funda a SEP, mas anteriormente a isso, na década de 1980, quando já se tem uma abertura maior, se consegue ter algum espaço de discussão sobre teoria econômica marxista? Porque, por exemplo, o pessoal da UFMG já também ensinava muito Marx na graduação.

Mas isso é por causa do João Antônio [de Paula], e dos alunos da Unicamp que foram pra lá, isso foram eles que levaram. Tinha o João Antônio e o João Heraldo.

João Heraldo estudou na *New School*, mas ele voltou depois, e foi secretário da fazendo de Minas.

Mas foi aluno do mestrado da Unicamp...

Foi. Na mesma turma do João Antônio. Depois da turma do João Antônio, eu não lembro direito, é impossível, veio a turma do Aloísio Mercadante.

A Dilma já foi bem mais tarde...

A Dilma não. A Dilma foi na terceira turma, saiu da prisão e foi pra lá. Ela era magrinha, mocinha, quieta. Ela foi aluna no mestrado e depois no doutorado. Os colegas dizem que ela era brava, mas com os professores ela não era.

Dentro da sua tese você coloca, brevemente, que estudar a teoria do valor, para um "economista moderno" era aparentemente indigna. Você acha que essa visão foi acentuada durante a ditadura? A questão do anticomunismo influência de alguma forma algo contra a teoria do valor de Marx?

Bom. Havia uma resistência muito grande ao Marx. Tanto que eu usei a Joan Robson, depois por isso que ela queria que eu colocasse o texto, ela disse que era uma sobrevivência metafísica, eu tirei de um texto dela. Ela tem um texto sobre economia marxista, tem um livreto de economia marxista. Mas aí você tem que atribuir à formação intelectual dela, Keynes, por exemplo, achava que *O Capital* era um livro talmúdico. Ele dizia que o que tinha de interessante ali era a questão do D – M – D', que ele aproveitou nos trabalhos preparatórios da *Teoria Geral*, né? Que ele chamava de *Pregnant Observations of Karl Marx.*

Muito estranho, que a gente não tivesse medo, mas isso tem a ver com o ambiente. A condição Humana é muito estranha, a gente nunca consegue desvendar tudo, como é que vai ser o comportamento da pessoa. Ele pode ser da maior generosidade, ou pode ser da pior...

Professor, gostaria de perguntar em uma linha saindo um pouco da Unicamp. O senhor participou da CEBRAP, e a CEBRAP foi formada pelos membros daquele *Seminários de Marx*, Fernando Henrique, Paul Singer. A pesquisa da CEBRAP era próxima da Unicamp?

Tinha o Chico de Oliveira também. Era muito próxima sim. Nós tínhamos uma relação muito próxima. Você perguntou corretamente. Nós fazíamos reuniões frequentes lá no CEBRAP, na rua Bahia, e ia o Celso Furtado, ia a Conceição, íamos nós, ia o Malan, ia o Bacha, Chico de Oliveira, Paulo Singer, nós tivemos um intercâmbio muito grande.

E teve um episódio, que o Paul Singer narra em entrevista naquele livro *Conversas com Economistas Brasileiros*, do qual o senhor também participou, do Rego, e acontece o fato de, por conta de um documento encaminhado para Londres, o Paul Singer é levado para interrogatório, com outro membro da CEBRAP, que é inclusive torturado. O senhor estava na CEBRAP?

Foi o Fred Mazzucelli, o torturado. Eu na verdade até hoje não sei como é que eu não fui preso, porque prenderam meus alunos, prenderam meus amigos, e a mulher de dois deles, eu morava na rua Peixoto Gomide, elas foram na minha casa e falaram, “Olha os caras vieram várias vezes na porta da sua casa, com a secatura”.

Eles iam e voltavam. Quando o pai da Zélia Cardoso de Mello, que é prima do João Manoel, era delegado do DOPS, então, ele me conhece de pequeno, porque eu sou amigo do João Manoel desde o tempo de colégio, Colégio São Luis. Nós tínhamos essa vantagem de ser da classe dominante, meu pai era desembargador, tínhamos vantagem. No Brasil, vamos combinar, né? Ele [o delegado do DOPS] chegou pra mim e disse:

“Olha é melhor você se mandar”

“Antônio Emiliano”, ele chama Antônio Emiliano, “eu não tenho nem passaporte”.

“Pode deixar por minha conta, eu faço seu passaporte, tudo, você vá ao DOPS”.

“Eu vou ao DOPS?”

“Você vá ao DOPS tal dia.”

Eu fui lá com minha ex-mulher, a Ana Belluzzo, que é uma historiadora da História da Arte. Fui lá com a Ana, e o Emiliano, que era um gozador, muito engraçado, falou: “Eu quero lhe apresentar um amigo meu”. Aí ele me levou para a sala ao lado, e era o Fleury, e eu peguei a mão do Fleury friamente, a Ana ficou nervosa. Falei: “Ana, dá a mão pro homem aí”.

Foi isso um pouco antes de a gente sair, ele arrumou toda a nossa saída. Nós saímos por Viracopos, que era um aeroporto que quase não tinha movimento à meia-noite do dia 25 de dezembro. Eu jantei com meu pai, e falei com ele que estava indo.

Isso em 1976?

1975. Dezembro de 1975. Eu voltei pra cá em fevereiro de 1976 porque o Ednardo, que era um general aqui comandante do segundo exército, foi deposto pelo Geisel. Aí eu voltei, porque ele desmantelou todo o aparelho repressivo, aí o João Manoel me ligou, eu estava em Roma, e falou, “Pode voltar”.

APÊNDICE 7 – ENTREVISTA PAUL ISRAEL SINGER

O senhor lecionava, no início da ditadura, na USP. Lecionava Economia Política. Não sei se tinha esse nome.

Na prática era *Economia Política*. Eu dei um curso uma vez que tratava da globalização, tentando mostrar como funcionava a econômica mundial, os diversos países e as políticas econômicas. Depois eu dei cursos principalmente sobre *Economia Solidária*. Mas antes disso eu fui professor por uns bons 7 anos de *Moeda e Banco*. Eu achava, e ainda acho, para o economista, uma matéria central. Mas nos últimos anos eu dava aula na pós-graduação em uma matéria optativa chamada *Economia Solidária*, e tive bastante alunos, porque tinha muita gente interessada.

Se não me engano o senhor entra na USP como professo em 1960...

Por aí. Eu entrei como aluno em 1956 e me formei em 1959.

Na época que o senhor entrou como aluno, existia alguém que já lecionava matéria relacionadas a Marx?

Não. Eu não vou dizer tanto, mas o curso que eu fiz Marx, praticamente, era muito pouco mencionado, e pior ainda, os professores não o conheciam e faziam erro, bobagem. Não era proposital, é que eles tinham um conhecimento pequeno e antipático.

Antipático. Era um curso predominantemente conservador?

Penso que sim. Tanto assim, que como aluno eu fui meio chato e fui corrigindo os erros deles. Aconteceu várias vezes. “Espero que o senhor não me leve a mal, mas o senhor falou algo que o Marx disse exatamente o contrário. Não é isso. A lógica do pensamento Marxista não é isso que o senhor está falando”.

E eu tenho certeza que era de boa-fé. O cara não estava querendo atribuir [erradamente], mas como ele no fundo desconhece a economia marxista, ele não percebe que o que ele está falando é exatamente o oposto. Mas enfim, não foi nada grave, eu fiz o curso tranquilamente, ganhei um prêmio de melhor aluno.

Daí quando o senhor, como professor, começou a lecionar *Moedas e Bancos*...

Não. Não. Isso foi bem depois. Eu sou formado em uma matéria profissional chamada *Ciências Econômicas e Administrativas*, e fui assistente, jovem, alocado em administração. E aconteceu uma coisa – não tem nada a ver com que você está querendo discutir, mas vou lhe contar porque faz parte da minha vida – Em uma certa altura o departamento, seja lá que é que mexe no currículo, achou que os alunos de administração tinham que aprender psicologia. O que eu achei ótima ideia, só que eu não tinha tido curso de psicologia jamais na minha vida, conhecia por interesse próprio. Tinha lido algumas coisas, mas nunca achei que fosse lecionar. Tive que fazer e acabei aprendendo mais. Durante vários anos eu dei essa matéria.

Eu me lembro uma vez eu encontrei, na rua, um aluno com a namorada dele e etc. E me apresentou como psicólogo. Enfim, essas coisas da vida.

E quando o senhor começou a lecionar Marx no curso?

Explicitamente eu nunca dei nenhum curso de Marx. Poderia ter dado, se os alunos pedissem, eu daria. Marx sempre figurou as matérias que eu dei, ao lado de outros, como Ricardo, Adam Smith, e Keynes sobretudo. Eu, se tivesse que escolher para dar um curso sobre dois grandes autores, seriam Marx e Keynes. Mas não tive essa experiência.

E quando veio o regime militar o senhor lecionava. E na sua disciplina existia esse cunho socialista/ Marxista, porque o senhor vinha do movimento operário. E com o advento da ditadura o senhor sentiu algum tipo de repressão?

Não. Deixe eu dar uma resposta a vocês porque você é muito jovem. A ditadura foi muito pouco repressiva no começo, não houve luta. Eles tomaram o poder sem disparar um tiro e o que eles fizeram foi caçar os deputados e senadores que eles consideravam de esquerda. Toda a bancada do partido socialista foi para a rua. Isso que era a violência deles, mas matar gente e torturar gente eles nem pensavam. Não havia isso. Éramos presos – eu não fui, mas estava na lista – Meus colegas da direção do partido socialista eram levados à polícia e ficavam lá um dia, depois me telefonavam e diziam, “Olha! Vi seu nome, mas não se preocupem porque não fazem nada. Você responde o que tem de responder e fica por isso”. Só que não deu tempo; eu não fui chamado. Uma amiga minha me telefonou um dia, “como é que você está aqui ainda?”.

É importante entender o que aconteceu. Foi com a luta armada que começou a repressão pesada, e os muitos crimes cometidos. A luta armada foi detonada por um congresso que a UNE organizou no interior de São Paulo. Só que eles souberam. A polícia soube, cercou o congresso inteiro e prendeu, se não me engano, umas 300 pessoas. O José Dirceu foi um deles, estava lá, e outras lideranças dos quais alguns ficaram presos durante algum tempo. O Zé Dirceu foi trocado depois pelo embaixador, não só o Zé, mas 15 ou 20 pessoas.

A repressão era basicamente as cassações, e a imprensa, que perdeu totalmente a liberdade. Havia uma censura prévia que vetava a matéria. Eu me lembro que vários artigos [jornalísticos] meus foram vetados e não saíram. Em jornais de esquerda que não estavam proibidos, eles tinham que ler antes os artigos, e quando eles achavam que não podia sair, ficavam vetados.

Isso depois do congresso?

Tudo mais ou menos simultaneamente. O fato do congresso ter sido preso inteiro levou o Marighela e outros a irem para a luta armada. Nisso a luta armada parecia muito poderosa: assaltavam bancos e faziam outras coisas, sem matar ninguém, mas mostravam que eram muita gente jovem, audaz. E ai o regime se organizou, não só para resistir a essa luta armada. [...] Agora, a repressão começou em 1968 e as cassações em 1969, nas universidades.

Até lá o senhor não via alguém, por exemplo, seu chefe de departamento, diretor da universidade, lhe dizendo, "o senhor não pode falar isso na sala de aula". Ou a retirada de obras da biblioteca.

Não, não. Não aconteceu na USP, de jeito nenhum.

Mas depois aconteceu? Em 1968/1969.

Pois é. Em 1969 eu fui aposentado, junto com uma série de colegas que me honravam muito. Professores notáveis, que eu admirava. Fomos juntos. Eu acho que algumas dezenas de professores. Certamente no Paraná também. Enfim, todas as cidades. A polícia provavelmente catalogava, fazia os dossiês e assim por diante. Aí, em certa altura, o Costa e Silva fez a limpeza, ou mandou fazer.

Existiam as AESI, não é? Unidades que atuavam dentro das universidades. Unidades de inteligência, que inclusive infiltravam militares dentro dos cursos, como alunos.

Disso eu não estou sabendo. Isso é bem possível. Eu tinha (não?) conhecimento, se tivesse, eu ia começar a discriminar.

Curiosamente, eu tive azar de ser cassado. Como todo mundo que era notoriamente de esquerda foi cassado, grandes professores, Florestán Fernandes. Eu era comparativamente muito mais jovem; eu só podia me sentir honrado.

Depois nós criamos o CEBRAP, os que foram aposentados, que existe até hoje. E eu propus, várias vezes, de colocarmos um retrato do Costa e Silva lá, porque ele nos uniu. O CEBRAP tinha gente das diferentes áreas. Antropologia, Política, Sociologia, etc., até Economia, Filosofia. E era um *Think Tank,* ou seja, um conjunto de pensadores com especialidades diferentes tendo muito o que aprender e ensinar uns aos outros. E nós fizemos isso. Tivemos desde aulas de estatística até aulas de economia, que eu dei aos meus próprios colegas. A gente tinha reuniões. Escrevíamos muito, e tudo que a gente escrevia submetíamos ao CEBRAP, no "mesão". O "mesão" era uma reunião com praticamente todos que trabalhavam lá, que liam os textos escritos e discutiam depois. O que era um baita privilégio. Você escrever um texto para depois ser apreciado e criticado por, sei lá, vinte, vinte e cinco colegas que você sabe que são muito bons.

Era uma ironia minha, de colocar a foto de Costa e Silva. Mas nós todos devemos essa oportunidade... A repressão nesse período era basicamente a censura.

Aos trabalhos do CEBRAP, inclusive...

Não só ao CEBRAP, mas mais às pessoas. O Fernando Henrique, o Giannotti mesmo, eu mesmo. Tem um artigo que eu escrevi em um desses jornais, que não foram proibidos, mas era imprensa alternativa. E esse artigo meu, que não era ideológico, era de acontecimentos dentro da economia brasileira provavelmente, nem me lembro os detalhes. Eu sei que a censura cortou, "isso não sai". Aí eles mudaram meu nome, e botaram um nome, não me lembro exatamente qual era, mas era de uma outra marca de máquina de costura. E saiu assim mesmo.

Como o CEBRAP foi financiado?

Ele foi financiado principalmente pela Fundação Ford. Se ele não tivesse sido financiado pela Fundação For nós teríamos também criado, e teria sido viável. A Fundação foi generosa. Inclusive o CEBRAP ainda está aí, e tem sede própria. Nós pudemos comprar uma casa, ou um sobrado, lá em Vila Mariana, e está lá o sobrado até hoje. Além disso a gente trabalhava.

Eu tinha muitos alunos que estavam no governo. Economistas que se formaram comigo e acabaram indo para o governo federal, governo estadual.

E eles também contribuíam diretamente com a instituição?

Não com o CEBRAP diretamente, mas esses alunos nos contratavam para dar assistência na parte técnica. Planejamento, discussões sobre isso.

E contratavam o CEBRAP para fazer consultoria...

Não contratavam diretamente o CEBRAP, acho que contratavam mais a gente mesmo, as pessoas. Não só eu, mas um monte de gente, porque éramos todos professores.

Mas houve alguma censura ao CEBRAP? Á biblioteca, ao que se estudava, ao que se ensinava? Alguma interferência?

Não haviam aulas no CEBRAP. Nem nunca houve. Se interferiu, vou te contar o episódio. Eu fui preso. Havia um colega, que agora o nome eu não me lembro, que já é falecido, era um cientista político muito bom e que trabalhava no CEBRAP. E tinha sido da resistência, vamos dizer clandestina, no começo do regime, e depois não mais. Quer dizer, a luta armada terminou um ano depois, com a morte do Marighella.

O episódio que eu quero te contar é exatamente esse: Esse colega nosso ganhou uma bolsa para estudar na Escócia, e ele resolveu levar para a Escócia, para poder trabalhar, o material que ele tinha escondido. Então ele fez um pacote e endereçou a ele próprio. Ele estava no Brasil ainda, ele ia estar na Escócia. E mandou o menino, nosso mensageiro, levar ao correio. Aí ele levou no correio, e os funcionários que receberam o pacote perceberam que estava vertendo água, muito molhado. Enfim, eu acho que ele tinha enterrado no jardim dele, ficou meses lá, ele tirou e colocou em alguma coisa, embrulhou, e mandou. Agora, eles não iam despachar um negócio que estava molhado. Aí eles foram olhar o que era e

perceberam que eram material político, explosivo, contra o regime, e então avisaram a polícia. Aí esse meu colega foi preso, e foi torturado. Ele tinha participado politicamente, mas nunca pegou em armas. E eles acabaram prendendo gente do CEBRAP, porque foi o menino que foi levar a coisa no Correios e etc. Eu tenho a impressão que a repressão não tinha nunca prestado muita atenção na gente, mas, com esse episódio, foi preso o Vinícius Caldeira Brant e eu. Os dois foram presos, um sem saber do outro, ficamos preso uma semana aproximadamente e, na maior parte do tempo, eu não sabia que era ele. O Vinícius foi torturado cruelmente. Ele mesmo me contou que ele provocou. Quando eles começaram a interroga-lo ele disse, “Olha, eu já cumpri pena aí por não sei quantos meses, fui torturado o tempo todo e não abri o bico”, para ver se eles desistiam, mas fizeram o contrário. Quando eu estava lá, tinha acabado de ser preso, os gritos deles eram assustadores.

São episódios. Nesse episódio da prisão do Vinícius, e minha, algumas semanas depois praticamente toda a direção do CEBRAP foi chamada para prestar depoimento. E aí eu voltei também a dar depoimento. Ninguém foi preso [nesse segundo momento], nós fomos levados a algum lugar onde estava a repressão política, e nos fizeram uma série de perguntas irrelevantes, porque nós não estávamos metidos em nenhuma coisa ilegal, não fomos da luta armada, mas foi angustiante.

E nessa época do CEBRAP, no início da década de 1970, o senhor tinha algum contato com o pessoal da Unicamp? Porque uma coisa que nos chamou atenção no depoimento do Luiz Gonzaga Belluzzo é que ele nos disse que na Unicamp eles tinham plena liberdade. E que o Zeferino Vaz dizia para os militares que “ninguém toca nos meus comunistas”, e que os militares respeitavam isso.

Havia. Eu estou dizendo a história da ditadura militar têm duas fases opostas. Uma em que eles procuravam pelo menos manter as aparências e etc., mas também não muito preocupados em reprimir. Quando começou a luta aramada, mudou tudo. A chamada linha dura assumiu a direção das coisas

Quando eu fiquei preso essa semana [com o Vinícius Caldeira Brant] alguns deles eram realmente temerários. Eu ficava um tanto com medo. Me ameaçaram, e eu dizia, “Olha, estou dizendo o que eu sei”.

O seu contato era mais com o pessoal do CEBRAP do que com a comunidade de economistas propriamente dita, não é? Digo assim, com uma comunidade mais interdisciplinar, com o pessoal que veio do grupo do Capital.

Isso mesmo. Agora, não para dizer do jeito que você colocou porque cada um de nós trabalhava na sua área. O Giannotti trabalhava com filosofia. Mas como os seminários eram em comum, sobre tudo que nós escrevíamos, havia um aprendizado mútuo muito grande. O Giannotti podia criticar um texto meu, embora ele fosse filósofo e eu fosse economista. Era esperado isso, era o que a gente queria mesmo, era ouvir críticas de gente amiga. Havia uma atividade intelectual muito intensa no CEBRAP, muito boa, e a gente recebia pessoas também que queriam aprender, para cursos curtos e coisas assim.

O contato de vocês, então, com essa turma da Unicamp, com o Belluzzo, com a Conceição Tavares, vocês tinham também?

Era muito. A Conceição estava no Rio nessa época, e ela vinha do Rio com mais colegas. O Malan era um deles, o Pedro Malan, mas havia outros, acho que o Belluzzo também. Ela era líder de um grupo de jovens economistas, e vários deles vinham quando ela vinha também para discutir muitas vezes meus textos, os textos do Fernando Henrique, do Octávio Ianni. E também ela trazia os textos que ela elaborava com outros, com o José Serra. Discussões, eu diria, muito boas.

E nessas discussões, em algum momento, eram feitas a partir da perspectiva marxista?

Todos os artigos que a gente escrevia tinha essa perspectiva.

Mesmo na época do recrudescimento do regime? Era uma coisa mais interna?

Nós tínhamos uma revista, e a revista circulava bastante. Pelo que eu estou sabendo, a nossa influência na USP foi maior depois que nós fomos pro CEBRAP, aposentados. Tanto assim que, depois que acabou a ditadura, não tinha acabado ainda, mas houve a anistia, em 1979 (a ditadura foi até 1985), houve a possiblidade de a gente voltar a lecionar. Fazia parte da anistia. Mas, para poder voltar, era preciso que os departamentos nos chamassem, senão você não teria mais lugar, por assim dizer.

Bom, eu fui chamado por duas faculdades da USP, nas quais eu tinha lecionado. Uma delas é a de Economia e Administração [FEA], e a outra foi a Faculdade de Higiene e Saúde Pública.

[...]

Fiquei muito feliz, mas acabei resolvendo voltar mesmo para a Economia, que era a profissão.

E nessa época você reparou que a influência de quando vocês estavam no CEBRAP tinha sido grande...

Sim. O que nós fazíamos era lido. No mesmo período em que o regime era odioso, você podia ver posições críticas, mais ou menos diferentes.

Esta revista que o senhor falou é a revista estudos CEBRAP?

É. Nós tínhamos uma linha. Não chegava a ser um livro, mas publicações com 15 ou 20 páginas. Uma boa parte do que eu escrevi saiu dessa forma. Eram cadernos. *Cadernos CEBRAP*. Então havia o *Estudos CEBRAP*, que é uma revista bastante rigorosa, com contribuições de várias espécies, e haviam os *Cadernos*.

Isso logo depois que vocês foram aposentados. E vocês podiam citar obras de Marx nessas revistas? Como referência, digamos?

Essa é uma boa pergunta. Disso eu me lembro. Nós adotamos um processo de autocensura. A gente passou várias vezes trabalhando não podendo publicar porque a censura cortava. É exatamente isso que você falou agora, jamais me passaria pela cabeça citar Marx, porque isso era uma provocação para aquilo não sair. Tentávamos dizer as ideias fundamentais. Também se houvessem ataques ao regime certamente o artigo seria vetado.

É gozado. Não é gozado, é trágico. Mas com a luta armada, a chamada linha dura de certa forma ganhou hegemonia exatamente no governo do Costa e Silva, e, curiosamente, não era isso que ele queria. Ele morreu, de doença, provavelmente ele não foi envenenado, mas ele tinha a intenção de fazer o que o Geisel fez depois: voltar a democracia gradativamente. E acho que ele até tenha feito estudos nessa direção, mas ai ele adoeceu mesmo. O Médici era linha dura. Certamente fez o que queria, tinha mais liberdade de fazer.

E nesse episódio que eu falei, em que todos nós fomos chamados e eu fui preso, eu e o Vinícius fomos presos, eu perguntava o porquê de eu ter sido preso, e eles diziam, “Não. Você é quem vai nos contar”. Aí houve ameaça de tortura. Falei, “Vocês podem fazer o que vocês quiserem comigo. Eu não vou dizer por que eu fui preso, porque eu não tenho como responder”.

[...]

Após a abertura política, o senhor chegou a lecionar Economia Política? Lembra como voltou isso?

Não. Eu considerava a economia que eu fazia como Economia Política. Mas minhas aulas sobre moedas e bancos não eram aulas marxistas, o que eu achava fundamental de se conhecer é a história das ideias econômicas sobre a moeda, sobre os bancos, o papel das finanças e assim por diante. Aí a contribuição do Marx e do Keynes são básicas, não podem ser ignoradas. E a direita produziu seus autores e assim por diante. Eu dava um curso em que os alunos poiam tomar conhecimento das diferentes posições e saber as razões das discordâncias, das polêmicas e assim por diante.

Durante a linha dura, o senhor ficou sabendo se alguém chegou a retirar obras da biblioteca?

Olha, eu nunca soube. Logo depois eu voltei, com a anistia, e nenhuma obra estava faltando. Uma biblioteca enorme, mas exatamente as coisas que me interessavam estavam todas lá. Então, aparentemente, não houve esse expurgo. Mas eu também nunca ouvi falar disso. Eu acho que fui um dos que mais frequentou aquela biblioteca. Muita coisa do que eu sei foi graças àquela biblioteca. Uma biblioteca muito boa, ela foi herdade e tinha obras importantes. Não faltava quase nada, era muito completa.

Na sua visão, as repressões se davam contra aqueles que eram contra o regime, ou por motivos ideológicos, ou os dois?

Acho que mais a segunda. Tudo que era de esquerda era suspeito, e depois a luta armada tornou-se grande, e aí era inimigo.

Eu fui aposentado em abril de 1969, e a luta armada começou em abril de 1968. As aposentadorias causaram muita emoção e crítica dentro da universidade e nos meios intelectuais, porque mexer com a universidade é uma coisa meio séria.

Nunca me foi explicado por que fui aposentado**.** Nenhum de nós recebeu nenhuma explicação qualquer. Mas, obviamente, eles foram por causa dos dossiês da polícia política. Eu tinha sido sindicalista, inclusive fui um dos líderes de uma baita greve que houve em 1953. Eu tinha 21 anos e não tinha universidade nenhuma. Seja como for, segundo me contaram, eles tinham um dossiê grande, e eu acho que eu fui preso por causa do meu dossiê. Descobriram que no CEBRAP havia subversivos, então acabaram escolhendo dois, eu e o Vinícius – esse sim, foi para luta armada, foi preso e cumpriu uma luta relativamente longa, não me lembro agora quantos anos, acho que dez anos, ou alguma coisa assim. Nesse período, ele foi muito torturado. Ele era da ação popular, uma das lideranças. Quando ele saiu da cadeia, ele perguntou se ele podia vir trabalhar no CEBRAP, a gente discutiu, obviamente era uma ameaça para nós, mas nós tínhamos princípios. Então, nós o acolhemos, felizmente. Ele era um homem de muito valor em termos intelectuais. Foi uma aquisição para nós. Nós fomos presos, o Vinícius e eu, porque tínhamos o dossiê explicito de subversivos, dentre aqueles do CEBRAP, que devia ter, naquela altura, 30 a 40 professores.

APÊNDICE 8 – ENTREVISTA THEOTÔNIO DOS SANTOS

Como surge o interesse do senhor pela economia? E também o primeiro contato com o marxismo?

Bom, quanto à formação acadêmica, a Faculdade de Ciências Econômicas de Minas foi criada na década de 1940, é verdade, e teve vários fatores de diferenciação. Em primeiro lugar, ela tinha o curso de Economia, mas também tinha o curso de Sociologia e Política e Administração Pública, além de ter um curso de Administração e Ciências Contábeis de caráter mais aplicado. A formação incluía a Ciências Sociais em geral e a economia era uma especialização dentro disso. E no meu caso, eu trabalhei estudando também Administração Pública, pois algumas cátedras permitiam ter os dois cursos. Mas nós tínhamos uma forte formação econômica e participávamos dos cursos de economia. Então, realmente, a economia era uma parte essencial da nossa formação.

Como a faculdade criou já no começo da década de 1950 um sistema de bolsas de estudos, em que um grupo de alunos (cerca de 8 ou 10 alunos por ano eram incorporados) tinham um tempo integral, tinham local de trabalho e faziam monografias a cada ano. Era um sistema muito avançado que depois foi adotado pelo CNPq e pela CAPES. Mas esse sistema permitia formar uma geração com uma formação teórica muito forte, além do interesse aplicado.

E qual eram as teorias que mais se estudavam nessa época lá?

Nós estávamos voltados para a questão do desenvolvimento e, portanto, estávamos para as fontes principais da teoria. No plano da história o Braudel e todo o grupo das análises eram uma referência muito fundamental. Na economia política que se usava na época tínhamos uma formação muito voltada para a visão mais Keynesiana. Raymond Barre, por exemplo, era uma das referências principais de manual, mas também se conhecia outras correntes norte-americanas, mas nós estávamos em uma época muito francesa. Também, digamos, por exemplo, na parte sociológica, Georges Gurvitch era o pensador principal, com seus tratados, e fazia parte de um grupo muito forte na França. Gurvitch tinha origem russa, foi socialista revolucionário na Rússia, mas emigrou quando a luta entre parte dos socialistas revolucionários e o bolcheviques ficou muito forte nos anos 1920. Na antropologia nós

tínhamos um enfoque muito voltado para a antropologia americana, mas tínhamos, por exemplo, como uma referência fundamental Lévi-Strauss. Um pouco da derrama da influência francesa em São Paulo chegava até nós pela via de professores que estavam voltados para isso, e também muitos deles vieram dar cursos e seminários. Então, era uma formação muito fortemente francesa. Eu pessoalmente tinha um interesse mais forte com a escola que influenciou Gilberto Freire e aquele grupo de antropólogos e historiadores ingleses. Eu tinha uma formação mais ampla que aquela que a universidade dava.

E nessa época o marxismo aparecia em uma crise em que o marxismo soviético, considerado o oficial, era já questionado muito fortemente por vários autores e várias linhas. No nosso caso, por exemplo, da faculdade, Henri Lefebvre foi uma das referências dessa luta interna do partido que começa a surgir. Correntes novas do marxismo, redescoberta de textos marxistas desconhecidos ou pouco usados até então, como era a *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, que fazia parte dos Grundrisse e etc.

E também nós tínhamos um grupo católico, que trabalhava conosco, juntos. Porque nós éramos bolsistas, tempo integral, discutindo o tempo todo, tínhamos seminários bastante amplos, de sociologia, de filosofia e etc. Mas eles [do grupo católico] foram muito influenciados pelo *La Pensée de Karl Marx* [de Jean-Yves Calvez], de um grupo jesuítico que fez uma reestruturação do marxismo muito profunda, um grande conhecimento com forte tendência Hegeliana, e tentando incorporar o marxismo na visão cristã, mas deixando, digamos, a transcendência fora do enfoque marxista. Não resolvia o problema da transcendência. Enfim, que aliás ninguém nunca resolveu, isso em várias religiões.

Então você vê que era uma literatura muito ampla e ademais nós tínhamos a literatura brasileira. Nesse momento estava muito em evidência e crescimento o ISEB, com o qual nós tínhamos uma relação muito estreita. Particularmente, no meu caso, tinha uma relação muito forte com o Guerreiro Ramos, que colocava em questão o status sociológico do Brasil, inclusive as correntes de esquerda marxistas, que ele considerava que ignoravam as especificidades do nosso processo, e o papel, no caso, de questões como a questão negra, que eram vistas como um caso sociológico de formas de relação social, mas sem entender que essas questões tinham um fator histórico e civilizacional muito mais forte do que simplesmente trabalhadores de outra etnia.

E nesse época o senhor chegou a ter ligação com o partido comunista?

Não. Em torno desse grupo nosso na Faculdade de Economia, se criou um grupo que se voltou para uma política mais imediata. Formamos uma juventude trabalhista em Minas. Ai tinha gente católica, de esquerda, da JEC [Juventude Estudantil Católica] e depois da JUC [Juventude Universitária Católica], tinha gente marxista, independente (como nós), tinha também comunistas partidários que também participavam. Era uma grande frente que nós tínhamos na juventude, basicamente.

O nosso grupo não tinha uma estrutura nacional. Ele vai encontrar quando nós entramos em contato com a Juventude Socialista aqui do Rio. São Paulo também tinha Juventude Socialista e outros grupos, várias tendências marxistas um pouco residuais, alguns elementos que tinham vindo do trotskismo, outros que tinham vindo mais de uma luxemburguismo, um pouco de influência anarquista; era tudo um resíduo de várias tendências que foram ficando sem expressão e foram buscando um caminho independente, próprio. E daí que surgiu a organização revolucionária marxista *Política Operária* (POLOP). Então nós fundamos a POLOP com grupos do Rio, São Paulo, Bahia também e depois fomos incorporando outros grupos do país. E a POLOP teve uma capacidade muito grande de transformar essas divergências todas em um conteúdo de um marxismo independente, que tinha no stalinismo, no trotskismo, luxemburguismo e outras correntes, referências, mas que tinha como base fundamental o próprio Marx, o pensamento do Marx, para o qual nós nos voltamos muito.

Isso não era uma operação só nossa, era uma operação que estava em curso a nível mundial, quando, exatamente na década de 1960 [na realidade, final da década de 1950], nós temos o aparecimento do grupo de leitura de *O Capital* em São Paulo. Nós tivemos depois um grupo na Universidade de Brasília em 1962, antes disso tínhamos um grupo de leitura, que não só d'*O Capital*, mas um grupo de leitura muito forte no campo do marxismo, e também, no caso da POLOP, um conhecimento das correntes políticas do marxismo bastante forte, bastante diferenciada, em um lugar onde ninguém sabia quem era [Nikolai] Bukharin ou quem era [David] Riazanov. Tudo isso era gente desconhecida no Brasil, e nos conhecíamos internamente.

Isso em Belo Horizonte ou já em Brasília?

Em Belo Horizonte já comecei, eu particularmente, bem fortemente. E depois na Universidade de Brasília em que trabalhamos eu, o Rui Mauro Marini e a Vânia Bambirra. Lá que nós formamos um grupo mais sólido. O Perseu Abramo também participou desse grupo. A vinda do André Gunder Frank, que o Darcy contratou para um seminário, também foi um fator que permitiu abrir mais o debate. Se bem que nós tínhamos mais um conhecimento da *Monthly Review*, do grupo do Paul Sweezy, e todo o grupo que girou em torno da *Monthly Review*. Paul Baran era o mais importante porque tinha se dedicado à questão do subdesenvolvimento. Então todo esse mundo se abriu com uma relação mais direta que nós estabelecemos já desde aqui no Brasil, e depois aprofundamos no exterior, no exílio, e, particularmente no meu caso, no período em que estive nos Estados Unidos como professor, já em 1969, muito ligado ao grupo da *Monthly Review*.

O senhor entra no mestrado em 1962 e fica até 1964. O senhor estava presente durante o golpe, ou já tinha terminado antes o mestrado?

Tinha terminado exatamente antes do golpe. Já tinha entregue minha dissertação.

Que foi sobre categorias de classe, certo?

Conceitos de classe, mas que começa a parte principal sobre a classe dominante. Definia a classe dominante brasileira, o que compunha ela. É um tema que eu continuei, porque ao mesmo tempo já tinha avançado baste a questão da história do movimento operário brasileiro, e não só do movimento operário, da esquerda brasileira. Então, isso também permitiu avançar na relação entre a classe dominante e pelo menos o movimento operário. No setor camponês, apesar de que nós tínhamos uma atividade política muito direta, quem aprofundou isso mais foi a minha esposa, Vânia Bambirra, que trabalhou intensamente com a questão agrária. Apesar que, evidentemente, por pensar a classe dominante brasileira você tem que entender a questão agrária, mas já com um enfoque mais pra classe dominante, o papel econômico. E o campesinato ainda tem uma história ainda pouco, até hoje, pouco desenvolvida no Brasil, porque ele só aparece como força social e política ativa nos anos 1950 e 1960, particularmente com as ligas camponesas, mas com outros movimentos também. Mas é verdade que nós temos um conhecimento do

campesinato muito insuficiente. E ademais, como ele passou por mudanças tão radicais nesse período, grande parte do nosso campesinato foi para as zonas urbanas para se tornar uma espécie de subproletariado, ou proletariado propriamente.

E nesse processo em que o senhor sai do Brasil, como foi? Foi um mandado de prisão, como no caso do FHC?

Fernando Henrique não tinha mandado de prisão nenhum, [...] mas tudo bem. Eu já tinha um processo. Em 1964, quatro dias depois do golpe, eu fui demitido da Universidade de Brasília pelo reitor, que depois se converteu em uma grande figura, o Zeferino Vaz. Fui um dos quatro que saíram primeiro, depois vieram outros. Foi muito rápido, parece que já tinha algo antes preparado.

Eu fui informado vagamente, mas já tinha um processo com uma pequena condenação de quatro anos, que envolveu exatamente a mim, ao Rui Mauro Marini e a Vânia, em torno das atividades da POLOP depois do golpe, uns 3 ou 4 meses depois. Isso eu não conhecia bem. O [processo] que existia mais forte era em Minas e que terminou no final de 1965 com uma condenação de 15 anos de prisão. Aí ficou difícil a vida clandestina. A minha filha nasceu durante o golpe, enquanto eu estava clandestino, eu estava dirigindo a POLOP neste momento, uma direção não tão forte assim porque era definido em condições de clandestinidade, mas eu era membro da direção. Fui colocado como secretário geral, mas isso era difícil de manter porque a tendência era aproveitar o fato de eu estar condenado e, portanto, poder ser preso a qualquer momento, ter um esquema mais forte de segurança que me restringia muito. E então aí o exílio passou a ser a solução. Foi quando fizeram as negociações para o meu exílio e eu saí um pouco antes de primeiro de maio de 1966, depois de ter estado uns três ou quatro meses na embaixada chilena.

Então a minha saída está vinculada, em primeiro lugar à minha condenação, apesar de que havia outras das quais eu não sabia mais detalhes. Essa eu soube. É engraçado, eu fui condenado como mentor intelectual da penetração subversiva no campo. Algo que tinha que ver com minhas atividades na liga camponesa, eu não sei bem porque eu nunca me interessei em como é que foi esse juízo. Mesmo porque, em 1979, quando estava saindo a anistia, também foi anulado esse processo que não tinha fundamento nenhum, como muitas coisas que os militares faziam e fazem ainda até hoje.

A saída foi em 1966 já para o Chile, onde chegamos em um momento de grande mobilização política que vai terminar na formação da Unidade Popular [UP], que é um processo muito importante. Uma vitória política e depois um processo de transformação profunda durante o governo da Unidade Popular. [Lá] a forma de comportamento da direita era muito parecida com a nossa aqui, o que também nos ajudou a compreender a articulação dos grandes capitais internacionais para os golpes na América Latina.

Quando o senhor chega ao Chile, tem contato com a CEPAL? Fica na Universidade do Chile?

Eu fui para a Universidade, para o centro de estudos socioeconômicos, mas por influência do Fernando Henrique e do Florestán Fernandes, que estava lá nesse momento e quando eu cheguei me indicou para o diretor do centro, que estava recém se formando. Era muito conhecido [o diretor], uma grande figura, o Eduardo. Ele me contratou imediatamente, depois contratou a Vânia, que não veio comigo, veio depois, e também teve um peso muito grande na atividade do centro. E pouco a pouco foi-se formando um grupo em torno de nós, em torno do estudo da dependência, que veio a ser um centro de pensamento político no Chile muito importante para comunidade popular e para a dimensão latino-americana também, e no exterior, porque aí nós já tínhamos muitos contatos e nosso contato maior já era com os norte-americanos. Sobretudo com o Paul Sweezy, porque em 1969 eu fui como professor para a *University of Northen Ilynois*, perto de Chicago. Aí eu já tinha publicado um artigo que já era considerado um clássico no Estados Unidos, que era um artigo sobre o conceito de classe social, do qual eu fiz depois um livro com alguns textos do Marx complementado o artigo. Esse livro fui publicado em toda a América Latina, e em todo o Brasil. Acho que saiu umas quatro edições, mas a *Vozes* depois não quis editar mais. Mas teve uma edição muito forte esse livro.

Como o senhor vê a difusão e a influência do pensamento marxista também da teoria da dependência, dentro do estudo de economia em geral no Brasil, na pesquisa e também nas políticas do governo brasileiro?

Na verdade, durante a década de 1970, nas forças da esquerda mais radical a influência do nosso enfoque foi muito grande. Mas com a presença de volta do Fernando Henrique, do grupo que trabalhou conosco no Chile, que com a volta ao

Brasil, podendo conviver com a ditadura, [esse grupo] foi desenvolvendo uma relação com o MDB e buscando ser, inclusive, ideólogos do MDB e do tipo de abertura que se estava se armando no país e se afastaram bastante do marxismo nesse momento. Apesar de que a formação deles tinha sido muito mais weberiana do que marxista. Mas também tiveram uma formação marxista importante, notadamente no grupo d'*O Capital*, e depois no Chile nós tivemos outro grupo de leitura d'*O Capital*. Mas esse último foi muito mais abrangente do que nós tivemos aqui, porque o Chile concentrou os grupos de leitura de *O Capital* que estavam se desenvolvendo no mundo de maneira muito especial. A Marta Harnecker que vem do grupo do [Louis] Althusser, por exemplo. Era uma discípula muito disciplinada, mas depois, no processo político chileno ela vai tendo que abandonar grandes partes das preocupações que ela aprendeu com o Althusser. Outro centro de leitura d'*O Capital* era o grupo do Che Guevara. Che Guevara estudava *O Capital* de madrugada quando era ministro de Cuba, com a assistência de um espanhol exilado da Rússia, que era um grande pensador, um dos grandes estudiosos d'*O Capital*. Ele assessorou o grupo de estudos do Che Guevara, e associou outros grupos. Nesse grupo do Che, com a saída dele para vir à América do Sul, os vices dele todos tiveram que sair. Quase todos vieram para o Chile. Alguns eram chilenos, outros eram de diferentes partes da América Latina, mas também vieram para o Chile.

Estava-se nesse processo de redescoberta do marxismo a partir d'*O Capital*, que é todo um movimento novo. Então, no Chile vem o nosso grupo do Brasil: o do Fernando Henrique lá de São Paulo, o nosso grupo de Brasília e também alguns outros grupos que tinham se formado em algumas outras partes. E assim nós vamos formando no Chile um movimento de releitura do marxismo com uma relação forte com economistas, mas também com sociólogos, filósofos e etc. E o grupo nosso, que está trabalhando sobre a dependência nesse contexto, vai bem mais longe, não ficamos só n'*O Capital*. Trabalhamos mais sobre a teoria econômica marxista desde o final século XIX, quando começa a se consolidar um corpo de pensadores marxistas. O Sweezy trabalhou muito esse grupo de pensadores no livro dele sobre desenvolvimento, onde ele faz uma espécie de história do pensamento econômico marxista muito boa. E nós aprofundamos muito isso.

Seguir exatamente o que nós estávamos fazendo era complicado aqui [no Brasil] porque os limites de leitura eram muito grandes em geral. Mas, em particular a tendência francófila nossa, que estava sendo invadida pelos americanos na década

de 1960 (quando se fez o acordo da ditadura com o governo americano) e resulta em uma geração de economistas neoclássicos típicos, mas que também conheciam nos EUA radicais de esquerda. Nós tivemos muita influência de radicais de esquerda americanos.

Essa dificuldade de acesso ao material marxista o senhor coloca em relação à difusão do marxismo, ou também por causa da questão política, do governo?

Claro, o clima da ditadura inviabilizava o debate aberto, amplo. As coisas que saiam, saiam muito limitadas. Mas também aquele avanço que nós estávamos tendo dentro do país, tão importante, que vai tanta influência fora, ele cai muito, porque as possibilidades de você manter um grupo de leitura e discussão d'*O Capital* e etc., aqui caiu. Em São Paulo foram um ou dois mais grupos. Você teve o primeiro, que terminou. O nosso grupo de Brasília foi todo dissolvido pelo grande pedagogo da Universidade de Campinas [Zeferino Vaz], que ajudou a liquidar esse centro de pensamento tão forte que era Brasília. Você vê que vai caindo. Então, dentre os que se formaram fora você encontra alguns que conhecerem realmente o nosso pensamento. Por exemplo, nos Estados Unidos nós éramos sempre uma referência. Alguns professores chegaram a ter um destaque maior, mas não foram incorporados no ambiente econômico brasileiro, senão como um grupo minoritário.

Como o Fernando Henrique foi colocado, digamos, em uma posição de muita evidência na discussão, e como ele tinha tido uma relação com nosso grupo, muita gente identificou com o mesmo grupo. Mas, ele mesmo fez questão [de negar]. Em 1979, quando começamos a voltar, ele fez um artigo muito duro contra o Rui Mauro Marini, ele e o Serra, que no México, por exemplo, só foi publicado com a exigência de uma resposta do Rui Mauro. Mas no Brasil a resposta do Rui não apareceu até a década de 1990. Então realmente foi um trunfo das circunstâncias comunicativas, que, digamos, [fez com que] a versão deles, do Fernando Henrique e do Serra, se convertesse em hegemônica absoluta. 99% das pessoas que nos atacam só leram esse artigo, sem a mínima visão do que nós fizemos. E como o artigo tinha falsidades muito violentas, nos acusavam, por exemplo, de "estancacionistas", e que nós colocávamos como tese fundamental de que a economia dependente tinha uma tendência a se estancar.

[...]

Então, essa afirmação era uma violência intelectual brutal, pois era absolutamente o contrário do que nós dizíamos. Eles [que] defenderam uma tese de que a política de 1964, com Roberto Campos e etc., levaria o país... cá entre nós, inclusive Celso [Furtado], queridíssimo amigo (nos aproximamos muito nos últimos anos), foi que falou na pastorização do Brasil, que o Brasil ia voltar para uma economia pastoril, porque estava abandonando completamente uma perspectiva de industrialização. Então, eles pensavam assim, eles achavam que o domínio do pensamento econômico neoclássico, dominante, como estava configurado naquele momento, com o FMI e etc., conduziria o país a uma perda, e uma incapacidade de desenvolvimento econômico.

A sua saída do Chile tem alguma ligação com o golpe de estado lá? Estava envolvido com a política? Teve a questão de ser preso e ser exilado?

Claro. No chile, no primeiro momento, me chamaram, e como exilado eu não podia estar participando daquela coisa. Mas o processo ele vai abrindo, a presença do exílio é muito grande, a nossa relação com o movimento político era muito grande, e ao mesmo tempo nós conseguimos criar no Chile uma frente da esquerda brasileira. O que de certa forma era uma certa influência da Unidade Popular que tinha conseguido unificar a esquerda, apesar de que o MIR [Movimento da Esquerda Revolucionária] não estava na Unidade Popular, mas o MIR colaborava com a Unidade Popular. Vinte e três organizações políticas conseguiram sentar em uma mesa e manter um clima de trabalho político sobre o Brasil [na realidade ele estava falando do Chile], e Internacional e etc., bastante importante.

O Rui Mauro Marini chegou a ser dirigente do MIR. Eu no partido Socialista tinha uma relação direta com o Secretário Geral do partido, era uma espécie de assessor, não queria entrar ao ponto de ter cargo de direção, mas intelectualmente [eu era] muito ligado ao partido socialista, e ao MIR também.

Nós chegamos a criar no Chile uma revista semanal, *Chile Hoy*, que foi a principal revista da esquerda no Chile. Foi, digamos, um marco. Grande parte do material que eu escrevi na época eu publiquei em um livro chamado *Bendita Crisis.*

A nossa militância foi tão forte, que na primeira lista que publicou o governo golpista chileno, eu estava na lista. Estava também toda a direção da Unidade Popular e mais quatro estrangeiros, dois nicaraguense que ninguém conhecia, o outro era o

José Maria Rabelo, aqui do Brasil – não tanto por causa do Chile, mas por causa dos militares brasileiros, porque o José Maria tinha batido em um general [...]

No meu caso houve muita discussão, e não me deixaram sair do Chile por seis meses. Nesses seis meses eu recebi muitos convites como professor. No Estados Unidos eu recebi três convite, um deles era da *City University of New York*, e lá com apoio grande de um dos *Campi* que tinha forte influência latina, inclusive com aulas em espanhol. [...] Mas o governo não cedeu e não me deram o visto.

[...]

O senhor vê esses seus exílios como puramente ligado à sua militância, ou a questão de sua pesquisa marxista também incomodava ambos os militares chilenos e brasileiros?

A luta acadêmica era muito forte no Chile, e os militares participaram dela, afinal foram eles que trouxeram a universidade de Chicago. Eles foram os primeiros integradores do pensamento neoliberal no poder. Então, eles tinham um vínculo acadêmico muito forte, e a luta acadêmica nossa era muito dura, muito complexa.

O reitor da Universidade do Chile era socialista. Não era um socialista muito ativo, mas era do partido socialista. E há um movimento dos católicos, da democracia cristã contra ele, que chega a tomar a reitoria. A partir da tomada da reitoria, entramos, à esquerda, e tomamos a universidade toda. E, a partir daí, começamos uma reestruturação da universidade.

[...]

E no Brasil? Como o senhor vê a perseguição acadêmica?

Aqui nós mudamos de sistema porque a Universidade de Brasília entrou com um projeto de institutos, os grandes centros de pensamento e pesquisa, e dentro dos institutos, os departamentos. Acabamos com os catedráticos. Esse projeto teve o que pretendia: ter uma influência no país todo, mas ele a vai ter durante o golpe. Por isso também que o nosso amigo campinense levou esse sistema para Campinas. Não tão sofisticado. E depois, a própria ditadura transformou isso em um sistema nacional. Só que os departamentos nossos não estão ligados por institutos de pensamento, centros de pesquisas fortes. Departamentos têm uma vida bastante autônoma. Quando pertence a um instituto ele não tem uma atividade de vínculo intelectual com esse instituto e etc. Então tivemos uma imitação do projeto da Universidade de Brasília,

mas se tirou a essência do projeto, que eram os centros de pesquisa, eram os institutos onde se tinham as atividades em comum.

[...]

A universidade de Brasília foi o modelo, mas do qual se tirou a alma. A alma era a pesquisa, e os grandes pensadores.

[...]

[No Chile] o horror por nós era parecido com o da Universidade de Brasília. A Universidade de Brasília foi invadida. Como não encontram nenhuma arma, começaram a pegar o negócio que se usava antigamente para cortar os livros... os estiletes. Eram as únicas armas que encontraram por aí.

A biblioteca foi invadida? Fez-se busca lá?

Também, mas a biblioteca ainda era pequena. Grande parte da biblioteca do meu departamento era minha, pessoal. Mas eu tive que vender para o Senado, para a biblioteca do Senado.

Como você vê, eles puseram de imediato um interventor, mas não conseguiram tirar do Brasil os centros de pensamento. Os centro de pensamento ficaram aqui, na Fundação Getúlio Vargas, na USP...

Tivemos um problema muito sério aqui no Brasil. Se fala que a repressão começou em 1968, uma maneira de tirar o corpo fora dos que participaram do golpe de 1964, onde se interveio em todos os sindicatos, onde se eliminaram todos os centros de alunos, a União Nacional de Estudantes foi queimada, onde se matava os camponeses e os prendiam, nas ligas camponesas, e um sistema de repressão sobre a intelectualidade fortíssimo, como o estabelecimento de formas de censura fortíssimas. Esse foi o momento de repressão profunda, porque foi o momento de repressão da sociedade brasileira em seu conjunto. A de 1968 foi voltada mais contra o movimento armado e outros próximos da esquerda, vamos dizer, mais seletiva. 1964 foi uma repressão brutal, e dirigida contra as forças populares e contra os instrumentos de organização dos trabalhadores, e isso durou até a década de 1980 porque se permitiu eleições sindicais na metade da década de 1970, mas você tinha que apresentar atestado ideológico. Foi aí que o Lula e os que tinham apoio da igreja puderam entrar, porque sem esse apoio e sem uma carreira limpa, vamos dizer assim, não ideológica, era quase impossível.

Então, o pensamento marxista teve uma violência em cima dele muito forte. No caso do Chile nós nos convertemos em um centro de pensamento marxista na universidade, academicamente. E o centro, particularmente de economia, o sócio econômico, era realmente o motor da universidade. Tanto que o próprio diretor do centro passou para diretor da faculdade. Aí eu assumi a direção do centro, com um grande problema, porque estrangeiro não podia dirigir. Tive de esperar a chegada do Allende para poder entrar, porque o presidente podia fazer esse tipo de nomeação. Então nós realmente pudemos desenvolver o pensamento marxista muito extenso na sua base teórica, conceitual, etc. Muito aprofundado em seus estudos específicos de pesquisa, no Chile.

O modelo da Unidade Popular foi um modelo dirigido, em grande parte, pela teoria da dependência. Agora, aqui no Brasil, realmente, exatamente porque eles ficaram com medo de alguma coisa assim, se dividiu. Exatamente o Serra. O Serra era da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais que tinha tendências muito sociais democráticas, muito críticos do marxismo como forma hegemônica do pensamento. Mas que sob o impacto dessa situação de pensamento, a Teoria da Dependência vai entrando de maneira muito forte nessa faculdade e em várias outras faculdades que nós tivemos uma influência importante.

O outro grupo importante era o grupo que vinha da CEPAL. Apesar de o ministro nosso, com o qual nós tínhamos uma relação especial, Pedro Vuskovic ter sido dirigente da CEPAL, ele era uma esquerda da CEPAL e a concepção do planejamento que ele desenvolveu dentro do governo da Unidade Popular era muito influenciada pela ideia de um planejamento que viesse de baixo para cima. Ele chegou a organizar um setor social, que eram umas cento e tantas empresas principais do país, incluindo o cobre, que já era estatal. Essas empresas é que formulavam a base do plano que regia a economia. Então, o Vuskovic estava fechado conosco e foi inclusive ele que patrocinou nossa revista semanal, a *Chile Hoy*.

E no México? Como era o marxismo lá, era mais desenvolvido?

Sim. O México trouxe vários pensadores espanhóis.

No México você tinha uma tradição marxista nos dois lados. No plano político, porque a revolução mexicana teve um contexto democrático anti-imperialista etc., mas ao mesmo tempo teve uma ala marxista bastante forma. E depois os espanhóis que vieram da revolução espanhola, que foram derrotados, vieram para o México e vão

formar um centro de pensamento muito importante. Eles tinham uma formação que tomava o marxismo como uma coisa importante pela influência que teve o processo da revolução espanhola. Marxistas realmente você tinha o Venceslau, que fez a tradução das obras do Marx e etc.

E o Partido Comunista mexicano tinha um problema. A vinda o Trotsky para o México provocou uma luta interna no Partido Comunista. O partido tentou matar o Trotsky e fracassou. O [David Alfaro] Siqueiros que comandou o ataque. E depois ficou no partido essa questão de uma versão trotskista que vai crescer nos anos 1950, 1960 e 1970, quando começa a crítica do Khrushchov ao Stálin. E essa ala pró-trotskista, mas não trotskista porque não pertencia à internacional trotskistas, mas influenciada pelo pensamento do Trotsky, era uma ala muito importante, como muita influência na universidade e etc.

E essa questão do relatório Khrushchov. O senhor vê influência disso aqui?

Aqui no Brasil teve. Mas aqui o grupo que se desenvolveu aqui foi mais nacional democrático, mais para a direita do que para a esquerda. Você tem uma ala grande que vai romper em 1954, 1955, mas foi uma tendência de tipo mais nacional democrática. O debate no partido vai continuar, até que em 1958 triunfa uma linha democrática burguesa, fundamentalmente, com algumas versões um pouco mais à esquerda, uma disputa entre a classe operária e a burguesia na liderança da questão nacional. Eles têm uma influência intelectual, mas não é consistente, não é forte.

Nosso marxismo aqui é muito influenciado pelo período da guerra, do pós-guerra, quando a União Soviética inda era vencedora da guerra, derrotou o nazismo, etc. Hoje parece que os Estados Unidos que derrotou o nazismo. Hitler suicidou após a entrada dos soviéticos em Berlim, mas tudo bem. Mas naquela não se podia inventar essas coisas, então a força do Stálin era muito grande, da União Soviética era muito forte. E vai caindo em 1954, e isso era uma luta interna dura.

Antes de voltar para o Brasil o senhor vai ao Estado Unidos...

Em 1979 eu fui para o departamento de sociologia da *State University of Nem York at Binghamton*, que tinha influência do Braudel e passa a ser o grande centro de formulação da questão do sistema mundial.

E esse contexto de guerra fria, por o senhor ser um marxista exilado de duas ditaduras, não gera algum tipo de desagrado?

Bem, para em entrar foi muito difícil, em 1979. Em 1969 não, porque eles não tinham muitos antecedentes. Mas em 1979 eles não queriam deixar eu entrar. Foi uma luta grande porque a inteligência americana tinha como base a informação brasileira. Eu não sei até que ponto ele fizeram também parte desse complô. Especificamente contra mim houve um *upgrade* muito grande, porque eu era considerado chefe do terrorismo no Brasil. Era o conceito que eles tinham de mim.

Em 1973, no golpe [Chileno], eu tive esses convites dos Estados Unidos, mas eles se recusaram totalmente a me dar condições de imigração.

[...]

Enquanto eu estava no México eu recebi vários convites, e todo vez que chegava um convite eu ia na embaixada pedir. Eu comecei a receber inclusive convites do Partido Democrata, do instituto de pesquisa. Eu dizia, “Eu não posso entrar, preciso de um pedido especial”. E assim foi. Até que em 1976, dois anos depois, o grupo do Lasa, *Latin Americans Studies Association,* que é uma instituição muito forte nos Estados Unidos, fez uma reunião, me convidaram, mas eu não pude entrar. Mas estavam os cubanos, deixaram entrar os cubanos.

[...]

Foram falar com o ministro, “Mas porque os cubanos podem e o Theotônio não pode?”. “É porque ele não quer responder a umas questões que nós perguntamos”. Aí eu disse, “O que? Eu respondo qualquer coisa, qualquer questão que eles quiserem colocar”.

Era um convite da *Simpson Institution*, que é uma instituição do congresso dos Estados Unidos. Era um convite quase oficial. Quase não, era oficial. Então eles me chamaram, quinta ou quarta-feira, aí me desceram pro subterrâneo deles lá e me puseram na frente de um idiota da CIA que me fez as perguntas mais idiotas do mundo. Se via que eles tinham uma informação muito confusa sobre mim, e eu respondi tudo que ele perguntou. Foi uma coisa completamente absurda. Eu destruí tudo o que o cara falou. E ele ficava nervoso.

Umas das primeiras coisas que pude dizer com muita tranquilidade foi... [quando ele disse] “o senhor foi membro da VPR[89], do ALN[90]”, coisas que eles nem

[89] Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)
[90] Ação Libertadora Nacional (ALN)

sabiam que organizações eram; Havia oito ou dez organizações armadas no Brasil. “Eu saí do Brasil em 1966, exilado, publicamente. É um fato. Essas organizações foram todas criadas depois de 1966. Como eu podia criar essas organizações e militar nelas dentro do Brasil, se elas foram criadas quando eu estava no Chile?”, “E segundo, essas organizações todas eram inimigas, adversárias entre si, haviam lutas de umas contra as outras. Eu não podia ser membro de todas elas”.

[...]

O fato é que depois disso, abriram a embaixada sábado só pra me dar o meu visto. Deu tempo de eu chegar no domingo, no momento de institucionalização da reunião.

ANEXOS

ANEXO 1 – ESTRUTURA DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES.....191

ANEXO 2 – PROGRAMA DAS DISCIPLINAS “ECONOMIA POLÍTICA” E “ESTUDO COMPARADO DE SISTEMAS ECONÔMICOS” DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFMG PARA O ANO DE 1958.....192

ANEXO 3 – PROGRAMA DAS DISCIPLINAS “HEB” E “HEGFEB” DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFPR PARA OS ANOS DE 1969 E 1979.....199

ANEXO 4 – EMENTAS DAS DISCIPLICINAS DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFRGS PARA O ANO DE 1973.....217

ANEXO 5 – EMENTAS DAS DISCIPLINAS DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFRJ PARA O ANO DE 1973.....226

ANEXO 1 – ESTRUTURA DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES

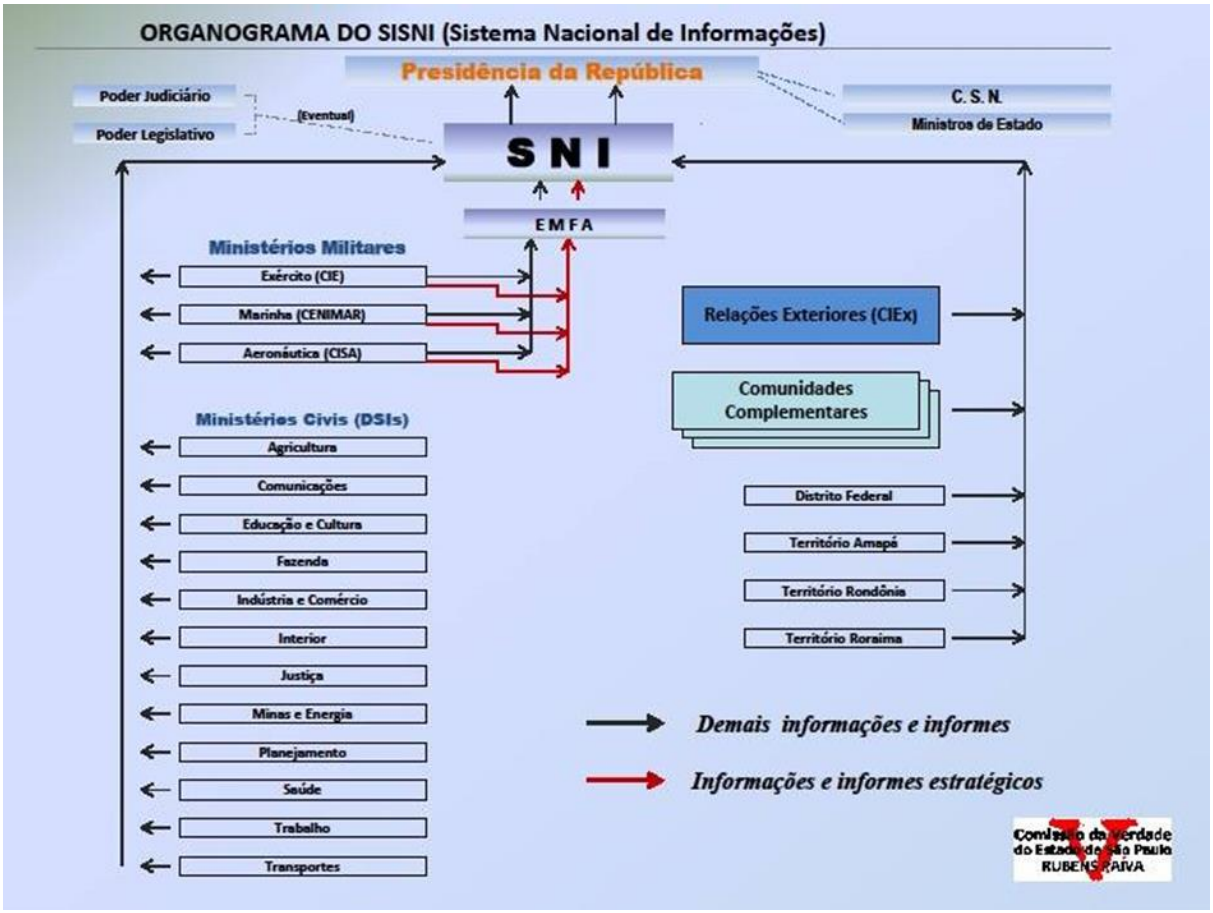

Figura 1 – Organograma SISNI
FONTE: Comissão Nacional da Verdade. Em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/339-comissoes-da-verdade-de-sao-paulo-mostra-pesquisa-sobre-estrutura-da-repressao>. Acessado em 09/10/2014.
*EMFA (Estado Maior das Forças Armadas)

ANEXO 2 – PROGRAMA DAS DISCIPLINAS “ECONOMIA POLÍTICA” E “ESTUDO COMPARADO DOS SISTEMAS ECONÔMICOS” DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFMG PARA O ANO DE 1958

A seguir reproduzimos os programas das disciplinas Economia Política e Estudos Comparados dos Sistemas Econômicos do curso de Ciências Econômicas da UFMG para o ano de 1958, conforme nos foi fornecido pela Seção de Ensino da Faculdade de Ciências Econômicas daquela instituição.

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DA

UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS

Cursos de Ciências Econômicas, de Ciências Contábeis e de Administração de Emprêsa

PROGRAMA

DE

ECONOMIA POLÍTICA

I

A Ciência Econômica - 1. A atividade econômica. 2. O fenômeno econômico e os demais fenômenos sociais. 3. A ciência, a doutrina, a política e a arte econômicas. 4. As divisões da Economia Política. 5. As diversas disciplinas econômicas.

II

O método no estudo da Ciência Econômica - 1. Conceito de método científico. 2. O método indutivo e seus processos de observação. 3. O método dedutivo e suas principais escolas. 4. A metodologia adequada ao estudo da Ciência Econômica.

III

A evolução histórica da Ciência Econômica - 1. A história da Ciência Econômica. 2. O período da Antiguidade e Idade Média. 3. O período dos precursores, 4. O período dos fundadores. 5. O período da Escola Clássica. 6. O período da Ciência Econômica moderna.

IV

As doutrinas econômicas - 1. A doutrina ou ideal econômico. 2. As doutrinas individualistas e suas escolas. 3. As doutrinas socialistas e suas principais correntes. 4. Outras doutrinas econômicas.

V

A teoria geral do Valor - 1. As necessidades econômicas, características e classificação. 2. As riquezas ou bens econômicos. 3. A utilidade econômica. 4. A escassês ou raridade econômica. 5. O valor individual ou de uso. 6. O valor social ou econômico. 7. A explicação dualista do valor e outras teorias. 8. A teoria da utilidade marginal.

VI

A produção econômica - 1. Conceito de produção econômica. 2. Os fatores da produção econômica. 3. Classificação da produção econômica.

VII

O trabalho - 1. O trabalho e suas modalidades. 2. A divisão ou especialização do trabalho. 3. A liberdade de trabalho e suas limitações. 4. Os regimes de trabalho.

VIII

O capital - 1. Conceito de capital. 2. Modalidades. 3. Capitais fixos e circulantes. 4. O papel do capital na produção. 5. A formação do capital. 6. As máquinas e sua influência.

IX

A organização da produção - 1. A emprêsa. 2. O empresário. 3. Classificação das emprêsas.

X

A combinação dos fatores da produção - 1. Noção de custo da produção. 2. Combinação quantitativa dos elementos da produção. 3. As teorias clássicas sôbre o rendimento crescente e decrescente. 4. A lei geral do rendimento decrescente. 5. Conceito de produtividade.

XI

A evolução da emprêsa - 1. Os diversos tipos históricos da emprêsa. 2. O fenômeno da especialização das emprêsas. 3. O fenômeno da integração das emprêsas. 4. O fenômeno da concentração das emprêsas. 5. O cartel, o truste e outras articulações empresáriais.

XII

A circulação econômica - Conceito de circulação econômica. 2. As causas e formas da circulação econômica. 3. Elementos da circulação econômica.

XIII

A moeda - 1. Conceito de moeda. 2. As funções da moeda. 3. As teorias sôbre o conceito de moeda. 4. A evolução da moeda. 5. A moeda metálica. 6. Os sistemas monetários. 7. As teorias da variação do valor da moeda. 8. A teoria quantitativa da moeda. 9. A teoria dos rendimentos.

XIV

O crédito - 1. Conceito do crédito econômico. 2. Os elementos do crédito. 3. As funções do crédito. 4. As modalidades do crédito.

XV

Os bancos - 1. Conceito de banco. 2. A evolução bancária. 3. As funções bancárias principais e acessórias. 4. As atividades ou operações bancárias. 5. A classificação dos bancos. 6. A especialização, integração e concentração bancárias. 7. A intervenção do Estado nas atividades bancárias.

XVI

O transporte - 1. A indústria do transporte. 2. A transportabilidade natural e a econômica. 3. As modalidades do transporte. 4. A interferência do Estado na indústria dos transportes.

XVII

O comércio - 1. Conceito de comércio. 2. As modalidades de comércio e sua classificação. 3. As bolsas, os mercados e as feiras. 4. A especulação.

XVIII

O comércio internacional - 1. O comércio internacional e sua teoria. 2. O livre cambismo. 3. O protecionismo. 4. O nacionalismo. 5. A autarquia econômica.

XIX

Os créditos e dívidas internacionais - 1. A balança de pagamentos internacionais e seus elementos. 2. A balança comercial. 3. A balança de contas. 4. O equilíbrio da balança de pagamentos.

XX

O câmbio - 1. Conceito de câmbio. 2. Os câmbios estrangeiros e o mecanismo das compensações internacionais. 3. As diversas teorias do câmbio. 4. A teoria de Cassel.

XXI

A teoria geral dos preços - 1. Conceito geral de preço e mercado. 2. As relações entre a oferta, a procura e os preços. 3. A procura ou demanda. 4. A oferta. 5. O preço.

XXII

A repartição da riqueza - 1. Conceito de repartição da riqueza. 2. Os fatores e causas da repartição da riqueza. 3. O aspecto científico e o aspecto doutrinário da repartição. 4. A forma moderna da repartição da riqueza, a renda.

XXIII

A renda do trabalho - 1. Conceito de renda do trabalho. 2. Conceito de salário. 3. As formas de salário. 4. Os modos de cálculo do salário. 5. A formação da taxa de salário. 6. A procura e a oferta de trabalho. 7. A teoria da lei de bronze do salário. 8. A teoria do fundo de salários. 9. A participação do trabalhador no lucro da emprêsa.

XXIV

A renda do capital - 1. Conceito de renda do capital. 2. O preço dos serviços da terra e outros capitais concretos. 3. A renda da terra; a questão agrária. 4. A generalidade do fenômeno da renda. 5. O preço dos serviços do capital monetário—o juro. 6. Teorias justificativas da legitimidade do juro. 7. Capital e propriedade privada.

XXV

A renda da emprêsa - 1. Conceito de renda da emprêsa ou lucro. 2. As fontes de renda da emprêsa. 3. A taxa do lucro. 4. A eliminação do lucro.

XXVI

A tributação e o impôsto - 1. O fenômeno financeiro e sua conceituação. 2. As rendas do Estado. 3. A tributação e suas modalidades. 4. A teoria geral do impôsto.

XXVII

A repartição social das rendas - 1. A repartição

das rendas na sociedade. 2. A pirâmide de Say. 3. As curvas de Pareto e de Barone.

XXVIII

O consumo econômico - 1. Conceito de consumo econômico. 2. Divisões e classificações do consumo. 3. O luxo, a prodigalidade e a poupança. 4. A liberdade de consumo e a intervenção do Estado.

XXIX

As flutuações da atividade econômica - 1. Noção do movimento ritmico da atividade econômica. 2. Os movimentos estacionais, cíclicos, seculares e acidentais. 3. Os movimentos cíclicos e suas fases. 4. As teriorias explicativas dos movimentos cíclicos.

Belo Horizonte, 2 de fevereiro de 1957.

YVON LEITE DE MAGALHÃES PINTO
Professor catedrático

Aprovado pela Congregação da Faculdade, em sessão de 6 de fevereiro de 1957.

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DA

UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS

Curso de Ciências Econômicas

PROGRAMA

DE

ESTUDO COMPARADO DOS SISTEMAS ECONÔMICOS

I — PARTE GERAL

1 — Os sistemas econômicos. Conceituação. Objeto. Divisão dos sistemas econômicos. Sistemas ideais puros. Sistemas reais. Funções dos sistemas econômicos.

2 — A economia com direção central. Os quatro tipos: economia com direção central total—economia com direção central e livre intercâmbio de bens de consumo — economia com direção central e livre

escolha de consumo — economia com direção central e livre escolha de profissão e de local de trabalho.

3 — A economia de troca. Sua caracterização. Pluralidade de planos econômicos. Formas de mercado. Formas de oferta e da procura. Formas principais da economia monetária.

4 — Os vários sistemas. Sistema liberalista. Sistema socialista. Sistema altruista. Sistema comunista. Análise.

5 — Análise de alguns sistemas. Análise do sistema econômico de direção central total: plano econômico; fundamentos, regras de experiência. Análise do sistema econômico da economia de «tráfico». Relações entre os sistemas econômicos estudadas por Eucken.

II — PARTE ESPECIAL

6 — O conceito de valor nos sistemas econômicos.

7 — O conceito de propriedade nos sistemas econômicos.

8 — O conceito de atividade individual nos sistemas econômicos.

9 — A repartição nos sistemas econômicos.

10 — A circulação nos sistemas econômicos.

11 — O consumo nos sistemas econômicos.

III — PARTE APLICADA

12 — O capitalismo. Estados Unidos da América do Norte.

13 — Os socialismos de Estado. Itália e Alemanha.

14 — O pensamento de Marx. Rússia Soviética.

Belo Horizonte, 20 de janeiro de 1958.

PETRÔNIO DE ASSIS FONSECA
Professor Catedrático

Aprovado pela Congregação da Faculdade em reunião de 28 de fevereiro de 1958.

ANEXO 3 – PROGRAMA DAS DISCIPLINAS “HEB” E “HEGFEB” DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFPR PARA OS ANOS DE 1969 E 1979

A seguir reproduzimos os programas das disciplinas HEB e HEGFEB do curso de Ciências Econômicas da UFPR para os anos 1969 e 1979, como nos foi fornecido pela Coordenadoria de Graduação em Ciências Econômicas daquela Instituição.

Ministério da Educação e Cultura
Universidade Federal do Paraná
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ODIL
ESCRIT. N. 8

Programas do Curso de

* CIÊNCIAS ECONÔMICAS *

(aprovados pela Congregação, em sessão de 17-3-69)

1 9 6 9

* CURRÍCULO do Curso de CIÊNCIAS ECONÔMICAS *

- CICLO BÁSICO -

1ª série

Introdução à Economia
Matemática I
Contabilidade
Geografia Econômica
Psicologia

2ª série

Estatística
História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil
Instituições de Direito Público
Introdução à Administração
Sociologia
Direito Privado

- CICLO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1ª série

Análise Micro-Econômica
Contabilidade Nacional
Economia Internacional
Moeda e Bancos

2ª série

História do Pensamento Econômico
Análise Macro-Econômica
Finanças Públicas
Política e Programação Econômica

Programa de

* HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL E FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL *

de

Prof. Francisco de Borja Baptista Magalhães Filho

INTRODUÇÃO - O Significado da História Econômica

1 - História econômica: conceituação, propósitos e significação

UNIDADE I - Economias Pré-capitalistas

2 - As economia primitivas
3 - As sociedades agrícolas
4 - As sociedades comerciais
5 - O Feudalismo europeu
6 - A expansão comercial européia: suas causas e conseqüencias

UNIDADE II - A Expansão Colonial

7 - Descobrimento e início da colonização da América e do Brasil. A exploração do pau-brasil
8 - O sistema de exploração colonial: características
9 - A economia açucareira no Nordeste
10 - A economia de mineração no Centro

UNIDADE III - A Evolução do capitalismo

11 - A Revolução Industrial: a expansão do comércio internacional e a industrialização da Inglaterra
12 - A estrutura econômica brasileira no início do século XIX
13 - O desenvolvimento inicial da economia cafeeira
14 - A evolução econômica da Europa: a subida da burguesia ao poder
15 - A expansão da economia cafeeira

UNIDADE IV - O Apogeu do Capitalismo

16 - As economia industrializadas: Europa, Estados Unidos e Japão

17 - A expansão imperialista: origens e conseqüências; sua repercussão na economia brasileira
18 - A Primeira Guerra Mundial. Seus efeitos nas economias coloniais. O caso brasileiro.
19 - O período de reajustamento e expansão do após-guerra

UNIDADE V - A Evolução Contemporânea

20 - A depressão econômica e suas conseqüências. A evolução da economia soviética. A industrialização brasileira
21 - A Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências
22 - A economia mundial no após-guerra, o aceleramento do desenvolvimento brasileiro.

BIBLIOGRAFIA (1969)

1) História da Civilização Ocidental - Edward McNall Durns
2) História Universal - H. G. Wells
3) História Econômica do Brasil - Caio Prado Jr.
4) História Econômica do Brasil - Robertp Simonsen
5) Formação Econômica do Brasil - Celso urtado
6) História Econômica e Social da Idade Média - Henri Pirenne
7) História da Riqueza do Homem - Leo Huberman
8) Pequena História da Economia - R. Haddock Lôbo
9) História Econômica Geral e do Brasil - R. Haddock Lôbo.

*

Programa de

* HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO *

Prof. Rubens Requião

Unidade I - INTRODUÇÃO.

1) Idéias e fatos. Doutrina e teoria. Pensamento Econômico. Fluxo histórico. Métodos de Estudo.
2) Conceito antropológico de "cultura" e a organização econômica. A antropologia. Os povos primitivos (2)
3) O povo hebreu. A estrutura econômica do povo hebreu e os conceitos bíblicos (3)

Unidade II - MUNDO EUROPEU E MEDIEVAL.

4) Grécia. Pré-socráticos. Sofistas. Platão e Aristóteles (4)
5) Roma. Economia de consumo. A legislação. Os autôres. (4)
6) O Cristianismo. Repercussões sôbre o teocentrismo medieval (2)
7) Feudalismo. Mercado Regional. Aquino e Oresme (4)

Unidade III - O MERCANTILISMO

8) Mercado Nacional. Grandes Estados. Descobrimentos. Humanismo (1)
9) Formas de Mercantilismo. A Espanha e o Bulionismo
10) Mercantilismo Italiano e Holandês (2). (1)
11) Mercantilismo francês. Autôres. Colbert. (2)
12) Mercantilismo Inglês. Autôres: Petty, North Munn, Locke e Hume. (2)
13) O Cameralismo (1)
14) Richard Cantillon (1)

Unidade IV - O PERÍODO "CIENTÍFICO".

15) A Fisiocracia (2)
16) Adam Smith (4)
17) Malthus (2)
18) Ricardo (2) Senior e Mill (2)
19) Say. Dunoyer e Bastiat (2)
20) Os clássicos alemães. THUÉNEN (2)

UNIDADE V - REAÇÕES CONTRÁRIAS AOS CLÁSSICOS.

21) A Economia Nacional. List (2)
22) As Escolas históricas. Impugnação do método (2)
23) Sismondi (2)
24) Pré-marxistas (2)
25) Marx e Engels (4)
26) Rodbertus e Lassale (2)
27) Sorel e o sindicalismo(1)
28) Socialismo Fabiano(1)
29) A Igreja e os problemas econômicos. Encíclicas (2)
30) A Legislação Operária (1)

Unidade VI - HISTÓRIA MODERNA DA ECONOMIA

31) Utilidade Marginal - Gossen e Jevons (2)
32) Escola Austríaca - Menger, Wieser e Boehm-Bawerk(3)
33) Escola de Lausanne - Walras e Pareto (4)
34) John Bates Clark (2)
35) Alfred Marshall (4)
36) Grupo de Estocolmo. Wicksell.
37) John Maynard Keynes (6)
38) O institucionalismo. Veblen, Mitchell e Commons(3)
39) Joseph Alois Schumpeter. (2)
40) Economistas Americanos. Hansen e J. M. Clark. (2)
41) John Kenneth Galbraith (4)

Apêndice

42) Os Estudos Econômicos no Brasil (2)

BIBLIOGRAFIA:-

1.- Heimann - Eduard - História das Doutrinas Econômicas - ZAHAR
2. Bell - John Fred - História do Pensamento Econômico - ZAHAR
3. Kretschmann - Jenny G - História de las Doctrinas Economicas - Assandri.
4. Noll - Eric - História das Doutrinas Econômicas - - C. E. N.
5. Whitaker - Edmund - Historia del Pensamento Economico - Fundo de Cultura.
6. Taylor - Overton - História do Pensamento Econômico - Fundo de Cultura.

7. Heilbroner - Introdução à História das Idéias Econômicas - ZAHAR
8. Salin - Edgar - Historia de la Doctrina Económica - Atalaya.
9. Villey - Daniel - Historia de las Grandes Doctrinas Economicas.
10. Schumpeter - J. A. - História da Análise Econômica - Fundo de Cultura.
11. Hugon - Paul - História das Doutrinas Econômicas - ATLAS
12. Spiegel - The Development of Economic Thought - - Viley
13. Gonnard - René - História das Doutrinas Econômicas - Lisboa.
14. Gide e Rist - História das Doutrinas Econômicas.
15. Myrdal Gunnar - Aspectos políticos da Teoria Econômica - ZAHAR
16. Sievers - Allen - Revolução, Evolução e Ordem Econômica - ZAHAR
17. Stark - W. - Ideal Foundations of Economic Thought.
18. Bergusan - J. M. - Historia de la Economía - Fondo de Cultura.
19. Chamberlain - John - As raízes do Capitalismo - - Fundo de Cultura.
20. Huberman - Leo - História da Riqueza do Homem-Zahar
21. - - - - "Readings in Economic Thought" (Coletânea)
22. James - Émile - O Pensamento Econômico no Século XX - IEPS
23. Denis - H. - Formation de la Science Economique - - Paris.
24. Schilling - Kurt - História das Idéias Sociais - - ZAHAR
25. Collingwood - R. G. - A Idéia de História.

*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO I - CÓDIGO: SE023

Pré-requisito: Análise Macro Econômica II.

Co-requisito : não tem.

Carga horária semanal: 04 (quatro) aulas teóricas.

Créditos: 04 (quatro).

EMENTA:

01. Estudo da literatura econômica (as obras-marcos), segundo a visão schumpeteriano do "crecimento em teoria".
02. Tem por objeto o estudo das idéias no mundo antigo, medieval, mercantilista e no período "científico" até o ano de 1870.

PROGRAMA:

Unidade Panorâmica: Quadro geral da evolução histórica

Unidade I:

- Introdução (Idéias e Fatos; Doutrina e Teoria; Métodos de Estudo). Antropologia. "Cultura". "Folkways". Primitivos atuais.

Unidade II:

- O Mundo Antigo (Os Hebreus. Os Gregos: Platão e Aristóteles. Roma. Cristianismo).

Unidade III:

- Mundo Medieval (Feudalismo, Mercado Regional. São Tomás de Aquino. Nicolau Orèsme).

Unidade IV:

- O Mundo Mercantilista (Grandes Estados. Os descobrimentos. Bulionismo Espanhol). Mercantilismo italiano. Mercantilismo holandês. Mercantilismo francês. Colbert. Mercantilismo inglês. Petty e Mun. Cameralismo.

Unidade V:

- Período "científico" (Fisiocracia. Adam Smith, Malthus. Ricardo. Senior. Mill. Say. Bastiat. von Thuenen).

Unidade VI:

- Reações à Escola Clássica: List. Escola Histórica. Sismondi. Pré-marxistas. Marx e Engels. Rodbertus e Lassale. Bernstein e Sorel. Fabianos. A Igreja.

B I B L I O G R A F I A

- EDUARD HEIMANN - História das Doutrinas Econômicas - Zahar-1976.
- JOHN FRED BELL - História do Pensamento Econômico - Zahar -1976.
- ERIC ROLL - História das Doutrinas Econômicas - Companhia Editora Nacional.
- CHARLES GIDE e CHARLES RIST - Histoire des Doctrines économiques Sirey - 1947 - (7e. edition).

2./...

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Continuação - fl. 2 - HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO I

- RENÉ GONNARD - História das Doutrinas Econômicas - Trad. de M. B. Amzalak - Lisboa - 1942.
- ROBERT L.HEILBRONER - Introdução à História das Idéias Econômicas Zahar.
- OVERTON H. TAYLOR - História do Pensamento Econômico - Fundo de Cultura - 1965.
- LEWIS HANEY - History of Economic Thought - Macmillan.
- HENRI DENIS - Histoire de la Pensée Économique - P.U.F.
- MÁRIO DINEY CORRÊA BITTENCOURT - Evolução do Pensamento Econômico Curitiba - 1968.

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.

VISTO:

CHEFE DO DEPARTAMENTO.

MEC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS
Departamento de Ciências Econômicas
CURITIBA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO II - CÓDIGO: SE024.

Pré-requisito: História do Pensamento Econômico I.

Co-requisito : não tem.

Carga horária semanal: 04 (quatro) aulas teóricas.

Créditos: 04 (quatro).

EMENTA:

01. Estudo da literatura econômica (as obras-marcos), segundo a visão schumpeteriano do crescimento em teoria.

02. Tem por objeto o estudo das idéias econômicas desde a revolução marginalista (1870) até os dias atuais.

PROGRAMA:

Unidade I:

1) - O NEOCLASSICISMO: Precursores da idéia do valor fundado na / utilidade.
2) - Hermann Heinrich Gossen.
3) - William Stanley Jevons.
4) - Karl Menger e os austríacos.
5) - Friedrich Freiherr von Wieser.
6) - Eugen von Boehm-Bawerk.
7) - Léon Walras e o equilíbrio econômico.
8) - Vilfredo Pareto.

Unidade II:

1) - A síntese marshalliana. Alfred Marshall.
2) - John Bates Clark - o marginalista americano.
3) - A Escola de Cambridge - Pigou.
4) - O Grupo de Estocolmo (Wicksell, Cassel e Ohlin).
5) - O Grupo de Estocolmo (Lindhal e Myrdal).

Unidade III:

1) - A concorrência imperfeita (Chamberlin e Robinson).
2) - Joseph Alois Schumpeter.
3) - Os institucionalistas: Veblen, Mitchell e Commons.

Unidade IV:

1) - A Revolução Keynesiana.

Unidade V:

1) - Wassily Leontieff.
2) - Michal Kalecki.
3) - John Maurice Clark.
4) - Alvin Hansen.
5) - Simon Kuznets.
6) - John Kenneth Galbraith.

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Continuação - fl. 2 - HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO II

7) - Jan Tinbergen.

8) - Milton Friedman.

Unidade IV: ESTUDOS ECONÔMICOS DO BRASIL:

1) - Azeredo Coutinho, Silva Lisboa, os Professores de Economia.

2) - Autores modernos.

B I B L I O G R A F I A

- EDUARD HEIMANN - História das Doutrinas Econômicas - Zahar-1976.
- JOHN FRED BELL - História do Pensamento Econômico - Zahar -1976.
- ERIC ROLL - História das Doutrinas Econômicas - Companhia Editora Nacional.
- CHARLES GIDE e CHARLES RIST - Histoire des Doctrines Économiques Sirey - 1947 - (7e. édition).
- RENÉ GONNARD - História das Doutrinas Econômicas - Trad. de M.B. Amzalak - Lisboa - 1942.
- OVERTON H. TAYLOR - História do Pensamento Econômico - Fundo de Cultura - 1965.
- LEWIS HANEY - History of Economic Thought - Macmillan.
- HENRI DENIS - Histoire de la Pensée Économique - P.U.F.
- ANDRE PIETTRE - Pensée Économique et Theories Contemporaines - Dalloz.
- MICHAEL STEWART - A Moderna Economia - Atlas - 1976.
- ALLEN SIEVERS - Revolução, Evolução e Ordem Econômica - Zahar - 1963.
- CLAUDIO NAPOLEONI - O Pensamento Econômico do Século XX - Editorial Presença - Lisboa.
- T. W. HUTCHINSON - História del Pensamiento Económico - (1870 - 1929) - Editorial Gredos - Madrid - 1967.
- BEN B. SELIGMANN - Principales Corrientes de la Ciencia Económica Moderna - Oikos Tau - Barcelona - 1962.
- MÁRIO DINEY CORRÊA BITTENCOURT - Evolução do Pensamento Econômico - Curitiba - 1968.

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.

VISTO:

CHEFE DO DEPARTAMENTO.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL - CÓDIGO: SE017

Pré-requisitos: Introdução à Economia II e Geografia Econômica.

Co-requisito: não tem.

Carga horária semanal: 04 (quatro) aulas teóricas.

Créditos: 04 (quatro).

EMENTA:

1. Introdução.
2. As Economias Pré-Capitalistas.
3. A Expansão Colonial.
4. O surgimento das Economias Capitalistas.

PROGRAMA:

Unidade I:

Ponto 1 - Introdução e metodologia.
Economias Pré-Capitalistas.
Ponto 2 - Economias primitivas.
Ponto 3 - Economias de base agrícola.
Ponto 4 - Economias escravistas.
Ponto 5 - Feudalismo europeu.
Ponto 6 - Expansão comercial européia.

Unidade II:

Ponto 7 - Surgimento e expansão do Capitalismo.
Ponto 8 - Acumulação primitiva.
Ponto 9 - Características do sistema capitalista.
Ponto 10- Consolidação do capitalismo.
Ponto 11- Expansão capitalista: pré-desenvolvimento e sub-desenvolvimento.
Ponto 12- Capitalismo monopolista.
Ponto 13- Imperialismo.

Unidade III:

Ponto 14- Evolução recente.
Ponto 15- Primeira Guerra Mundial: causas e consequências.
Ponto 16- A expansão da década de 1920.
Ponto 17- A depressão da década de 1930.
Ponto 18- Segunda Guerra Mundial: causas e consequências.
Ponto 19- A economia mundial no após-guerra.
Ponto 20- O panorama atual.

* B I B L I O G R A F I A *

- FRANCISCO DE BORJA BAPTISTA DE MAGALHÃES FILHO-História Econômica.
- HENRI PIRENNE - História Econômica e Social da Idade Média.

2./...

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Con tinuação - fl. 2 - HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL

- LEO HUHERMANN - História da Riqueza dos Homens.

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.

ISTO:

CHEFE DO DEPARTAMENTO.

ANEXO 4 – EMENTAS DAS DISCIPLICINAS DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFRGS PARA O ANO DE 1973

A seguir reproduzimos a grade e as ementas das disciplinas do curso de Ciências Econômicas da UFRGS para o ano de 1973, conforme nos foi fornecido pela Biblioteca Central daquela instituição.

Em destaque estão as disciplinas às quais nos referimos durante este trabalho.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

CATÁLOGO DE CURSOS

UFRGS

• 1973 •

CURSO DE CIÊNCIAS ECONOMICAS

CODIGO	DISCIPLINA	SEM. 1	SEM. 2	PRE-REQUISITOS	C/H	CRE
	PRIMEIRO CICLO					
PRE101	INTRODUCAO AO ESTUDO DO HOMEM	X	X		6	6
PRE102	ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS I	X	X		4	4
PRE103	INTRODUCAO A METODOLOGIA CIENTIFICA	X	X		4	4
PRE104	LINGUA PORTUGUESA	X	X		3	3
PRE105	INTRODUCAO AO PENSAMENTO MATEMATICO	X	X		5	5
	SEMESTRE 02 DISCIPLINAS OBRIGATORIAS					
DIR204	INSTITUICOES DE DIREITO	X	X		4	4
ECO206	TEORIA ECONOMICA	X	X		6	6
ECO302	CONTABILIDADE GERAL	X	X		6	6
HUM411	SOCIOLOGIA GERAL	X	X		4	4
MAT107	ALGEBRA LINEAR E GEOMETRIA ANALITICA I	X	X		4	4
	SEMESTRE 03 DISCIPLINAS OBRIGATORIAS					
ECO210	HIST.ECON.GERAL E FORM.ECON.DO BRASIL	X		HUM411 ECO206	4	4
HUM418	SOCIOLOGIA ECONOMICA APLICADA	X	X	HUM411	4	4
MAT102	CALCULO I-B	X	X		6	6
MAT108	ALGEBRA LINEAR E GEOMETRIA ANALITICA II	X	X	MAT107	4	4
MAT114	MATEMATICA FINANCEIRA I	X	X		4	4
	SEMESTRE 04 DISCIPLINAS OBRIGATORIAS					
CPD107	COMPUTACAO BASICA - COBOL	X	X		4	4
ECO101	INTRODUCAO A ADMINISTRACAO	X	X		4	4
ECO207	ANALISE MICROECONOMICA I	X	X	ECO206	6	6
ECO214	ECONOMIA E POLITICA AGRARIAS	X	X	ECO210 HUM418	4	4
ECO313	ANALISE DE BALANCOS I	X	X	ECO302 OU ECO326	4	4
	SEMESTRE 05 DISCIPLINAS OBRIGATORIAS					
DIR403	DIREITO APLICADO A ECONOMIA	X		DIR204	4	4
ECO208	ANALISE MICROECONOMICA II	X	X	ECO207	4	4
ECO314	ANALISE DE BALANCOS II	X	X	ECO313	4	4
HUM409	INTRODUCAO A CIENCIA POLITICA	X	X	DIR301 OU DIR204	4	4
HUM414	ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS I - A	X			2	2
MAT202	ESTATISTICA GERAL	X	X	MAT108 OU MAT110	6	6
	SEMESTRE 06 DISCIPLINAS OBRIGATORIAS					
ECO211	HISTORIA DO PENSAMENTO ECONOMICO	X	X	ECO210	4	4
ECO212	MOEDA E BANCOS	X	X	ECO208	4	4
ECO215	CONTABILIDADE NACIONAL E RENDA SOCIAL	X	X	ECO208 ECO210	6	6
GEO113	GEOGRAFIA ECONOMICA	X	X	GEO122 OU ECO208	4	4
HUM401	ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS II		X	100CRE	2	2
MAT207	ESTATISTICA ECONOMICA	X	X	MAT202	4	4
	SEMESTRE 07 DISCIPLINAS OBRIGATORIAS					
ECO216	FINANCAS PUBLICAS	X	X	ECO212 ECO215	6	6
ECO218	PROJETOS E PRATICA PROFISSIONAL I	X		ECO215	4	4
ECO220	ECONOMIA INTERNACIONAL	X	X	ECO215 MAT207	6	6
HUM410	SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO	X		ECO215 HUM418	4	4
MAT208	INTRODUCAO A ECONOMETRIA	X	X	MAT207	4	4
	SEMESTRE 08 DISCIPLINAS OBRIGATORIAS					
ECO213	ANALISE MACROECONOMICA	X	X	ECO215 ECO220	4	4
ECO217	POLITICA FINANCEIRA	X	X	ECO216	6	6
ECO219	PROJETOS E PRATICA PROFISSIONAL II	X	X	ECO218	4	4
ECO221	ECONOMIA CONTEMPORANEA	X	X	ECO211 ECO215	4	4
ECO222	POLITICA E PROGRAMACAO ECONOMICA	X	X	MAT207 ECO215	6	6

As alterações determinadas pela resolução 17/72 de 27/12/72 da Câmara de Ciências Exatas e Tecnologia do COCEP já estão indicadas nesta planilha.

de Organizações Administrativas. Psicologia Administrativa. A Fábrica e seus Elementos. Engenharia Econômica. Contrôle de Projetos.

• SOCIOLOGIA APLICADA A ADMINISTRAÇÃO — ECO 104

Relação social, status e papel, cultura e sociedade, instituições sociais , estratificação e processos de mudança social, sistema social e interação social, diferenciação social e grupos sociais. A empresa como organização social e estrutura do poder.

• ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL — ECO 105

Introdução e organização. Administração de salários: classificação de cargos. Recursos humanos: recrutamento, seleção e treinamento. Segurança e bem estar. Auditoria de mão-de-obra.

• ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL — ECO 106

Estrutura de fornecimento das principais matérias-primas para a indústria brasileira. Organização física dos almoxarifados. Controle de estoques. Lote econômico de compra. Ponto de pedido e estoque de segurança. Planos de inspeção de recebimento de mercadorias. Organização e legislação concernente à administração de materiais no serviço público. Organização de um serviço de compras em empresa privada.

• ADMINISTRAÇÃO MERCADOLÓGICA — ECO 107

O conceito de administração Mercadológica. As diferentes áreas que compõem a Administração Mercadológica. Análise de demandas, o consumidor do ponto de vista econômico, sociológico e psicológico. Análise da concorrência e a interdependência entre as empresas que operam em um mercado. Os ensinamentos da Economia e seu significado para o setor mercadológico. Os custos "Extra-Mercadológicos". Análise da "estrutura de distribuição". Solução de problemas no setor mercadológico. A pesquisa de mercado e a pesquisa mercadológica. Visão global do "composto mercadológico": produto, preços, propaganda, vias de distribuição e venda pessoal.

• ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTO — ECO 108

Função financeira. Levantamento e aplicação do capital das empresas. Estrutura do capital das empresas. O setor de finanças das empresas: órgãos e funções. O administrador financeiro. Diretrizes financeiras. Expansão e combinação de empresas. Financiamento da expansão. Fiscalização financeira. Quocientes financeiros. Orçamento de produção, de vendas e de estoques. Orçamento de caixa. Ponto de ruptura. Administração do ativo.

• ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO I — ECO 109

Processos e equipamentos de produção mais comuns na indústria metalúrgica : fundição, laminação, forja, equipamentos para uzinagem de metais e tratamento térmico. O estudo de tempos e movimentos: técnicas de levantamento, registro e análise dos processos de produção. O Estudo do Layout industrial ; equipamentos de transporte industrial. Projeto do produto e processo de produção: qualidade e custo; especificação dos materiais e processos de produção; evolução do estilo dos produtos. Técnicas de análise da localização industrial.

• PSICOLOGIA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO — ECO 110

PSICOLOGIA DO INDIVÍDUO: Personalidade. Diferenças individuais. Percepção . Frustração. Conflito psicológico. Aprendizagem. A DINÂMICA DOS GRUPOS - PEQUENOS E GRANDES: Influência sobre o comportamento. Mudanças Organizacionais. Comunicação. Autoridade e Poder. Teoria da Motivação Humana. Tomada de decisões. Chefia e liderança. Seleção, adaptação e readaptação de pessoal . Aperfeiçoamento dos integrantes da organização através de tecnicas de Dinâmica de Grupo. Problemas sociopsicológicos da Organização de Escala.

• ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO DO BRASIL — ECO 111

Teoria administrativa; histórico, os modelos de sociedade segundo Riggs. A administração pública em países prismáticos. O formalismo no Brasil. Os triângulos administrativos. O modelo institucional legal. Govêrno Municipal : municípios brasileiros; planejamento a nível municipal. Seminários sobre problemas nacionais: reforma administrativa; planejamento governamental; programa estratégico do Govêrno.

• ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO II (PLANEJAMENTO, PROGRAMAÇÃO E CONTROLE) — ECO 112

Conceituação e importância do planejamento da produção. Elementos organizacionais básicos no planejamento, programação e controle da produção. A previsão de vendas por análise de séries temporais e por modelos econométricos; a fixação do plano mestre por programação linear, pelo modelo simplificado de J.P.C.Close e por tentativa e erro. Previsão de vendas para a programação da produção. Dimensionamento de lotes de reposição e de estoques de segurança. Programação da produção: roteiros, fichários de controle de estoques, quadros de controle. Técnicas especiais de programação.

• ORÇAMENTO GOVERNAMENTAL — ECO 113

Conceito, origem e evolução do orçamento. Orçamento tradicional. Orçamento Programa. Orçamento Plurianual. Princípios orçamentários. Classificação orçamentária. Tipos de análise da teoria orçamentária. Ciclo e fases do Orçamento. Execução Orçamentária. Controle da execução orçamentária. Estudo e análise da técnica orçamentária.

• PRÁTICA PROFISSIONAL — ECO 114

Estágio planejado, orientado e supervisionado numa empresa, com apresentação de um relatório completo da análise e soluções dos problemas. Aulas teóricas sobre formulação de políticas administrativas e processo decisório.

• TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO — ECO 115

Introdução ao estudo da teoria administrativa. Teorias ou modelos administrativos. Instrumentação de análise administrativa.

• ANÁLISE ADMINISTRATIVA — ECO 117

Organização: objetivo, estruturas. Análise Organizacional: fases, instrumentos. Simplificação do Trabalho: Q.D.T. Fluxogramas. Layout. Formulários. Manuais e Regulamentos. Resistência às mudanças.

• ADMINISTRAÇÃO DE VENDAS — ECO 118

O significado do composto mercadológico como um todo. Decisões e estratégia do produto. Decisões e estratégia de preço. Decisões e estratégia de propaganda. Decisões e estratégias de vias de distribuição. Decisões e estratégia de venda pessoal. Organização do setor de vendas. Planejamento e programação de vendas.

• ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE TRABALHO PROFISSIONAL — ECO 119

Princípios gerais de Administração e de Organização. Problemas econômicos.Estudos da Empresa. Organização de um escritório de Arquitetura. Métodos de execução de obras. Conceitos básicos de Planejamento. Concursos e concorrências.

• PESQUISA OPERACIONAL I — ECO 120

Introdução; solução geométrica para o problema com duas variáveis. Solução algébrica de problemas de programação linear; soluções básicas possíveis, aprimoramento da solução, término do processo simples, outros problemas. O caso particular do modelo de transporte. Programação linear em números inteiros. O problema de distribuição biunívoca. Exemplos de aplicação de Programação Linear.

• PESQUISA OPERACIONAL II — ECO 121

Introdução. Processos de consignação em estágios múltiplos. Processos de decisão em estágios múltiplos estocásticos. A estrutura dos processos da programação dinâmica. Teoremas da existência e da unicidade. Aplicações a problemas de estoques e problemas de produção. Processos de decisão Markovianos. Introdução à teoria das filas. Exemplo. Definição dos sistemas. Notação de Kendall. Sistemas M/M1: (∞,FIFO). Sistemas $M/E_2/1$: (∞ FIFO). Sistemas com mais de um canal. Simulação. Aplicações.

• GOVERNO LOCAL BRASILEIRO — ECO 122

Situação do Governo Local Brasileiro frente às legislações federal e estadual - Evolução e tendência atual do Governo Local Brasileiro - A Prefeitura e suas funções - As Associações de Municípios - Urbanização no Brasil - Regiões Metropolitanas - Finanças Municipais.

• TÉCNICA COMERCIAL — ECO 123

Comércio, funcionamento, organização, técnicas, atividades. Principais produtos, classificação, padronização e marcas de comércio. Acondicionamentos,embalagens, amostras. Técnicas de operações. Vendas, importação, exportação. Formas de pagamentos. Transportes. Seguros, armazenagens.

• TÉCNICA DE SEGUROS - RAMOS ELEMENTARES — ECO 125

Estipulante do Seguro, Segurado, Beneficiário, Objeto segurado. Contrato , proposta. Apólice, prêmio. Tarifação. Registros Obrigatórios. Impostos. Corretores. Comissões. Liquidação. Sinistros. Cláusula de rateio. Seguros a 1º Risco, Cosseguro, Resseguro. Retrocessões, Órgãos Normativos, CNSP, SUSEP, IRB.

• PESQUISA OPERACIONAL B (Para estudantes do Curso de Arquitetura) — ECO 133

ESTATÍSTICA: Fundamentos da Teoria da Probabilidade. Variável Aleatória. Distribuição de Probabilidades. Valor esperado de uma variável aleatória. Construção de distribuição por freqüência; cálculo da média e desvio padrão; histograma. Distribuição Normal. Distribuição de médias de amostras. Teorema do limite central. Estimativa da média da população. Significância de uma média. PESQUISA OPERACIONAL: Teoria das Filas: Introdução.

ECO-2 - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

• ECONOMIA — ECO 201

Economia como Ciência Social. Noções elementares. Organização da atividade econômica. Versão simplificada do Sistema Econômico. Morfologia e mensuração da atividade econômica. Unidades produtoras. Sistema monetário-financeiro. Setor Público. Setor Exterior. Mercado e suas formas. Determinação do preço e da produção. Desenvolvimento, planejamento e projetos econômicos. Engenharia de avaliação.

• INTRODUÇÃO À TEORIA ECONÔMICA — ECO 202

Análise econômica e política econômica. O sistema de preços. Teoria da oferta e da procura. Influência do controle de preços e salários e impostos sobre oferta e procura. O problema da agricultura. A organização da produção . Introdução à teoria dos preços de produção. Teoria da competição perfeita . Circulação: aspectos gerais. Teoria da produtividade marginal. Sindicato de trabalhadores. Associações profissionais e de produtores e a determinação dos salários. Modelo de uma economia. A função consumo. Investimento e poupança.

• ECONOMIA AGRÍCOLA I — ECO 203

Registros agrícolas, orçamentos, programação linear, julgamento de propriedades, seleção e combinação de empresas. Avaliações rurais.

• ECONOMIA AGRÍCOLA II — ECO 204

Introdução à Contabilidade Agrícola. Sociedades. Contratos. Títulos e docu-

mentos. Inventário. Estatuto do trabalhador rural. FUNRURAL. Estatuto da Terra, INCRA. Financiamentos, Impostos e Taxas. Imposto de Renda na Agricultura. Incentivos Fiscais.

• COOPERATIVISMO — ECO 205

Filosofia e princípios do Cooperativismo. Organização e estrutura das Cooperativas e as mudanças sociais. Cooperativas de Produção, de Consumo, de Crédito, Escolares e Mistas. Legislação Cooperativista.

• TEORIA ECONÔMICA — ECO 206

A Economia como Ciência Social. A Organização Econômica: Morfologia e Mensuração da Atividade Econômica. Unidades produtoras no Sistema Econômico; Estrutura e funcionamento do sistema Monetário-Financeiro; A função do Setor Público: Setor Exterior; Principais agregados macroeconômicos; Nível de Equilíbrio da Renda; Desenvolvimento Econômico.

• ANÁLISE MICROECONÔMICA I — ECO 207

Conceitos gerais. Fundamentos da análise, da oferta e da procura. Teoria da procura do consumidor. Teoria da produção - noções gerais. Os custos de produção. Níveis de produção e determinação dos preços sob diferentes formas de mercado.

• ANÁLISE MICROECONÔMICA II — ECO 208

A determinação dos preços e dos fatores da produção sob diferentes formas de mercado. O Salário. O Juro. A Renda. O Lucro. A intervenção do Estado no domínio econômico. A análise do equilíbrio geral. Tópicos especiais da Teoria da Firma.

• ECONOMIA BRASILEIRA — ECO 209

Aspectos, histórico nacional da Economia Brasileira. Sistema Financeiro Nacional. Setores Externo e Público. Renda Nacional. Inflação Brasileira. Planejamento Econômico do Brasil e Economia do Rio Grande do Sul.

• HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL E FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL — ECO 210

Correntes Econômicas dos séculos XVI a XX. As duas Guerras Mundiais e suas conseqüências. Economias dos países desenvolvidos. As primeiras ocupações econômicas. Economias de transição. Economia pós Estado Novo.

• HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO — ECO 211

Conceituações introdutórias. Fundamento filosófico e histórico. Doutrinas Econômicas. Escolas Econômicas. Correntes Modernas do Pensamento Econômico.

• MOEDA E BANCOS — ECO 212

Teoria Monetária. Teoria da Inflação. Política Monetária. Estrutura e funcionamento do sistema financeiro nacional. Política Monetária Internacional.

• ANÁLISE MACROECONÔMICA — ECO 213

Componentes da Estrutura Econômica. Ciclo Econômico. Dinâmica e Mecanismo do Ciclo. Teoria Cíclica: Modelos Dedutivos e Análise Econômica. Transmissão internacional do Ciclo.

• ECONOMIA E POLÍTICA AGRÁRIAS — ECO 214

Significado da Economia Agrícola. Unidade de Produção Agrícola. Agricultura em Economia de Desenvolvimento. Política Agrícola. Financiamento da Reforma Agrícola.

• CONTABILIDADE NACIONAL E RENDA SOCIAL — ECO 215

Renda Nacional: extensão, formação de capital e sua classificação. Contabilidade Nacional: principais esquemas, conteúdos e finalidades. Distribuição e Redistribuição da Renda: distribuição funcional. Teoria da Renda e do Emprego.

• FINANÇAS PÚBLICAS — ECO 216

Economia Financeira e Pública. Fenômeno Financeiro. Sistemas Financeiros. Economia Tributária. Crédito Público. Economia do Orçamento Público.

• POLÍTICA FINANCEIRA — ECO 217

Expansão das atividades Estatais. Sistemas Tributários. Pressão Tributária. Despesa Pública. Crédito. Efeitos das Emissões. Estratégia do Equilíbrio do Emprego e do Desenvolvimento.

• PROJETOS E PRÁTICA PROFISSIONAL I — ECO 218

Teoria do Planejamento. Estudo do Mercado, tamanho e localização. Engenharia de Projeto. Investimentos. Orçamentos de Custos e Receitas. Financiamentos.

• PROJETOS E PRÁTICA PROFISSIONAL II — ECO 219

Avaliação de Projeto. Roteiro e Análise dos Projetos de Entidades Financeiras.

• ECONOMIA INTERNACIONAL — ECO 220

Interdependência das Nações. Movimentação das Mercadorias, Serviços e Capitais. Teoria do Comércio Internacional. Aspectos Monetários. Desenvolvimento Econômico. Política do Comércio Exterior.

• ECONOMIA CONTEMPORÂNEA — ECO 221

Economia Capitalista. Economia Keynesiana. Neo-Capitalismo Contemporâneo. Economia Socialista. Socialismo Chinês. Neo-Socialismo.

• POLÍTICA E PROGRAMAÇÃO ECONÔMICA — ECO 222

Análise dos Modelos Históricos. Teoria Econômica do Desenvolvimento e Sub-Desenvolvimento. Programação Econômica. Aspectos e Técnicas da Programação. Teorias Diversas.

• ECONOMIA RURAL — ECO 224

Conceito. Modelo simples de Economia. Mecanismo de Preço. Oferta e Procura. Mercados. Investimentos e Poupança. Consumo. Desenvolvimento econômico e papel da Agricultura. Instrumentos utilizados na Economia Rural. Fatores que influem na seleção das empresas. Seleção e combinação de empresas. A pecuária no Rio Grande do Sul. Crédito agrícola. Fatores que afetam os resultados da exploração agrícola. Custo de produção.

• DEMOGRAFIA ECONÔMICA — ECO 226

Demografia Econômica. Métodos Demográficos. Os fatores do problema demográfico. Fontes Estatísticas Demográficas. Estrutura das Populações. Características Demográficas. Movimento das populações e fenômenos econômicos. Repartição das Populações. O Ótimo Populacional. Fenômenos Migratórios. Política Populacional.

ECO-3 - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS

• ORGANIZAÇÃO II — ECO 301

Elementos de Contabilidade Geral. Balanço e Apuração de Resultados. Custo Industrial. Princípios Gerais do Direito Público e Privado. Descrição dos Institutos Principais do Direito Constitucional, Administrativo, Civil, Comercial e Social.

• CONTABILIDADE GERAL — ECO 302

Campo de aplicação. As correntes doutrinárias. A organização das unidades econômicas. Estudo do patrimônio. Estudo da gestão.

• METODOLOGIA DA CONTABILIDADE — ECO 303

Estudo dos Inventários e Avaliações. A relevação preventiva. A relevação da Gestão. A técnica dos Levantamentos dos Balanços.

• ORGANIZAÇÃO DE SISTEMAS CONTÁBEIS — ECO 304

As relações entre a Organização Administrativa e a Organização Contábil. Composição do Sistema Contábil. Órgãos e Funções. Controle Interno e Informação. Planos de Contas. Processamento de Dados Contábeis.

• CONTABILIDADE DE CUSTOS I — ECO 307

Conceitos básicos de Custo. Classificação dos Custos. Métodos de apuração e registro de materiais, mão-de-obra e custos indiretos. Formas de Custeio e Métodos de Cálculo Industrial. Localização dos Custos. Custos por Processo. Custos por ordens específicas de produção.

• CONTABILIDADE DE CUSTOS II — ECO 308

Custos Estimados. Custos de Produção Conjunta. Custo Padrão.

• ANÁLISE DE CUSTOS — ECO 309

Relação Custo, Volume e Rédito. A determinação dos preços em função dos Custos. Os gráficos de Produção e Rédito. As informações para decisões dos Executivos. Ponto ótimo e custo diferencial. Ponto de Equilíbrio. Métodos Algébricos e Métodos Gráficos. Custeio global, custeio direto e custeio de absorção. Relatórios de Custo.

• CONTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA — ECO 310

Finalidades da relevação preventiva. Previsão e controle das vendas, da produção, dos custos, do crédito, da gestão financeira e dos investimentos.

• AUDITORIA I — ECO 311

Estudo das finalidades da Auditoria. Aspectos teóricos e práticos das normas de Auditoria e princípios contábeis. Procedimentos utilizados na revisão das demonstrações contábeis.

• AUDITORIA II — ECO 312

O Parecer do Auditor. Estudo teórico e prático da Perícia Contábil. Elaboração do Laudo Pericial.

• ANÁLISE DE BALANÇOS I — ECO 313

Demonstrativos Contábeis. Balanço de Resultados. Balanço Geral. Balanço de Capitais. Balanço Patrimonial. Balanço Econômico. Balanço Financeiro. Balanço de Capitais Próprios Circulantes. Balanço de Capital Diferencial.

• ANÁLISE DE BALANÇOS II — ECO 314

Análise e controle econômico. Rentabilidade e preservação da substância dos Capitais; retorno dos Capitais Aplicados. Análise e controle financeiro: Aspectos fundamentais; fluxos de Capitais e Rotações.

• CONTABILIDADE ADMINISTRATIVA — ECO 315

A estrutura financeira da Empresa. A Empresa vista como um investimento. Demonstrativos financeiros. Controle dos Investimentos. Capital de Giro. Avaliação de Ações. Financiamento. Boletins Internos de Contabilidade. Relatórios de Contrôle Empresarial.

• CONTABILIDADE PÚBLICA I — ECO 316

A organização das entidades públicas. O Patrimônio Público. A Gestão nas Entidades Públicas.

• CONTABILIDADE PÚBLICA II — ECO 317

O Inventário nas entidades Públicas. O Orçamento Público. A Relevação e o controle das operações. O Balanço. A Prestação e o Julgamento das Contas Governamentais.

• PRÁTICA PROFISSIONAL CONTÁBIL — ECO 318

Legislação reguladora do Exercício Profissional. Organização do Escritório Profissional. As especializações da Profissão.

• AUDITORIA FISCAL — ECO 319

Os processos de tributação. A técnica do cálculo da Obrigação Tributária. A Auditoria Fiscal das Empresas.

• METODOLOGIA BÁSICA DE CUSTOS — ECO 320

O sistema de custos: introdução à Teoria Geral. Classificação dos custos. Métodos básicos de apuração e registro de custos: custo de materiais; custo do trabalho humano; custo de capital; tributos. Métodos principais de custeio. Métodos básicos de cálculo industrial. Localização de custos. Critérios decisórios principais na área de custos.

• CONTABILIDADE DE SEGUROS — ECO 321

A Organização das Empresas de Seguros. As operações Típicas. A Gestão e o seu Controle. A apuração do Rédito. A distribuição do Rédito. O Balanço do Exercício Financeiro. O atendimento às determinações legais. Os investimentos compulsórios. A cobertura de metade do Capital realizado. A cobertura das Reservas Técnicas.

• TEORIA DA CONTABILIDADE — ECO 324

Campo de Aplicação. As correntes doutrinárias. A Organização das Unidades Econômicas. Estudo do Patrimônio. Estudo da Gestão.

• CONTABILIDADE FINANCEIRA I — ECO 325

A Gestão Comercial. Operações Típicas da Gestão Comercial e seu Controle.

• CONTABILIDADE FINANCEIRA II — ECO 326

A determinação do Rédito. A distribuição do Rédito. O Balanço do Exercício.

EDU-1 - DEPARTAMENTO DE ESTUDOS BÁSICOS

• PSICOPEDAGOGIA DO DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL — EDU 102

O ciclo do desenvolvimento humano e suas diferentes etapas. Dimensões bio-psico-sociais do processo de desenvolvimento da personalidade. Crises de crescimento. Ênfase nas implicações da educação no desenvolvimento da personalidade.

• PSICOPEDAGOGIA DO ADOLESCENTE — EDU 103

A cultura contemporânea e a psicologia da juventude. O problema da identidade e o estudo da crise juvenil: implicações educacionais. Auto-imagem e auto estima como fatores na estrutura da personalidade. A educação no mundo de hoje: aceleração, desenvolvimento e a psicopedagogia do adolescente.

• PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM — EDU 104

Psicologia como ciência: metodologia científica no estudo do processo de aprendizagem. Análise do comportamento e aprendizagem significativa. O indivíduo, o grupo e as interações na sala de aula.

• PSICOLOGIA DO ENSINO — EDU 105

Fundamentos psicológicos da ação docente: personalidade do professor; tipos de liderança que promove na sala de aula: interação professor-aluno. Pressupostos psicológicos de Modelos de Ensino. Conseqüências da tecnologia educacional.

• INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO — EDU 106

A educação como disciplina científica. A relação entre a formação dos conceitos, os modos de pensar e as maneiras de incentivar a aquisição e a criação do conhecimento.

• EDUCAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL — EDU 109

Educação na sociedade urbana-industrial. Estrutura social e o sistema educacional. A formação de professores como insumo do processo educacional. Desenvolvimento e educação.

EDU-2 - DEPARTAMENTO DE ENSINO E CURRÍCULO

• DIDÁTICA I — EDU 201

O ensino-aprendizagem como processo e como sistema: papéis e funções do professor, do aluno e da matéria de ensino; decisões que afetam o processo ensino-aprendizagem; formas de organização e planejamento do ensino.

• DIDÁTICA II — EDU 202

O processo de avaliação, pressupostos e princípios básicos; modalidades de avaliação. A solução de problemas como forma e como recurso de aprendizagem.

• SEMINÁRIO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO — EDU 204

Análise da Reforma de Ensino do 1º e 2º graus à luz dos conceitos e princípios de desenvolvimento e mudança no estágio atual da sociedade brasileira. Problemas do desenvolvimento e suas implicações no comportamento humano.

• CURRÍCULOS E PROGRAMAS I — EDU 211

O currículo em seus aspectos estruturais e funcionais. Modalidades de organização curricular e respectivos fundamentos e propósitos. Seleção e avaliação das experiências educacionais, em função de objetivos amplos e imediatos. Processos de pensamento e dinâmica social envolvida nos diferentes contextos de experiência.

• CURRÍCULOS E PROGRAMAS II — EDU 212

Aspectos de uma teoria geral do currículo: interpretação da experiência curricular nas perspectivas psicológicas, epistemológica, social e histórica. Processos e níveis de decisão envolvidos no planejamento, no desenvolvimento e na mudança do currículo. Estratégias pertinentes à macro e micro organização curriculares. O currículo e a criação de relações planejadas entre os conteúdos, os materiais e os processos de ensino e aprendizagem.

• SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO — EDU 213

Análise dos múltiplos fatos e aspectos do mundo contemporâneo, por meio de abordagem em áreas específicas de conhecimento: Filosofia, Sociologia, Antropologia, História, Teoria das Comunicações, Filosofia da Ciência, Filosofia da Arte.

• PRÁTICA DE ENSINO EM MATEMÁTICA — EDU 217

Fazer com que o aluno estagiário em escola da Comunidade, desenvolva uma ou mais unidades do programa de Matemática de Escola do Ensino do 1º ou do 2º grau, dando aulas, de acôrdo com as técnicas didáticas já adquiridas e o planejamento aprovado pelo supervisor. Possibilitar, através de atividades no Laboratório de Matemática, que o aluno estagiário tome conhecimento e elabore material didático a ser utilizado nas aulas que ministrará durante o estágio.

• INICIAÇÃO À PRÁTICA DE ENSINO EM GEOGRAFIA — EDU 218

Princípios inerentes à natureza e estrutura da matéria. A geografia na perspectiva sistemática. Perspectiva metodológica de fatos, conceitos e generalizações no contexto da ciência geográfica. Transação dos conteúdos do 3º grau para situações de ensino aprendizagem, em 1º e 2º grau. Fundamentos da Técnica da observação.

• PRÁTICA DE ENSINO EM GEOGRAFIA — EDU 219

Atividades teórico-práticas, em que o aluno-mestre aplica e testa princípios de ensino-aprendizagem, em situações concretas, tornando-se, assim, capaz de: elaborar e desenvolver planos de ensino, avaliar os resultados da aprendizagem e os próprios desempenhos. As atividades de observação e regência de classe terão como campo de atuação o Colégio de Aplicação da Faculdade de Educação e as escolas da comunidade.

• PRÁTICA DE ENSINO EM FÍSICA — EDU 220

Estágio em Escolas da Comunidade para desenvolvimento de uma ou mais Unidades dos conteúdos de Física dos currículos de 1º e 2º graus, com aplicação de técnicas didáticas adequadas e obedecendo a planejamento previamente aprovado.

• INICIAÇÃO À PRÁTICA DE ENSINO DE QUÍMICA — EDU 221

Princípios inerentes à natureza e estrutura do ensino de Química. A Química na perspectiva sistemática. Perspectiva metodológica de fatos, conceitos e generalizações no contexto da química como ciência. Translação dos conteúdos do 3º grau para situações de ensino aprendizagem, em 1º e 2º graus. Fundamentos das técnicas e ensino da Química.

• PRÁTICA DE ENSINO DE QUÍMICA — EDU 222

Atividades teórico-práticas, em que o aluno-mestre aplica e testa princípios de ensino-aprendizagem, em situações concretas, tornando-se, assim, capaz de: elaborar e desenvolver planos de ensino, avaliar os resultados da aprendizagem e os próprios desempenhos. As atividades de observação e regência de classe terão como campo de atuação o Colégio de Aplicação da Faculdade de Educação e as escolas da Comunidade.

EDU-3 - DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS

• ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS — EDU 329

Organicidade estrutural e funcional do Ensino de 1º e 2º graus a nível de macro e micro-sistema.

ANEXO 5 – EMENTAS DAS DISCIPLINAS DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFRJ PARA O ANO DE 1973

Esse anexo apresenta as ementes das disciplinas ofertadas no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro no ano de 1973, fornecidas via e-mail pela Secretaria Acadêmica de Graduação dos Cursos de Ciências Econômicas e Relações Internacionais da UFRJ. Em destaque se encontram as disciplinas que nos referimos durante essa dissertação.

Disciplina: EAE119 – Introdução a Economia I

Descrição: Visões alternativas de sistemas econômicos. Esquemas de reprodução. Modelos econômicos. O setor externo. O estado e a economia. Moeda e bancos. Noções de contabilidade social. Progresso técnico.

Disciplina: EAD101 – Geografia Econômica

Descrição: Os processos econômicos e a organização do espaço. O desenvolvimento econômico: distribuição e estrutura espacial. Analise das atividades econômicas primarias, secundarias e terciarias quanto aos tipos, fatores de localização e padrões de organização espacial.

Disciplina: FCS114 – Sociologia

Descrição: Ciência social enquanto conhecimento: questões de método; objetividade e subjetividade na sociologia; interdisciplinaridade e relações da sociologia com a economia. A emergência do pensamento sociológico na segunda metade do século XIX. Introdução aos clássicos da sociologia: Marx, weber e Durkheim. Alguns conceitos básicos da sociologia

Disciplina: MAC116 – Matemática I

Descrição: Conjuntos. Funções de uma variável. Limite e continuidade. Derivada, máximos, mínimos e pontos de inflexão

Disciplina: IUF212 – Instituições de Direito

Descrição: A norma jurídica, origens do direito. Ordem privada e ordem pública. Organizações não estatais. Conceitos fundamentas de economia, noções básicas de metodologia e evolução do pensamento

Disciplina: MAC126b – Matemática II

Descrição: Funções de várias variáveis. Derivadas parciais e totais. Máximos e mínimos de funções de suas variáveis. Aplicações a economia.

Disciplina: EAC114 – Introdução a Contabilidade

Descrição: Evolução histórica da contabilidade. Campo de aplicação. Conceitos. Princípios de contabilidade. Técnicas contábeis: escrituração, métodos, lançamentos, partidas dobradas; demonstrações contábeis: balancetes, inventários, balanço patrimonial; auditoria: interna e externa. Analise contábil. Introdução a análise de balanço.

Disciplina: EAA113 – Introdução a Administração

Descrição: Histórico da administração. As funções administrativas: noções básicas. Previsão, planejamento, organização, direção, coordenação e controle.

Disciplina: EAE119 – Introdução a Economia I

Descrição: Visões alternativas de sistemas econômicos. Esquemas de reprodução. Modelos econômicos. O setor externo. O estado e a economia. Moeda e bancos. Noções de contabilidade social. Progresso técnico.

Disciplina: FCS111 – Estudo de Problemas Brasileiros I

Descrição: Tratamento de questões nacionais de importância e significado na atualidade histórica, assim como aprofundamento de saberes axiologicamente

permanentes em ordem a formação cultural completa da estrutura ética, política e cívica do universitário brasileiro.

Disciplina: EAE231 – Introdução a Estatística Econômica

Descrição: Espaços de probabilidade, variáveis aleatórias, densidade, esperança e variância. Correlação, convergência, lei forte dos grandes números, teorema central do limite. Histograma, media, variância, desvio padrão, moda, mediana. Diagramas de dispersão.

Disciplina: EAE120 – Introdução a Economia II Teoria Econômica

Descrição: Teoria econômica clássica: fisiocracia, adam Smith e Ricardo Fundamentos da escola neoclássica: a revolução marginalista, a noção de utilidade e a curva de demanda, a curva de oferta e a noção de equilíbrio parcial e geral.

Disciplina: EAA114 – Métodos e Técnicas de Pesquisa

Descrição: Métodos e Técnica de Pesquisa Descrição: Contabilidade. Atos e fatos administrativos. Livros contábeis. Escrituração contábil. Equação patrimonial. Alterações patrimoniais. Contas reais e diferenciais. Balancete de verificação. Rendas diferidas. Despesas diferidas itens previstos: a receber e a pagar. Balancete ajustado. Demonstração de lucros e perdas. Lançamentos de encerramentos. Balanço.

Disciplina: EAD102 – História Econômica Geral Formação Econômica do Brasil

Descrição: A transição do feudalismo para o capitalismo: a acumulação primitiva do capital, a formação dos estados nacionais, o sistema colonial-mercantilista. As revoluções burguesas. A revolução industrial: contexto e evolução - 1 e 2 fases. A hegemonia britânica e a divisão internacional do trabalho. As industrializações tardias. O imperialismo e a nova expansão colonial. As tendências gerais do capitalismo no século XX: o mundo capitalista as vésperas da primeira guerra; crises e estagnação no período entre guerras; a depressão da década de trinta e suas consequências para a economia mundial. A revolução russa de 1917 e a

construção do socialismo na URSS. A configuração de uma nova ordem econômica após 1945: capitalismo versus socialismo; a hegemonia norte-americana no mundo capitalista; a desintegração dos impérios coloniais; as novas formas de dependência brasil colônia. Analise das principais "economia" do período do colonial. Economia do brasil império: a escravidão e o tráfico negreiro. A transferência do eixo econômico para o sudeste (crise e desequilíbrio: 1922/1958). A dinâmica da economia cafeeira. A desintegração do escravagismo: imigração e colonização. A política de bens e valorização do café. O declínio da hegemonia cafeeira e os efeitos da crise de 1929 na economia brasileira.

Disciplina: EAE301 – Análise Macroeconômica I

Descrição: Keynes e a economia clássica: lei de Say e teoria quantitativa da moeda. Teoria keynesiana: oferta e demanda agregadas; renda, poupança e investimentos; a demanda efetiva; o multiplicador; determinação do investimento: eficiência marginal do capital e taxa de juros; o ciclo econômico de curto prazo; o papel do governo e do setor externo. O modelo keynesiano completo: o keynesianismo de Hicks-Hansen. Teoria dos preços e dos salários; Keynes, oferta e demanda agregadas.

Disciplina: EAE303 – Análise Microeconômica I

Descrição: Teoria neoclássica no contexto da história do pensamento econômico. Teoria da produção: custos e firma. Teoria do consumidor. Concorrência perfeita e equilíbrio. Mercado de fatores em concorrência perfeita. Noções de equilíbrio geral.

Disciplina: IPS372 – Psicologia Aplicada à Administração

Descrição: Os sistemas sociais e comportamentais; as categorias dominantes nos estudos de motivação, aprendizagem e personalidade; estudos e experiências realizadas ao nível dos grupos humanos, interações interpessoais e distribuição do fenômeno da liderança.